



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Narrativas jornalísticas e alteridade: entre representações do ‘outro’ e a construção dos acontecimentos jornalísticos da questão Palestina-Israel na *Folha de S. Paulo* e no *The Guardian*

Vinícius Pedreira Barbosa da Silva

Brasília
2023



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Vinícius Pedreira Barbosa da Silva

Narrativas jornalísticas e alteridade: entre representações do *outro* e a construção dos acontecimentos jornalísticos da questão Palestina-Israel na *Folha de S. Paulo* e no *The Guardian*

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Comunicação Social pela linha de pesquisa Poder e Processos Comunicacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Célia Maria dos Santos Ladeira Mota

Coorientador: Prof. Dr. Fernando Antônio Resende

Supervisora Doutorado Sanduíche: Profa. Dra. Zahera Harb

Brasília

2023

Narrativas jornalísticas e alteridade: entre representações do *outro* e a construção dos acontecimentos jornalísticos da questão Palestina-Israel na *Folha de S. Paulo* e no *The Guardian*

Vinícius Pedreira Barbosa da Silva

Orientadora: Profa. Dra. Célia Maria dos Santos Ladeira Mota

Coorientador: Prof. Dr. Fernando Antônio Resende

Supervisora Doutorado Sanduíche: Profa. Dra. Zahera Harb

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Comunicação Social pela linha de pesquisa Poder e Processos Comunicacionais.

Banca examinadora

Profa. Dra. Célia Ladeira Mota — Orientadora e presidente da banca
Universidade de Brasília (PPGCOM FAC/UnB)

Profa. Dra. Dione Oliveira Moura
Universidade de Brasília (PPGCOM FAC/UnB)

Prof. Dr. Ivan Elizeu Bomfim Pereira
Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGCOM/UEPG)

Prof. Dr. Carlos Eduardo Franciscato
Universidade Federal de Sergipe (PPGCOM/UFS)

Prof. Dr. David Renault da Silva
Universidade de Brasília (PPGCOM FAC/UnB)

Resumo

Esta pesquisa discute as relações entre alteridades e jornalismo, buscando entender como algumas das alteridades do e no conflito palestino-israelense são representadas nas narrativas jornalísticas dos jornais *Folha de S. Paulo* e *The Guardian*. A partir de discussões do jornalismo internacional, filosofia de uma ética da alteridade, estudos culturais e história do tempo presente, buscamos investigar possibilidades e escolhas na (re)apresentação das narrativas sobre e do outro dentro da complexidade cultural na narração da questão palestino-israelense. À luz das narrativas jornalísticas, adotamos o escopo teórico do jornalismo como forma de conhecimento e das teorias dos acontecimentos para investigar esse grande acontecimento contemporâneo de longa duração por meio de dois eventos principais: a Guerra em Gaza (2009) e a questão do bairro Sheikh Jarrah (2021). Para o primeiro acontecimento, foram coletados 198 resultados passíveis de análise pelo *The Guardian*, enquanto pela *Folha* tivemos 151 arquivos. Para o acontecimento dois, acessamos 141 materiais pelo *The Guardian* e 39 pela *Folha*. Contudo, para a análise aprofundada qualitativamente pela Análise Crítica da Narrativa e seus aspectos hermenêuticos de uma teoria interpretativa da cultura, foram delimitados 34 itens no total – 18 do *The Guardian* e 16 da *Folha* referente a ambos os acontecimentos.

Palavras-chave: Alteridade; Jornalismo Internacional; Palestina-Israel; História do Tempo Presente; Narrativa jornalística;

Abstract

This research discusses the intertwined relations between alterities and journalism, aiming to understand how alterities within the Palestinian-Israeli conflict are represented in the journalistic narratives of the newspapers Folha de S. Paulo and The Guardian. Drawing from discussions regarding international journalism, philosophy of an ethics of alterity, cultural studies, and present time history, we investigate possibilities and choices in the (re)presentation of the other within the cultural complexity of the narration of the Palestinian-Israeli issue. In light of the journalistic narratives, we adopt the theoretical framework of journalism as a form of knowledge, as well as the theories of journalistic events, to delve into this significant and ongoing contemporary event through two main affairs: the Gaza War (2009) and the Sheikh Jarrah neighborhood issue (2021). For the first event, we collected 198 analyzable results from The Guardian, and 151 from Folha de S. Paulo. For the second event, we accessed 141 pieces from The Guardian and 39 from Folha de S. Paulo. However, for the in-depth qualitative analysis using Critical Narrative Analysis and its hermeneutical aspects of an interpretative theory of culture, a total of 34 items were delimited – 18 from The Guardian and 16 from Folha de S. Paulo – related to both events.

Keywords: Alterity; International Journalism; Palestine-Israel; Present Time History; Journalistic narrative;

Agradecimentos

A travessia de doutoramento nunca é simples e é preciso reconhecermos sempre o apoio de todos aqueles que estiveram ao nosso lado nesse percurso. Ainda mais passando por um período de pandemia, a finalização da pesquisa tornou-se um desafio pessoal, profissional e particular maior.

Por isso agradeço imensamente aos meus pais, Flávia e Frederico, com todo seu suporte e acolhimento que se fez necessário quando mais precisei, sempre acreditando no meu trabalho e caminhos escolhidos. À minha família e à Vanessa, quem escolheu dividir sua vida comigo, sendo imprescindível sua presença em todos os passos que demos até aqui.

Aos amigos e amigas que são peças fundamentais para nos sustentar são — inclusive entendendo meus períodos distantes e sumiços nem tão esporádicos assim. Não irei citar nomes para não correr riscos de cometer injustiças, mas sintam-se todos (os que vão e os que vem) fortemente abraçados.

Agradeço à minha orientadora, Célia Ladeira Mota, quem me seguiu de perto desde o período de mestrado e, agora, no doutorado. Foi um prazer ter a sua amizade, trocar ideias e ser, provavelmente, o último orientando da brilhante carreira como pesquisadora.

Um muitíssimo obrigado ao meu coorientador, Fernando Resende, quem me influenciou por diversos caminhos aqui trilhados para pensar nosso campo de pesquisa do jornalismo e relações com as alteridades, além de ter sido a ponte essencial para o meu período de doutorado sanduíche.

Sobre esse momento de vivência internacional, gostaria de agradecer a minha supervisora, profa. Zahera Harb, por seu acolhimento em terras londrinas, na City University of London. Assim como também por nossas conversas sempre pertinentes sobre questões de pesquisa e coberturas acerca do mundo árabe e Oriente Médio, tal como sobre jornalismo internacional.

A todos os professores e professoras que fizeram parte dessa jornada, em especial do Programa de Pós-Graduação da FAC/UnB. Além, claro, dos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Departamento de Mídia e Estudos Culturais da Universidade Federal Fluminense (UFF), com quem tive a oportunidade e prazer de participar de diversos eventos, trocar muitas ideias e, também, fazer novas amizades. E um agradecimento à City, University of London,

onde tive a oportunidade desenvolver parte da pesquisa.

Também agradeço especialmente à profa. Dione Oliveira Moura, que também acompanhou de perto meus passos nesses anos e períodos desde quando foi minha orientadora na graduação, com sua amizade e humanidade sempre. E claro, à banca examinadora por ter aceitado o nosso convite em participar da leitura do trabalho e trocar ideias hoje e, espero, futuramente. Portanto, meu muito obrigado aos professores Ivan Bomfim, Carlos Franciscato e David Renault pelas contribuições e reflexões.

Gostaria, por fim, de homenagear o prof. Luiz Gonzaga Motta, que nos deixou precocemente em 2023. Ele contribuiu imensamente com sua Análise Crítica da Narrativa para o campo da Comunicação e do Jornalismo no Brasil. Tive o prazer de conhecê-lo durante meus anos de pesquisa na UnB e de tê-lo em minha qualificação de doutoramento.

À CAPES e ao PDSE/CAPES, pelo apoio financeiro para a conclusão da minha pesquisa.

Sumário

Agradecimentos	7
Introdução	10
Capítulo 1 — Atravessamentos das narrativas e alteridades	17
1.1. O jornalismo à luz das narrativas	17
1.2. Alteridades e desafios para abrir-se ao outro	20
1.3. Pergunta de pesquisa e objetivos	29
1.4. Construção do corpus	29
1.5. Análise Crítica da Narrativa e o acontecimento-intriga	38
Capítulo 2: Acontecimento jornalístico e história do tempo presente	42
2.1. Entre Jornalismo e História	42
2.2 O jornalismo como forma de conhecimento	45
2.3. Acontecimento jornalístico	54
Capítulo 3: Narrando <i>o</i> e <i>no</i> Oriente Médio	59
Capítulo 4: Reverberações da questão palestino-israelense como grande acontecimento	74
4.1. O sionismo e suas camadas coloniais e autoritárias	76
4.2. Transição do Império Otomano para o Mandato Britânico	85
4.3. The Guardian e o sionismo	89
4.4. A nakba palestina e a criação de Israel: disputas narrativas	94
4.5. Nacionalismos e a Guerra de Junho de 1967	102
4.6. Intifadas e os Acordos de Oslo	106
Capítulos 5: Entre fatos, acontecimentos e alteridades	114
5.1 A guerra em Gaza de 2009	120
5.2 O acontecimento Sheikh Jarrah	141
Considerações finais	165
Anexo 1	170
Anexo 2 – Tabela de links para acesso das matérias	178
Referências	182

Introdução

O interesse pela temática Palestina-Israel¹ ganha novos contornos desde o mestrado, quando discorremos sobre representações de identidade palestina nas narrativas jornalísticas em quadrinhos do repórter-quadrinista Joe Sacco, por meio dos livros *Palestina* (2011) e *Notas sobre Gaza* (2010) (BARBOSA DA SILVA, 2017). Já àquela época, na análise das construções de identidades palestinas/palestinação², a alteridade se colocava como conceito fundamental para entendermos a dinâmica cultural de apresentação de elementos culturais e históricos específicos em determinados contextos, assim como as identificações culturais sociais de agrupamentos e comunidades humanas.

Grosso modo, a alteridade diz respeito, como constructo, ao encontro do *eu* com o *outro*, produzindo sentidos a partir das diferenças e semelhanças entre grupos, condição básica do entendimento na construção identitária. De outra forma, a alteridade traz subjetividades e corresponde sempre a um “nós” que se relaciona a um “eles”, ainda que a *mesmidade* (ou a identidade) contenha sempre algum traço da *outridade* (ou da diferença) (SILVA, 2008). Longe de ser uma temática nova, portanto, a alteridade é um assunto muito caro para as Ciências Humanas, consideradas aqui no seu sentido mais amplo possível — passando pela Antropologia Cultural, Psicanálise, Filosofia, História, entre outros.

Para se ter uma ideia da abrangência do tema, Camila Freitas (2017) apresentou breve panorama dos trabalhos acadêmicos brasileiros que tiveram como enfoque principal a alteridade, após levantamento das pesquisas até o período do seu mestrado³. Partindo da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto

¹ A ordenação das palavras Palestina-Israel é uma escolha teórica-política que procuraremos manter ao longo do trabalho. O mais comum nos estudos sobre a temática é dizer conflito árabe-israelense, israelo-palestino ou Israel-Palestina. Contudo, como queremos deixar claro ao longo das nossas argumentações, tal mudança deixa mais evidente o contexto de resistência e existência da(na) Palestina e de palestinos (cultural, econômica e socialmente) sob domínio de forças externas até mesmo antes da criação do Estado de Israel e não o contrário, tal como mitos narrativos da fundação de Israel buscam construir.

² Nos estudos sobre identidades é importante reforçar elas serem sempre no plural. Isso por serem múltiplas, contraditórias e não essências totalizantes do ser humano. A multifacetação das identificações humanas, portanto, faz parte em como nos colocamos *no* mundo e nos enxergamos pertencentes a determinadas culturas, a partir das nossas experiências.

³ Para nossas intenções de momento, não achamos necessário fazer novo mapeamento do tipo para nossa argumentação, pois fica clara a tendência de crescente importância temática dada ao assunto com o ótimo levantamento feito pela autora.

Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT)⁴, a pesquisadora identificou 252 trabalhos acadêmicos de pós-graduação, entre 2000 e 2015, em diversas áreas. Dentre estas pesquisas, 169 foram dissertações e 83 teses de doutorado. Especificamente no campo da Comunicação e alteridade, Freitas aponta quatro dissertações e duas teses. Já em áreas correlatas, com interfaces ao jornalismo, foram quatro dissertações.

Como forma de complementar o estado da arte, a autora também realizou consulta com o termo “alteridade” no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, quando outros 18 trabalhos, não contemplados no IBICT, foram localizados. O registro diz respeito a 14 dissertações e quatro teses. Somando os dois repositórios acadêmicos, o resultado foi de 270 trabalhos com a palavra ‘alteridade’ como assunto e/ou palavra-chave.

É suficiente, portanto, com tais exemplos gerais, perceber o interesse contínuo do tema por pesquisadores e pesquisadoras, que continuam a produzir e aprofundar reflexões acerca da temática. Ao permitir o (des)encontro com o *outro*, ou seja, entre alteridades, o jornalismo, como forma de conhecimento, ajuda na construção de saberes sobre similitudes e diferenças entre seres humanos, assim como busca (re)apresentar parte da sua diversidade social e cultural, partindo de variados enquadramentos midiáticos.

Nesse sentido, discursos e narrativas jornalísticas produzem e permitem o acesso a vozes (nem sempre tão plurais como poderiam ser) que tem a intenção em comunicar e recriar suas visões sobre o mundo, no intuito de trazer uma polifonia que engloba a alteridade. Dessa forma, no caso do conflito palestino-israelense, pensar em termos narratológicos é imprescindível — isso porque imagem e território sobre e da Palestina-Israel engendram visões e experiências de um conflito que acontece, também, no coração da linguagem (RESENDE, 2021)⁵.

Quaisquer que sejam os lugares narrativos — se do lado palestino ou do israelense — existem divergências dentro das próprias comunidades sobre a situação que vivenciam e as próprias experiências de vida. Assim, as narrativas não são somente baseadas na concepção entre *um* contra *o outro*, mas trazem multiplicidade de identificações, saberes e modos de narrar.

⁴ Cf. Freitas (2017), os dados foram coletados utilizando-se o campo “assunto”, na seção de busca avançada da plataforma. Acesso da autora foi feito em: 05 de abr. 2016.

⁵ Elaboração argumentativa que leva em conta o trabalho de Jean Genet, *The prisoner of love* (2003).

Ao considerarmos uma abordagem narratológica, queremos dizer que a alteridade atravessa as seguintes características na produção social de construção de significados a partir de diferentes vozes (narradores) e suas camadas de relações e negociações simbólicas: 1) o veículo (jornal, revista, telejornal ou jornal *on-line*⁶); 2) o jornalista (repórteres, editores, ilustradores, apresentadores); 3) a personagem (vozes que se manifestam nas reportagens, quase sempre em confronto uma com a outra).

Em outras palavras, a percepção da alteridade pela linguagem — seja com viés orientalista ou não (SAID, 2007; 1997; 2013; SADAR, 1999; MASSAD, 2015; HALLIDAY, 1993; WARRAQ, 2007), como desenvolveremos — se dá em como palestinos, israelenses, judeus, árabes, beduínos, jornalistas e mídias constroem e são construídos narrativamente como narradores ou partes (re)apresentadas; isto é, em uma tentativa em ver de qual forma o próprio conflito pode ser percebido no cotidiano dessas pessoas.

Estudos sobre alteridade e jornalismo, então, são inseridos em uma ampla gama de abordagens acerca dos campos de pesquisa tanto jornalísticos, em específico, como comunicacionais, de forma mais ampla. Longe de quadro completo, podemos citar, por exemplo, os seguintes autores: Dominique Wolton⁷ (2006), Ana Beatriz Paes (2012); Roger Silverstone (2002), Elfried Fürsich (2002; 2010; 2016), Simon Cottle (2006), Camila Freitas & Marcia Benetti (2017); Camila Freitas (2017; 2018); Regina Krauss⁸ (2011), Fernando Resende (2011; 2012; 2017; 2018); Luís Mauro de Sá Martino (2016); Luís M. De Sá Martino e Ângela Marques (2019); Cláudia Lago (2010a; 2010b), Cláudia Lago e Monica Martinez (2017), José Luiz Aidar Prado e Sérgio Bairon (2010), Luiz Gonzaga Motta (2004), Cibele Costa (2010), Priscila Dionízio (2011), Ingrid Gomes (2012), Fernanda Barbosa (2008), Stuart Allan (2010); Marília Lucília Marcos (2010); Birce Bora (2015; 2017); Simon Cottle (2006); Reges Schwaab (2021); Ryszard Kapuściński (2018), entre diversas outras pesquisas.

⁶ Podemos acrescentar outros suportes estéticos e de linguagem para agregar ao fazer jornalístico, como documentários, *podcasts*, quadrinhos etc.

⁷ Em especial os capítulos 4 e 5, quando o autor discute “um novo estatuto para o outro” e aponta algumas formas de “preservar a heterogeneidade”, entendendo que comunicar é ‘entrar na problemática do outro’. Nesse sentido, ele faz reflexão sobre possibilidade de coabitação como forma de reconhecimento das alteridades.

⁸ Krauss, por exemplo, analisa, por meio de uma abordagem semiótica de imagens, a cobertura fotojornalística do conflito palestino-israelense na *Folha de S. Paulo*, a partir de episódios históricos em 1947-1948 (criação de Israel e a *nakba* palestina); 1967 (Guerra dos Seis Dias); 1987-1988 (Primeira Intifada); 2000-2004 (Segunda Intifada); 2008-2009 (Guerra em Gaza).

Já em diferentes espaços de reflexão que atravessam e dialogam com as ciências comunicacionais — inclusive filosóficos e históricos — alguns dos nomes que nos ajudam a pensar a alteridade em sua complexidade são: Tzvetan Todorov (2019); Emmanuel Lévinas (2014; 2004; 1998; 1980); Paul Ricoeur (1994; 2008; 2014); Marilena Chauí (2017); Jacilene Silva (2018); Luciane Ribeiro (2015); Elizabeth Poole (2009); Edward Said (2007); Alain Touraine (2009), Martin Buber (2009); Mikhail Bakhtin (2006) — para ficarmos com apenas esses.

Como se observa nos exemplos citados, para a Comunicação Social, em geral, e para o Jornalismo, em específico, há o interesse em compreender como se dão as relações entre alteridade, representações e linguagem em diversas abordagens e campos do saber; e isso reforça a complexidade da questão. No caso do Jornalismo, por sua vez, há a necessidade constante em (re)apresentar e tentar traduzir elementos das realidades de determinados acontecimentos — na medida do possível que a prática profissional permite, com seus limitadores.

Estes podemos citar como: tempo de produção, acesso a fontes, limitação de circulação em determinados espaços, controles organizacionais ou editoriais. Além das tentativas políticas de influenciar o jornalismo sobre o conflito e o impacto da cobertura na produção de políticas, por exemplo.

Assim, o fazer jornalístico tem como uma das finalidades trazer e explicar acontecimentos do mundo a partir de testemunhos, cotidiano de populações e outras culturas para o público — de forma a suprir parte da curiosidade dos leitores sobre narrativas e acontecimentos sobre diferentes grupos, identidades e culturas — com suas influências e possíveis interligações.

Essa característica também produz reflexões sobre problemas e possibilidades de solução de situações em regiões conflituosas, sendo nosso foco a questão palestino-israelense. O jornalismo, portanto, tem papel fundamental na construção de parte do conhecimento acerca do *outro*, por meio da intersubjetividade, assim como seus imaginários, visibilidades e possibilidades de reconhecimento de direitos e modos de existência legitimados na sociedade e nas buscas por seus espaços. Contudo, um dos maiores riscos do fazer jornalístico é deturpar sentidos e estereotipar comunidades sociais.

Partindo dos estudos culturais (HALL, 2013), Simon Cottle (2006) e Elfired Fürsich (2016) argumentam sobre a importância em representar o *outro* nos espaços midiáticos de outras maneiras. Melhor explicando: eles estão se referindo a como

alteridades são e podem ser representadas aos diferentes públicos – por meio de diferentes estratégias.

Cottle (2006) discorre que, para além da formação de estereótipos, algumas formas de mídias e representações jornalísticas, por sua vez, tem a potencialidade para (re)trabalhar a humanização de parcelas da sociedade que muitas vezes são invisibilizadas e excluídas nas narrativas midiáticas, tendo importante papel em políticas de reconhecimento do *outro* e seus papéis sociais.

Ao desenvolver a contextualização de processos comunicacionais sobre conflitos, o autor utiliza a expressão ‘conflito mediado’⁹ sobre coberturas jornalísticas, no sentido de enfatizar os complexos modos nos quais diferentes mídias disseminam e implicam ideias sobre conflitos, ativamente formando e constituindo suas naturezas cognoscíveis e apreensíveis pelo público (as tentativas de dar legitimidades por cada ator). Além de definir realidades em termos de representação, por causa da seleção e enquadramento das informações que serão repassadas.

O jornalismo, assim, é apenas mais um elemento nessa construção *do e no* conflito e desses mundos na agenda pública e performances de mídias. Em outras palavras, em como o jornalismo produz sentidos entre jogos de poder. E, acrescentamos, nas formas como os acontecimentos são narrados.

Já Elfried Fürsich (2016), com quem concordamos, diz que um dos maiores desafios jornalísticos¹⁰ é não obscurecer complexidades culturais. Para tanto, é preciso pensar elementos de performances narrativas, sejam estéticos ou textuais em como contar as experiências vivenciadas, tais como: a) mostrar as condições de produção dos programas (ser honesto quanto a isso); b) abrir espaço para diferentes testemunhos e vozes; c) trabalhar as notícias de forma mais dinâmica do que estática, deixando claro os empecilhos locais e da própria vivência de estrangeiros nas diferentes localidades apresentadas. Essas podem ser algumas possibilidades nessa ‘missão’ jornalística em relação à alteridade.

Segundo apontamentos da autora, nesse sentido, entre os “desafios atuais para uma justa representação dos outros na mídia” (2016, p.52), é preciso levar em conta duas questões de alteridade para serem discutidas: a apresentação de minorias

⁹ Nossa tradução de *mediated conflict*.

¹⁰ O foco da pesquisa dela é sobre o que ela chama de ‘jornalismo de viagens’, em especial audiovisual (próximo ao ‘jornalismo de turismo’). Contudo, as características abordadas podem ser ampliadas para outros formatos e produções – tal como encontrado no jornalismo internacional.

como *outros* dentro das nações; e o papel da mídia em explicar relações, conflitos e culturas internacionais (contextos), evitando o uso indiscriminado de valores-notícias muito focados no ‘etnocentrismo’ — isto é, limitar o relato de eventos a partir de um determinado enquadramento ou mapa conceitual cultural compartilhado (HALL, 2013) do jornalista. Mas como nos despir disso e buscar nos abrir ao *outro*? Não há respostas fáceis ou certas para contornar esses desafios impostos ao jornalismo.

No caso Palestina-Israel, por exemplo, isso seria uma característica que acabaria sendo aprofundada a partir dos problemas de acesso da imprensa a variadas localidades de populações palestinas sob controle israelense? E sobre as populações beduínas ou judeus-árabes, muitas vezes considerados como cidadãos de segunda classe pelo *status quo* de Israel? Tanto a cobertura da *Folha de S. Paulo* quanto a do *The Guardian* podem nos dar algumas pistas e vestígios de algumas das coberturas ocidentais midiáticas e suas estratégias narrativas jornalísticas acerca do assunto.

Nossa pesquisa, com isso, tem o intuito de trabalhar diferentes características dos jornalisimos produzidos globalmente e em seus contextos histórico-culturais e sociais específicos. Mas é importante reforçar que nosso foco é o jornalismo internacional (NATALI, 2004; BOMFIM, 2022; 2011; 2012; 2015; AGUIAR, 2022a; 2022b; 2009; 2008; AGNEZ, 2014; 2015; 2017). Segundo Ivan Bomfim (2011, p. 47), o ponto principal de distinção desse tipo de jornalismo é, pois, “sua correlação a uma percepção de lugares bem demarcados entre o ‘aqui’, o nacional, e o ‘lá de fora’” — em outras palavras, a própria alteridade.

Dessa forma, nosso interesse se dá no trabalho do jornalista nesse contexto marcado por conflitos (de escopos variados: políticos, éticos, étnicos, ideológicos, guerras, de exclusão, entre outros) que a questão Palestina-Israel proporciona e é atravessada em diversas camadas — nem sempre tão visíveis.

Assim, é possível analisarmos como se dão a ver as quase sempre fragmentadas narrativas da imprensa sobre esses acontecimentos, somadas aos obstáculos em superar abordagens simplistas, muitas vezes dicotômicas e binárias características desse tipo de cobertura.

No capítulo 1, discutiremos sobre as relações entre jornalismo, produção de conhecimento e alteridades, apresentando a perspectiva narratológica da Análise Crítica da Narrativa como teoria-metodologia para a pesquisa das narrativas jornalísticas. Para o capítulo 2, analisaremos as relações das teorias dos acontecimentos junto à história do tempo presente, enfatizando o jornalismo como

forma de conhecimento e as relações entre os campos jornalístico e da historiografia.

Em seguida, no capítulo 3, abordaremos sobre as influências das visões orientalistas na cobertura midiática acerca do Oriente Médio, trazendo um breve panorama dos estudos de mídia e conflito, sob a perspectiva de ‘narração de conflitos’ em uma visão ampla de linguagem. Seguindo com o capítulo 4, traremos um aprofundado e, ao mesmo tempo, breve histórico da questão Palestina-Israel, com todas as potenciais reverberações que os acontecimentos históricos e jornalísticos podem influenciar na atualidade. É uma busca de contextualizar o passado e presente histórico das relações entre dois povos e parte das suas mutifacetações identitárias e de alteridade.

A partir da memória, portanto, podemos entender como os significados vão sendo produzidos e reconstruídos em cada uma das narrativas históricas analisadas. A recuperação desses momentos visa compreender as disputas constantes dos acontecimentos por legitimidades nessa imensa metanarrativa jornalística, histórica e cultural do trabalho. Por fim, no capítulo 5, traremos nossas análises do *The Guardian* e *Folha de S. Paulo* sobre dois acontecimentos selecionados: Guerra em Gaza de 2009 e acirramento de ânimos no bairro palestino Sheik Jarrah, em 2021, o qual desencadeou outra onda de conflitos entre Hamas e Israel, assim como uma violência comunal em determinados bairros.

Capítulo 1 — Atravessamentos das narrativas e alteridades

1.1. *O jornalismo à luz das narrativas*

A abordagem conduzida nessa pesquisa parte de um viés narratológico, cujo entendimento compreende as narrativas muito além da sua característica de apenas uma modalidade textual, mas sim como um modo de organizar e compartilhar experiências de ser e estar no mundo, sendo as narrativas formas de uma ponte entre o vivido e o narrado (RICOEUR, 1994; LEAL, 2013; RESENDE, 2011; MOTTA, 2012; 2013; LADEIRA MOTA, 2012a; 2012b).

Esse deslocamento da teoria literária para se tornar um procedimento de análise mais amplo situa os estudos narrativos ao nível das relações culturais e práticas sociais, as quais são constituídas pela narratividade, ou seja, descrições de histórias enunciadas em “uma sucessão de estados de transformação, que ocorrem muitas vezes por conta de conflitos entre personagens, pelos jogos de sentidos em busca de hegemonia, o que traz à tona práticas culturais de diferentes comunidades” (LADEIRA MOTA, 2012, p. 12).

As narrativas contribuem, assim, para os homens narrarem a si mesmos, ao mesmo tempo que podem ser narrados por outros. Levando em conta a já clássica afirmação de Roland Barthes, “[...][a] narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades [...]” (BARTHES, 2011, p. 19). Nesse viés, elas ajudam a compreender os sentidos das vidas experienciadas, sendo possível apresentar seis grandes razões para serem foco de pesquisas (MOTTA, 2013).

A primeira delas é por contribuírem na compreensão de quem somos e das nossas autonarrações. Assim, o ser humano pode passar a ser compreendido na sua complexidade, com suas individualidades e identidades próprias que os constituem (inclusive em termos de imaginários e de símbolos). Esse é um dos fatores que atravessam questões de alteridades de nosso interesse.

Como segunda característica elas dão a entender como representamos e criamos representações e apresentações do mundo. Especialmente com o crescimento das mais diversas narrativas midiáticas com o desenvolvimento tecnológico, as experiências de vida das pessoas cada vez mais perpassam um processo comunicativo de mediação pelas mídias — entre aquilo que é vivido e exposto nelas. E tal característica tem relação direta à concepção de construção e fabricação do mundo. O jornalismo não fica fora disso, como explicaremos ao longo do trabalho.

No terceiro aspecto, por meio das narrativas é possível “esclarecer diferenças entre representações factuais e fictícias do mundo” (MOTTA, 2013, p. 35), assim como também suas interconexões (fronteiras e variações culturais dos seus significados por causa de contextos socioculturais). São utilizados intencionalmente recursos estéticos (linguísticos, imagéticos ou de outra natureza, a depender do projeto enunciativo) em cada situação de comunicação para a produção de sentidos e construção de climas narrativos (drama, ética, medo, solidariedade, alegria, fazer adormecer, em diante).

Para tanto, Motta (2013) adere sua argumentação à teoria dos atos de fala (de John Searle) e a uma perspectiva ricoeuriana, as quais só concebem a narrativa dentro dos seus contextos narrativos e suas vontades de configurar sentido. As intencionalidades dos atos de fala, então, distinguem as narrativas ficcionais das de realidade por forma da chamada vontade de sentido estabelecida entre interlocutores. Ricoeur (1995), por sua vez, dá o nome de intenção desejante para esse jogo de linguagens e processo que torna possível a comunicabilidade.

Em quarto está a potencialidade em representar o tempo, transformando o tempo cronológico da natureza em um tempo humano. Melhor explicando: a lógica narrativa abre espaços para enunciar tanto fenômenos de caráter fictício como fático (baseados na realidade aparente), ordenando eventos em um suceder temporal (linear ou não).

Como quinto aspecto, as narrativas contribuem para estabelecer consensos a partir de dissensos, ou seja, “*indivíduos e sociedades cotejam o excepcional e o consuetudinário a fim de tornar familiar o que antes não era familiar*” (MOTTA, 2013, p. 54, grifos no original). Em outras palavras, as interpretações das coisas são realizadas por convenções ou desvios trazidos na contínua negociação de sentidos configurada pelas narrativas.

Por fim, é preciso estudá-las para melhor contá-las. A partir de técnicas de escrita, *story telling* e roteiros, por exemplo, conflitos e ações de personagens são (re)organizados para elaborar a intenção pragmática do narrador (de seduzir, sensibilizar, cooptar, surpreender etc.) (MOTTA, 2013; 2012).

Tais justificativas para pesquisar narrativas não são exaustivas, mas dão a dimensão do potencial delas. No âmbito do jornalismo, a notícia ganha a dimensão de um produto cultural e de linguagem que vai além do ato de informar. Nos filiamos a essa percepção na(da) análise jornalística para além da prática profissional; ou seja, é

possível (re)construir sentidos culturais por meio da linguagem produzida pelo jornalismo. Os textos jornalísticos e suas derivações em diferentes aspectos (imagéticas, audiovisuais etc.), não ficam restritas ao simples processo de enunciação de fatos, mas é possível considerar a (re)criação de significados pelos leitor também, tal como em diferentes contextos culturais (MOTTA, 2002).

Tal como na literatura¹¹, portanto, as notícias são obras abertas que convidam os leitores a (co)criar e (re)ssignificar os sentidos abertos culturalmente pelos testemunhos e apurações — inclusive em termos simbólicos. Na já clássica antologia de Nelson Traquina (2016) acerca do jornalismo e algumas das suas perspectivas teóricas, práticas e críticas, o autor apresenta discussões sobre utilização do termo ‘estória’ no vocabulário dos jornalistas norte-americanos, em referência às notícias. Hoje a sua utilização já alcança diversos outros lugares do mundo, inclusive o Brasil.

Na cultura profissional jornalística anglo-saxônica, dessa feita, o termo *story* referir-se-ia não apenas a notícias e fatos, como também a acontecimentos¹². A forma ortográfica ‘estória’ adotada pela tradução do autor diz respeito a uma diferenciação do termo ‘história’. Luiz Gonzaga Motta (2013) aprofunda essa explicação de outra forma e afirma que as palavras *history* e *story* se referem a processos distintos. Enquanto a primeira diz respeito à narração da historiografia (baseada no real e na produção da História, por exemplo), a segunda faz menção à narração criativa da ficção, por exemplo. Segundo Motta, na Análise Crítica da Narrativa, portanto,

utilizo a palavra história para me referir à narrativa cuja produção é referencial, e cuja intenção é remeter o leitor ao referente objetivo a fim de produzir o efeito de veracidade. Essa distinção facilita a compreensão da exposição (2013, p. 13).

Essas nuances são interessantes, mas tornam-se mais uma questão de querela semântica do que prática, porque a maior importância são as intencionalidades que serão trabalhadas nos textos multimodais jornalísticos na narração das histórias (ou ‘estórias’ – a depender de quem utilize). Afinal, como bem apontam os autores trazidos por Traquina no livro-coletânea, Michael Schudson (2016 [1982]), Daniel Hallin e Paolo Mancini (2016 [1984]), Elizabeth Birdi e Robert Dardenne (2016 [1988]), Gaye Tuchman (2016 [1978]), Hall *et al* (2016 [1999]), afirmar que as

¹¹ Isso é muito diferente do que afirmar que jornalismo seja literatura e vice-versa, porém podem existir atravessamentos entre os dois campos – como no caso do jornalismo literário (ou Novo Jornalismo), por exemplo.

¹² Sobre essa diferenciação para as teorias do acontecimento e do jornalismo, ver capítulo 02.

notícias são ‘estórias’ não é rebaixá-las, tampouco acusá-las de serem fictícias, mas apontar suas singularidades como narrativas *com* e *em* relações ao real.

1.2. Alteridades e desafios para abrir-se ao outro

Os caminhos metodológicos em qualquer campo de pesquisa necessitam de uma constante construção teórica e de escolhas técnicas para que os objetos, objetivos e problemas de pesquisa elaborados pelos pesquisadores, a partir de suas inquietações, possam ser trabalhados em direção aos seus resultados finais — abertos a surpresas.

Para tanto, é de suma importância a exigência de uma postura epistemológica e de “matrizes geradoras das estratégias metodológicas” (BENETTI; LAGO, 2010, p.17) no cerne das investigações. Em especial no campo da Comunicação e, em particular no Jornalismo, a diversidade de abordagens teóricas e de metodologias é marcada pela multidimensionalidade e frequentemente bebe de experiências em outras disciplinas. Dessa forma, é preciso pensar e problematizar caminhos já percorridos, de modo a refletir os rumos da nossa pesquisa.

A partir da reflexão dos nossos objetivos de pesquisa vamos construindo o nosso percurso metodológico, ambos se retroalimentando. Fernando Resende (2008) reitera o que consideramos importante para a nossa perspectiva: a reflexão sobre os métodos no campo do jornalismo traz uma dicotomia entre o material e o simbólico construída por meio do viés metodológico e teórico de cada pesquisa. De outra forma, pode-se dizer que, entre os métodos discutidos nas pesquisas em jornalismo, para nós interessa em especial a análise da narrativa, ao trabalhar com a problemática da representação e linguagem e, portanto, também de alteridade – com seus sentidos e significados culturais.

Entendemos a alteridade como possibilidade de discorrermos sobre identidades, visibilidades, apagamentos ou apreensões e representações do *outro*, em uma relação de diferença e similitudes entre o *nós* e o *eles*. Partindo de uma perspectiva fenomenológica de discussão junto com pensadores tais como Maurice Merleau-Ponty, Emmanuel Lévinas, Paul Ricoeur, Brian Treanor, entre outros, Camila Freitas e Márcia Benetti (2017) fazem distinção da alteridade como fenômeno que envolve intersubjetividades no mundo; e acrescentam o conceito de *outridade*¹³

¹³ Tem a capacidade de carregar tanto os aspectos da semelhança quanto da diferença, podendo revelar pontos de encontro do fenômeno da alteridade com a similitude (FREITAS e BENETTI, 2017; TREANOR, 2006).

(TREANOR, 2006) como modo de existência (identidade do *outro*), influenciando nas maneiras como o jornalismo consegue articular o mundo da vida com o mundo do texto — também por meio das narrativas, conforme desenvolvido anteriormente.

Segundo as autoras, portanto, o jornalismo proporciona o reconhecimento do *outro*, muito “a ver com a disposição e a habilidade que temos ou não de compreender formas particulares de existência que não a nossa” (2017, p. 15). De outra forma, o jornalista, ao “ser” no mundo, experiencia os fenômenos a partir do seu *background* cultural e consciência histórica (GADAMER, 2003), ainda que tenha como característica no seu trabalho também coletar testemunhos diversos.

Por isso, mesmo em contato com outras culturas, ele tem o desafio de organizar tais experiências para além das suas percepções pessoais, provocando o leitor, e a si mesmo, a ampliar entendimentos sem reduzir o mundo a suas próprias experiências e vivências culturais. Tal visão é complementada por Patrick Charaudeau (2018), para quem é falando de, com e para o *outro* — e de si mesmo — que é possível descrever o mundo em sua complexidade. Um dos papéis do jornalismo, então, está em perceber o *outro*, seja a partir da assimilação (semelhança), seja pela diferenciação entre sujeitos colocados em relação (no e fora do texto) (FREITAS; BENETTI, 2017).

Nesse caminho, Gisele Reginato (2018) identifica doze percepções das posições de sujeito¹⁴ (veículo, jornalista e leitor) sobre as possíveis finalidades do jornalismo, a saber: a) fiscalizar o poder e fortalecer a democracia; b) informar; c) *esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade*; d) *verificar a veracidade das informações*; e) *selecionar o que é relevante*; f) investigar; g) *registrar história e construir memória*; h) *interpretar e analisar a realidade*; i) defender o cidadão; j) fazer a mediação entre os fatos e o leitor; k) integrar e mobilizar as pessoas; l) divertir (finalidade só considerada por veículos e jornalistas, não por leitores).

Na discussão no escopo das alteridades, as finalidades das letras ‘c’, ‘d’, ‘e’, ‘g’ e ‘h’, percebemos se fazerem mais presentes — fator que denota a complexidade da questão. Isso não significa excluir as demais das discussões, mas enfatizar a relevância dessas, em específico, na narração da questão Palestina-Israel.

¹⁴ Levando em conta a nossa perspectiva narratológica, as vozes (narradores) comentadas anteriormente.

Para a autora, tais finalidades ajudam na reflexão do *dever-ser* do jornalismo, ajudando a definir compromissos éticos e papéis sociais insubstituíveis por outra instituição social ou forma de conhecimento. Sendo assim, embora todas sejam necessárias em seus níveis e graus, Reginato (2018) afirma que, para os leitores, fiscalizar o poder e fortalecer a democracia seja o mais importante, enquanto veículos e jornalistas

[...] consideram que esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade é a finalidade mais importante. Ao apontarem essa função como a mais significativa, veículos e jornalistas constroem para si um lugar diferenciado de quem tem o saber e o poder para ajudar as pessoas a compreender seu mundo e para escolher que vozes devem representar a complexidade dos fatos (REGINATO, 2018, p. 6).

Assim, parece interessante tentar entender como o jornalismo trabalha as relações de semelhanças e diferenças no encontro do *eu* e o *outro*, principalmente em narrativas de conflitos no jornalismo internacional e se há a pluralidade de vozes, em cada relação intersubjetiva dos atores envolvidos. Afinal, as aberturas e possibilidades de encontro com as alteridades não são construídas de forma harmônica, mas sim em um jogo constante de lutas de poder.

Esse aspecto está longe de significar um pleno entendimento ou reconhecimento da alteridade, pois o *outro* possui parcela que sempre será considerada um enigma. Afinal,

[O] Outro não é de modo algum um outro eu, participando comigo numa existência comum. A relação com o Outro não é uma relação idílica e harmoniosa de comunhão ou uma simpatia pela qual nos colocamos no lugar do Outro; reconhecemos o Outro como parecido nosso, mas como exterior a nós; a relação com o Outro é uma relação com um Mistério (LÉVINAS, 2004, p. 50).

Nessa perspectiva do filósofo Emmanuel Lévinas (2004), há a ampliação da relação no entendimento da diferença e da alteridade. O pensamento ocidental calcado no imperialismo e colonialismo europeu simplifica as alteridades e as essencializa em estereótipos como forma de dominá-las.

Em discussão sobre a violência, filosofia e a construção do Oriente¹⁵, Marilena Chauí (2017) lembra que o considerado primeiro historiador ocidental,

¹⁵ No capítulo 03 aprofundaremos essa discussão a partir do *Orientalismo*, por ter relação direta sobre a questão palestino-israelense.

Heródoto, narrou a guerra entre gregos e persas mantendo a oposição entre Europa e Troia construída pelo poeta Homero na *Iliada*. Naquela época, tanto Homero quanto Heródoto apresentavam uma “oposição entre duas culturas igualmente poderosas e respeitáveis” (CHAUÍ, 2017, p. 154).

Em contrapartida, com críticas a Homero, o filósofo Platão, em *Crítias*, discorre sobre o mito de Atlântida em contraposição às virtudes de Atenas. Enquanto Atlântida apresentava-se como uma cidade injusta e passional (de origem persa e tirânica), merecendo o castigo de Zeus de submergi-la, Atenas trazia as virtudes de ser uma cidade guerreira e de costumes frugais, por exemplo.

Segundo Chauí (2017), tal construção platônica criou raízes no imaginário ocidental, influenciando inclusive a mentalidade dicotômica durante as Cruzadas medievais. Nelas, constituiu-se a oposição entre cristianismo e islamismo, ‘fiéis’ e ‘infiéis’ —visão aprofundada nos séculos posteriores com o Império Otomano¹⁶ (entendido como ameaça pelos europeus).

Tais diferenças contribuíram para o surgimento da expressão ‘choque de civilizações’ (HUNTINGTON, 1997; KAPUŚIŃSKI, 2018; CHAUÍ, 2017), grande parte das vezes empregada como forma de justificar e explicar grande parte das guerras geopolíticas ao longo da história da humanidade.

Ora, a expressão ‘choque de civilizações’ não significa que duas civilizações igualmente poderosas e igualmente respeitáveis estão em conflito (como haviam julgado Heródoto e Homero) e sim (platonicamente) que uma delas é superior à outra e tem o direito de dominá-la (CHAUÍ, 2017, p. 155).

Essa visão é a base da mentalidade colonizadora e imperialista, que busca, na demonização e desumanização do *outro*, transformar o diferente em bárbaro ou o único fundamentalista religioso — o que gera a construção falseada historicamente entre a civilização e barbárie. Ou seja, a figura do absolutamente outro sempre como potencial ameaça. Como não é encarado como humano, precisa ser tornado humano. Caso não seja possível, é plausível exterminá-lo. E isso por si só seria justificável (CHAUÍ, 2017).

De forma complementar a essa visão da violência colonial, Tzvetan Todorov (2019, p. 269) argumenta que a violência em relação ao outrem não se dá em uma única dimensão e é preciso diferenciar, ao menos, três eixos acerca da problemática

¹⁶ Que englobaria a região da Palestina até o início do séc. XX, conforme exposto no capítulo 04.

da alteridade:

1. julgamento de valores (plano axiológico), no qual o *outro* é bom ou mau, gosto dele ou não, é igual a mim ou inferior;
2. ação de aproximação ou distanciamento em relação ao outro (plano praxiológico): se, dos valores do *outro*, eu me identifico com eles, posso assimilar ou adotar os valores do outro ou impor a ele minha própria imagem¹⁷; nesse caso, pode ocorrer uma relação de submissão *ao outro* ou *do outro*, tal como existe a neutralidade ou indiferença a ele (exclusão);
3. ao conhecer ou ignorar a identidade do outro (plano epistêmico), não existe nenhum absoluto, mas uma gradação infinita entre conhecimentos ditos inferiores ou superiores.

Todos os planos, segundo Todorov, possuem relações e afinidades, mas nada implica algo definitivo entre eles. Contudo, é cabível dizer que tais visões fecham-se ao *outro*, que passa a ser visto em uma perspectiva atrofiada das relações interpessoais (KAPUŚIŃSKI, 2018) e, também, no atrofiamento (ou relatos monológicos) das narrativas jornalísticas do período moderno (RESENDE, 2009, 2002; MEDINA, 2008). Essa característica, então, pode comprometer a nossa capacidade de perceber o *outro* e lidar com o diferente ou semelhante, a partir das problemáticas em produzir narrativas mais dialógicas e polifônicas nesse aspecto.

No espectro da geopolítica e do jornalismo internacional, por sua vez, faz-se pertinente retomar as ideias de Carl Schmitt¹⁸, para quem a essência da política se constitui na necessária distinção entre amigo e inimigo. O autor não desenvolve uma concepção simplesmente binária amigo/inimigo, bom/ruim, mas traz um arcabouço argumentativo focado em uma distinção ontológica, ou seja, existencial.

Segundo Byung-Chul Han, Schmitt conduz a linha na qual “o inimigo não precisa ser moralmente mau ou esteticamente feio” (2017, p. 84), mas é preciso produzir um processo de existencialização para impregnar à diferença de alteridade

¹⁷ É o risco que Brian Treanor (2006) exemplifica como a concepção da *outridade* tentar entender o *outro* a partir de sistemas já pré-concebidos, emparelhando a identidade do *eu* e do *outro* como similares, embora a fusão gere o apagamento das singularidades desse *outro* ou simplesmente suprima suas características próprias.

¹⁸ Durante muito tempo teve a alcunha de ‘autor maldito’ na Sociologia devido a sua relação com o regime nazista alemão, embora atualmente venha sendo redescoberto e rediscutido pela Ciência Política e Relações Internacionais, por exemplo, principalmente com seu livro *O conceito de político* (1932) (MOTTA; GUAZINA, 2010).

traços irracionais também. O inimigo, assim, torna-se o *outro*, estranho e existencialmente diverso da comunidade — a qual só se torna política

no momento em que é ameaçada existencialmente pelo inimigo e precisa afirmar-se contra ele, i. e., no momento da Guerra. A possibilidade real da violência forma a essência da política, e a luta não acontece apenas entre estados, mas também dentro de um Estado. Também em seu interior, um Estado só é político diante de um inimigo interno (HAN, 2017, p.86).

A inimizade, dessa feita, contribui na construção de certas identidades. A política da violência schmittiana é, portanto, uma política da identidade ligada a uma violência da negatividade e próxima à concepção do ‘choque de civilizações’ de viés colonial, pois “o político não é [mais] um elemento de reconciliação, de intermediação, mas de assalto e conquista” (HAN, 2017. p. 94).

Um mundo sem distinção entre amigo e inimigo, pacificado, seria um mundo sem política. De outra forma, aquilo que fundamenta o caráter político não seria o diálogo ou o compromisso, mas a guerra e a contenda, a inimizade — fator constitutivo da identidade¹⁹. Enquanto a violência volta-se exclusivamente para o outro inimigo, o si-mesmo adquire estabilidade e firmeza identitária e é configurado. Han contrapõe essa perspectiva afirmando ser necessária a busca de outras construções, tal como:

uma reconstrução do outro que não desencadeie qualquer tipo de defesa imunológica destrutiva. Deveria ser possível estabelecer uma relação com o outro na qual o “deixasse estar”, confirmando-o em sua alteridade, em seu ser-assim. Esse *sim ao assim* se chama *amistosidade (Freundlichkeit)*. Ela não consiste em deixar o outro passivo, indiferente, mas é uma relação ativa, participante no seu ser-assim. [...] A política da amistosidade é mais aberta do que a política da tolerância (HAN, 2017, p. 102-103).

Como é possível perceber, essa característica política schmittiana moldou e molda grande parte dos conflitos mundiais ou regionais (expandidos também para outros campos²⁰), inclusive dando base de parte das problemáticas na Palestina — por exemplo, com as argumentações generalistas de ‘defesa nacional’. E é justamente essa

¹⁹ E isso contribui na formação de alguns tipos de nacionalismos, fundamentalismos e, também, apartheids – este último não apenas na África do Sul, mas também na Palestina-Israel, conforme demonstraremos.

²⁰ Ver, por exemplo, Motta e Guazina (2010) sobre a discussão do conflito como uma categoria estruturante da narrativa jornalística sobre a política, incluída a partidária. É preciso a existência de personagens que se coloquem umas contra outras para tecer a intriga.

tendência de quadro significativo totalizador do mundo ocidental e de necessidade do inimigo que Lévinas acaba criticando em certa medida. Isso porque a alteridade, para ele, é impossível de ser totalizada.

Mesmo sabendo que a pretensão filosófica primeira do Ocidente foi a tentativa em universalizar e atingir saberes absolutos, de forma a ajudar na formação de grande parte do imaginário intelectual sobre o *outro* — conforme apontam as pesquisas orientalistas²¹ — ver o *outro* como alguém que precisa ser igual a mim é uma forma de tomar posse dele também de forma violenta, sem procurar entendê-lo em sua singularidade.

A comparação redutora do *outro* ao *mesmo* é egoística e fechada a diferentes conhecimentos e experiências, como a emergência da antropologia como campo de conhecimento passou a questionar e refletir ao longo da sua formação histórica. Tal como Roger Silverstone enfatiza,

Há muito, os antropólogos notaram como o estudo de outras sociedades e culturas ilumina as nossas próprias, assim como lutaram com os problemas de representar o Outro em textos e relatos que, de algum modo, devem passar pelo crivo da tradução de uma cultura para outra. Como represento o Outro no que escrevo ou filme sem, de um lado, torná-lo exótico? Como represento o Outro no que escrevo ou filme sem, de outro lado, absorvê-lo no próprio senso que tenho de mim mesmo? (SILVERSTONE, 2002, p. 249).

Dessa forma, as identidades do mesmo (mesmidade), do outro (outridade) e do si-mesmo (ipseidade²²) estão sempre em relação. Lévinas busca criticar a filosofia da totalidade — isto é, a procura de semelhanças construídas pela racionalidade do pensamento ocidental. As propriedades gerais e universais do ser — chamadas de *ontologia*²³ aqui — correm o risco de diminuir e enquadrar o *outro* a apenas um conceito ou imagem, fazendo perder a capacidade dele em mostrar-se em sua especificidade do seu próprio rosto.

A conceituação de rosto²⁴ em Lévinas não é tarefa simples, mas é correto falar não dizer respeito à aparência física da pessoa humana. Ela é, então, uma espécie

²¹ Ver nossa discussão sobre essa influência nas coberturas midiáticas no capítulo 3.

²² “É a unicidade do eu. A unicidade do eu traduz separação. A ipseidade do eu consiste em ficar fora da distinção do individual e do geral” (LERPARGNEUR; MARTINS, 2014, p.4).

²³ De acordo com o Dicionário de Filosofia de Nicola Abbagnano (2007), ontologia seria, grosso modo, assinalar a existência de um problema do ser e isso pode ser feito por diferentes formas e perspectivas filosóficas.

²⁴ Em algumas traduções, face; no original: *visage*.

de metáfora da totalidade do sujeito, a qual deixa apenas rastros da sua existência — relação face a face (também de ideias e valores) que as pessoas têm entre si quando entram em contato. Assim, rosto “é a dimensão da vida humana que carrega sua vulnerabilidade e impõe uma obrigação ética a quem ele se mostra” (BUTLER, 2017, p. 20).

Como linguagem, o rosto e discurso estão ligados, mostrando-se ao mesmo tempo como presença e não presença, como próximo e estrangeiro (RIBEIRO, 2015). É um atestado, portanto, do outro diante do eu — confronto do *eu* com as necessidades dos outros seres humanos. No entanto, o *outro também é* infinitude, pois nunca é totalmente inteligível em sua integralidade — há a impossibilidade da existência da alteridade absoluta na prática, ou seja, é impossível totalizar as alteridades. Algo sempre nos escapa nessa relação. E isso diz respeito às representações sobre e dos *outros*. Ou seja, o rosto é uma forma de indicar a existência pela alteridade.

O chamamento ético do Rosto, portanto, é esse sentimento de obrigação a responder à necessidade dessa pessoa estranha que precisa de socorro. Pode acontecer de alguém decidir ignorar esse chamado, mas, mesmo que faça isso, algo já lhe foi comunicado, que foi o fato de que há uma pessoa precisando de sua ajuda e não prestar essa ajuda é uma atitude antiética (SILVA, 2018, p. 26).

Como o *outro* continua em muitos aspectos distante em sua alteridade, o que o rosto proporciona é um chamamento ético do ‘não matarás’²⁵ — tornando-me responsável por esse outro. Em diálogo crítico com autores como Martin Heidegger (1889-1976) e Edmund Husserl (1859-1938), Lévinas sustenta, assim, a necessidade de entendermos a ética da alteridade como filosofia primeira e não a ontologia.

Em outras palavras, para Lévinas, eu sou responsável pelo *outro* independentemente do que este outro responda em relação a mim; existe uma ‘bondade desinteressada’, segundo o autor. E, com isso, a base fundamental da ética levinasiana está no reconhecimento do *outro*, em uma ética da alteridade — de não violência, mas sim responsabilidade.

O desafio real não é apenas a representação do *outro* — sempre deslizante em seus sentidos — mas em promover encontros com ele, com a intenção legítima de

²⁵ Esse matar também pode ser interpretado como evitar sua opressão, desrespeito ou ignorar a dor alheia (SILVA, 2018; MARTINS, 2017; LERPARGNEUR; MARTINS, 2014; etc).

tentar compreender formas particulares de existências que não a nossa. Isso não nos leva a uma relatividade cultural absoluta e plena, mas sim abre brechas para a busca de possíveis diálogos e projetos interculturais com esse *outro* — e, como foco no caso palestino-israelense, coexistências pacíficas.

Pensando com Lévinas, Luís Sá Martino e Ângela Marques (2019) enxergam a comunicação enquanto ação ética. Para além da transmissão de informações (uma das finalidades do jornalismo, diga-se), os autores pensam o fenômeno comunicacional em sua ação intersubjetiva do comunicar conhecimento sobre o *outro*, em um gesto de abertura e possibilidade de acolhimento da alteridade.

O comunicar, aqui, é uma concepção mais próxima do ato de compartilhamento de saberes. Quando aborda a epistemologia da alteridade, Sá Martino (2016) diferencia o *erklären* (explicar) do *verstehen* (compreender) de outrem. Para o autor, o explicar diz respeito ao sentido de ‘desdobrar’, isto é, ‘tornar plano’ ou ‘reduzir’ a uma única dimensão. Em contrapartida, compreensão é vista como ‘inclusão’, ‘colocar junto’. De outra maneira: “[...] Essa visão ajuda no entendimento do ser humano como podendo ser compreendido, mas não explicado. A complexidade torna qualquer explicação parcial e incompleta, metonímica — ‘plana’” (SÁ MARTINO, 2016, p. 107).

Para receber o *outro* traduz-se, assim, a noção de hospitalidade levinasiana e a alteridade se torna parte do ato comunicacional — e na responsabilidade que o eu assume pelo outro que pode existir em mim também. Em esforço dialógico com Paul Ricoeur e Lévinas, Resende reflete sobre a *polissemia da alteridade* ricoeuriana e o pensar de uma ética *com* o outro, a qual se “encarrega do comprometimento, do respeito, da necessidade e do desejo de viver junto” (RESENDE, 2023, p. 15, no prelo).

Nessa perspectiva, assim, “há sempre muitos outros no texto *e* no mundo” (RESENDE, 2023, p. 16, no prelo, grifo no original), cujas vozes com as quais convivemos abrem brechas por meio das quais somos narrados e narramos. Nesse sentido,

Para o jornalismo, que tem dado sinais de exaustão pelo excesso de tecnologia e pela falta de mediação, (re)pensar a composição narrativa, de modo a ir contra a glorificação do sentido, é sempre um desafio. Nesse viés, o pensamento de Ricoeur pode ser importante para balizar os dilemas de um campo que tem o mundo

real e o tempo presente como problemas (RESENDE, 2023, p. 17, no prelo).

O conhecimento produzido nessa interação é como nós damos sentido aos fenômenos do mundo vivido, ou como Freitas e Benetti afirmam: “[ele é] construído e mediado socialmente por ações, percepções, experiências e interações subjetivas, assim como pelas narrativas — como é o caso do jornalismo, que observa, interpreta, mimetiza e organiza o meio social e os sujeitos textualmente” (2017, p. 19).

Desse modo, ao assumirmos uma postura epistemológica narratológica para trazer uma perspectiva crítica acerca das representações do *outro* no conflito palestino-israelense no jornalismo internacional, podemos questionar perspectivas hegemônicas, que não se prendem apenas ao texto, mas também se situam nas relações culturais e de poder, processos de produção, contextos e sociedades culturalmente situadas.

1.3. Pergunta de pesquisa e objetivos

Daí surge a nossa pergunta de pesquisa: como algumas das alteridades do e no conflito palestino-israelense são representadas nas narrativas jornalísticas dos jornais *Folha de S. Paulo* e *The Guardian*? O objetivo geral deste trabalho consiste na investigação das relações entre jornalismo e alteridades na narração do conflito de longa duração e do Oriente Médio também em termos culturais. A partir desse quadro originam-se nossos objetivos específicos:

1. Quais são as relações entre acontecimentos jornalísticos e a História do Tempo Presente nesse tipo de cobertura?
2. De quais modos há (ou não) aproximações da narração do conflito nos jornais *Folha de S. Paulo* e *The Guardian*²⁶ para narrar a questão palestino-israelense?

1.4. Construção do corpus

Para nossas análises, optamos por escolher o jornal brasileiro *Folha de S. Paulo* e o jornal britânico *The Guardian*. Os dois jornais foram escolhidos por serem jornais de referência. Segundo a pesquisadora Ângela Zamin (2014), esse conceito diz

²⁶ Não há pretensão de utilizar os dois jornais para falar, de forma generalista, da cobertura brasileira e britânica sobre o tema. Para isso, seria necessário outro tipo de pesquisa e abordagem de mais veículos informativos para formar um panorama mais fidedigno nesse sentido.

respeito aos jornais que possuem ampla circulação e distribuição no território nacional somado ao reconhecimento de credibilidade internacional em seu contrato de leitura e informação (LEJEUNE, 2014). Aqui, entende-se o contrato de leitura como pacto referencial na perspectiva do autor.

Já para Miquel Alsina (ALSINA, 2009), a ideia de contrato de leitura é denominada contrato pragmático fiduciário e diz respeito às estratégias utilizadas para que acreditemos e confiemos no discurso informativo que nos está sendo passado pelo jornalismo e jornalista. No caso de Patrick Charaudeau, o contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2018) implica a existência de três elementos: a) de pelo menos dois sujeitos em relação de intersubjetividade; b) de convenções, normas e acordos que regulamentam as trocas discursivas; c) de saberes comuns que permitem que se estabeleça uma intercompreensão do todo em certa situação de comunicação.

Todas essas concepções se complementam, inclusive na Análise Crítica da Narrativa, na qual o contrato comunicativo (MOTTA, 2013) traz a percepção que leva em conta os modos de representação do mundo (fático ou fictício), entendendo a necessidade do contrato ser atualizado constantemente pelas intencionalidades narrativas no ato de fala, leitura e interpretação pretendida (mesmo com os possíveis riscos de mal-entendidos entre narrador e leitor no ato interpretativo).

Além disso, os dois veículos noticiosos apresentam-se como instâncias de produção e natureza da audiência diversa e, geralmente, cosmopolita (ZAMIN, 2014). É importante frisar, com isso, que os leitores buscam um ideário de aparente objetividade no jornalismo em seus contratos de leitura — e esta relação, quando é quebrada, abre fissuras para o jornalista ser chamado de parcial, perdendo parte da sua credibilidade construída institucional e profissionalmente.

Desse modo, uma possível alternativa aos jornalistas é sempre buscar trazer a transparência dos processos de apuração, embora na mídia convencional ainda não seja frequente essa prática. Mesmo assim, esse espaço vem sendo experimentado em outros contextos midiáticos — documentários, quadrinhos, mídias sociais, entre outros espaços com suas formas de linguagem e expressão, que deixam claras a produção plural de modos de narrar fatos do cotidiano com o avanço tecnológico.

Ainda assim, reforçamos que a própria objetividade é, sim, permeada pela subjetividade do jornalista, em variados graus. Isso não é um problema e saber dessa característica ajuda na potencialização de novas estratégias argumentativas e narrativas na construção das pautas.

A escolha por um jornal inglês se dá principalmente por dois motivos gerais: 1) a relação histórica dos britânicos e do próprio *The Guardian* na questão Palestina-Israel e o território em questão, inclusive com o Mandato Britânico na Palestina. Esse fator faz existir determinadas questões simbólicas e políticas que ainda reverberam no presente; 2) a influência do jornalismo britânico no Brasil. Seja com agências de notícias internacionais²⁷ sediadas na Inglaterra, como a Reuters, ou serviços de radiodifusão, como a BBC. Dessa feita, o jornalismo anglo-saxão possui forte ingerência no que será (re)produzido no Brasil também em termos de critérios de noticiabilidade de determinados assuntos.

Apesar disso, a escolha do *The Guardian*, quando definido como objeto de pesquisa (em 2019), ainda possuía versões impressas e online assim como a *Folha*. Em 2022, entretanto, o jornal juntou-se à decisão do *News UK* e *The Telegraph* e descontinuou sua produção impressa para focar apenas no jornalismo online²⁸. Apesar dessa questão, decidimos manter o periódico na pesquisa pois:

1. Já existem diversos estudos de fôlego acerca da cobertura sobre e do Oriente Médio por empresas de radiodifusão no Reino Unido, mas não especificamente sobre o *The Guardian*. Como exemplos não exaustivos, podemos citar as seguintes pesquisas: *News from the BBC, CNN, and Al-Jazeera: how the three broadcasters cover the Middle East* (2010), de Leon Barkho, e o trabalho da Glasgow University Media Group, com *Bad News from Israel* (2004) e uma atualização com mais materiais no *More Bad News from Israel* (2011), coordenados pelos professores Greg Philo e Mike Berry.

O trabalho de Philo e Berry ainda pode ser considerado como um dos mais extensos sobre a cobertura jornalística da temática Palestina-Israel na atualidade, com entrevistas com profissionais da mídia e grupos focais de audiência na tentativa de entender como diversos canais de televisão no Reino Unido, EUA e Alemanha abordam o assunto.

2. De acordo com dados do próprio *The Guardian*, o jornal já é o segundo site em língua inglesa, do Reino Unido, mais lido do mundo, atrás apenas do jornal popular *Daily Mail's Mail Online*. Este é um fator que o coloca em importante *status*

²⁷ Escolhemos para a presente pesquisa apenas tangenciar a discussão sobre as agências de notícias nas produções noticiosas e representações globais de povos. É um outro caminho interessante de abordagem e de ampliação do debate travado aqui e perpassado no *corpus* selecionado.

²⁸ Cf.: <https://pressgazette.co.uk/news/guardian-abc-print-circulation-private/> Acessado em 30 de setembro de 2022.

de influência para leitores globais e contribui qualitativamente para nossa análise também junto à *Folha*;

3. O fato do *The Guardian* possuir uma editoria, dentro da parte de jornalismo internacional do site, dedicada exclusivamente a questões sobre o Oriente Médio.

Embora a *Folha de S. Paulo* e o *The Guardian* possam compartilhar algumas similaridades, os contextos dos próprios países e práticas jornalísticas e políticas ajudam a moldar a cobertura e narrativa de acontecimentos no Oriente Médio. Ambos os jornais foram escolhidos para a construção do *corpus* da tese por causa da sua tendência liberal com viés centro-esquerda ou progressista²⁹ quando o assunto são eventos internacionais (SIRHAN, 2021; KAPOSI, 2014; NATALI, 2004). Com isso, busca-se entender as diferentes estratégias narrativas empregadas pelos dois.

É importante reforçar não existir correlação simples entre o consumo do leitor e a linha política editorial do jornal. O comprador pode apenas preferir a cobertura de esportes naquele veículo, a palavra-cruzada disponível em comparação com o concorrente ou ter interesse em alguma cobertura especial temática da semana.

Portanto, não necessariamente há relação direta da leitura do jornal com sua própria visão política. Com a internet fica mais difícil ainda delimitar características do público consumidor — mais fragmentado com a facilidade de acesso globalizante para as narrativas disponíveis.

Por um lado, a *Folha de S. Paulo* é um jornal brasileiro no qual a editoria internacional (denominada *Mundo* hoje) apresenta considerável produção de correspondentes internacionais³⁰, enviados especiais³¹, *stringers*³², além de contar com colunistas que escrevem sobre acontecimentos internacionais³³ (AGNEZ, 2014;

²⁹ Enfatizamos que tais definições são muito fluidas e tênues, a depender do conteúdo que está sendo trabalhado, do envolvimento do repórter com as temáticas, dos constrangimentos organizacionais da empresa na qual o profissional trabalha, entre outros aspectos.

³⁰ Repórter *full-time*; faz parte direta da organização noticiosa. Historicamente as origens da atividade estão na correspondência de guerra. É definido como aquele baseado numa cidade estrangeira por determinado período de tempo, com possibilidades de se estabelecer na região.

³¹ Jornalista, em condição temporária, enviado ao exterior para cobrir determinado assunto em certa localidade, sendo alternativa para o noticiário internacional. Diferente do correspondente internacional, seu trabalho costuma ser mais pontual – algumas vezes denominado ‘jornalista paraquedas’ (*parachute journalism*) (AGNEZ, 2017).

³² Jornalista freelancer. Podem ser colaboradores fixos, mas não possuem contrato formal de trabalho. Embora não necessariamente faça parte direta da empresa, geralmente já residem na região de cobertura.

³³ Não observamos a presença, ao menos nas no período analisado, da categoria do *embedding*, ou seja, prática de repórteres que viajam junto aos exércitos locais ou outras forças armadas. Seu trabalho e

2015; 2017).

Não é comum nenhum dos dois jornais utilizarem *fixers*³⁴, mas isso pode depender da pauta — embora não tenhamos identificado ou tenham deixado indicada sua utilização na cobertura analisada. A *Folha* também traz porcentagens de notícias traduzidas de agências de notícias, como *Reuters*, *EFE*, *France Press*, *Associated Press*, entre outras (AGNEZ, 2015). Já no *The Guardian* a incidência de uso dessa estratégia é menor.

Além disso, a *Folha* possui parcerias com organizações midiáticas tais como *BBC*, *Deutsche Welle* e *New York Times*, por exemplo — as quais, vez ou outra, têm matérias aproveitadas para serem publicadas com suas respectivas traduções. Todas essas diferentes fontes podem influenciar imaginários e perspectivas construídos sobre alteridades no conflito estudado e sua forma de narrar.

Somado a isso, a versão impressa da *Folha* é consolidada como o terceiro jornal mais lido e em circulação no Brasil — atrás apenas do *Super Notícias* (publicação local em Minas Gerais) e *O Globo* (de âmbito nacional)³⁵. Já no espectro *online*, a *Folha* é a líder — seguida pelo *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*. Já que a publicação é um jornal de nível nacional, possui importante visibilidade no exterior e em outros países. Sobre breve histórico do jornal, podemos dizer que

A Folha de São Paulo, enquanto empresa jornalística, nasceu em 1960 da fusão de três jornais que atuavam na cidade de São Paulo: *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*. Em 1996, foi a pioneira no Brasil a lançar um portal online de grande porte, com notícias e informações semelhantes ao conteúdo de seu jornal impresso. O jornal é um ramo do Grupo *Folha*, conglomerado de mídia que abarca jornais, editoras, gráficas, acesso à internet e jornalismo em geral (PAES, 2012, p. 12, grifo no original).

acesso é limitado pela permissão e regulamentos desses agrupamentos, tendo variados graus de formalidades. Essa foi uma prática muito comum no Iraque em 2003 junto à mídia norte-americana (RODGERS, 2012). Para discussões mais apuradas de jornalistas *embedded* ou em outros contextos de conflito, ver, por exemplo: Allan & Zelizer (2004); Allan (2002); Tumber & Palmer (2004); Tumber & Webster, 2006; Robinson, Seib *et al*, 2017; Carruthers, (2011); Thussu & Freedman (2003).

³⁴ Profissionais que servem como espécie de ‘guias’ locais e ‘tradutores’ para os jornalistas internacionais. Não necessariamente tem formação jornalística ou de tradução. Muitas vezes acabam sendo contratados como *freelancers* por conhecerem a região e a língua — o árabe ou hebraico nem sempre é falado pelos jornalistas internacionais de saída. E já essa mediação pode ser uma forma de influenciar decisões de enquadramentos jornalísticos.

³⁵ Dados do Instituto Verificador de Comunicação (2019). O ano dos dados diz respeito à escolha final, para a pesquisa, da *Folha de S. Paulo*. Com o surgimento da pandemia em 2020 até a finalização do nosso trabalho, os números podem ter variado, mas decidimos deixar clara a informação de acordo com a temporalidade da nossa decisão na seleção da *Folha* e do seu material como parte dos nossos objetos de análise.

Segundo o pesquisador e jornalista João Batista Natali (2004), até o final dos anos 1960 a *Folha* possuía uma cobertura internacional menor do que o *Estadão*, pois este contava com uma rede de correspondentes internacionais mais consolidada e a editoria de eventos mundiais era constituída de uma tradição “bem mais sólida e antiga” (2004, p. 86).

No final da década mencionada (e período da ditadura militar brasileira), contudo, a *Folha* passou a trazer vieses mais críticos de questões geopolíticas, sendo o único jornal a comprar os serviços do periódico *Le Monde*³⁶, o qual trazia um enfoque diferenciado da tendência apenas pró-Estados Unidos durante a Guerra Fria – em comparação aos concorrentes brasileiros.

Tal opção editorial de caráter progressista de críticas trazidas, no nosso caso, de enfoque no noticiário sobre o mundo somava-se à utilização crescente de correspondentes, *stringers*, entre outros profissionais e, também, no uso maior das agências de notícias United Press International (UPI), na Agence France Presse (AFP) e Associated Press (AP). Com a passagem dos anos, a *Folha* consolidou-se cada vez mais um jornal de referência para assuntos internacionais (antes chamada editoria *Exterior*) (NATALI, 2004).

Já no caso do *The Guardian*, o jornal tornou-se, em 2014, o segundo *website* de notícias mais lido³⁷, em inglês, mundo afora. Atualmente, sua posição é a de quinto maior site de notícias, de acordo com o *comScore's*³⁸, na categoria de jornais noticiosos. Isso o deixa atrás apenas do conglomerado da *BBC*, do *Daily Mail's Mail Online*, do site do *News UK* e do *Independent & Evening Standart*.

Além da sua relevância de alcance, a escolha do *The Guardian* para esta pesquisa também está relacionada a sua extensiva cobertura sobre o Oriente Médio, a qual inclui correspondentes internacionais, enviados especiais, *stringers* e comentaristas. Levando em conta as políticas britânicas históricas para a região, o jornal possui relações ao longo dos anos com o sionismo³⁹.

³⁶ Hoje também utiliza materiais do *The New York Times* e do *The Independent*, esporadicamente.

³⁷ *The Guardian overtakes New York Times in comScore traffic figures* (*The Guardian*, 21 Oct 2014, URL: <https://www.theguardian.com/media/2014/oct/21/the-guardian-overtakes-new-york-times-in-comscore-traffic-figures> Acesso: 10 Abril 2019. Isso significava cerca de 55,8 milhões de leitores.

³⁸ Disponível em: <https://www.comscore.com/Insights/Rankings> Acesso: 10 de abril de 2020.

³⁹ Para maior aprofundamento de detalhes históricos ver capítulo 04. E sobre as intrincadas relações entre Reino Unido e o suporte a Israel, David Cronin (2017).

Em termos de comentaristas sobre a Palestina-Israel, é notável a tentativa do jornal trazer diversos convidados e vozes opinativas sobre os acontecimentos — desde acadêmicos, escritores, ativistas a jornalistas, entre outros. Isso faz parte da política do jornal na sessão chamada *Comment is Free* (Cif), lançada em março de 2006.

De acordo com Daphna Baram (2008), em relação à questão palestino-israelense⁴⁰ — existe “uma falta de representação para visões mainstream e da direita israelense, e quase total ausência de palestinos e outras vozes árabes”⁴¹ (BARAM, 2008, p. 15).

Para obter as matérias jornalísticas do *The Guardian* a serem utilizadas no nosso *corpus* de análise, foi conduzida pesquisa na base de dados *Nexis UK*⁴². Foram consideradas as notícias publicadas a cada duas semanas antes e duas semanas após o dia considerado como início de cada acontecimento (*data média*), como forma a proporcionar um contexto mínimo para o surgimento de determinados fatos e acontecimentos. Como o *Nexis UK* não contempla os arquivos da *Folha de S. Paulo*⁴³, utilizamos, por sua vez, a própria ferramenta de buscas de arquivos disponibilizada pela *Folha* aos assinantes.

No caso de sobreposição na data dos acontecimentos, foram consideradas as matérias publicadas no período de intersecção. As palavras-chaves utilizadas no *The Guardian* foram ‘Israeli AND Palestinian’⁴⁴, assim como ‘Israel AND Palestine’. A

⁴⁰ Embora tenham continuado com os esforços de pluralidade de vozes nesse espaço, observamos durante a análise que a observação de Baram ainda é pertinente. Contudo, nosso enfoque se deu para as chamadas notícias *hard news* e não nos comentários da Cif. Apesar disso, algumas das reflexões da Cif podem ter entrado em forma de contextualização dos acontecimentos analisados. De qualquer modo, fica a possibilidade para pesquisas futuras.

⁴¹ No original: “the shortage of representation for mainstream and rightwing Israeli views, and the almost total absence of Palestinian and other Arab voices”.

⁴² De acordo com a descrição deste serviço pela City, University of London Library, a *Nexis* é usada para “pesquisa e referência cruzada em mais de 1000 fontes atuais de notícias no Reino Unido e internacionais, incluindo revistas e jornais comercializados. É atualizada diariamente, mas não inclui figuras/diagramas.” Este é o motivo pelo qual as matérias jornalísticas levantadas para esta pesquisa também serão verificadas na versão online do *The Guardian* para informações complementares para contextualização, caso disponíveis (por exemplo, fotos, figuras, diagramas, hiperlinks ou informações multimídia).

⁴³ A base de dados *Nexis UK* dá acesso à agência de notícias da *Folha de S. Paulo – Folhapress* – a qual geralmente não cobre assuntos internacionais. A *Folhapress* é muito limitada, por não ser serviço principal do grupo *Folha de S. Paulo* – o qual inclui os jornais impresso e online, assim como o portal multimídia UOL. Assim, não foi possível recolher dados da *Folha* no sistema *Nexis*, por isso este estudo seleciona as matérias jornalísticas no arquivo de dados da *Folha* digital – o qual dá acesso aos PDFs das edições impressas do jornal.

⁴⁴ Tal combinação engloba a nomenclatura ‘Israeli-Palestinian conflict’, assim como identificações de diferentes grupos, seja de palestinos ou de israelenses nas narrativas jornalísticas.

dupla pesquisa com essas palavras-chaves nos levou a comparar e excluir arquivos repetidos. Este estudo também considerou a ferramenta *Nexis* de ‘três ou mais menções’ (em inglês ‘three or more mentions’). Portanto, as histórias e narrativas incluem matérias acima de 300 palavras.

Portanto, no *The Guardian*, foram considerados apenas os textos nos quais as palavras-chave são mencionadas três ou mais vezes ao longo das manchetes, primeiro e segundo parágrafos. Contudo, durante a seleção, foram notados materiais significativos para análise para além do *lead* clássico, em narrativas próximas ao jornalismo literário (ou Novo Jornalismo em alguns casos), textos de contextualização, opinião e comentários — os quais não repetem as palavras-chave no início das narrativas. Os textos foram divididos em tamanho curto (100-300 palavras); médio (300-600); e longo (600 ou mais). Para tanto, excluimos os arquivos curtos, visto que 95% deles eram cartas de leitores, não necessariamente relacionados aos acontecimentos abordados. Os outros 5% podem ser considerados para as análises como material de suporte e contextualização

Esse nível de detalhamento não foi possível repetir na *Folha de S. Paulo*, pois o sistema de busca apenas identifica as palavras-chave e as páginas do jornal na qual foi publicada (em PDF), sem contagem de tamanho do texto ou outras características. Baseados nisso, ambos sistemas de buscas requerem certo nível de seleção manual, o que nos levou a excluir, por exemplo, resenhas literárias, entrevistas não relacionadas aos eventos, comentários, opiniões, obituários, entre outros. Munidos dessa informação, para a pesquisa na *Folha de S. Paulo* foram utilizadas as seguintes palavras-chave: ‘Palestinos’, ‘Israelenses’ e ‘Palestina’ e ‘Israel’ pelo período desejado relativo a cada acontecimento.

Como guia geral dos eventos históricos para garimparmos, baseamo-nos na linha do tempo da BBC, visto que nem a *Folha*, tampouco *The Guardian*, disponibilizaram algo do tipo durante nossa coleta de dados. No caso da BBC, os eventos são atualizados de forma razoável. Em seu site, não há referência à Palestina como país, mas como Territórios Palestinos⁴⁵ — tendo como sua última atualização 16 de setembro de 2021⁴⁶.

⁴⁵ Ver: <https://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-29362505>. Acesso em 10 de junho de 2023.

⁴⁶ O último evento relacionado quando conferido, contudo, é de 2019: declaração do governo de Donald Trump, então presidente norte-americano, que não consideraria os assentamentos israelenses na

Por outro lado, a linha do tempo de ‘Israel’⁴⁷ teve sua última atualização em junho de 2021 — com a formação da coalizão do político de extrema-direita, Naftali Bennett, na então tentativa de sucessão de Benjamin Netanyahu. Para tanto, trabalharemos o nosso *corpus* a partir da perspectiva da relação entre Jornalismo e História do Tempo Presente⁴⁸, de forma a focar episódios específicos entre 2009 e 2021.

Isso não significa uma análise de notícias de todos os anos, mas um recorte dos pontos que consideramos cruciais na continuidade da questão palestina-israelense neste período, em uma perspectiva de cobertura jornalística do século XXI e as práticas de jornalismo internacional nos dois jornais em questão.

Em uma primeira garimpagem, foram levantados 18 acontecimentos (até 2019), conforme Anexo 1 (descrição dos fatos gerais dos acontecimentos coletados). Contudo, após a pandemia de Covid-19, decidimos acrescentar um acontecimento mais próximo temporalmente, de 2021. Dessa forma, por motivos qualitativos de tempo e de viabilidade para a presente pesquisa⁴⁹, reduziu-se o escopo a 2 (dois) acontecimentos para possibilitar um melhor nível de aprofundamento e de contextualização.

Nosso enfoque maior foi dado principalmente ao material informativo da cobertura, com artigos de opiniões, editoriais e outros materiais de escopo mais opinativos servindo apenas como complementos contextuais de análise da narrativa. Os acontecimentos selecionados, portanto, são: 1) Guerra em Gaza de 2009; 2) a questão do bairro palestino de Sheikh Jarrah (2021)⁵⁰, a qual representa um microcosmo da situação Palestina-Israel como questão de *longa duração*.

Cisjordânia como ilegais – consolidando um dos maiores entraves para qualquer futuro de coexistência pacífica entre as partes.

⁴⁷ Ver <https://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-29123668>. Acesso em 08 de fevereiro de 2023.

⁴⁸ Cf. capítulo 2.

⁴⁹ Os dados coletados poderão ser aproveitados para análises e abordagens futuras. Em um primeiro momento, o recorte temporal se encerraria entre 2019 e 2020. Porém, com a pandemia, decidiu-se trazer um evento de 2021 para ser analisado na tese – e que trouxesse a complexidade da questão.

⁵⁰ Considerado, até o momento de análise, a pior escalada de violência desde a Guerra em Gaza de 2014 (nomenclatura dada por palestinos) ou Operação Margem Protetora (nome cunhado pelo Exército israelense). Ver, por exemplo, *Israel –Gaza violence: death toll rises as UN Envoy warns over escalation* (The Guardian, 12 de maio de 2021). Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2021/may/12/israel-gaza-violence-death-toll-rises-as-un-envoy-warns-over-escalation> Acesso em 20 de maio de 2023. Já agora em julho de 2023, Israel proporcionou a invasão do campo de refugiados de Jenin, na Cisjordânia, com efeitos ainda incertos. Disponível em: *Israel mata ao menos 8 palestinos na maior incursão à Cisjordânia em 20 anos* (Folha, 03 de julho de 2023). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/07/israel-mata-ao-menos-8-palestinos-na-maior-incursao-a-cisjordania-em-20-anos.shtml> Acessado em 3 de julho de 2023

No primeiro caso, como a Guerra em Gaza de 2009 levou cerca de dois meses de duração, foram consideradas duas *datas médias*, a saber: 1) 27 de dezembro de 2008 (abrangendo o período de 13 de dezembro de 2008 a 10 de janeiro de 2009; e 2) 18 de janeiro de 2009 (englobando a temporalidade de 11 de janeiro de 2009 e 01 de fevereiro de 2009).

De acordo com os critérios explicados anteriormente, o *The Guardian* possibilitou 198 resultados passíveis de análise, enquanto a *Folha* 151 arquivos acerca do evento um – que depois passaram por processo de seleção manual que levasse em conta nossa pergunta de pesquisa de forma qualitativa pela Análise Crítica da Narrativa. Já no caso do acontecimento dois, a data média foi 7 de maio de 2021 e nosso período de coleta de materiais para análise se deu entre 23 de abril e 9 de junho de 2021. Foram coletados 141 arquivos pelo *The Guardian* e 39 pela *Folha*.

Para a análise aprofundada qualitativamente pela Análise Crítica da Narrativa, foram selecionados 34 itens no total: 18 do *The Guardian* e 16 da *Folha* de S. Paulo (conforme Anexo 2). No caso da *Folha*, as matérias dividem espaço com mais de uma produção noticiosa ou opinativa no PDF disponibilizado pelo sistema. Pelo fato da diagramação ser *fac-símile* da página do jornal impresso, as produções jornalísticas foram consideradas como um só arquivo no total. Porém, mais de uma matéria dividindo o espaço pode ter sido levada em conta na análise narrativa.

Descartamos a utilização da Análise de Conteúdo (AC) na nossa pesquisa atual para focarmos na narração do conflito com acontecimentos narrativos, seus personagens e encadeamento de eventos com enfoque em aspectos culturais e contextuais – para além da questão puramente informativa das matérias de *hard news* e entrevistas analisadas.

Assim, decidimos não dividir a análise em partículas de palavras apenas – comum em outras pesquisas de AC e de linguagem; mas expandir sua investigação pelo viés cultural nas representações das alteridades. Contudo, há a possibilidade de um caminho metodológico que englobe os dois métodos – não escolhido para o presente trabalho.

1.5. Análise Crítica da Narrativa e o acontecimento-intriga

No âmbito da Análise Crítica da Narrativa (ACN) (MOTTA, 2013), portanto, o olhar lançado ao objeto assume uma atitude analítica calcada nos processos de produção das narrativas tanto em seus contextos, inclusive culturais, como na sua

recepção. A análise da comunicação narrativa assume, então, a busca em revelar os jogos de poder e relações de forças nas interconexões discursivas interpessoais e coletivas.

Dessa feita, os sentidos nessa perspectiva são coconstruídos pelos sujeitos, grupos e instituições presentes no ato narrativo e interpretativo. A teoria-metodologia da ACN adota uma perspectiva pragmática, na qual o ato comunicativo deve levar em conta tanto os fatores extralinguísticos, entorno cultural, posição dos interlocutores, intenções e estratégias argumentativas e discursivas. Afinal, argumenta Motta, “a luta ideológica é permanente, enquanto houver assimetria social” (2013, p. 23). E na situação palestino-israelense, isso é uma característica constante.

Com outras palavras, ao adotar a pragmática, a ACN observa a narrativa como fenômeno cultural que ultrapassa a visão apenas conteudística de análises – na nossa pesquisa focada no jornalismo internacional. Ela não é somente um produto ou obra fechada em si mesma, limitada a sua estrutura interna, mas amplia-se para o nível das relações culturais.

Em termos metodológicos, portanto, sua filiação baseia-se em uma narratologia que se coloca como uma teoria interpretativa da cultura, sendo por isso uma técnica hermenêutica em diálogos com aspectos fenomenológicos — isto é, interessada nos significados e sentidos revelados pelas intenções comunicativas apresentadas ao analista durante seu processo analítico. Para tanto, é preciso dividir as instâncias do discurso narrativo em três categorias.

Elas não são estanques, tampouco hierarquizadas, mas sua diferenciação ajuda metodologicamente para efeitos de análises. A primeira delas é denominada *plano de expressão* (linguagem ou discurso); a segunda chama-se *plano da história* (ou conteúdo); por fim, existe o *plano da metanarrativa* (tema de fundo).

Enquanto os dois primeiros possuem caráter mais estético, o terceiro tem aspectos culturais e/ou ideológicos. A análise da narrativa foca principalmente no plano da história⁵¹ (sequência das ações, encadeamentos, intriga, cenário, conflitos, personagens etc.), complementado de forma muito próxima com o plano de expressão e suas intenções comunicativas (efeitos de sentido⁵² e construção do clima da

⁵¹ É o momento da diegese, isto é, o universo de significação, o ‘mundo possível’ produzido pela narrativa (REIS; LOPES, 1988) – tanto fático como fictício.

⁵² Para o jornalismo é a forma (manifesta ou camuflada) de construir efeitos de realidade e veracidade por meio de recursos de linguagem que façam aquela narrativa parecer factual, objetiva e verdadeira –

história⁵³). Já a metanarrativa engloba as fábulas, temas de fundo e modelos de mundo. Diz respeito a temas ou motivos de fundo ético e moral, transcrevendo as ações de e para uma história a partir de elementos pré-textuais culturais (fé, confiança no futuro, mitos, imaginários etc.).

Sabendo desse primeiro passo metodológico, aprofundaremos a análise focando nos níveis de poder nas narrativas jornalísticas, inspirada no estudo de domínio de vozes de Gérard Genette. Para Motta (2013), nessa parte da ACN existe uma hierarquia desses poderes calcada em constantes negociações, os quais operam de fora para dentro. Dessa feita, o primeiro narrador (narrador-jornal), possui características extradiegéticas (fora da história) e flui, então, para o segundo narrador (narrador-jornalista) — que é intradieético (já está dentro da história). Por fim, o terceiro narrador (narrador-personagem), o qual também é intradieético, complementa esse ciclo negocial.

Aprofundando, o primeiro narrador é, portanto, o veículo (jornal, revista, telejornal, portal) e possui o intuito de *vender e comercializar* as histórias, de forma a convencer o receptor a ter vontade de ler e consumir o jornal. Seu principal objetivo é despertar a vontade de saber aliada à vontade de verdade, conforme Michel Foucault defendia, “mostrando como estas vontades se transformam historicamente a partir da evolução da ciência e da filosofia” (BENETTI, 2010, p. 152).

Já o segundo-narrador diz respeito ao jornalista, a voz enunciativa da narração. É ele quem seleciona os fatos e tece a intriga, com suas ações, personagens e conflitos. Subordinado a questões institucionais vindas do primeiro-narrador, seu papel também é negociar com as fontes para tentar entender seus valores e percepções para construir as histórias a serem contadas.

Por fim, o terceiro-narrador (personagem ou personagens) são as próprias fontes (vozes escutadas ou silenciadas). Embora esteja em certo grau submetida ao primeiro e segundo narradores, possuem relativa autonomia por causa da sua vivência, individualidade e identidade. E seu *status* de importância e papel social podem definir seu alcance de participação no ato narrativo. Afinal,

todas as implicações filosóficas e práticas que isso proporciona para o campo jornalístico. Podem ser utilizadas estratégias como metáforas, comparação, *flashbacks*, *flashforward*, frequência de palavras ou expressões, planos de enquadramento (quando o foco é nas imagens, por exemplo), em diante.

⁵³ Elementos como tensão, medo, espera, riso etc.

Narrar é estabelecer um modo de compreensão do mundo, de configurar experiências e realidades, de *comunicar-se com o outro*. As narrativas, portanto, encontram-se difundidas por diferentes realidades e tempos históricos, têm claramente uma dimensão antropológica e envolvem tanto uma pragmática quanto um conjunto de mediações diversas (LEAL, 2013, p. 28, grifo nosso).

No caso das análises das narrativas jornalísticas, elas tornam-se um meio caminho entre a análise da narrativa literária (ficcional) e a análise da narrativa histórica (fática) (MOTTA, 2013). No âmbito da hermenêutica narrativa de Paul Ricoeur, a significação social da experiência humana precisa passar pelo processo de organização dos sentidos no que ele denomina de ‘síntese do heterogêneo’ (RICOEUR, 1994), fator que é conduzido na elaboração da intriga e as transformações da nossa experiência do tempo (entrelaçamentos entre presente, passado e futuro) da mesma forma que ele se torna humano por meio da tríplice mimese (ou círculo hermenêutico) narrativa.

Sendo o narrar um ato comunicacional (CARVALHO, 2012), a tríplice mimese⁵⁴ rompe com concepções lineares (emissor/mensagem/receptor) e (re)afirma as múltiplas mediações e relações dialógicas entre sujeito e linguagem — atravessados pelo princípio da alteridade.

Nesse sentido, a *mimese I* é o ato de pré-configuração do mundo, no qual os acontecimentos existem independentemente das significâncias humanas, isto é, são as condições históricas e sociais que tornam possível a narrativa. A partir da *mimese II* (configuração), quando começamos a contar uma história, é o momento no qual fazemos o ordenamento do mundo, selecionando os elementos existentes na realidade cultural na qual estamos inseridos, para combiná-los.

Pensando no jornalismo, seria o momento de recomposição dos fatos dos acontecimentos (espaço da síntese do heterogêneo). É aqui, pela Análise Crítica da Narrativa, que se inicia o acontecimento-intriga⁵⁵. Por fim, a *mimese III* (refiguração) diz respeito ao ponto de intersecção entre leitor e o mundo do texto. A prática da leitura atualiza sentidos do texto narrativo, reconstruindo significações, compreensões e interpretações do mundo significado através das narrativas produzidas.

⁵⁴ Para Ricoeur (1994), a mimese – como imitação – é uma metáfora da realidade. De outra forma, refere-se à realidade não como cópia, mas para lhe trazer novas leituras interpretativas e novos significados.

⁵⁵ Ajuda a definir a tema da história narrada, recompõe sequências temporais, constrói-se nova ordem lógica para as fragmentadas narrativas jornalísticas.

Capítulo 2: Acontecimento jornalístico e história do tempo presente

2.1. *Entre Journalismos e História*

Tanto na filosofia (ŽIŽEK, 2014) quanto na construção da historiografia (RICOEUR, 1994; DOSSE, 2013; NORA, 1974, entre outros) e no jornalismo (BENETTI; FONSECA, 2010; MEDITSCH, 2010; SILVA, 2013; FRANÇA; OLIVEIRA, 2012; CHARAUDEAU, 2018; LAGE, 2013; RESENDE e ROSSIGNOLI, 2015; e outros), o conceito de acontecimento tem perpassado diferentes abordagens, campos de conhecimento e escolas, à medida do seu desenvolvimento em discussões epistemológicas e metodológicas.

Portanto, não foi de início que a ideia do entrelaçamento entre atualidade e acontecimento colocou-se como próxima ao ofício do historiador, tal como ela geralmente é apontada ligada diretamente ao trabalho dos jornalistas. Ainda hoje, é parte do senso comum a concepção de que os historiadores devem preocupar-se em reconstituir fatos do passado, enquanto o jornalismo se preocuparia apenas com o presente. Contudo, é interessante ressaltar que “historiadores não detém monopólio de voz do passado nem jornalistas do presente” (MARCILIO, 2013, p. 54).

Tal relação historiográfica com o passado tem implicação direta com o positivismo e seu cientificismo, segundo os quais os fatos/acontecimentos históricos precisavam ser redescobertos tal como haviam ocorrido, de modo que não se considerava sua parcela de construção e interpretação histórica por parte do historiador. Para o jornalismo, o mesmo fator do edifício epistemológico racionalista-positivista influenciou por mais de dois séculos as práticas profissionais jornalísticas, com efeitos ainda hoje (MEDINA, 2008).

Com viés eurocêntrico⁵⁶, essa perspectiva é fruto de processo histórico iniciado nas transformações do feudalismo europeu (Idade Média) para a Idade Moderna e o fortalecimento da burguesia europeia. A partir das grandes navegações e desenvolvimento do capitalismo mercantil, o mundo passava a ser compreendido pelos europeus saindo de um aspecto fortemente religioso medieval (com influência católica principalmente) — entendendo Deus como o centro do universo — para o mundo no qual o homem é visto como centro do universo, o denominado

⁵⁶ Pesquisas como a do antropólogo Jack Goody (2008), refletem e questionam como invenções (pólvora, bússola, papel, macarrão etc) e valores (democracia, capitalismo, individualismo, entre outros) têm origens em diferentes culturas (muitas vezes orientais), embora não seja dado os devidos créditos por causa do viés ocidentalizado e etnocêntrico difundido pela historiografia ocidental.

antropocentrismo.

Para tanto, a formação do conhecimento traria forte retomada de um racionalismo inspirado na cultura greco-romana e filósofos clássicos. É um contexto de mudanças científicas e do aparecimento do humanismo com o Renascimento entre os séculos XIV e XVII. Nomes como René Descartes (1596-1650) ganham influência na transição de meados do século XVII para o XVIII, solidificando as bases do racionalismo científico.

Autor da frase ‘penso, logo existo’, Descartes buscava separar mente e razão; homem-natureza; corpo e mente; sujeito e objeto; a partir de quatro principais premissas: 1) não aceitar como verdadeiro nada que não tenha passado pelo crivo da razão; 2) tudo aquilo que aparece como complexo pode e deve ser dividido em tantas partes quanto necessário para resolver a problemática colocada; 3) após simplificar o complexo, deve-se ordenar de novo suas partes para alcançar a verdade; 4) é preciso sempre revisar e verificar as verdades científicas.

Em outras palavras, a filosofia cartesiana desenvolvida por ele percebia a possibilidade de uma verdade absoluta que poderia ser alcançada por métodos, fator que influiu na produção de conhecimento durante muito tempo, em especial nas chamadas ciências naturais. Existiria, portanto, hierarquias e classificações entre as disciplinas e campos do saber emergentes na compreensão da realidade como ela é.

Fatos naturais, como a Lei da Gravidade, descoberta por Isaac Newton (1642 — 1727), ajudaram no aceite das concepções filosóficas de Descartes. Isso porque, por meio da matemática e física, era possível descrever os fenômenos da natureza de forma racional e metódica, com características universais. Portanto, a imagem do homem racional e científico é libertada do dogma e da intolerância das chamadas sociedades tradicionais (vistas como muito ligadas às religiões, com identidades essencializadas e realidades mais estáticas calcadas nas tradições das populações, em geral vivendo em espaços rurais).

De acordo com a história do jornalismo ocidental, os jornais no século XVII começavam a se tornar fonte regular de informações, desencadeando no século XVIII e XIX, com a Revolução Industrial, no *boom* das Revistas Ilustradas e outras publicações — com enfoques mais informativos (principalmente na tradição norte-americana) ou opinativos (exemplos como o europeu).

Segundo Stuart Hall (2006), essa percepção racionalista adentra o século XVIII, influenciando diretamente os ideais do Iluminismo e positivismo. Nesse

contexto, o sujeito iluminista é entendido como aquele baseado no indivíduo centrado, unificado e dotado de capacidades de razão. Aliado às discussões do desenvolvimento do liberalismo com base burguesa (direitos individuais, propriedade privada, livre comércio) e críticas ao Antigo Regime absolutista, a Europa adentra a chamada Era das Revoluções — entre 1789 a 1848 (HOBSBAWM, 2012).

Seriam elas: Revolução Francesa; Revolução Norte-Americana; crescimento dos nacionalismos e ideias de Estados-nação; Revolução Industrial com a transformação da sociedade tradicional para a chamada sociedade complexa e industrial (com o urbanismo, mudanças da temporalidade da vida cotidiana — cada vez mais acelerada —, desenvolvimento maior de tecnologias e apreço pela individualidade — em contraposição à característica da coletividade das sociedades tradicionais).

Nomes como do filósofo da ciência Auguste Comte (1798-1857) são inspirados pelo empirismo inerente das ciências exatas e da natureza, com seus ‘fatos naturais’, tentando replicar as características desses campos do conhecimento em outros contextos, como nas emergentes ciências humanas. Comte, inclusive considerado um dos pais da Sociologia, chamava a disciplina inicialmente como ‘física social’. Seu intuito seria aplicar métodos de observação e experimentação das ciências da natureza no entendimento das sociedades.

Sintonizado com ideias evolucionistas, Comte estabelece três estágios teóricos no estabelecimento das raízes do positivismo na trajetória intelectual da humanidade: a) *estado teológico*: estado da imaginação ou fictício, baseado nas influências sobrenaturais, ou seja, as narrativas míticas e religiosas para explicar os fenômenos naturais; b) *estado metafísico*: formulação de teorias racionais sobre as causas e efeitos da origem e destino do homem; c) *estado positivo*: para encontrar respostas sobre fenômenos (naturais ou sociais) é preciso procurá-los na próprios fenômenos, é o regime definitivo da razão. Nele, a observação é a única forma possível de acessar os conhecimentos e a verdade.

Esse tom positivo evolucionista abordado por Comte dividiu hierarquicamente as ciências a partir da precisão que trariam no projeto modernista: 1) Matemática e Astronomia; 2) Física e Química; 3) Biologia e Sociologia. Esses eram os principais campos de pesquisa em seu tempo de vida. Os princípios positivistas, como objetividade, neutralidade e impessoalidade seriam o destino final em sua percepção.

Todos estes aspectos influenciaram o campo prático e de pesquisa — em diferentes graus de amadurecimento — de variadas disciplinas. A construção do saber sobre a comunicação e jornalismo, durante muito tempo, foi erigida nesse edifício epistemológico. As pesquisas passaram, então, pelo caráter funcionalista (estímulo-resposta) e teórico-crítico (focado no público receptor), cuja lógica constituíram o pensamento inicial dos operadores do discurso jornalístico tradicional (RESENDE, 2002).

2.2 O jornalismo como forma de conhecimento

No caso da História, a relação entre sujeito (pesquisador) e objeto era entendida, no início, como direta e causal, tendo como centro do processo histórico os eventos políticos, administrativos, diplomáticos, religiosos e militares, em um suceder cronológico coerente. Esta visão procurava, então, fundamentar a história como estudo do passado, separado do presente, ao passo que também tentava entender esse passado por uma ideia de encadeamento contínuo de acontecimentos (NORA, 1979).

Essa corrente, frequentemente chamada de “positivista”, tinha como principal eixo a escola histórica chamada metódica. Surgida e desenvolvida principalmente na Alemanha e França, sua influência predominou nos estudos históricos entre 1870 e 1940. A proposta visava impor uma pesquisa científica sem qualquer pretensão filosófica, com o intuito de produzir trabalhos pautados pela objetividade absoluta da história; seus adeptos acreditavam na capacidade da aplicação de técnicas rigorosas para analisar fontes documentais e organizar seus vestígios na compreensão dos fatos ocorridos.

Nas Teorias da Comunicação e nas Teorias do Jornalismo, isso originou, por exemplo, a chamada Teoria do Espelho (TRAQUINA, 2016; PENA, 2007), na qual discutia-se que as notícias são como são porque assim a realidade as determinaria. Elas funcionariam, então, como um espelho e reflexo da realidade, ignorando fatores intervenientes — subjetivos ou intersubjetivos — na elaboração das produções.

Como consequências da Teoria do Espelho, os jornalistas são vistos como: uma espécie de comunicador desinteressado (isto é, sem interesses políticos ou pessoais para desviarem sua ‘missão de informar’ — ‘doar a quem doar’ o relato da verdade apurada). De outra forma, cria-se o mito profissional do jornalista como apenas observador e mediador equilibrado dos acontecimentos narrados.

Assim, a expectativa positivista do apagamento do pesquisador (podemos

adicionar aqui: do narrador-jornalista⁵⁷ clássico, na maioria dos casos) por trás dos textos, estaria pautada em: documentos escritos; testemunhos voluntários — alvarás, decretos, correspondências, manuscritos diversos; não se levava em conta documentos não escritos, como sítios arqueológicos — embora estes já pudessem refletir a vida econômica de uma sociedade, sua estrutura social ou organização militar, por exemplo; tampouco se pensava nos testemunhos involuntários — como manuais de confissões religiosos — ou fontes orais. Ou seja, a concepção de documento era reduzida e limitada nesse paradigma (BOURDÉ; MARTIN, 2018).

No caso do jornalismo, começa-se a pensá-lo, dentro do quadro das teorias sociais, como uma forma de produção de conhecimento. Para Eduardo Meditsch (1997; 2010) é possível dividirmos três abordagens do jornalismo como conhecimento. Na primeira delas, ainda muito embebida nesse viés positivista, tinha-se uma visão simplista e deturpada do jornalismo; para ela, o jornalismo não produziria conhecimentos válidos, mas sim ajudava na degradação do saber, por estar à margem do método científico.

A segunda forma de abordagem ainda situava o jornalismo como uma ciência menor, mas “não de todo inútil” (MEDITSCH, 1997, p. 2). Aqui nomes como Max Weber (1864-1920), Walter Lippmann (1889-1974) e, principalmente, Robert Park (1864-1944) passam a refletir em variados graus sobre a notícia e sua estrutura. Principalmente Park, que foi repórter e trouxe algumas das suas práticas de jornalista como formas de métodos de pesquisa para a sociologia desenvolvida na Escola de Chicago (PONTE, 2005).

Em seu principal artigo sobre o assunto, *News as a form of knowledge* (1940)⁵⁸ o autor aborda a discussão da notícia como uma forma de conhecimento, mais diretamente. Adotando a filosofia pragmática de William James, ele aponta dois tipos fundamentais de conhecimento: *acquaintance with* (conhecimento-

⁵⁷ Aquele que tenta não se colocar no texto, para suposta impessoalidade. Hoje há diversas experiências práticas e estudos que trabalham modos de narrar jornalísticos inovadores ou diferentes, marcados pelos testemunhos, pela subjetividade e afetos, subvertendo a lógica da imprensa convencional *mainstream* pautada pela objetividade — ainda um dos reflexos do positivismo. Tal mudança de paradigma perpassa produções de grandes reportagens, jornalismo literário, jornalismo em quadrinhos, livros-reportagens, virada autoral do narrador-jornalista (ao colocar suas percepções na produção), entre outros. Ver, por exemplo: Vinícius Pedreira Barbosa da Silva (2017); Vinícius P. B. da Silva e Célia Ladeira Mota (2020); Ana Cláudia Peres (2014); Cremilda Medina (2006; 2008); Fernando Resende (2002; 2012); Beatriz Marocco *et al* (2019), Silvano Santiago (2000), entre outros.

⁵⁸ Traduzido em A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento (PARK, 2008).

familiaridade) — conhecimento não sistemático, intuitivo ou de 'senso comum'; e *knowledge about* (conhecimento das coisas)⁵⁹ — formal, racional e sistemático. Ambas formam um *continuum*, com diferentes graus de precisão e validade. E, dentro da gradação dos dois, existe a notícia em um nível intermediário — sendo “uma das primeiras e mais elementares formas de conhecimento” (PARK, 2008, p. 66).

Em outras palavras, a notícia não faz parte do senso comum, mas também não chega a ser científica (embora utilize métodos de coleta também), sendo importante para nós sua argumentação de que elas ajudam os indivíduos a interpretar as realidades que os rodeiam, afetando-os em diferentes intensidades. Há, aqui, uma concepção inicial de singularidade⁶⁰ e especificidade do conhecimento jornalístico, embora pouco desenvolvida por Park. A veia aberta pelo pesquisador, contudo, leva à terceira abordagem do jornalismo como conhecimento que, segundo Eduardo Meditsch (1997), pode ser entendida da seguinte maneira:

O Jornalismo não revela mais nem revela menos a realidade do que a ciência: ele simplesmente revela diferente. E ao revelar diferente, pode mesmo revelar aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar. [...] O Jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais (MEDITSCH, 1997, p. 3).

Tal concepção vai se inserir na linha de construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 2014) que o jornalismo fará parte (ALSINA, 2009; MEDITSCH, 2010, TUCHMAN, 1978; GENRO FILHO, 2012, entre outros). Mas assumimos a postura não de uma construção da realidade total (como se o jornalismo construísse a realidade *per se*), mas sim sempre negociada por outras instituições e atores sociais. E isso diz respeito às representações de alteridades.

Nessa perspectiva, ao relacionarmos a produção de conhecimento no jornalismo e suas possíveis relações com a História do Tempo Presente, é preciso voltarmos à historiografia um pouco. Em meados do século XIX, o historiador alemão

⁵⁹ Quando alcança algum grau de exatidão ou precisão. Para Park, há três tipos fundamentais de conhecimento científico: “(1) filosófico e lógico, que trata primariamente das ideias; (2) história, que trata de eventos; e (3) as ciências naturais ou classificatórias, que tratam das coisas” (PARK, 2008, p. 55).

⁶⁰ Adelmo Genro Filho traz reflexão essencial sobre isso em sua proposta de teoria do jornalismo, a partir do diálogo com teorias marxistas, em especial a estética de Lukács. Grosso modo, o jornalismo inaugura uma nova possibilidade epistemológica correspondente à “cristalização de uma nova modalidade de percepção e conhecimento social da realidade através de sua reprodução pelo ângulo da singularidade” (GENRO FILHO, 2012, p. 207).

Leopold von Ranke elabora cinco postulados teóricos, que seriam a base para os estudos metódicos históricos: 1) historiador não deve julgar o passado nem instruir seus contemporâneos, sua responsabilidade é dar conta do que realmente passou; 2) não deve existir nenhuma relação entre o historiador e o fato histórico. Dessa forma, ele consegue ser imparcial na percepção dos fatos; 3) a história existe em si mesma, objetivamente, tem forma dada e estrutura definida; 4) o modelo é mecanicista, isto é, o historiador registra o fato como o espelho registra a imagem de um objeto (implicação clara na teoria do espelho das teorias da Comunicação); 5) documentos confiáveis e fatos constroem narrativas históricas, que são organizadas e interpretadas por si mesmas, sendo possível conhecer a verdade histórica (BOURDÉ; MARTIN, 2018, p. 190).

Todavia, de acordo com Jean-Pierre Rioux (1999), tais percepções ignoram a importância das hipóteses de trabalho de cada abordagem produzida pelos historiadores, os quais criam o próprio recuo e recorte, ou seja, suas escolhas também atravessam as pesquisas, trazendo características subjetivas, ao contrário do que o positivismo pregava sob o manto retórico da objetividade.

Tal visão positivista fica clara com as produções historiográficas fruto da escola metódica. Por outro lado, diferentemente do pregado, percebia-se a construção de discursos ideológicos dos estudos, os quais chegaram a alimentar propagandas nacionalistas, construção de imaginários de heróis e a produção de argumentos justificando conquistas coloniais (BOURDÉ, MARTIN, 2018).

No período entre-guerras do século XX, especialmente na França, surge um paradigma crítico a esse modelo, que seria chamado de *Escola dos Annales*, com os principais representantes sendo Lucien Febvre e Marc Bloch. Esta primeira fase dos *Annales* ganha força com a criação da revista *Annales d'histoire économique e sociale* e do crescimento da importância da sociologia de Émile Durkheim e Marcel Mauss.

O grupo dos *Annales* critica fortemente a escola metódica, apontando quatro grandes problemáticas: 1) só confere atenção aos documentos escritos e aos testemunhos voluntários (decretos, cartas, relatórios, entre outros), enquanto documentos não escritos e testemunhos involuntários (vestígios arqueológicos, séries estatísticas etc.) eram deixados de lado, ainda que informassem sobre as atividades humanas; 2) coloca ênfase no fato singular, no tempo curto (batalhas específicas, por exemplo). Uma outra abordagem seria possível a partir de um tempo longo, para apreender a vida das sociedades por fatos ordinários e repetidos — estudos dos

cotidianos; 3) privilegia fatos políticos, diplomáticos, militares, negligenciando fatos econômicos, sociais e culturais; 4) evita engajar-se em debates e arriscar interpretações (BOURDÉ, MARTIN, 2018).

Aliado a isso, surge o pensamento presentista⁶¹, nos EUA e Grã-Bretanha, durante os anos 1930 e 1940, contestador dos pressupostos de Ranke. É nesse momento que emergem questionamento das singularidades históricas e do político como espaço privilegiado na historiografia (PONTES; SILVA, 2010) — e podemos dizer também para o jornalismo. Para Marc Bloch, por sua vez, é preciso problematizar a relação entre passado e presente.

Dessa forma, o presente também passa a ser importante para o entendimento do passado, o que traz a concepção de duração histórica e os estudos dos contextos na formação das mentalidades de uma época. A interdisciplinaridade também começa a ser vista com outros olhos, podendo produzir estudos transversais.

Pelo lado da História, via-se como necessário ao historiador ter algum tipo de recuo temporal para analisar historicamente o passado. Era preciso fazer os documentos falarem, como se o olhar do historiador ao seu objeto de estudo não construísse (ou enquadrasse) os acontecimentos analisados. Desse modo,

A essa concepção positivista ainda não se haviam acrescido as compreensões científicas da indeterminação nos processos materiais e sociais, a noção de caos dinâmico, compreensão de atos emancipatórios imprevisíveis. Tampouco havia sido incorporada a noção de produção simbólica, que transcende fenômenos aparentes. A dureza do espírito positivo, no entanto, persiste na metodologia atual, de certa forma ainda avessa à visão de mundo que emerge na crise de paradigmas e restaura a imaginação poética (MEDINA, 2008, p. 19).

Dentro das ciências humanas, portanto, o sujeito sociológico (HALL, 2006) — no qual estaria incluída certa essência interior — começa a ser questionado com a percepção da existência da construção social contínua na relação com mundos culturais exteriores — na interpretação de uma gama de fenômenos sociais não explicáveis pelos paradigmas das ciências naturais ou exatas.

As relações do ser humano estão longe de serem naturais e universais como se pensava, mas sim construídas em contextos sociohistóricos e culturais; formas

⁶¹ O presentismo traz um regime de historicidade tendo o presente como fator determinante da/na experiência histórica (MORAES; SOUZA, 2017, p.148). É uma característica fundamental para pesquisas dos critérios de noticiabilidade no jornalismo, por exemplo.

simbólicas, comunicação interpessoal e ideologia são elementos fundamentais, então, na constituição do sujeito pós-moderno — não possuidor de identidade fixa, essencial ou permanente como se pensava no sujeito iluminista; aqui, ao contrário, as identidades⁶² são compreendidas como celebração móvel (definida cultural e historicamente, não biologicamente).

Já nos anos 1950 e 1960, na segunda fase dos *Annales*, Fernand Braudel discute a ideia de longa duração, influenciado “em estudos de forte cunho estruturalista, preocupados com a serialização temática associada a variantes quantitativas, repetições de ações e fenômenos” (PONTES; SILVA, 2010, p.47). Busca-se, então, entender a História a partir de grandes ciclos.

Para Braudel, a história se dividiria em três planos espaço-temporais, a saber: tempo geográfico; tempo social; e tempo individual. O primeiro deles seria relativo a uma história quase imóvel, a qual traria a relação entre homem e o meio/natureza que o cerca, ou seja, em um ritmo lento de transformações. O tempo social é aquele dos grupos e agrupamentos, com contribuições importantes para a história econômica. Por fim, o tempo individual seria aquele focado no indivíduo, com rápidas mudanças e uma temporalidade mais curta, como em casos de guerras e conflitos.

Diferente de Braudel, trabalhamos próximos da teoria do tempo de Reinhart Koselleck, para quem a temporalidade histórica faz parte de uma divisão temporal em estratos, a qual perpassa variadas durações e origens, ainda que elas possam atuar simultaneamente. Koselleck afirma que estes estratos separam os tempos históricos dos tempos naturais⁶³ a partir de três categorias, que podem ser relacionadas com o jornalismo: 1) singularidade: o que hoje nos atrai de forma diferente do que foi ontem; 2) repetição: como o nome diz, repete a organização e as estruturas com ordem lógica da vida, podendo também fazer surgir eventos singulares; 3) transcendência: tempos históricos que se estendem por gerações, baseadas, portanto, na *longa duração*. Estas divisões permitem inferir diferentes velocidades, mudanças ou atrasos, do tempo.

Dessa forma, com a percepção das dimensões temporais (passado, presente e futuro) e suas interconexões, é possível dizer que “toda história é história temporal, e

⁶² Identidades podem ser formadas, por exemplo, da seguinte forma: identidade socialmente imposta (externa, violência) ou identidade pessoalmente escolhida (individual).

⁶³ Concebido como sendo o tempo imposto ao homem, isto é, ele é preestabelecido naturalmente, tal como no caso do ciclo do sol e a medida dos anos, meses, dias e horas.

toda história foi, é e será uma história do presente” (KOSELLECK, 2006, p. 201). Tal noção dá uma dimensão singular para a questão palestino-israelense e seus contextos.

Há, portanto, uma demanda social em explicar o que estamos vivenciando enquanto atualidade, principalmente com a aceleração da comunicação e informação, mas isso não significa que ela seja estruturante por si só, sem atravessamentos de sentidos e experiências de vida de e para outras temporalidades.

Em outras palavras, o tempo não é tomado como algo natural e evidente, mas como construção cultural que traz formas de relação entre o que já é conhecido ou experimentado (chamado pelo autor como ‘espaço de experiência’) com o passado e as possibilidades de futuro, conceituada por Koselleck como horizonte de expectativa. Ambos são conceitos interligados, visto que não há horizonte de expectativa sem espaço de experiência tal como não há experiência sem expectativa — e isso terá impacto na apreensão dos acontecimentos jornalísticos, como veremos.

Com o pós-guerra e décadas posteriores, inicia-se uma maior percepção historiográfica de uma pesquisa de viés mais contemporâneo. Dois pontos importantes precisam ser ressaltados acerca disso: a geração de historiadores pós-1945, assim como o crescimento do campo da Comunicação na vida cotidiana, com a renovação da imprensa e contextos de engajamento político em diversos países (CHAUVEAU; TÉTART, 1999).

A partir daí, percebe-se a possibilidade dos historiadores pesquisarem acontecimentos que puderam viver e estar presentes em seu próprio tempo de vida. Como bem aponta Eric Hobsbawm, “toda história é história contemporânea disfarçada” (2013, p. 315). Para o autor, então, é possível ao historiador pesquisar o passado ao mesmo tempo que reflete sobre o próprio presente, como o fez Ronald Syme — acerca do imperador Júlio César, da Roma Antiga —, contrapondo seu estudo com as ditaduras fascistas em sua experiência de vida.

Para tanto, segundo Hobsbawm, é preciso considerar três questões: a própria data de nascimento do historiador e a influência das gerações; as mudanças de perspectivas do passado como procedimento histórico, pois agora percebe-se que “até o passado registrado pode mudar à luz da história subsequente” (HOBSBAWM, 2013, p. 324) — como no caso da questão Palestina-Israel; e formas de escapar aos entendimentos e suposições partilhados por cada época. Tais percepções podem ajudar na compreensão histórica e a evitar o risco de cometer algum tipo de anacronismo, em análises superficiais nas coberturas dos eventos.

Isso insere-se dentro da passagem “da história das estruturas e das conjunturas para a das representações e das práticas (e mais particularmente das práticas sem discurso e das representações mais comuns) [...]” (CHARTIER, 2006, p. 215) — nosso viés nessa pesquisa. Ou seja, de acordo com Roger Chartier, a história amplificou questões que não trazem respostas possíveis de acordo com as fontes disponíveis, porque dentro da história do presente e em novas pesquisas, o historiador (e, podemos acrescentar, o jornalista) “partilha também as mesmas categorias e referências fundamentais daqueles que ele narra” (CHARTIER, 2006, p. 216).

No caso, o ideal em buscar as multiplicidades de alteridades envolvidas e em trazer pluralidade de vozes sempre que possível. O desafio, por sua vez, esbarra em constantes constrangimentos organizacionais (política editorial; investimentos; acesso a locais e fontes, rotinas produtivas etc.) e temporais aos quais o jornalista muitas vezes está submetido.

Outros, como Jean Lacouture, utilizam a terminologia história imediata com a significação de trazer “a proximidade temporal da redação da obra em relação ao tema tratado e proximidade material do autor em relação à crise estudada” (2005, p.288). Para ele, esta abordagem diz muito sobre a importância dos meios de comunicação de massa e do ofício do jornalista, a quem chamou de “historiador do instante”, marcado pela produção da imprensa.

Apesar das nomenclaturas de história contemporânea, história do presente, história próxima ou história imediata não se referirem às mesmas cronologias, todas podem pertencer ao ‘muito contemporâneo’, isto é, ao século XX (e, conseqüentemente, início do XXI — no qual estamos inseridos). Elas possuem características de uma podendo ser atravessada pela outra, por causa da natureza das fontes, tipos de arquivos utilizados, entre outras circunstâncias (CHAUVEAU; TÉTART, 1999). Para nossa pesquisa, tais problemas epistemológicos ou metodológicos são agrupados apenas sob a rubrica de história do tempo presente⁶⁴, de uso mais frequente nas discussões.

Levando em conta a perspectiva de Robert Frank (1999), o ‘muito contemporâneo’ insere-se no surgimento de novas fontes para a historiografia (como o audiovisual, testemunho(a)s vivos, fontes orais etc), de modo a marcar o próprio

⁶⁴ Tal perspectiva ganha mais força quando o *Institut d’Histoire du Temps Présent* (IHTP) é criado na França em 1978, à época sob direção de François Bédarida. Hoje, o diretor é o historiador Christian Delage.

presente, produzindo uma contemporaneidade e, assim, interligações entre historiadores e jornalistas em suas práticas de coletas de dados, por exemplo.

Portanto, é a partir do testemunho⁶⁵ — como importante procedimento investigativo do repórter, inclusive podendo ter sua presença *in loco* —, que se observam diretamente os acontecimentos, os quais também podem ser narrados “por intermédio de terceiros, que contam o que viram e ouviram” (CAVALCANTI-CUNHA; MOTTA, 2017, p.115).

Esta perspectiva produz ligação entre memória e experiência vivida, contrapondo novamente a antiga concepção epistemológica e historiográfica em buscar a continuidade, constância e estruturas históricas. Segundo François Dosse (2012),

[...] Dessa mudança historiográfica resulta uma ampliação do conceito de 'tempo presente' que não é mais considerado um simples período adicional mais próximo. O conceito remete em sua acepção extensiva ao que é do passado e nos é ainda contemporâneo, ou ainda, apresenta um sentido para nós do contemporâneo não contemporâneo. A noção de 'tempo presente' se torna nesse contexto um meio de revisitação do passado e de suas possíveis certezas, como também as possíveis incertezas. A distância temporal que nos separa do passado se transforma, porque até então considerada uma desvantagem, ela se transforma em uma sedimentação de camadas sucessivas de sentido que expandem seu alcance graças à maior profundidade (DOSSE, 2012, p.11).

Nesse mesmo sentido, René Rémond (1999) aponta ser devido à atualidade que se redescobre a importância da História. De outra maneira, o autor explica não ser uma questão de se fazer história do instante ou confundir história da proximidade com a da instantaneidade, mas sim elaborar uma história da duração. E ela é construída a partir de escolhas e recortes dos fenômenos, assim como traz a possibilidade de entrevistar os sobreviventes dos acontecimentos, por exemplo.

Assim, por causa da atualidade e a história do tempo presente, percebe-se, também, suas rupturas e descontinuidades (PASSERINI, 1999). Afinal, a história do tempo presente é “inacabada, em constante movimento” (BÉRIDA, 2006, p.227). De outra forma, pode-se dizer ser um tempo *em* processo (RESENDE, 2020, p. 8, grifo no original).

Ao mesmo tempo, as produções jornalísticas também se tornam fontes para

⁶⁵ Testemunha (*testis*) e/ou do(a) sobrevivente (*supertes*) (CAVALCANTI-CUNHA, 2012).

historiadores. Por isso, com as convergências e divergências dos dois campos, é possível dizermos que tanto o jornalismo quanto a história são espaços de construção da realidade e de representações simbólicas sobre essa mesma realidade (CHAVES; OGASSAWARA, 2009).

Dessa forma, o desenvolvimento da historiografia e a ampliação dos caminhos do que seria história e jornalismo vieram consolidar o papel da atualidade, concebida por Pierre Nora (1979) como circulação generalizada da percepção histórica, de modo a trazer um novo fenômeno: o acontecimento. Para o autor, os acontecimentos são constituídos por uma reunião de fatos. Mas, afinal, quais as singularidades entre fatos e acontecimentos no jornalismo? Eles são sinônimos? Possuem naturezas diversas? Ou complementares?

2.3. Acontecimento jornalístico

Para Raquel Paiva e Muniz Sodré (2005), acontecimentos e fatos são sinônimos na prática e no senso comum, porém, para fins analíticos é necessária uma distinção. Os autores baseiam-se na concepção de Maurice Mouillaud, na qual o autor elabora o acontecimento como sendo “a sombra projetada de um conceito construído pelo sistema de informação, o conceito de fato” (2012, p. 97).

Para ele, portanto, ambos não têm o mesmo *status*, embora interajam diretamente. Os acontecimentos, neste ponto de vista, seriam os fatos selecionados pelo jornalista, a partir de valores-notícia e critérios como singularidade, acidentalidade, improbabilidade, unicidade, desvio, proeminência etc. (SODRÉ, 2012).

Mouillaud, então, aponta que o fato é parte de um “paradigma universal que permite descrever os acontecimentos, uma regra da descrição dos mesmos (a codificação de toda experiência, seja qual for sua natureza e origem)” (2012, p. 85). Por outro lado, o acontecimento necessitaria da representação⁶⁶. A partir desta última característica é possível dizer que os acontecimentos chegam até nós por meio de representações, muitas vezes podendo ser de formas conflitantes. Portanto, a narrativa jornalística, como instância de enunciação e prática social-discursiva (RESENDE,

⁶⁶ Por meio da linguagem, os conceitos compartilhados dentro de uma cultura são traduzidos pela escrita, sons ou imagens visuais, construindo determinada organização e inteligibilidade do real através de sistema de valores (CHARAUDEAU, 2018). Em um mapa conceitual compartilhado, é possível nos referirmos a mundos referenciais e/ou imaginários (HALL, 2013).

2017), é um dos sistemas de representação que pode ajudar a desvelar os desdobramentos e contradições daquilo que é representado.

Os sentidos trazidos por Mouillaud dizem respeito, segundo Paiva e Sodré, à distinção que o autor faz entre acontecimento e informação (ou notícia), ao classificar o primeiro como transparência (oposta a uma suposta opacidade) da informação.

Aquilo que, então, aparece como figura é seu objecto: os acontecimentos aos quais se refere a informação formam o mundo que se supõe real. Eis porque falamos de um *status* 'realista' do acontecimento. [...] Por outras palavras, o acontecimento é uma modalidade de tratamento do real do facto, portanto, é uma construção ou uma produção de realidade. Informação e acontecimento são instâncias interdependentes (PAIVA; SODRÉ, 2005, p. 97).

Perspectiva similar é abordada por Vera França e Luciana de Oliveira (2012), para quem é preciso articular a distinção entre fato e acontecimento a partir da teoria do jornalismo. Dessa forma, o

[...] acontecimento se aproxima do conceito de notícia e diz respeito àqueles fatos que se destacam e merecem ser noticiados. Acontecimentos surgem como um tipo especial de fato, da mesma maneira como ganham especificidade as noções de acontecimento político e histórico [...] (2012, p.8).

Com isso, segundo as pesquisadoras, os acontecimentos também podem ser constituídos como fenômenos midiáticos que merecem atenção pública. De qualquer forma, vivemos um retorno do acontecimento (DOSSE, 2013), cuja compreensão se dá de duas maneiras: como resultado e como começo. Tal duplicidade não permite que o acontecimento desapareça, mas sim deixe múltiplos indícios e vestígios, que podem ser reacendidos com uma nova irrupção, de forma a gerar outros efeitos acerca do que já havia ocorrido.

As relações entre passado, presente e futuro, portanto, se interpenetram, mas não necessariamente há uma linha contínua entre eles, uma evolução de características causais. Como argumenta Louis Quéré (2012), o aparecimento de novos acontecimentos possibilita a reconstrução tanto do passado quanto do futuro.

Como observado, a concepção daquilo que é acontecimento trabalha com a construção de sentidos da realidade social de forma ampliada, podendo ter influências tanto no presente, como no passado e no futuro. Ao falarmos em grande

acontecimento contemporâneo para o conflito Palestina-Israel, portanto, reforçamos a ideia de longa duração.

Embora esta nomenclatura da *longa duração* possa nos induzir a pensar sob a perspectiva braudeliana, ela tem uma concepção diferente. Enquanto Braudel trata a temporalidade como uma “estruturação dos eventos no interior de conjunturas sociais e geológicas” (PONTES; SILVA, 2010, p. 46), nossa visão é de que a situação palestina-israelense analisada nessa tese, por si só, pode ser chamada de grande acontecimento contemporâneo de longa duração em perspectiva próxima de Koselleck.

Isso porque, em especial, suas origens perpassam o final do século XIX, início do XX e os eventos ainda têm continuidade durante o século XXI, com diversas reverberações dos acontecimentos entre passado e presente. Como Christa Berger e Frederico Tavares (2010) discutem, a ideia de tempo de atualidade do jornalismo pode gerar diferentes temporalidades a depender da temática – tempo curto, médio, largo e de constante duração. Nossa concepção, por sua vez, é optar pelo termo longa duração. Acreditamos que a especificidade da questão palestina-israelense se encaixa melhor nessa perspectiva.

Nesse sentido, seria como se fosse um guarda-chuva no qual outros acontecimentos e fatos, em suas singularidades contextuais, emergissem, mas sem apresentar nenhuma capacidade estruturante ou ciclos limitadores que os expliquem. Dessa forma, concordamos quando Louis Quéré, utilizando preceitos de George Herb Mead sobre o tempo, afirma a existência de uma dualidade do acontecimento, isto é, ele não é totalmente relacionado ao que o provocou, assim como sempre pode trazer novidades, algo de inédito. Com isso,

[...] o acontecimento introduz uma desconcontinuidade, só perceptível num fundo de continuidade. Embora a ocorrência de um acontecimento permita mudar qualquer coisa em seu estado anterior do mundo, nem tudo o que acontece é descontínuo. Certos acontecimentos são esperados ou previstos, e quando se produzem são o resultado daquilo que os precedeu. A sua ocorrência faz, apesar disso, emergir algo de novo (2005, p.61).

Tal paradoxo é desenvolvido em artigo de Quéré (2012) no qual o pesquisador aborda que o surgimento de novos acontecimentos no presente gera dimensões novas em acontecimentos passados, assim como percepções e brechas para o futuro — dessa forma, quais possibilidades de paz entre palestinos e israelenses, por

exemplo, ou quais outras possíveis consequências? —, ou seja, por isso passado e futuro também são relativos a um presente dos acontecimentos.

Conforme testemunhas diziam para o repórter-quadrinista Joe Sacco (2010) acerca das suas experiências de vida em Gaza, “os eventos são contínuos⁶⁷”, no sentido de que “passado e o presente não podem ser desassociados com tanta facilidade; eles são parte da mesma sucessão implacável de eventos, uma distorção histórica” (SACCO, 2010, p. IX).

No jornalismo, dessa forma, a experiência do tempo é desordenada, menos cronológica do que o tempo natural (de vida), muitas vezes difusa no texto das notícias. Contudo, são “os próprios jornalistas que estabelecem as primeiras interconexões, vinculam fatos, juntam pontas: eles querem e precisam oferecer aos seus leitores e telespectadores uma coerência maior” (CAVALCANTI-CUNHA; MOTTA, 2017, p. 29). Esta característica serve tanto para o jornalismo quanto ao campo historiográfico, como viemos tentando demonstrar.

Nesse sentido, o acontecimento jornalístico pode ser definido como “tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais” (RODRIGUES, 1999, p. 27). Superfície lisa diz respeito à “percepção dos sujeitos sobre a realidade social, habitualmente vista como linear” (BENETTI, 2010, p.145). Já os fatos virtuais são aqueles que poderão ser atualizados por meio do discurso jornalístico. Podemos dizer que eles se encontram em uma temporalidade que parece ser mais uma sucessão de atualidades (CAVALCANTI-CUNHA; MOTTA, 2017).

Como vimos, entretanto, a história nada tem de lisa ou linear, mas é composta por rupturas e irregularidades. Assim também é o acontecimento jornalístico, o qual aparece sem causa ou nexos aparentes, fator que faz Adriano Rodrigues apontar três grandes registros de notabilidade (também chamados de noticiabilidade para o autor). Embora não sejam exaustivos, são eles: excesso, falha e inversão.

O primeiro diz respeito aos excessos no funcionamento anormal da norma, com marcas em indivíduos, coletividades e instituições. Como exemplos, podemos falar sobre massacres, conflitos armados, ou até eventos para livros como o *Guinness*

⁶⁷ Hoje a *Nakba* é algumas vezes expressa como “contínua *nakba*”. Em árabe: *al-Nakba al-istimrariyya* (SCHIOCCHEIT, 2015, p. 48)

Book. Como segundo aspecto, tem-se o da falha, ou seja, o defeito e insuficiência no funcionamento normal e regular de eventos. Pode ser uma morte fulminante de celebridade, acidentes, cataclismos, entre outros. Por fim, existe a inversão, na qual trabalha-se com o inusitado — como no exemplo clássico, para jornalistas, do homem que morde o cão ser notícia, enquanto o cão que morde o homem não o é, por ser algo não inusitado ou imprevisível.

Com esse viés, segundo Rodrigues, emerge uma segunda categoria de acontecimentos jornalísticos, denominada meta-acontecimento. Segundo o autor, eles surgem pela própria existência do discurso e narrativa jornalística. Ou seja, eles próprios tornam-se motivos de noticiabilidade, como as revoltas em frente às câmaras para dar visibilidade às demandas sociais, com suas encenações e reivindicações — em uma narratividade abordada em outra temporalidade, servindo tanto para o jornalismo como para a história (PONTES; SILVA, 2010).

Em outras palavras, todas estas características dos acontecimentos jornalísticos ajudam a organizar o aleatório a fim de produzir certa racionalidade na conjunção dos fragmentos dispersos do presente, ou melhor, da história do tempo presente, quando abordados pela imprensa. Segundo Luiz Gonzaga Motta, a narrativa jornalística coloca “os acontecimentos em perspectiva, une pontos, ordena antecedentes e consequentes, relaciona coisas, cria o passado, o presente e o futuro, encaixa significados parciais em sucessões temporais, explicações e significações estáveis” (2013, p. 73).

Isso fica evidente também quando os acontecimentos jornalísticos e históricos dizem respeito a conflitos de longa duração, como o palestino-israelense, que necessitam de melhores contextualizações para serem mais compreendidos em suas nuances a cada novo evento que irrompe da suposta superfície da história.

Capítulo 3: Narrando *o* e *no* Oriente Médio

No caso da cobertura sobre questões do Oriente Médio, os principais enfoques jornalísticos geralmente são notícias de quando há algum tipo de acirramento de ânimos que podem acabar desencadeando em conflitos ou perturbações no dia a dia, como bem lembram as pesquisadoras Zahera Harb e Dina Matar (2013), ao discorrerem acerca da Palestina e do Líbano.

Segundo elas, por viverem conflitos de longa duração, esses dois espaços geográficos formam dois dos lugares nos quais há grande presença de (e na) “[...] competição sobre imaginação, construção e narração do conflito, assim como seus sentidos e centralidade no cotidiano das pessoas” (HARB; MATAR, 2013, p. 201). Com isso, tais conflitos são bastante influentes também na elaboração de discursos, imagens, identidades e narrativas dos próprios conflitos, espaços e sujeitos.

Diferente da ideia de ‘mediação de conflito’ — na qual tende-se a ver a imprensa e outras formas de comunicação como transmissoras neutras de informação ou até mesmo espécies de árbitro entre os lados⁶⁸ — nos afiliamos à perspectiva de ‘narração do conflito’ — ou seja, as narrativas são contestadas ou contrapostas em busca de legitimidade e/ou justificativa de atitudes dos atores envolvidos perante a opinião pública da comunidade internacional. Tal perspectiva permite examinar variados espaços discursivos e formas nas quais o conflito é mediado, comunicado, experienciado, imaginado e vivenciado no cotidiano (HARB; MATAR, 2013), inclusive representado culturalmente.

Neste contexto altamente mediatizado (atravessado por diferentes mídias), coberturas sobre conflitos contemporâneos tornam-se problemáticos e demandam novas formas de abordagens em como são narrados, onde e por quem (suas diferentes vozes). Pensar conflitos e jornalismo, assim, não deve ser visto de forma simplista, pois não existe um conceito único que dê conta de todos os diferentes contextos e significados para os variados conflitos no mundo.

Deve-se ter em mente uma abordagem histórica e cultural — levando em conta a importância do contexto e contextualização como concepções teóricas e práticas no campo jornalístico. Segundo a pesquisadora Ana Paula Lückman (2020, 2017), contexto pode ser definido como “recorte da realidade relacionado ao

⁶⁸ Como se apenas trazer aspas dos ‘dois lados’ fosse suficiente para fazer entender a complexidade dos acontecimentos em contextos de assimetria de poder – tal como em Palestina-Israel.

acontecimento jornalístico que será representado simbolicamente como notícia” (2020, p. 167). Para tanto, sua amplitude depende das escolhas dos jornalistas — dos seus referenciais epistêmicos e ideológicos — particularidades dos meios de publicação e alcance da notícia. Já contextualização é:

o processo de articulação complexa de elementos que, na construção da notícia, busca situar o acontecimento jornalístico dentro do recorte da realidade à qual pertence, com o estabelecimento do maior número possível de conexões entre esse acontecimento e os elementos relevantes a ele relacionados, partindo dos aspectos singulares e identificando informações conexas, pertinentes e consistentes que contribuam para ampliar a compreensão crítica sobre o tema, possibilitando, assim, a produção de conhecimento (LÜCKMAN, 2020, p. 168).

Dessa feita, ambos são indissociáveis e complementares. Se o contexto pode ser visto como uma rede, a contextualização é a estratégia para identificar, estabelecer e conectar os nós dessa rede (LÜCKMAN, 2020). Seguindo essa discussão e entrevistas com jornalistas internacionais, Ivan Bomfim (2022) organiza categorias em três formas de contextualização para o jornalismo internacional: 1) Ações; 2) Motivações; 3) Dificuldades.

Em ações, são subdivididas três possibilidades: a) explicação didática, ao entender o jornalismo internacional como instância pedagógica que precisa de estratégias de aprofundar as explicações do acontecimento de maneira horizontalizada — seja imaginando o público para quem vai escrever ou tentando refletir sobre como você mesmo interpretaria aquele assunto, significando algo para seu país; b) comparações com o país de origem: estabelecer analogias e paralelos entre realidades; ou processos históricos; c) automatização: pelas próprias práticas profissionais, a contextualização não se torna uma questão prévia de produção, ao menos voluntariamente. Dessas três categorias, a mais presente nas nossas análises foi a explicação didática e automatização.

No aspecto motivações, são mais três subdivisões: a) combate a estereótipos; b) narrar histórias de personagens (experiências vivenciadas e fator humano); c) metáfora do jornalista como tradutor: “alguém que une dimensões distintas pela conversão de sentidos de uma realidade a outra, estabelecendo relação dialógica entre o eu, nacional, e o outro, estrangeiro” (BOMFIM, 2022, p. 13). No caso palestino-israelense da nossa pesquisa, essa categoria e subdivisões são diluídas na cobertura geral, à exceção da letra a — que ainda encontra muitos limites.

Por fim, a categoria dificuldades abarca as grandes diferenças culturais da cobertura noticiosa e, na nossa análise, principalmente “o desconhecimento do público acerca dos contextos internacionais e a falta de tempo/espço para a produção de narrativas” (BOMFIM, 2022, p. 15).

Somado a isso, acrescentamos, é preciso pensar estratégias em como trazer a percepção de subjetividades, em qualquer conflito particular, na relação com cada territorialidade envolvida. Assim, é importante fazer ressalva na qual:

Ao mesmo tempo, considerar cada conflito como inteiramente distinto e/ou único mina tentativas para examinar fatores comuns e largamente estruturais que causam conflitos, tais como disparidades econômicas, marginalização e exclusão de certos grupos por outros (MALTBY e KEEBLEM, 2007, *apud* HARB; MATAR, 2013, p. 168, tradução nossa)⁶⁹.

Portanto, o termo conflito, grosso modo, ainda é utilizado de forma vaga e ampla, podendo referir-se desde a lutas culturais, pontos de vistas, até embates armados e civis. Segundo Zahera Harb e Dina Matar (2013), a literatura sobre o tema classifica os conflitos pós Guerra Fria sob três categorias amplas — sem exaurir outras perspectivas: 1) conflitos por interesses geoestratégicos e econômicos (Guerra ao Iraque e os interesses pelo petróleo); 2) por políticas étnicas e nacionalistas (caso da Iugoslávia, por exemplo); 3) conflitos “invisíveis”, isto é, aqueles raramente registrados na mídia internacional (como Ruanda, Sudão, República Democrática do Congo; Iêmen; a questão curda no Curdistão turco etc.).

Apesar de interessantes, tais classificações são muito gerais e não são aplicáveis, adequada e analiticamente, para descrever conflitos complexos, múltiplos, de *longa duração* — como dos (e nos) casos de palestinos e libaneses, por exemplo. Desse modo, os próprios conflitos podem constituir em seus interiores misturas de todas as categorias acima e acrescentar outras ainda não mencionadas.

De acordo com as autoras, o campo da Comunicação tem visto crescente interesse da relação entre, por exemplo, mídia e guerra, de forma que têm proliferado pesquisas diversas acerca de conflitos geopolíticos contemporâneos, suas representações e coberturas jornalísticas.

Contudo, pouca atenção vem sendo dada aos significados dos conflitos na

⁶⁹ No original: “At the same time, to consider each conflict as entirely distinct and/or unique undermines attempts to examine common and largely structural factors causing conflicts, such as economy disparities, marginalization and exclusion of certain groups by others”.

vida das pessoas, suas percepções do cotidiano e respectivas alteridades — com a construção de identidades, desde questões de gênero, classe, até religiões — as quais são constantemente desafiadas e (re)imaginadas em diversos territórios culturais e midiáticos (HARB; MATAR, 2013).

Dentro desse escopo amplo com disputas de relações de poder, portanto, o trabalho do jornalista em narrar eventos o coloca em posição de ser o relator do primeiro rascunho⁷⁰ da História. Isso significa que, com o desenrolar dos acontecimentos e cobertura de outros fatos, mais rascunhos virão para complementar o entendimento do nosso tempo presente.

Não é novidade que o desenvolvimento de pesquisas sobre coberturas internacionais, assim como suas práticas vem se transformando com os anos. Das formas em como as notícias são coletadas e apresentadas, há uma gama de situações diferentes. Entre as principais encontram-se questões políticas e tecnológicas — da dificuldade em estar presente como testemunha ocular no século XIX ao uso tecnológico de celulares e redes sociais para agilizar nos séculos XX e XXI, contando com o acesso e amplificação de vozes por vezes sem espaços de fala na mídia convencional.

Das forças que moldaram o jornalismo em tempos de guerra, portanto, podemos dividi-las em três grandes categorias: pessoal, política e tecnológica (RODGERS, 2012). As pessoais dizem respeito aos fatos que, como o próprio nome deixa claro, acompanham o envolvimento do jornalista na apuração, com maior ou menor acesso a fontes e localidades, por exemplo. No caso da política diz-se dos contextos sociohistóricos básicos para o repórter cobrir com alguma qualidade determinados eventos. Por fim, o tecnológico, que engloba o desenvolvimento de ferramentas para dinamizar a distribuição de conteúdos em diferentes formatos.

A Guerra da Crimeia (1853-1856), por exemplo, é considerada uma das primeiras coberturas de guerra próxima ao entendimento do que viria a ser considerado como jornalismo moderno. É preciso pontuar, aqui, não considerarmos que exista ‘o jornalismo’, mas sim ‘jornalisms’ (HANITZSCH *et al*, 2019), no plural. Isso porque a produção jornalística é variada e depende de diferentes contextos socioculturais de produção: locais mais autoritários, outros liberais e assim por diante.

Além disso, há mais de uma forma de produzir jornalismo (televisão, em

⁷⁰ Expressão creditada a Philip Graham, ex-editor do *The Washington Post* (RODGERS, 2012).

quadrinhos, rádio, internet etc.), cada qual com suas particularidades de suporte e/ou convergências que cada linguagem pode proporcionar.

De acordo com Martin Conboy (2020), assim, é preciso levar em conta o estudo da história do jornalismo, práticas e fazeres diversos em variados tempos históricos e regiões. Embora a história do jornalismo seja muitas vezes dominada pelos paradigmas anglo-americanos, já existem diversas pesquisas fora desse eixo hegemônico, desde perspectivas chinesas, latino-americanas, entre outras.

O mesmo raciocínio é corroborado com o trabalho do pesquisador português Jorge Pedro Sousa (2002), que também aponta diferentes conceitos e indicações de práticas jornalísticas em perspectiva histórica pelo mundo; assim como a pesquisa de Jean Charron e Jean de Bonville (2016). Embora o enfoque desses dois últimos autores seja acerca da reflexão teórica de toda a história do jornalismo na América do Norte, das “origens da imprensa aos dias de hoje” (CHARRON; DE BONVILLE, 2016, p. 28), ambos trazem discussões sobre a natureza e transformação do jornalismo a partir de uma possível tipologia histórica das práticas jornalísticas.

É interessante enfatizar, por sua vez, nesse contexto de crescimento do jornalismo como prática social, cultural e profissional, a existência de profissionais como os *special artists*, muitas vezes contratados como jornalistas antes do uso e construção das câmaras fotográficas. Eles eram, basicamente, artistas correspondentes ou artistas-repórteres para as revistas ilustradas de meados do século XIX⁷¹. Com dinâmica profissional e obediência a regras jornalísticas, seu trabalho hoje poderia ser aproximado aos fotógrafos correspondentes de guerra.

Desse período, passando para o desenvolvimento das câmeras fotográficas cada vez mais leves, depois rádio, TV e internet, as guerras sempre fizeram parte do imaginário mundial, com as variações de produções da indústria cultural de entretenimento ou jornalísticas trazendo informações sobre elas. A depender dos interesses, portanto, os jornalistas devem levar em conta nas suas apurações as seguintes características:

Informação oficial⁷² pode ser apenas propaganda de um lado, e frequentemente é assim em tempos de guerra. Contudo este é, ao

⁷¹ Para apresentação com mais detalhes, ver Vinícius Pedreira Barbosa da Silva & Célia Ladeira Mota (2020) e Augusto Paim (2020). A utilização de artistas e fotógrafos para a cobertura jornalística levanta discussões sobre as relações de subjetividade, objetividade e elementos de criação narrativos.

⁷² Fontes e porta-vozes diretamente relacionados a governos.

menos, o ponto inicial para qualquer jornalista tentar interpretar eventos nos quais ela ou ele pode apenas parcialmente testemunhar. Até você chegar em uma zona de conflito pela primeira vez, você não pode apreciar totalmente o quão obscuro e incompleto sua perspectiva da ação provavelmente será (RODGERS, 2012, p. 21)⁷³.

Nesse âmbito, concordamos quando Fernando Resende (2018) diz que o jornalismo, enquanto prática cultural-discursiva, tem o objetivo de fazer conhecer fatos e acontecimentos dentro de um tempo *em* processo (RESENDE, 2020), ou melhor, colocar a experiência do tempo presente — o que nos deixa frente a frente com a questão Palestina-Israel.

Ao problematizar desejos e interesses, portanto, o jornalismo também é capaz de trazer questões do cotidiano, provocando fricções e desvelando relações de poder. Com isso, questiona desigualdades de forças e denuncia violações de direitos humanos, de modo a poder desnaturalizar preconceitos que, de forma geral, podem prevalecer hegemonicamente na sociedade, trazidos, inclusive, por outras abordagens jornalísticas. De outra forma, para o autor,

[...] o jornalismo, além de buscar investigar possíveis encaminhamentos para os conflitos, seria um ‘mediador’, uma instância de enunciação cuja função primordial seria colocar em cena as derivações, as projeções, as contradições e os paradoxos que todo enfrentamento geopolítico suscita [...] (RESENDE, 2018, p.112).

Esta perspectiva se distanciaria de um jornalismo marcado apenas pelo princípio da transmissão da informação, parte de um quadro histórico-cultural que o pesquisador chama de *falar para as massas* (RESENDE, 2012). Neste paradigma, encontra-se a lógica industrial jornalística, cuja base simbólica é a cultura da escrita. Nele, o valor informativo é visado para o *outro* (de quem e para quem o jornalismo fala), mas este fica reduzido apenas ao papel de ouvinte/leitor/receptor.

Atualmente, com o avanço tecnológico e a complexificação do fenômeno comunicacional, da emergência de diversificados meios para narrar histórias em suas pluralidades e vozes (documentários, quadrinhos, mídias independentes etc.), o jornalismo estaria entrando na seara de um espaço no qual os sujeitos também se tornam protagonistas, amplificando a intersubjetividade do campo e os sentidos sobre

⁷³ No original: "[...] Official information can be just one-sided propaganda, and often is in wartime. But it is at least a starting point in the journalist's attempt to interpret events which she or he can only partially see. Until you arrive in a conflict zone for the first time, you cannot fully appreciate how obscured and incomplete your view of the action is likely to be"

o mesmo conflito. Isso conduz ao surgimento de um outro quadro histórico-cultural (relacional) jornalístico, denominado por Resende de *falar com o outro*.

Embora ambos os quadros histórico-culturais coexistam, podendo se interpenetrar, este segundo coloca como desafio ao jornalismo a questão da alteridade, convidando a pensar as práticas jornalística de forma a complexificar saberes construídos e apreender o mundo de outras formas, a partir da produção de experiências e narrativas.

O desafio aqui, portanto, é “ocupar o lugar de quem fala sem que a mudança implique o afastamento do Outro” (RESENDE, 2012, p. 162). Em outras palavras e dialogando com Michel de Certeau, o autor afirma: “a alteridade não consiste em falar do outro no texto, mas naquilo que vimos a saber sobre o outro através do que a escrita diz sem querer dizer” (RESENDE, 2012, p. 162).

Portanto, junto a outros sistemas de representação, conseqüentemente, o jornalismo ajuda a ver os conflitos dentro do conflito palestino-israelense (na nossa percepção), as contradições e desdobramentos. Assim, dentro do quadro *falar com o outro*, reconhece-se uma multiplicidade possível de representações acerca dos acontecimentos narrados (RESENDE, 2017a).

Este encontro com o *outro* pelo jornalismo constrói o conhecimento sobre as semelhanças e diferenças entre os seres humanos, sendo a apresentação da diversidade social uma das suas finalidades (FREITAS; BENETTI, 2017; REGINATO, 2018). Por encontrarmos no discurso jornalístico uma pluralidade de vozes que querem comunicar e recriar suas visões, tal polifonia engloba, então, a alteridade (BENETTI, 2008).

Esta característica da *longa duração* da questão palestina-israelense é negociada dentro daquilo que Irit Rogoff (2000) conceitua como *geografia exaurida*, ou seja, territórios que vivenciam conflitos de *longa duração* precisam de novos recursos epistemológicos e analíticos para serem repensados, impondo outros modos de narrar (RESENDE, 2017, p. 109).

É nesse escopo que as coberturas midiáticas jornalísticas sobre Palestina/Israel devem ser compreendidas e analisadas. Em importante trabalho de pesquisa sobre a temática, Greg Philo e Mike Berry (2004; 2011) apontam tendências do (no) entendimento, crenças e atitudes apreendidas e representadas pela e para a audiência do jornalismo televisivo sobre o conflito. Levando em conta algumas das pressões e estruturas que fazem parte do dia a dia do jornalista, o trabalho deixa claro

o possível papel da mídia na construção do conhecimento público das temáticas.

Com grupos focais do Reino Unido, EUA e Alemanha, a pesquisa teve duas fases: uma desenvolvida no ano de 2004 e outra em 2011, acrescentando novos acontecimentos. Em ambas, as diferenças temporais influíram pouco nos resultados analisados. Entre eles, os professores descrevem muitas vezes a falta de contexto histórico mais apurado, poucas reportagens das dificuldades enfrentadas pelos palestinos, visão mais próxima das versões narrativas israelenses e a disputa por maior legitimação perante a comunidade internacional dos dois lados. O ato de narrar, então, contribui no desvelamento dessas questões, valores, representações e, inclusive, ausências.

Cobrir a região, portanto, traz desafio único para jornalistas desde o nível do uso de terminologias para explicar determinados contextos e eventos em verdadeira ‘guerra midiática’ (RODGERS, 2015) e disputas narrativas — hoje ganhando espaço e complexidade em outras áreas — como redes sociais, artes — cinema⁷⁴, quadrinhos⁷⁵ (SACCO, 2010; 2011; ABDELRAZAQ, 2015; DESLILE, 2012; AL-ALI, 2011; GLIDDEN, 2016; PEKAR; WALDMAN, 2012, por exemplo), literatura (ficção ou não ficção), livros de repórteres⁷⁶ (MAROCCO; ZAMIN; SILVA, 2019; HASS, 2003; 2000; SALEM, 1991; 1977; MABÍLIA, 2013) e livro-reportagens (LIMA, 1993; BELO, 2006; BACKMANN, 2012; MAKDISI, 2008; HAAS, 2000), entre outros.

A própria ideia de ‘Oriente’ é construída, tanto na prática quanto

⁷⁴ Recentemente, o perfil Juventude Sanaúd publicou dicas de produções cinematográficas palestinas no post ‘*Produções Palestinas para assistir em 2023 na Netflix*’ (<https://www.instagram.com/p/Cnfeg61r-Vu/>). Acesso em 16 jan. 2023. Também existe o Palestine Film Institute e vem crescendo mostras de cinema, como: Mostra Mundo Árabe de Cinema (<https://icarabe.org/node/4230>); Mostra de Filmes Libaneses (<https://icarabe.org/node/4242>); 2ª Mostra de Cinema Árabe Feminino (<https://www.cinemaarabefeminino.com/programacao>), entre outros que podem englobar tanto produções árabes, como palestinas e israelenses. Para discussão específica do cinema israelense, inclusive onda de cineastas palestinos dentro desse espaço, ver Ella Shohat (2010).

⁷⁵ Aqui estamos considerando o amplo guarda-chuva dos quadrinhos de não ficção (que abarcam: jornalismo em quadrinhos; quadrinhos históricos; autobiografias; relatos de viagens etc.) e não suas especificidades de gênero, desenvolvidas em trabalhos anteriores (BARBOSA DA SILVA, 2020; PAIM, 2020).

⁷⁶ A formulação do conceito foi desenvolvida pelas pesquisadoras Beatriz Marocco, Ângela Zamin, Marcia Veiga da Silva, entre outros, no âmbito de uma pesquisa mais ampla apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Grosso modo, a expressão demarca diferenças em relação aos livros-reportagens, pois o “livro de repórter tem como característica a autoria individual do jornalista e a crítica à prática jornalística” (MAROCCO *et al*, 2019, p. 184). Em contrapartida, o livro-reportagem, embora tenha liberdade na elaboração da pauta e pode ser espaço para o jornalismo literário (LIMA, 1993), ele não necessariamente traz a análise reflexiva sobre a própria produção e o fazer jornalístico do repórter – dando conta da apuração e suas dificuldades.

discursivamente e imagetivamente. Isso porque o conceito de oriental é dividido em ‘Próximo’, ‘Médio’ e ‘Distante’ (ou ‘Extremo’), “numa divisão que faz a Europa o árbitro das avaliações espaciais, assim como a escolha do meridiano de Greenwich fez da Inglaterra o centro regulador das medidas temporais globais. O eurocentrismo bifurca o mundo em ‘Ocidente e o resto” (SHOHAT; STAM, 2006, p. 21). Segundo Ivan Bomfim (2015),

[...] a perspectiva eurocêntrica acaba por representar o polo positivo de um espectro no qual, na outra ponta, encontram-se grupos instituídos como sociedades de mentalidades atrasada, selvagem, pouco desenvolvida — em uma palavra, a barbárie. O eurocentrismo se sustenta como uma doutrina que tem o papel de normatizar, por meio da associação de valores e crenças teoricamente ‘incontestáveis’, o que denominamos como civilização ocidental (BOMFIM, 2015, p. 94).

Tal característica organiza a linguagem cotidiana em hierarquias binárias próprias de um viés colonialista proveniente do continente europeu, com suas dicotomias linguísticas. Pode-se exemplificar isso quando se diz *nossas* nações, as tribos *deles*; *nossas* religiões, as superstições *deles*; *nossa* defesa, o terrorismo *deles*, entre outros.

Aqui é importante lembrar que o contexto em questão entra naquilo que Edward Said (2007; 2013; 1997) aponta acerca das representações do mundo árabe, islamismo e Oriente, denominado de *Orientalismo*⁷⁷. De acordo com o autor, podemos dizer que a imprensa ocidental geralmente produz discursos e narrativas orientalistas sobre o Oriente Médio, ou seja, elas são construídas culturalmente a partir de suas diferenças identitárias, de alteridade em relação ao Ocidente, este apresentando estratégias para tentar “dominar o Oriente e, finalmente, de representá-lo ou de falar do seu lugar” (SAID, 2007, p.32), sem necessariamente fazer algum tipo de esforço para compreender tanto as singularidades culturais como sua multifacetação de identificações culturais, mas sim homogeneizando as diferenças.

A ideia de alteridade, como visto, do *outro* ou dos *outros* pode ser entendida

⁷⁷ Para quadro geral de uma discussão aprofundada das representações orientalistas das mulheres muçulmanas, árabes, gênero e da existência de feminismos árabes, ver, por exemplo: Lila Abu-Lughod (2001; 2012; 2013), Francirosy Ferreira (2010; 2013), Layal Ftouni (2012) e Kati E. Caetano (2006). Tanto na *Folha* como no *The Guardian* – ao menos nos episódios analisados no período da nossa pesquisa –, o papel representado pela mulher na questão palestino-israelense é extremamente invisibilizado. Os principais personagens com espaço para falar são homens com papel diplomático, político. Há vozes de mulheres no âmbito de especialistas ou comentaristas, mas ainda não tão frequente.

em variados aspectos e utilizada em diferentes sentidos e contextos, como forma de distinguir sentimentos de pertencimentos a comunidades divididas em grupos nacionais, religiosos, geracionais, de gêneros, em diante. Essa percepção pode ser compartilhada também, isto é, não é excludente participar de uma ou de outras identificações ao mesmo tempo — daí a pluralidade e diversidade humana.

Portanto, com a diferenciação de alteridade, do *outro* em relação a um *nós*, do Ocidente, e suas apreensões, buscamos compreender nesta pesquisa em que sentido são construídas possíveis estratégias para fugir da apresentação de estereótipos negativos e práticas discursivas hegemônicas características de um discurso histórico sobre o Oriente Médio.

Baseada, então, em mitos, fantasias e construções narrativas, o conceito é relativo do ponto de vista geográfico. Chamado de Oriente Médio pelo Ocidente, para a visão chinesa a região é vista como Ásia Ocidental. Já a palavra utilizada para denominar o Oeste (Magreb⁷⁸) se refere ao norte da África — é a parte mais ocidental do mundo árabe. Por outro lado, Mashreq⁷⁹ é a parte oriental (SHOHAT; STAM, 2006).

Como assinala Raymond Williams (2015), o termo ‘Ocidente’ possui longa história. Segundo ele, durante a divisão do Império Romano oriental e ocidental, houve a nomeação do Ocidente como aquele judaico-cristão e o Oriente como muçulmano, hindu e budista. Já na Guerra Fria e Europa pós-Guerra, entendia-se a diferença entre Ocidente capitalista e Oriente comunista.

Dessa maneira, fica claro que é a política a determinante das configurações geográficas, ao mesmo tempo construídas, inventadas, vivenciadas e atravessadas por alteridades do *mesmo* (similar) ou do *outro* (diferença). Isso é evidenciado quando, a depender da abordagem, Israel é visto como um país ocidental — embora, como observado, a noção de Palestina (literalmente o mesmo território) esteja dentro da ideia de Oriental. O mesmo pode ser dito da Turquia (a depender da perspectiva adotada entendida como Europa Ocidental e, em outras, como o *outro* oriental e não familiar) (BORA, 2015; 2017). Como aponta Irit Rogoff:

⁷⁸ Marrocos, Argélia e Tunísia, Mauritânia, Saara Ocidental e, em certas ocasiões, Líbia.

⁷⁹ Síria, Iraque, Palestina/Israel, Jordânia, Líbano e Egito. Também existe a divisão entre região do Levante (região onde se presencia o nascer do sol, em francês *levant* – Síria, Líbano, Jordânia, Palestina/Israel, mas também pode incluir o Iraque, a Arábia Saudita e o Egito) e do Golfo Pérsico (Arábia Saudita, Kuwait, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Omã e Iêmen).

[...] [a geografia] sempre foi uma forma de espectadora posicionada; pois tais categorias como ‘Oriente Médio’, ‘Extremo Oriente’ ou o ‘Sub-Saara’ são pontos de vista (nesse sentido centros de poder colonial) nas quais nome e localização e identidade dos lugares em relação a eles mesmos são percebidos como centros de poder do mundo. Como espectadores na arena cinematográfica, nomeações geográficas desse tipo refletem igualmente certos desejos por poder e dominação e certas fantasias de distâncias e proximidades e transgressões que vem expressar no ato de nomeações geográficas⁸⁰ (ROGOFF, 2004, p. 454).

Hoje, como forma de pensar caminhos mais complexos e dinâmicos em relação a tal simplificação dicotômica, vem ganhando espaço o conceito de *sul global*, o qual procura traçar linhas através de nações e sociedades que “compartilhem uma história de exclusão e opressão, mas também enfatizem caminhos nos quais tais histórias não são necessariamente confinadas em fronteiras” (IQANI, RESENDE, 2019, p. 2). Em outras palavras, a divisão entre norte global e sul global atravessa transnacionalmente produtos e eventos midiáticos, tal como espaços e experiências de vida. Assim, o *sul global* existe tanto em países industrializados e ocidentalizados como em países mais periféricos da ordem mundial.

A forma como a Palestina e Brasil são vivenciados, por exemplo, podem fazer parte do *sul global* mesmo em geografias e contextos diferentes. Para a jornalista Gizele Martins (2017), a militarização da Palestina Ocupada é similar àquela das vidas faveladas no Rio de Janeiro (ela traça paralelo, em especial, na Maré), quando há a naturalização da violência sobre as duas comunidades por intermédio dos poderes estatais e militares.

Assim, *sul global* refere-se tanto a territórios da África, América Latina, Oriente Médio, Ásia e Leste da Europa, no lugar de outras categorias, como países em desenvolvimento, emergentes ou países de terceiro mundo. Já o *norte global* pode ter características similares tanto em países mais ricos como em regiões mais desenvolvidas dentro de países do *sul global*. Esse paradoxo faz parte das geografias inventadas e experienciadas nessas cidades e suas organizações socioculturais.

O *Orientalismo* funcionaria, então, como um grupo de ideias impregnadas

⁸⁰ No original: “[...] [‘geography’] that it has always been a form of positioned spectatorship; that such categories as ‘the Middle East’ or ‘the Far East’ or ‘the Sub-Saharan’ are viewed from positions (in this instance centers of colonial power) which name and locate and identify places in relation to themselves as the center of the world. Like spectatorship in the filmic arena, geographical naming of this kind equally reflects certain desires for power and dominance and certain fantasies of distance and proximity and transgression which come into expression in the act of geographical naming”.

por tipos de racismo, superioridade europeia e imperialismo que representam o oriental como uma espécie de “abstração ideal e imutável” (SAID, 2007, p. 35), ignorando todo seu desenvolvimento próprio sociohistórico e cultural.

É importante enfatizar, por sua vez, que o ideário orientalista não é uma concepção elaborada por Edward Said — como alguns analistas simplificam erroneamente. Ele possui raízes históricas mais antigas, como o próprio Said e críticos reforçam em cada nova pesquisa. O importante, todavia, é saber que a visão orientalista significa apontar que a experiência de viver *no* e *o* Oriente (aqui entendido para além do Oriente Médio) não é totalizante. Isso porque o Oriente engloba culturas tão diversas que não podem ser essencializadas ou simplificadas apenas ao mundo árabe, por exemplo (foco da obra de Edward Said).

Segundo o pesquisador Ziauddin Zardar (1999), o corpo de ideias e meios de operação para interpretar, representar e construir a ideia de Oriente foi moldada, em um espaço grande, na relação do Ocidente com o Oriente do Islã⁸¹ há, pelo menos, 800 anos antes de qualquer encontro com algum outro Oriente. Desde as Cruzadas em 1096, os avanços muçulmanos à Europa, passando pelas explorações de Vasco da Gama 400 anos depois desse período para chegar à Índia, as conquistas expansionistas napoleônicas no norte africano pelas ideias orientalistas já estavam profundamente impregnadas na experiência do Ocidente nessa relação com o *outro* oriental.

Esse longo período, contudo, demonstra as grandes mudanças, diversidades e reformulações nas próprias concepções orientalistas, à medida que diferentes culturas e alteridades iam se encontrando e influenciando. Apresentar a história do *orientalismo* em perspectiva histórica linear ou monolítica, então, seria contraproducente — pois os próprios conceitos vêm sendo transformados em vários contextos históricos, sendo o Oriente islâmico apenas um deles — com respectivas resistências também presentes nos seus espaços históricos e culturais.

Dentre algumas das críticas geralmente feitas ao *Orientalismo*⁸² (SAID, 2007), Fred Halliday (1993) vê quatro pontos que precisam ser levados em conta também no trabalho de Edward Said: 1) o próprio termo é contestável no sentido de ser extremamente aberto. Dessa forma, sua utilização pode adquirir quase um poder metafísico que invade diferentes épocas e gêneros de produções — fatores que podem

⁸¹ Esse é o principal escopo para nossa pesquisa e das reflexões de Edward Said, o oriental islâmico.

⁸² A primeira publicação é de 1978.

perder seu caráter analítico e explicativo; 2) as representações racistas e opressivas são em muitos casos verificáveis sobre todos os povos e sujeitos, islâmicos ou não, logo essa não seria uma característica apenas do Oriente Médio — exemplos dos nativos indígenas norte-americanos ou brasileiros mesmo; 3) validades metodológicas entre a origem das ideias e suas utilizações; 4) dificuldade em criticar o *orientalismo* e sua análise sem, por sua vez, trazer a perspectiva das ideias e ideologias próprias da região discutida por si mesma.

Ainda que extremamente válidas, essas pontuações levaram a escritos posteriores de defesa nos quais Edward Said argumenta:

Os fracassos metodológicos do Orientalismo não podem ser explicados pela armação de que o *Oriente real* é diferente dos retratos orientalistas da região, nem pela armação de que, como os orientalistas são ocidentais na sua maior parte, não se pode esperar que tenham uma percepção interna do que o Oriente realmente é. Essas duas proposições são falsas. Não é a tese deste livro sugerir que há um Oriente *real* ou verdadeiro (islã, árabe ou seja o que for); nem é fazer uma declaração sobre o privilégio de uma perspectiva “interna” em relação a uma “externa”, para usar a distinção de Robert K. Merton. Ao contrário, tenho argumentado que “o Oriente” é ele próprio uma entidade constituída, sendo também muito discutível a noção de que há espaços geográficos com habitantes nativos, radicalmente “diferentes”, que podem ser definidos com base em alguma religião, cultura ou essência racial apropriada àquele espaço geográfico. Não acredito em absoluto na proposição limitada de que apenas um negro pode escrever sobre negros, um muçulmano sobre muçulmanos, e assim por diante (SAID, 2007, p. 428, grifos no original).

Sendo assim, é importante reforçar que o *orientalismo* não é limitado ao islã e muçulmanos e o trabalho de Said acaba tendo essa dúbia capacidade de ser, ao mesmo tempo, “muito limitado e muito geral” (SARDAR, 1990, p. 70), sendo forçado em diferentes contextos sem análise mais criteriosa. A civilização muçulmana, para além do Oriente Médio e Ásia, tem características globais que torna difícil encaixotá-la em uma entidade regional. O islã ultrapassa muitas barreiras regionais e civilizacionais, produzindo numerosas formas sociais e culturas híbridas.

Sabendo disso, é preciso ter em mente não correr o risco de reduzir tal diversidade e heterogeneidade ao quase *ocidentalismo* — estereotipização em reverso

do Ocidente (SARDAR, 1990, WARRAQ, 2007⁸³; MASSAD, 2015; POOLE, 2009). Crítica essa na qual Said é contundente em refutar: o *orientalismo* discutido por ele não significa defesa acrítica a qualquer fundamentalismo religioso islâmico como único caminho (*al-hal alwahid*), tampouco ter viés antiocidental — visto que ele mesmo reforça o caráter antiessencialista da obra e das representações discutidas.

Apesar dessas ressalvas, nas mídias, fica clara a pertinência desses debates sobre orientalismo. Principalmente após o 11 de setembro de 2001, com a chamada “Guerra contra o Terror” norte-americana e os interesses de sempre nos recursos econômicos e geopolíticos na região, árabes, muçulmanos e Islã são cada vez mais representados de forma deturpada, gerando o que pode ser chamado de “árabefobia” (CLARK *apud* HARB, 2017b, p.3), sentimentos islamofóbicos e discursos de ódio na opinião pública internacional.

Um interessante exemplo sobre a importância do papel das notícias jornalísticas na construção problemática deste imaginário é o fato de que, apesar da existência de mais de um bilhão de muçulmanos pelo mundo e mais de 350 milhões de árabes⁸⁴ espalhados por cerca de, pelo menos, vinte e dois países, é comum a referência ao grupo extremista Daesh como Estado Islâmico.

Ao se escolher estas palavras para identificar este agrupamento, em vez de utilizar o nome Daesh ou até mesmo ISIS, dá-se uma significação de legitimidade religiosa — buscada por seus membros — aos atos hediondos cometidos, de forma a induzir medo às audiências acerca do Islã e dos muçulmanos em geral (HARB, 2017b), sem explicações contextualizadas.

Conforme ponderação de Gislene Silva, então, é preciso considerar o relato jornalístico (qualquer gênero que seja) como “lugar de expressão (clara ou obscura, latente ou facilmente visível) do imaginário social compartilhado por todos os sujeitos envolvidos no universo das notícias” (SILVA, 2012, p. 137). Tais sujeitos, por sua vez, são desde repórteres, leitores/receptores, fontes, até publicitários, proprietários dos veículos noticiosos, editores e anunciantes.

Por isso a importância de estudos de jornalismo como o que propomos aqui,

⁸³ É importante fazer uma ressalva acerca desse autor. Embora traga interessantes *insights*, seu nome é pseudônimo de um autor anônimo que reforça, muitas vezes, uma visão apenas dicotômica entre ocidente e mundo islâmico.

⁸⁴ De acordo com levantamento da Câmara de Comércio Árabe Brasileira (CCAB), em 2020 foram contabilizados 11,61 milhões de árabes e descendentes no Brasil, representando 6% da população do país; 45% pertencente às classes A e B (CLEMESH, 2022).

os quais tentam desnaturalizar preconceitos, complexificar representações e abordar questões de direitos humanos. Isso porque, pelo fato de os textos da imprensa apresentarem-se fragmentados e dispersos, muitas vezes as narrativas produzidas são desprovidas de contextualizações, em discursos noticiosos que se vendem como apresentações do mundo que se pretendem verdadeiras, objetivas e imparciais.

Todavia, é preciso problematizar tais questões, entendendo o jornalismo como uma “instância de enunciação na qual se deflagram lutas e relações de poder” (RESENDE, 2017, p.107), dentro de mudanças no espaço/tempo em que são produzidas. A crítica que o pesquisador Fernando Resende faz diz respeito à imprensa, de modo geral, e às coberturas muitas vezes reducionistas e simplistas. Assim, concordamos com ele ao partirmos de uma dimensão discursiva ampliada, “já que a narrativa, inevitavelmente, acolhe princípios que extrapolam as ordens dos discursos” (RESENDE, 2011) e, então, podemos pensar o jornalismo e suas enunciações.

Mesmo com tal fragmentação narrativa, é preciso organizar as produções jornalísticas para construir um fio narrativo coerente e significativo, marcado por elementos discursivos, memórias e narratividades, ou seja, enquanto significação no seu sentido cultural e histórico (MOTTA, 2013). Para a pesquisadora Célia Ladeira Mota, é na articulação discursiva dos eventos que os significados vão surgindo, de forma que é “o encadeamento dos diversos relatos, produzidos diariamente, que vai constituir uma visão coerente e organizada do nosso mundo” (LADEIRA MOTA, 2012, p.209).

Com isso, nosso intuito nesta tese é entender como são construídas narrativas e discursos das grandes mídias acerca do Oriente Médio, em específico o conflito palestino-israelense e suas representações. Por se tratar de um conflito de longa duração, seu entendimento perpassa os mais diversos quadros históricos até chegar às escolhas diplomáticas questionáveis de diversas frentes.

Neste sentido, buscamos realizar uma análise de como se dá ou não a apresentação da alteridade e sua interconexão com o jornalismo na cobertura de episódios específicos, tanto no jornal brasileiro *Folha de S. Paulo* quanto no britânico *The Guardian*. Para tanto, acreditamos que também será importante buscarmos entender o papel dos jornais em seus respectivos contextos de produção.

Capítulo 4: Reverberações da questão palestino-israelense como grande acontecimento

Falar resumidamente de Palestina-Israel é um desafio posto para qualquer profissional. No caso da cobertura de jornalistas é preciso lidar com quatro principais aspectos: acesso aos locais dos eventos; contexto histórico; tentativas políticas em influenciar as matérias; o impacto do jornalismo na produção de políticas — diplomáticas ou de outras naturezas (RODGERS, 2017).

Dito isso, é preciso ter em mente que os eventos históricos muitas vezes se sobrepõem para que possamos esboçar algum quadro inteligível *na e da* atualidade, tal como possibilidades de futuro. Considerado um dos maiores acontecimentos de longa duração da história recente, é importante tentar entender e narrar as nuances desta complexa problemática, as idas e vindas em tratativas de acordos de paz e acirramento de ânimos. Neste capítulo, portanto, buscamos identificar, de forma pontual, alguns dos eventos que ajudaram e continuam a atuar na construção do atual cenário.

Nosso intuito é apresentar um panorama geral, sem nos furtarmos de acrescentar outros dados e contextos durante as análises, até por lidarmos com diversas narrativas históricas e discursos concorrentes, com os quais os dois lados buscam dar legitimidade frente às próprias demandas e à opinião internacional, mesmo nos momentos mais amenos de enfrentamentos. Além disso, dentro das perspectivas de cada um, também se encontram dissensos e divisões que complexificam o trabalho do jornalista para relatar os acontecimentos.

De acordo com o pesquisador Mike Berry (2017), tais fatores encontram-se no meio de intensas propagandas e políticas, relações públicas e grupos de *lobby*⁸⁵ — fazendo do conflito uma verdadeira “guerra de informação” (BERRY, 2017). Em outras palavras, há constante tentativa dos dois lados em tentar justificar suas ações, em uma busca incessante pela legitimidade pública no campo da opinião internacional.

⁸⁵ Sobre o funcionamento do papel do *lobby* pró-Israel, em especial nos EUA, ver, por exemplo, o documentário *The Lobby*, da Al Jazeera. Disponível no canal da The Electronic Intifada em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=3ISjXhMUVKE> Acesso 20 maio 2021. Elaborado com apuração de jornalista infiltrado no grupo The Israel Project (TIP), a produção influenciou no fechamento, em 2019, da entidade. Disponível em: <https://electronicintifada.net/blogs/asa-winstanley/israel-lobbys-commando-force-taken-out> Acesso em 10 agosto 2021. Para aprofundar ainda mais na temática do *lobby* em outras partes do mundo, ler John Mearsheimer & Stephen Walt (2007); Noam Chomsky (1999); David Cronin (2017); David Cronin, Sarah Marusek e David Miller (2017).

Para o autor, portanto, o interesse da mídia internacional no contexto Palestina-Israel pode ser explicado por diversos elementos, inclusive em termos de valores-notícias, que oscilam de tempos em tempos, mas nunca somem. Por exemplo, pode-se dizer: do envolvimento de atores políticos em nível geopolítico, incluindo a atenção da política externa norte-americana; o fluxo constante de imagens de violência e derramamento de sangue (dramatizando as narrativas jornalísticas apresentadas); a longa continuidade do conflito; e a facilidade de produzir notícias em uma nação tecnologicamente acessível — aqui ele se refere a Israel, pois o acesso aos territórios palestinos é mais fragmentado e controlado pelo Estado israelense (seja por terra, ar ou água), fator que torna a cobertura mais desafiadora na busca em trazer pluralidade de vozes.

Por outro lado, o professor faz a ressalva de que as explicações não podem ser dadas apenas em termos de valores-notícia. Como exemplo, ele lembra o fato de a região ser o espaço sagrado para três das maiores religiões monoteístas do mundo e, historicamente, ser vista como ponto crítico entre Oriente e Ocidente (considerados em seu aspecto mais generalista), principalmente durante a Guerra Fria.

Nesse sentido, possui relação histórica com o colonialismo e imperialismo europeu, além do pós II Guerra Mundial — inclusive relaciona-se as influências do holocausto⁸⁶ judeu na criação de Israel; além de ser uma geografia marcadamente fronteira e estratégica entre Ocidente e Oriente⁸⁷. Somado a isso, a grande quantidade, pelo mundo, de árabes e muçulmanos, assim como judeus, forma um público consumidor de informação importante.

Portanto, como se nota, a versão do senso comum de que este seja um conflito calcado basicamente em questões bíblicas e religiosas, é equivocada. Suas raízes têm um viés muito mais próximo temporalmente, em termos políticos, econômicos e culturais. Dessa forma, suas origens não chegam a remontar a séculos

⁸⁶ Cf. CAVALCANTI-CUNHA (2012, p.124) o termo vem do grego, *holokauston*, e aparece nas bíblias medievais como “queimado em sacrifício de deus”, ou seja, uma espécie de oferenda aos deuses. Tal origem evidencia que o significado de holocausto não é delimitado aos judeus. Há casos históricos como o genocídio armênio, também conhecido como holocausto armênio – extermínio sistemático de armênios (minorias) pelo governo do Império Otomano. Por sua vez, é comum entre judeus evitar o uso desta nomenclatura, pois a morte de milhares deles durante a II Guerra Mundial não foi uma oferta divina, mas política nazista de extermínio. Embora o termo tenha sido consagrado na literatura, de modo geral, judeus preferem o uso da palavra *Shoah* (também pode ser grafada Sho’ah, Shoa ou Shoá), pois em iídiche tem o sentido de “calamidade”.

⁸⁷ Isso porque abarca a divisa da África e Ásia, é próxima da Europa, seu litoral é banhado pelo mar Mediterrâneo e, a partir do Golfo de Aqba, chega-se ao Mar Vermelho, Mar da Arábia, ao Oceano Índico e daí para o resto do mundo.

atrás, mas principalmente têm início no final do século XIX até hoje, com o surgimento das ideias do movimento político sionista e suas vertentes.

4.1. O sionismo e suas camadas coloniais e autoritárias

A primeira semente do sionismo ocorre em 1830, com os rabinos Judah Alkalai e Zvi Hirsch Kalischer, os quais apontavam a necessidade de retorno dos judeus para a Terra Santa, como forma de prelúdio à redenção e à segunda vinda do messias. Tal perspectiva originou o sionismo cultural, segundo o qual aponta-se a necessidade de um “centro espiritual” para a sobrevivência do judaísmo, visto cada vez mais dentro de um processo de secularização.

Ideias de um Estado específico para judeus eram também trabalhadas em romances como *Alroy*⁸⁸ (1833), de Benjamin Disraeli, ou, mais tarde, com *Daniel Deronda*⁸⁹ (1876), de George Eliot, entre outros autores. Ainda que a ideia não tenha vingado de imediato, ela é retomada posteriormente, por volta de 1870, pelo movimento Amantes de Sion⁹⁰, formado na Rússia, e que via na Palestina um refúgio do antissemitismo espalhado na Polônia, Rússia e Romênia.

Tal fator seria claro na Grã-Bretanha, onde a questão do antissemitismo e imigração tornaram-se frequentes no debate político, inclusive por causa de uma “antiga e bem-integrada minoria judaica com membros na elite política” (SAYIGH, 2015, p. 58). Ou seja, políticos importantes como Arthur Balfour, Neville Chamberlain (Secretário para as Colônias britânicas), entre outros, foram influenciados pelas ideias sionistas e no contato com judeus influentes como Lord Rothschild, Theodor Herzl e Chaim Weizman.

Antes de prosseguirmos, é importante diferenciar, de forma breve e clara, antissionismo de antissemitismo⁹¹. O primeiro diz respeito à oposição a muitos dos ideais do movimento sionista, que são baseados no colonialismo e imperialismo europeu. Já acerca da utilização da nomenclatura antissemita, embora seja comumente direcionada aos judeus, é explicada por Leonardo Schiocchet (2015) como tendo

⁸⁸ Na obra judeus governariam como uma classe separada de pessoas.

⁸⁹ Argumentava a necessidade de retomar a Palestina apenas para os judeus.

⁹⁰ O termo Sion ou Sião influencia a nomenclatura do *sionismo* e significa a terra prometida por Deus, isto é, Israel (*Eretz Israel* é o nome da Palestina na religião judaica). Pode ser entendido também como um dos sinônimos bíblicos de Jerusalém.

⁹¹ Ver, também, a discussão de Hannah Arendt (2012) sobre possibilidades das origens do antissemitismo em relação aos judeus – com foco no contexto das políticas europeias.

origem no termo “semita”⁹² que, em sua etimologia, abarca árabes, malteses, etíopes e outras etnicidades da região do Oriente Próximo.

Dessa forma, Schiocchet explica que o uso da expressão relacionada apenas aos judeus ocorre devido ao preconceito racial, principalmente com a ascensão nacionalista nazista na primeira metade do século XX. Com isso, antissionismo e antissemitismo não são etimologicamente sinônimos, de modo que antissemitismo pode ser relacionado, a depender do seu uso, ao preconceito a todos os povos de origem semita (incluindo judeus e árabes). De forma mais corriqueira, contudo, a expressão acaba sendo mais relacionada ao preconceito contra judeus. Assim, ser antissionista significa “ser contra o caráter judaico do Estado de Israel e não ser contra o judaísmo ou mesmo contra a existência de Israel em si [...]” (SCHIOCCHET, 2015, p.28).

Tal diferenciação é essencial para entendermos as disputas dos sentidos narrativos que os termos assumem ao nos referirmos à Palestina-Israel. Se há críticas às políticas israelenses isso não significa que elas sejam antissemitas.

Apesar da clareza argumentativa de que o sionismo é um movimento político que não engloba todos os judeus ou o próprio judaísmo como um todo, esse mito narrativo ainda é muito difundido para defender e legitimar determinadas ações israelenses, servindo como cortina de fumaça das muitas políticas opressivas e racistas do Estado de Israel — apontadas pela própria ONU e ONGs de direitos humanos.

Inclusive, há grandes rupturas e subdivisões entre os próprios judeus acerca do sionismo. Algumas organizações judaicas, inclusive, são contrárias ao movimento. Por exemplo, rabinos ultraortodoxos veem o sionismo como divergente aos ensinamentos judaicos e, assim, afirmam que os judeus devem permanecer em exílio enquanto o messias não retorna (PAPPÉ, 2004).

Também é comum ver judeus ultraortodoxos em movimentos pró-palestinos. Dentro dessas divisões de identidades judaicas, existem, por sua vez, os *mizrahim* — judeus originários do Oriente Médio⁹³, os quais geralmente são chamados de judeus-árabes — que acusam o *status quo* israelense, predominantemente *asquenaze* (de

⁹² “Semitas são os descendentes de *Sem*, o filho do profeta Noé e personagem bíblico do Antigo Testamento” (TENÓRIO, 2019, p. 41). Engloba os povos com origem no norte da Península Arábica. As três grandes religiões monoteístas (islamismo, cristianismo e judaísmo) têm raízes semitas.

⁹³ Maioria são descendentes das culturas do Norte da África e da cultura árabe-judaica (BUTLER, 2017).

origem europeia), de discriminação (SCHIOCCHET, 2015). Portanto, seja em Israel ou não, observam-se diferentes interpretações em relação ao sionismo ou à condução de práticas religiosas do judaísmo.

Tal como ocorre com o cristianismo e com o islã, não existe apenas uma forma de judaísmo. As correntes mais importantes são: o judaísmo ortodoxo moderno (que funde o judaísmo rabínico com o sionismo político), o judaísmo masorti (ou ‘tradicional’, de origem asquenaze [descendência europeia — Europa Central]), o judaísmo reformista (também chamado de ‘judaísmo liberal’, associado sobretudo aos EUA e à Inglaterra) e, por fim, o judaísmo haredi (ultraortodoxo, popular sobretudo entre comunidades sefarditas [da Península Ibérica — Portugal e Espanha]). Somados a estas, uma grande parcela da população etnicamente judaica de Israel se identifica como ‘secularista’ ou não-religiosa (SCHIOCCHET, 2015, p.26).

Dessa forma, o pesquisador alerta que seria reducionismo dizer que o conflito Palestina-Israel seja definido apenas em termos de judeus ou israelenses contra palestinos, muçulmanos ou árabes, pois o “[...] sionismo é uma ideologia política irreduzível à etnicidade e religião” Assim, o Estado israelense “não possui o monopólio da voz dos judeus” (SCHIOCCHET, 2015, p.30). Fica claro, aqui, a complexidade da miríade de alteridades e multiplicidade de identificações culturais na região — fator muitas vezes deficitário na contextualização durante a cobertura jornalística dos eventos na Palestina-Israel. Nessa mesma concepção, a filósofa americana-judia Judith Butler é enfática:

[...] certamente não é antijudaico ou contrajudaico oferecer uma crítica das formas de violência de Estado instituídas e mantidas pelo sionismo político (dentre as quais as despossessões em massa dos palestinos em 1948, a apropriação de terras em 1967 e os recorrentes confiscos de terras palestinas, que prosseguem hoje com a construção do muro e a expansão dos assentamentos). Isso em si já é importante, uma vez que Israel alega representar o povo judeu e a opinião popular tende a dar como certo que os judeus “apoiam” Israel, sem levar em conta as tradições judaicas de antissionismo e a presença de judeus em coalizões que se opõem à subjugação colonial dos palestinos por Israel (BUTLER, 2017, p. 12).

Por isso, continua a autora, é preciso deixar marcada a cisão entre judaicidade e sionismo, senão se tornaria impossível tecer críticas às políticas de Estado israelenses sem renegar a própria judaicidade. Críticas, sendo judeu, a Israel, são uma forma de marcar o não direito do “Estado de Israel de falar pelos valores judaicos ou, de fato, pelo povo judeu” (BUTLER, 2017, p. 13) como algo universal.

Essa atitude é um caminho não sionista e antissionista de não legitimação do caráter de opressão israelense, desconstruindo sua imbricação com o movimento político sionista surgido no século XIX aos valores judaicos, como Butler discorre em sua argumentação:

Um ponto, no entanto, já parece claro: igualdade, justiça, coabitação e crítica da violência de Estado só podem continuar sendo valores judaicos se não forem exclusivamente valores judaicos. Isso quer dizer que a articulação desses valores deve negar a primazia e a exclusividade do quadro de referência judaico, deve passar por sua própria dispersão (BUTLER, 2017, p. 14).

As críticas legítimas, portanto, sem qualquer teor antijudaico ou possibilidade de ser antisemita (que, infelizmente, possam aparecer aqui e ali), são muitas e estão dentro das lutas judaicas por justiça social — que não podem ser compreendidas como justiça social apenas para judeus — e acontecem há muito tempo. Nesse sentido, com o qual também concordamos com Butler, a possibilidade de crítica às políticas israelenses, sem ser judeu, também deve ser vista como possível. Reduzir a discussão de forma “que ninguém de fora deveria julgar o que acontece lá busca restringir quaisquer debates que possam existir dentro do quadro nacionalista de Israel” (BUTLER, 2017, p. 17) e para além dele.

Levando isso em conta, para a pesquisadora Ella Shohat (1999), de origem *mizrahim*, é preciso ter em mente a necessidade da emergência de outros tipos de estudos, de viés transdisciplinar. Ela defende ser possível ampliar essa perspectiva para outros escopos — como a possibilidade de pesquisa com foco Mizrahi. No viés dela, contudo, tais problemáticas seriam mais uma forma de superar a perspectiva das narrativas hegemônicas sionistas (as quais utilizam o argumento de libertação nacional ao incorporar discursos de matriz colonial sobre a população autóctone palestina).

E, assim, é possível fazer pontes culturais entre diferentes populações e alteridades — de modo a fortalecer a percepção não de inimigos, mas de convivência entre as partes, comum em outros tempos. Essa abordagem, portanto, deixa clara a construção eurocêntrica de uma história judaica na qual os judeus não-europeus também são excluídos por causa das suas origens, tal como existe a tentativa de apagamento de identidades palestinas (palestinidade), como veremos.

Por exemplo, os judeus *sefardim* (descendentes dos judeus da Espanha e de Portugal), embora com origem europeia, possuem “história de exílio da Espanha (ela

própria um espaço liminar do imaginário europeu) [e isso] resultou em entrelaçamentos culturais complexos com várias outras tradições (grega, turca e norte-africana, para citar algumas)” (BUTLER, 2017, p. 27). Desse modo, eles são considerados por Israel como ‘judeus árabes’.

Dessa forma, ser judeu e árabe ao mesmo tempo — ou sua convivência — não deveria ser entendido como impossível, mas cada vez mais palestinos e israelenses sabem menos do cotidiano uns dos outros, na forma que as questões históricas e projeto sionista foram se desenvolvendo (RODGERS, 2015; 2017).

Essa falácia histórica e mito narrativo, portanto, tem consequências políticas reais de exclusão desses povos em suas relações intersubjetivas de culturas híbridas e experiências de vida diversas. Dialogando com essa noção, o antropólogo Leonardo Schiocchet (2015) lembra da existência, inclusive, de sionistas não-judeus, como o caso dos cristãos sionistas. Estes influenciaram diretamente acordos que posteriormente originariam Israel, com argumentos de que a criação deste Estado equivaleria “à profecia bíblica do retorno dos judeus à Terra Santa” (SCHIOCCHET, 2015, p.27), deixando de fora desse projeto outras alteridades.

Aqui podem ser englobados os cristãos pentecostais e neopentecostais — entre outras linhas —, com práticas parecidas com as da Igreja Universal do Reino de Deus, por exemplo. A interpretação da bíblia como justificativa divina acaba galvanizando simpatias e apoios globais de visões do cristianismo a Israel e sua política atual de segregação. Segundo o historiador Sayid Marcos Tenório, o pentecostal é “um movimento de renovação do cristianismo que começou em Los Angeles em 1906, através do pregador William J. Seymour” (2019, p. 35). É importante enfatizar também que palestinos não são apenas muçulmanos e existem grandes comunidades de palestinos cristãos e de outras religiões.

De qualquer modo, a ideologia sionista surge basicamente em três correntes gerais: além do sionismo cultural citado acima, existem também o sionismo político e o sionismo trabalhista. Segundo o historiador Norman Finkelstein (2005), baseando-se no trabalho de pesquisador Yosef Gorny, todas as vertentes têm viés nacionalista e propõem a autodeterminação do povo judeu em um Estado nacional judaico.

O sionismo político trazia suas fundamentações baseadas no contexto do Iluminismo, liberalismo e racionalismo pós Revolução Francesa. Essa linha de pensamento entendia a questão judaica como uma presença externa a Estados nacionais com outras identidades nacionais. Em outras palavras, os judeus sempre se

sentiriam “estrangeiros” na diáspora, a não ser que fosse (re)estabelecido um Estado com maioria de judeus.

Já o sionismo trabalhista buscava resolver a ausência de um Estado a partir da reformulação da estrutura de classes e trabalhadores, formada, em sua grande maioria, por comerciantes e negociantes. Entre suas principais influências estava uma interpretação do socialismo marxista, de maneira que “o sionismo trabalhista representava menos uma alternativa do que um complemento ao sionismo político” (FINKELSTEIN, 2005, p. 61). E, como dito anteriormente, o sionismo cultural apresentava viés mais religioso e espiritualista em sua concepção.

De forma resumida, para Rosemary Sayigh, o sionismo é, portanto, um movimento ideológico europeu, com abordagem política de perspectiva colonialista. Segundo a pesquisadora, então, ele já se justificava para

[...] além da ideia de cunho bíblico do “retorno” — [e] empregou assertivas de superioridade civilizacional tiradas do vocabulário do colonialismo. Líderes sionistas frequentemente recorreram a governos ocidentais para apoio, justificando que Israel serviria a interesses ocidentais no Oriente Médio e agiria como seu posto avançado (2015, p.55).

Assim, as perseguições⁹⁴ e massacres sofridos por judeus na Europa Oriental aceleraram a percepção da necessidade de um Estado nacional para judeus. Considerado o pioneiro teórico do sionismo, Moses Hess (1812-1875) produziu *Rome and Jerusalem: a study in jewish nationalism* (1862), o primeiro estudo sobre “a questão do nacionalismo judeu no contexto europeu” (MISLEH, 2017, p. 23). Embora o texto seja de 1862, sua primeira publicação se deu somente em 1916. Seu principal argumento era a necessidade de ‘restauração’ do estado judeu como um passo de libertação nacional judaica.

Ao comparar a literatura de George Eliot (simpatizante do sionismo, como citado anteriormente) com Moses Hess, Edward Said (2012) aponta a similaridade de opinião de ambos sobre o projeto sionista de recuperação de suposta “pátria perdida”. Por um viés ocidental colonial, portanto, “[...] a Palestina necessitava de desenvolvimento, civilização e reconstrução; que o sionismo traria, finalmente, conhecimento e progresso onde eles não existiam” (SAID, 2012, p. 90). Em outras

⁹⁴ Denominadas de *progrom* – movimento de violência dirigido contra determinada comunidade étnica ou religiosa.

palavras, a posição em relação aos habitantes da Palestina era de que eles eram “incivilizados” e “primitivos” e necessitavam ser “civilizados” — viés bastante orientalista de enxergar a população nativa.

A partir de 1882, após o assassinato do Czar Alexandre II e a ascensão do seu filho Alexandre III como seu sucessor ao Império Russo, intensifica-se a migração judaica para a Palestina, gerando a chamada Primeira *Aliya*. Nas duas últimas décadas do século XIX, a população judaica cresceu, por exemplo, o dobro em cidades como Jerusalém — em 1881 eram 13.920 judeus e, em 1891, 25.322 (PAPPÉ, 2010) —, entre outras. Isso gerou certo alarmismo entre a população nativa palestina, muito por causa da venda de terras para esses imigrantes, como será explicado a seguir.

Entre os motivos desse influxo de judeus está o fato de Alexandre III culpar a influência de capitalistas judeus na tomada de iniciativas de políticas liberais de seu pai, assim como a polícia secreta russa e políticos de alto escalão apontarem os judeus como suspeitos de serem lideranças de organizações com ideias socialistas e comunistas.

Como parte do Império Otomano⁹⁵, a Palestina contava com uma população judaica de 15.011, enquanto existiam 447.454 muçulmanos e cristãos — de diversas filiações — na região, de acordo com o censo otomano de 1878 (McCARTHY *apud* PHILO; BERRY, 2004, p. 2). É neste contexto que o sionismo político ganha maior força, principalmente após o caso Dreyfus⁹⁶.

Depois de ter acompanhado o acontecimento como jornalista, o judeu austro-húngaro Theodor Herzl passou a acreditar que a única solução para acabar com a perseguição aos judeus era a constituição de um Estado judeu, no qual judeus seriam maioria e teriam a capacidade de autodeterminação. A princípio, Herzl chegou a

⁹⁵ De 1516 à I Guerra Mundial. A Palestina vivenciou diversos períodos de dominação externa. Filisteus, israelitas, fenícios, assírios, persas, macedônios, Império Romano, árabes (omíadas e abássidas), as Cruzadas, mamelucos, otomanos e britânicos.

⁹⁶ Alfred Dreyfus (1859-1935) era um oficial da marinha francesa de origem judaica que foi acusado, em 1894, de traição. Mesmo sem provas contundentes, ele serviu como bode expiatório do vazamento de dados militares sigilosos para os alemães. Condenado com portas fechadas e sentenciado a ser deportado para a Ilha do Diabo (colônia penal francesa na Guiana Francesa), Dreyfus foi publicamente humilhado na Escola Militar. Teve sua espada quebrada, seu uniforme confiscado e acorrentado. A rejeição e hostilidade aos judeus era tão grande que ele foi vaiado sob gritos de “morte aos judeus” (HARB, 2011). Posteriormente, a acusação provou-se conduzida com documentos falsos e motivos antissemitas.

cogitar a construção de colônias judaicas na América Latina⁹⁷ e África do Sul (SAID, 2012, p. 77).

Isso porque entidades como a Associação de Colonização Judaica, por exemplo, já davam oportunidades para migrantes judeus empobrecidos e vítimas de preconceitos sofridos na Europa irem para a América do Sul, então seria uma ampliação deste tipo de programa. Também havia discussões da possibilidade de construir assentamentos em Uganda⁹⁸, Madagascar⁹⁹ ou EUA.

Contudo, com os Congressos Sionistas — o primeiro sendo realizado em 1897 na Basileia, Suíça —, foi tomada a seguinte decisão: criação de um manifesto que afirmava o intuito de criar um “asilo para o povo judeu em Eretz Israel que seria garantido por lei internacional” (PAPPE, 2004, p.1060). Os demais congressos acrescentaram a necessidade desse fato ser realizado com a colonização em terras palestinas; e que a questão de legitimidade por lei internacional fosse substituída primeiramente com conversas de liberação da região com o então sultão déspota otomano Abdul Hamid II (no poder entre 1876 e 1908).

Embora Herzl tentasse se beneficiar do endividamento otomano ao imperialismo europeu após a Guerra da Criméia¹⁰⁰, as conversas com o sultão otomano e o oferecimento de vultosas quantias não renderam frutos. Segundo a pesquisadora Lorena Neal (1995), entre os principais motivos da recusa hamidiana estava a desconfiança nos créditos oferecidos pelos sionistas para compensar os grandes débitos otomanos.

Além disso, Hamid estava mais preocupado com as seguintes questões: avanços imperialistas britânicos; ameaças do Império Russo; avanços do Império Austro-Húngaro nos Bálcãs; a dominação francesa na Tunísia; e a importância de manter-se no papel de guardião do Islã como Califa (LEAL, 1995). Esse último aspecto encontrava-se dentro de uma ideologia do otomanismo¹⁰¹ em contrapartida à

⁹⁷ Na obra *Der Judenstat* [*O Estado judeu*] (1896), Herzl colocava a Argentina como possibilidade.

⁹⁸ Theodor Herzl sugeriu a “instituição de um estado judeu temporariamente em Uganda, então colônia inglesa, para depois passar à Palestina” (MISLEH, 2017, p. 29).

⁹⁹ Então colônia francesa. Apenas em 1960 tornou-se independente.

¹⁰⁰ Deflagrada contra o, então, Império Russo, que havia ocupado a península da Crimeia – região comercial estratégica situada nos Bálcãs, entre o Mar Negro e Mediterrâneo. Para enfrentar os russos foi formada aliança entre França, Reino Unido e Império Otomano, de forma a evitar as aspirações expansionistas territoriais russas. A união saiu vitoriosa nos confrontos. Por sua vez, os otomanos ficaram dependentes do poderio econômico europeu após as batalhas e consequente integração econômica.

¹⁰¹ A concepção do nacionalismo otomano (ou otomanismo), com ideais pan-islâmicos não era unânime e foi abalada, por exemplo, já em 1889, quando o movimento político Jovens Turcos (base do

entrada das influências europeias (MUSLIH, 1988). Era comum existir clara distinção, já à época, entre os judeus otomanos (aqueles que tinham direitos iguais na administração descentralizada do Império Otomano) e judeus estrangeiros — marcando diferenças entre judeus e sionistas — e clara distinção de conhecimento entre os dois grupos de alteridades.

O imbricamento do islamismo com os nacionalismos no e do mundo árabe é um legado da importância histórica e política do islamismo na organização das sociedades e culturas durante diversos períodos. De acordo com o pesquisador Fred Halliday (2016), mesmo que avancemos no tempo para décadas de maior secularismo do nacionalismo árabe, é perceptível a influência islâmica. Os sentidos modernos de patriotismo árabe têm origens no Corão. Isso parece claro quando a própria formação da linguagem árabe e a predominância do Islã entre árabes são presentes:

[...] palavras como *umma* (‘comunidade nacional/nação’), *watan* (‘pátria’), *shahid* (‘mártir’), *jihad*¹⁰² (‘luta’), *mujahid* (‘lutador’) e *risala* (‘missão/mensagem’), componentes modulares da ideologia nacionalista e autodefinição pelo mundo, foram retiradas, em árabe, do léxico religioso. O mesmo, claro, aplica-se muito ao, em sua origem, vocabulário cristão do nacionalismo europeu — território ‘sagrado’ e ‘dever’, ‘mártires’ e ‘sacrifício’ etc” (HALLIDAY, 2016, p. 444, grifo do autor)¹⁰³.

Sendo assim, mesmo com a existência de identidades regionais, étnicas, religiosas e culturais que conectassem diferentes comunidades, a visão eurocêntrica colonialista foi a responsável por disseminar, em especial na segunda metade do século XIX, a emergência de identidades nacionalistas de resistência ao próprio imperialismo, sendo elas asiáticas, islâmicas, africanas, entre outras, por exemplo (AYDIN, 2016).

Comitê de União e Progresso – CUP) buscava constituir uma identidade nacional turca em seu lugar (MUSLIH, 1988). Em 1908 chegam a tomar o poder, sendo mais um elemento de desestabilização interna para o Império Otomano – imerso em corrupção, disputas territoriais dos Bálcãs (em especial o caso da Crimeia), e crescimento do nacionalismo árabe dentro do império (ROSHWALD, 2016).

¹⁰² Jihad também pode significar, em árabe, ‘esforço’ e ‘empenho’ e não tem nenhuma relação com a ideia de qualquer tipo de ‘guerra santa’, muitas vezes utilizada para se referir à resistência árabe e islâmica contra domínios estrangeiros em seus territórios (TENÓRIO, 2019).

¹⁰³ No original: “[...] Even in the decades of strongest secularism within Arab nationalism, it was evident that the Islamic legacy was present, if only in the usage for modern, patriotic, purposes of a vocabulary that had Qur’anic origins and resonances: words like *umma* (‘national community/nation’), *watan* (‘homeland’), *shahid* (‘martyr’), *jihad* (‘struggle’), *mujahid* (‘fighter’), and *risala* (‘mission/message’), modular components of nationalist ideology and self-definition across the world, were in Arabic taken from the religious lexicon. The same, of course, applied to much of the, in origin, Christian vocabulary of European nationalism – ‘sacred’ territory and duty, ‘martyrs’ and ‘sacrifice’ et cetera”.

Nacionalistas em outros territórios do Oriente Médio encaravam dilemas análogos frente a profundas clivagens sociais, sectárias, étnicas e tribais e à luz de tensões entre pan-Islamismo, pan-Arabismo, e patriotismo estatal. Até mesmo a terminologia do nacionalismo refletia algumas dessas ambiguidades e incertezas. A palavra mais comum que era utilizada para denotar ‘nação’ em publicações árabes logo após 1918 era *ummah* [referindo-se à comunidade de todos os muçulmanos]. Isto era simplesmente uma transposição do termo que tradicionalmente se referia às comunidades sem fronteiras da fé islâmica. Isso foi, em última análise, deslocado por um novo vocabulário do nacionalismo que distinguia entre *qawmiyyah* (nacionalismo com um quadro de referência pan-Árabe) e *wataniyyah* (nacionalismo direcionado para um Estado particular [...]) (ROSHWALD, 2016, p. 231, grifo do autor)¹⁰⁴.

De acordo com Muslih (1998), o forte senso de comunhão e lealdade teve que ser adaptado com o início da desintegração do Império Otomano, pois a identidade imperial demorou a transformar-se para ser entendida a partir de um senso de outras identidades, inclusive movimentos nacionais. Porém, conseqüentemente, esses processos históricos de construções identitárias e multifacetações de alteridades levaram às lutas por descolonização e libertação nacionais.

4.2. Transição do Império Otomano para o Mandato Britânico

Seguido da Primeira *Aliya* (1882), criaram-se as agências de fomento para a construção de assentamentos e compras de terra na Palestina. Embora neste momento as relações entre vizinhos fossem cordiais na maioria dos casos, os confrontos começavam a ter início. Principalmente com a postura de colonos sionistas que chegavam sob supervisão do Fundo Nacional Judaico (FNJ).

O FNJ [*Keren Kayemet Le-Yisrael*, em hebraico] tinha o propósito declarado da compra de terras para judeus para uso exclusivo deles. Assim, não podiam ser vendidas e, caso fossem alugadas, só poderiam ser se o interessado fosse judeu, tendo período restrito de nove anos na transação. Somado a isso, trabalhadores árabes eram

¹⁰⁴ Tradução livre: “Nationalists in other Middle Eastern territories faced analogous dilemmas in the face of deep social, sectarian, ethnic, and tribal cleavages and in light of the tensions among pan-Islamism, pan-Arabism, and state patriotism. Even the terminology of nationalism reflected some of these ambiguities and uncertainties. The word most commonly used to denote ‘nation’ in Arab publications of the early post-1918 years was *ummah*. This was simply a transposition of the term that traditionally referred to the bordelles community of the Islamic faithful. It was ultimately displaced by a new vocabular of nationalism that distinguished between *qawmiyyah* (nationalism with a pan-Arab frame of reference) and *wataniyyah* (nationalism directed towards one’s particular state [...])”.

proibidos de serem contratados nessas colônias supervisionadas pelo FNJ (SALGADO NETO, 2015, p. 99).

Como as tentativas do governo otomano em reduzir a imigração judaica não surtiram efeito por pressão britânica, viu-se o fluxo imigratório para a Palestina aumentar. A segunda *Aliya* (entre 1905 e 1914) produziu um salto demográfico da população judaica na Palestina, que chegou a 85 mil.

A maior diferença desta para a primeira onda migratória era de que os imigrantes, em especial provenientes da Rússia, eram politicamente muito mais engajados com o sionismo do que os seus predecessores. O apoio para a futura criação do Estado de Israel era baseado, principalmente, pela “conquista do trabalho” e “conquista do solo” (KHALIDI, 1997, p.2761). Isso significava substituir os trabalhadores árabes-palestinos por judeus e fazer o uso da força para conquistar a terra.

As reações palestinas acerca do fortalecimento do movimento sionista neste período eram expressas tanto por líderes políticos como Ruhi al-Khalidi e Sa'id al Husayini quanto por artigos em jornais — no *Filastin* e *al-Karmil*, por exemplo. De acordo com Rashid Khalid (1997), pela primeira vez árabes-palestinos percebiam os interesses sionistas como ameaça de fato.

E enquanto fosse compreensível a resposta dos palestinos urbanos alfabetizados de classe média e alta, como expressado na imprensa, no Parlamento Otomano e outros lugares, o que mais afetava o pensamento de outros países árabes, nós devemos ver, estava nas raízes dos medos de muitos daqueles palestinos urbanos sobre o sionismo estava a experiência dos *fellahin* [camponeses palestinos] que primeiro entraram em confronto com os colonos sionistas (1997, p.2771).¹⁰⁵

Desse modo, as propriedades rurais geralmente eram adquiridas, por judeus, de donos ausentes¹⁰⁶ (muitos moravam em outras regiões), por expulsão das

¹⁰⁵ No original: “And while it was understandably the response of the literate urban Palestinian upper and middle classes as expressed in the press, in the Ottoman Parliament, and elsewhere, that most affected thinking other Arab countries, we shall see that at the root of fears of many of those urban Palestinians about Zionism was the experience of the *fellahin* who were the first to clash with the Zionist settlers.”

¹⁰⁶ Cf. Rashid Khalidi (1997), 58% das terras estavam nas mãos de donos ausentes e não-palestinos, enquanto 38% de palestinos ausentes e 6% de proprietários locais e camponeses. Muitos viam as transações apenas como estritamente comerciais, sem antever as possíveis consequências políticas que já estavam sendo colocadas em curso. Muitos dos donos árabes de terras ausentes pertenciam a famílias importantes e ricas de origens sírias e libanesas, como os Daouks e Sursocks. Eles chegavam a vender

populações locais e desenraizamento de fazendeiros que arrendavam as propriedades (ainda que obtivessem compensações financeiras), fatores que serviram para os crescentes assentamentos¹⁰⁷ rurais do lado judaico e o aumento do descontentamento dos *fellahin* nativos.

Portanto, segundo Norman Finkelstein, o sionismo buscava realizar a ocupação territorial de duas formas principais: 1) a via da transferência; 2) a via sul-africana. A primeira dizia respeito à transferência e remoção total dos residentes ou, pelo menos, sua maioria, de modo a criar contingente judaico maior. Embora a retórica sionista apontasse para a convivência com os povos da região, na realidade havia uma “tendência de expulsão” (FINKELSTEIN, 2005, p. 15). Já a via sul-africana buscava constituir “um Estado de apartheid, com uma minoria de colonos dominando uma grande maioria explorada de nativos” (MORRIS *apud* FINKELSTEIN, 2005, p. 14).

Segundo Ilan Pappé (2017; 2022), Israel desde o seu início dava indícios de ser um Estado colonialista de povoamento. Como estrutura de poder, esse tipo de colonialismo expõe práticas de eliminação da população autóctone já antes da criação de Israel. A partir dessa perspectiva, portanto, fica clara a estratégia israelense ao longo dos anos. Afinal, similar aos movimentos europeus de colonização das Américas, África do Sul, Austrália e Nova Zelândia, a colonização de povoamento difere da colonização clássica em três aspectos.

O primeiro deles é de que as colônias de povoamento “dependem dos impérios para sobreviver apenas no início e por um tempo limitado” (PAPPE, 2022, p. 81). A segunda diferença é calcada pelo desejo de tomar terras em um país estrangeiro, de modo que a colonização clássica visa apenas os recursos naturais dos ‘seus’ novos territórios. Por fim, apela-se ao extermínio e genocídio dos nativos locais sob as justificativas de algum direito divino ou moral sobre a terra. Claramente a constituição de Israel é aplicada a todos esses elementos.

Para os futuros israelenses com maior identificação com o Ocidente (de origem judaica *asquenaze* — europeia), então, a perspectiva de solução nacional para

para os judeus, “mas muito poucas famílias árabes-palestinas fizeram isso” (COOLEY, 1973, p. 28 *apud* HARB, 2011, p. 1092).

¹⁰⁷ Em 1916, os sionistas eram proprietários de 241 mil *dunum* – medida agrária equivalente a 1000m². Já em 1947 a quantidade era de cerca de 1.850.000 *dununs* (TENÓRIO, 2019).

os judeus europeus era fruto de uma espécie de protonacionalismo¹⁰⁸ no leste europeu desde 1850 (PAPPE, 2004, p. 1021).

Por sua vez, os palestinos, os árabes e outras populações na Palestina não queriam perder suas terras para imigrantes judeus-europeus ao mesmo tempo que estavam fortalecendo lutas por independência nacional do colonialismo europeu e impérios. Parte do renascimento cultural e revivalismo do judaísmo como nação, então, essa característica não estava relacionada necessariamente à religião, mas procurava uma solução para os problemas da existência judaica na Europa.

Tal situação cresce em duas frentes: nas regiões centrais europeias, com a construção da percepção intelectual sobre a questão judaica e o crescente antissemitismo (focado apenas nos judeus); e no leste europeu, como solução prática para esse assunto. Neste contexto, os últimos anos do governo otomano de Abdul Hamid II ficaram marcados pelo crescimento de aspirações nacionais e descontentamento de grupos étnicos, junto a uma ofensiva colonial europeia¹⁰⁹ maior na região. A derrota do Império Otomano na I Guerra Mundial — quando estavam em aliança com Alemanha e Império Austro-húngaro — contra Reino Unido, França e Império Russo, provocou o desmantelamento final dos otomanos na região.

Ainda durante o confronto, foi costurado o acordo secreto de Sykes-Picot¹¹⁰ — sem consulta, em 1916, no qual decidiu-se pela divisão, em zonas de influência e controle direto e indireto de países europeus — como França, Grã-Bretanha, Rússia e, depois, Itália —, do *Mashreq* (Síria, Iraque, Palestina/Israel, Jordânia, Líbano e Egito) e outras regiões. Com a Conferência de Paz de Versailles, em 1919, “cria-se um novo tipo de colonialismo, denominado mandato” (SAYIGH, 2015, p. 59), a exemplo do Mandato Britânico na Palestina. O novo sistema de governo foi cancelado pela

¹⁰⁸ Aqui trazido no sentido buscar autonomia política maior, assim como econômica e cultural dentro do contexto do imperialismo e impérios. Contudo, isso não necessariamente era uma busca em romper totalmente com sistema em voga, tornando-se independente, mas sim ter maior influência e liberdade em determinadas áreas estratégicas.

¹⁰⁹ Império Russo e Império Austro-Húngaro tinham interesses nas fronteiras com a região, enquanto a Grã-Bretanha queria manter influência sobre os otomanos como forma de reter a Rússia de algum possível expansionismo e, também, proteger o melhor caminho para a Índia, sob seu domínio (HARB, 2011, p. 1059).

¹¹⁰ Constituído pelos diplomatas inglês Mark Sykes e o francês François Georges-Picot, dividiram a área em novos Estados-nações sem levar em conta os anseios locais. Isso fez surgir uma variante mais autóctone do nacionalismo (em árabe a *wataniyyah* vista anteriormente) e a própria Palestina começou “a ver a si mesma como um Estado árabe independente” (PAPPE, 2017; 2022, p. 35). O processo de crescimento e modernização da Palestina, portanto, teria seguido outros rumos, como do Líbano, Jordânia ou da Síria (PAPPE, 2022).

Conferência de San Remo (1920) e oficializado pela Liga das Nações¹¹¹, em 1922.

Cientes do crescimento dos movimentos nacionalistas árabes, por exemplo, chegou-se a elaborar possível constituição de um Estado árabe independente e uma confederação de Estados árabes.

Em 1913, acontece o I Congresso Nacional Árabe (também conhecido por Primeira Conferência Palestina). A principal agenda era a discussão do crescimento do nacionalismo árabe dentro do contexto otomano. Contudo, as ligações próximas de sionistas com líderes políticos britânicos como David Lloyd George, Hebert Samuel, Mark Sykes e Arthur Balfour¹¹², não deram chance para essa proposta. Em seu lugar, para a Palestina, foi elaborada a Declaração de Balfour, em 1917. Calcado em narrativas míticas sobre Israel, Lorde Balfour dizia que

O sionismo, esteja certo ou errado, seja bom ou ruim, está enraizado em uma tradição milenar, em necessidades do presente e esperanças futuras de importância muito mais profunda que os desejos e preconceitos de 700 mil árabes que agora habitam aquela terra antiga. Desta forma, não propomos sequer consultar os desejos dos atuais habitantes do país (BALFOUR *apud* SACCO, 2011, p.11).

O documento era uma forma de oficializar o apoio britânico à criação de um Estado nacional judaico na região, a partir da constituição de uma lei internacional. Apesar de já começarem a acontecer revoltas, greves e boicotes por parte da população palestina na região, o governo do mandato manteve-se fiel à proposta.

4.3. *The Guardian e o sionismo*

A posição do jornal *The Guardian* sobre a Palestina-Israel ganha diferentes contornos ao longo dos anos, mas é clara a sucessão de editores que apoiavam de forma próxima a busca de judeus sionistas na construção do Estado de Israel. No caso do jornal impresso, editores como CP Scott¹¹³ (quando o jornal ainda se chamava

¹¹¹ Posteriormente daria origem à Organização das Nações Unidas – ONU, no pós II Guerra Mundial.

¹¹² Secretário britânico para o Exterior e, posteriormente, primeiro ministro do Reino Unido.

¹¹³ Charles Prestwich Scott (1846-1932), inclusive, foi membro liberal do parlamento britânico entre 1895 e 1905. Era amigo próximo do primeiro-ministro David Lloyd George – cristão devoto que preferia uma colônia judaica a uma muçulmana, como eram rotulados os palestinos de forma reducionista. O editor era tão próximo ao sionismo que chegou a declarar, com forte teor orientalista e racista, que a Palestina era governada “pela vasta tirania otomana” (BARAM, 2008, p. 30), no final do início do século XIX e início do XX –ignorando o poder colonial britânico de opressão. Ainda assim, chegou a incentivar certa autonomia dos seus jornalistas e jornal em termos políticos, tendo declinado a cobertura de conferência sionista, mesmo a convite de Chaim Weizmann (BARAM, 2008, p. 36).

*Manchester Guardian*¹¹⁴) tiveram relacionamento com importantes nomes sionistas como Chaim Weizmann¹¹⁵ e chegaram a apoiar a declaração de Balfour, em 1917. CP Scott, inclusive, era tão envolvido com o sionismo que fazia declarações racistas e de ideologia colonialista sobre a população nativa palestina, externando que estavam em “um estágio baixo de civilização” ou “não continham nenhum dos elementos do progresso” (CRONIN, 2017, p. 7).

Já William Percival Crozier¹¹⁶, por exemplo, até mesmo utilizou o jornal como ferramenta propagandística para o sionismo nos anos 1930 a 1940, entre outros momentos, tendo estreita cooperação com a Agência Judaica durante os anos 1930. Já o jornalista Alastair Hetherington (editor entre 1956 e 1975) fortaleceu seu apoio pessoal a Israel em uma linha editorial forte. Contudo sua posição de apoio mostrou certo desapontamento e desencanto com Israel depois da invasão do Líbano, em 1982, e a Primeira Intifada, em 1987.

Outros editores foram menos tendenciosos para o lado israelense, mas nunca totalmente hostis ou abertamente críticos em demasia. De acordo com Daphna Baram (2008), a esquerda liberal no Reino Unido e em toda Europa passou por processo parecido de desencantamento acerca de Israel. E podemos dizer que esse processo histórico continua, com cada vez mais críticas e mudanças nos ares de opinião pública sobre a questão Palestina-Israel não apenas lá, mas ao redor do mundo — lenta, mas presente, por causa dos desenvolvimentos das políticas israelenses de segregação e opressão, em contraposição de apoio à causa Palestina.

Mesmo assim, ao salientar tais tendências e entender a possibilidade de influenciar no nosso entendimento sobre a cobertura — o *The Guardian* balança de uma atitude simpática e de suporte a Israel até a ter abordagem mais crítica em determinados eventos históricos. Assim sendo, ao longo dos anos a posição da publicação tem sido transformada e questionada, inclusive já tendo sofrido acusações dos dois lados de ser mais pró-Israel ou pró-Palestina.

¹¹⁴ Chamado assim até 1959. Foi estabelecido como um jornal radical em 5 de maio de 1821, sob a fundação de John Edward Taylor – filho de um ministro presbiteriano que depois tornou-se Quaker após a Revolução Francesa.

¹¹⁵ Sionista que se tornaria o primeiro presidente de Israel, Weizmann era químico e professor na Manchester University durante a Primeira Guerra Mundial. Por volta de 1916, o Reino Unido estava com falta de acetona – necessária para produzir munições para o confronto. O então primeiro-ministro britânico David Lloyd George solicitou a ajuda de Weizmann e ele o fez, encontrando um elemento químico artificial, por fermentação biológica, para a substituição da acetona. Isso ajudou no aumento da influência sionista dentro do Império Britânico e, depois, nos EUA (BARAM, 2008; HARB, 2011).

¹¹⁶ Ou apenas WP Crozier (1879-1944) foi jornalista e editor do periódico.

Dentro da pluralidade de vozes que o jornal tenta trazer, são comuns acusações de leitores de antissemitismo e antissionismo (antes mais imbricados no discurso político na era da Guerra ao Terror, e na invasão ao Iraque em diante) e hoje criticados por apresentar um falso paralelo que tenta inibir críticas a políticas do Estado israelense (BUTLER, 2017; 2016; 2019). Do lado palestino: veem mais como uma perspectiva pró-Israel historicamente. Tal fluidez diz respeito a determinadas coberturas e disputas de sentido produzidas pelas narrativas, como dito.

Voltando à Declaração de Balfour, como bem aponta Edward Said (2012), ela serviu como base jurídica das reivindicações sionistas, influenciando diretamente questões demográficas, culturais e humanas subsequentes. Segundo Said, é possível dividir a Declaração de Balfour em quatro importantes pontos: a) foi elaborada por poder imperial europeu; b) sobre território fora da Europa; c) sem levar em consideração a maioria nativa do território; e d) comprometia-se com a criação de um Estado a outro grupo estrangeiro.

Outro trecho do documento aponta que “nada deverá ser feito de forma a prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não-judaicas na Palestina ou os direitos e status político de judeus em qualquer outro país” (PHILO; BERRY, 2004, p. 6). Acontece que as comunidades não-judaicas representavam a ampla maioria na época — chegando a formar 89% da população.

Segundo o censo britânico de 1922, dentro de uma população de 752.048, 83.790 eram de judeus, 589.177 de muçulmanos e 71.464 de cristãos, sendo o restante de outras origens (PHILO; BERRY, 2004, p. 6). Assim, para a população em geral, notava-se a ausência de possibilidades de direitos políticos, pois tais termos foram silenciados. Ou seja, os não-judeus teriam garantidos seus “direitos civis e religiosos”, mas não políticos — como autodeterminação como nação.

Por causa disso foi elaborada petição por lideranças árabes, a qual foi enviada para a Liga das Nações, questionando o documento de Balfour e solicitando eleições democráticas e independência para a Palestina. Ainda em 1922¹¹⁷, o governo britânico publica um Papel Branco¹¹⁸ na intenção de amenizar os temores árabes-palestinos. Segundo o documento, era negado que a Declaração de Balfour

¹¹⁷ A Grã-Bretanha conseguiu controle – direto ou indireto – sobre o Egito, Palestina, Jordânia, Iraque (além do Kuwait e outros reinos árabes do Golfo Pérsico) (HARB, 2011).

¹¹⁸ Papel Branco (White Paper) era um documento que trazia intenções de formar políticas públicas, expedido pelo Mandato Britânico da Palestina.

pavimentaria o caminho para um Estado judaico, assim como a população árabe, cultura e linguagem fossem subjugadas. Os sinais diplomáticos britânicos eram dúbios para tentar manter a ajuda árabe-palestina contra os otomanos e, também, ter apoio sionista.

Somado a isso, propunha-se a elaboração de um conselho legislativo composto por representantes judeus, muçulmanos e cristãos. Pelo fato de prever que a maioria do conselho fosse indicada pelos britânicos, os árabes rejeitaram a proposta, temendo fraude constitucional, ou melhor, a constituição de uma instância de fachada controlada pelos sionistas.

De qualquer maneira, enquanto construía-se um corpo autônomo organizado militarmente e economicamente, de liderança política e representativa judia baseada na Declaração de Balfour, a Agência Judaica, tentativas semelhantes de árabes-palestinos eram barradas. Apenas em 1934 aparece um governo embrionário, a Alta Comissão Árabe.

As esporádicas rebeliões desencadearam revolta armada contra o Mandato Britânico em 1933, liderada por Izz al-Din al-Qassam — morto em combate em 1935 — e os enfrentamentos entre palestinos e israelenses culminaram na Greve Geral e A Grande Revolta (*Al-Thawara al-Kubra*) entre 1936 e 1939. Estima-se que 10% da população adulta masculina reprimida tenha sido “morta, ferida ou exilada” (SAYIGH, 2015, p. 62). Ainda assim, outra parte do movimento era pacífico, com greve e não pagamento de taxas.

Esses acontecimentos foram capazes de “galvanizar sentimentos antissionistas e pan-árabes no mundo árabe” (ROSHWALD, 2016, p. 234). Ainda durante os confrontos foi montada comitiva comandada pelo Lord Peel¹¹⁹ para averiguar a situação na Palestina. A Comissão Peel visitou a região em 1937 e fez, então, recomendação da partilha do território em dois Estados — um judeu e outro palestino — enquanto localidades estratégicas continuariam sob controle britânico (Jerusalém, Belém e um corredor para o mar).

A parte noroeste, cerca de 20% do país e com as terras mais férteis, seria disponibilizada para o Estado judaico, enquanto 80% — interligado à Transjordânia (hoje Jordânia) — seria destinado ao Estado árabe. Entre os judeus sionistas as opiniões foram mistas, enquanto a ideia de soberania judaica em qualquer porção de

¹¹⁹ William Peel (1867- 1937) foi um jornalista e político britânico.

terra da Palestina era vista como afronta pelos árabes, que não pretendiam se desfazer da sua terra histórica para mais ninguém.



Fonte: OLIC, N. B.; CANEPA, B. **Oriente Médio: uma região de conflitos e tensões**. São Paulo: Moderna, 2012, p.52.

Mapa 01: Plano de partilha Comissão Peel

Em 1939, dando sequência a uma tentativa de apaziguar os ânimos, outro Papel Branco é publicado, agora com o intuito de frear a imigração judaica — a qual não deveria superar um terço árabe —, assim como a venda de terras. O documento comprometia garantir a independência da Palestina em até dez anos (KHALIDI, 1997, p.4764; EL-NIMR, 1993, p.57). Sionistas viram como traição e ameaça séria ao Estado judeu, ainda mais com o início da II Guerra Mundial e o consequente aumento da perseguição de judeus pelo governo nazista de Hitler, assim como em outros espaços geográficos.

O Papel Branco, por assim dizer, acabou incitando grupos paramilitares sionistas a lançar ataques aos aparatos britânicos do Mandato, utilizando sabotagem, bombas e assassinatos. Somado a isso, os sionistas começaram a mudar a política em busca do apoio britânico para aliar-se cada vez mais aos norte-americanos, construindo ligações fortes com líderes políticos dos EUA (PHILO; BERRY, 2004, p. 13). Portanto, qualquer possibilidade de debate acerca do Papel Branco foi colocada

de lado, devido a pressões do voto¹²⁰ à continuação de políticas para a manutenção da imigração e estabelecimento do Estado judaico na Palestina.

4.4. *A nakba palestina e a criação de Israel: disputas narrativas*

Os problemas econômicos da região aprofundavam-se desde a crise mundial da década de 1929. Sem sucesso em conquistar espaço no Mandato Britânico e organizar melhor a própria sociedade, as lideranças palestinas ainda contavam com divisões internas (disputas entre clãs e notáveis¹²¹, como os Khalidis e, especialmente, Husaynis¹²² e Nashashibs). Aliado a tal situação, não havia forças militares organizadas ou aliados confiáveis (KHALIDI, 1997, p.4784), em um cenário com variados níveis de instrução e descontentamento entre diferentes classes sociais.

Houve outro incremento da imigração judaica que, apenas em 1935, viu — apenas no fluxo de judeus para a Palestina perseguidos das políticas racistas de Hitler — alcançar as cifras com mais 65 mil migrantes. Ao final da II Guerra, em 1945, criou-se a Organização das Nações Unidas (ONU). Entre algumas das características do período estão o aumento do interesse norte-americano pelo Oriente Médio e a construção da nova ordem mundial — inserida na Guerra Fria.

Por sua vez, as novas potências mundiais — União Soviética e Estados Unidos — concordavam que uma possível solução para a Palestina era a divisão do território entre o movimento sionista e palestinos. Para tanto, formou-se o Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina (UNSCOP, em inglês). Os membros da

¹²⁰ Para se ter ideia, as eleições presidenciais norte-americanas de 1944 já tinham grande potencial de serem decididas pelos 4,5 milhões de judeus concentrados em três estados chave: Nova Iorque, Pensilvânia e Illinois (PHILO; BERRY, 2004) – fator que já deixava claro a força do *lobby* judaico no país.

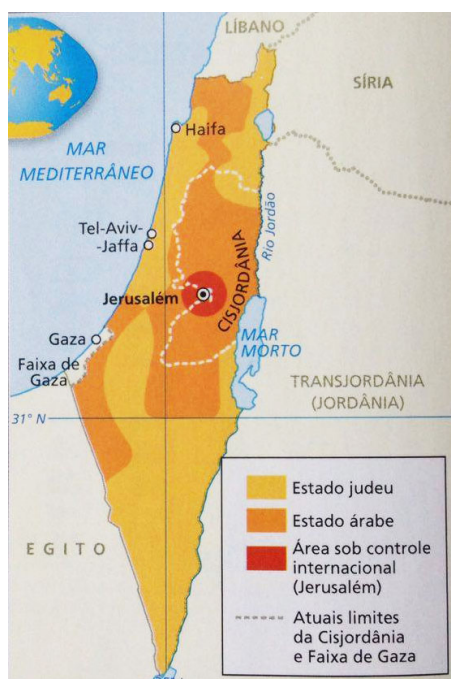
¹²¹ De acordo com Muhammad Y. Muslih (1988), este conceito traz um sentido principalmente político. O notável, já no Império Otomano, era um ator social que agia como intermediário entre o governo e a população, geralmente escolhido devido a suas origens aristocráticas locais, facilitando suas colocações em altos postos do governo imperial. Portanto, seu papel e *status* continuaria sendo importante na política palestina e da região em anos subsequentes.

¹²² Hadj Amin al-Husayni, por exemplo, era *mufti* (autoridade qualificada na interpretação da lei islâmica) indicado pelos ingleses, mas grande opositor ao Mandato Britânico, tendo sido perseguido por seu papel na Grande Revolta e depois exilando-se. Quando residiu na Alemanha, buscou apoio para a luta nacional anticolonial palestina e, em 1941, chegou a se encontrar com Hitler – fato explorado pela propaganda sionista. No 37º Congresso Sionista Mundial, em outubro de 2015, em declaração polêmica recheada de falseamento de fatos históricos, o atual primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, acusou al-Husayni de ser o incitador do holocausto. À época, a versão de Netanyahu foi rechaçada por autoridades, como a chanceler alemã, Angela Merkel, o próprio ministro de defesa israelense, Moshe Yaalon, e o secretário-geral da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Saeb Erekat. Além disso, a declaração foi alvo de críticas também de historiadores. Ver, por exemplo: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/10/1696546-netanyahu-e-criticado-apos-dizer-que-holocausto-foi-sugestao-palestina.shtml> <Acesso em 10 de agosto de 2018>

UNSCOP levaram nove meses para elaborar o Plano de Partilha, em agosto de 1947, adotada por meio da Resolução 181 — adotada em Assembleia Geral presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha.

A recomendação brasileira, inicialmente, era de se abster na votação, visto que tinha comunidade judaica e árabe sem conflitos no nosso território. Contudo, a simpatia de Aranha pela causa judaica e o lobby sionista na ONU o fez mudar de posição (TENÓRIO, 2019, p. 116).

O Plano, portanto, foi apresentado com a previsão de que mais da metade do território palestino viraria um Estado judeu, “quando os judeus formavam apenas 35% da população e possuíam apenas 7% da terra” (SAYIGH, 2015, p.65). Em 1947, 6,6% das terras palestinas estavam sob o controle de judeus, embora esse número já representasse 13% das terras cultiváveis (SAIYGH, 2015). A partilha seria feita com 56,5% dos territórios para judeus, enquanto 43,5% ficariam com os palestinos.



Fonte: OLIC, N. B.; CANEPA, B. **Oriente Médio: uma região de conflitos e tensões**. São Paulo: Moderna, 2012, p.52.

Mapa 02: Plano de partilha da ONU

Hoje, após outras guerras e períodos expansionistas israelenses, assim como o crescente aumento das ocupações e a construção do muro de Israel, os palestinos vivem em cerca de 11% do território idealizado pela ONU. Aliado à pressão do *lobby* sionista nos EUA, a diplomacia norte-americana assim como a russa e a UNSCOP tendiam a aprovar a partição em dois estados — com a possibilidade de união

econômica posterior — como solução para a região. Embora aceito pela ONU, o acordo sofreu a rejeição palestina.

Entre as principais críticas está o fato de não ter tido nenhuma forma de consulta entre os habitantes na palestina e terem sido ignoradas a posição de representantes árabes da Síria, Líbano, Egito, Jordânia (países fronteiriços com a Palestina), tal como a posição de lideranças cristãs, islâmicas e até mesmo de judeus antissionistas. Com isso, a Alta Comissão Árabe deflagra greve de três dias e tensão se espalha.

A recém-criada Liga árabe é abertamente contra a proposta, levantando que a Assembleia Geral teria “ultrapassado os limites de suas atribuições porque não tinha o direito de soberania ou outro qualquer sobre o território da Palestina ao adotar a resolução de Partilha, que foi entendida pelos países árabes e outras como nula, sem valor nem efeito” (TENÓRIO, 2019, p. 116).

Por sua vez, aliado ao apoio emocional do contexto dos sobreviventes dos horrores do holocausto, o sionismo sentiu-se apto a utilizar tal cenário para a “expulsão sistemática da população local” (PAPPE, 2004, p. 2767) dentro das áreas demarcadas pela UNSCOP.

Doze dias depois da adoção da resolução 181 pelas Nações Unidas, a expulsão dos palestinos começou. Um mês depois, a primeira vila palestina foi destruída por retaliação judaica a um ataque palestino a comboios e assentamentos judaicos. Esta ação foi transformada em uma operação de limpeza étnica em março [com recorrência até 1949], cujo resultado foi a perda para a Palestina de muitos dos seus nativos¹²³ (PAPPE, 2004, p. 2820).

Tais acontecimentos coincidiram com uma Grã-Bretanha¹²⁴ enfraquecida pela II Guerra Mundial, e que já preparava sua retirada da região com o término do Mandato até 15 de maio de 1948, antes mesmo de uma decisão sobre quais medidas de transição seriam tomadas a partir da possibilidade de partição. Em abril de 1948, o Haganá (organização militar sionista que se tornaria o coração do exército israelense)

¹²³ No original: “Twelve days after the adoption of the UN resolution, the expulsion of Palestinians began. A month later, the first Palestinian village was wiped out by Jewish retaliation to a Palestinian attack on convoys and Jewish settlements. This action was transformed into a ethnic cleansing operation in March, which resulted in the loss to Palestine of much of its indigenous people.”

¹²⁴ Apesar da omissão em relação aos massacres, o exército britânico chegou a facilitar a evacuação da população nativa.

e a Stern Gang (dissidente do grupo paramilitar judeu Irgun¹²⁵), realizaram o massacre da vila palestina de Deir Yassin¹²⁶ (com assassinatos de 250 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, de forma indiscriminada).

Seguindo estas táticas, colocou-se em operação o Plano Dalet¹²⁷ (ou apenas Plano D), que trazia dois principais objetivos: 1) ocupar qualquer instalação chave — militar ou civil — que seria deixada pelos britânicos; 2) limpar etnicamente o futuro estado judaico de quantos nativos fosse possível. Portanto, a maioria das brigadas organizadas pelo Haganá tinha a intenção de destruir vilas e expulsar a população — inclusive alguns alvos eram cidades mistas, isto é, com árabes-palestinos e judeus (como no caso de Jaffa, Haifa, Safad e Tiberíades). O plano incluía as seguintes referências quanto aos métodos a serem empregados no processo de limpeza étnica da população:

Destrução de vilarejos (atear fogo, explodir e plantar minas entre os destroços), sobretudo dos centros populacionais de difícil controle continuado [...]. Estruturação de operações de busca e controle de acordo com as seguintes diretrizes: cercar o vilarejo e conduzir uma busca em seu interior. No caso de resistência, a força armada deve ser destruída e a população precisa ser expulsa para fora dos limites do Estado (KHALIDI, 1988, p. 20 *apud* PAPPE, 2021, p. 109).

As vilas despovoadas tiveram seus habitantes expulsos para outros povoados, exilados ou dispersos pelo país. A prática teve continuidade com a consequente construção de mais assentamentos judaicos nos locais atacados, de forma a constituir a política sionista em dar novos nomes judeus, em vez de manter o árabe, como forma de reconstrução artificial da história da região.

Segundo a pesquisadora Rosemary Sayigh, ainda que o “apagamento das vilas” seja uma técnica praticada até hoje, permitiu-se o aparecimento de inúmeras resistências locais, de forma a induzir

¹²⁵ Responsável por diversos atos terroristas, incluindo a explosão do Hotel King David, em 22 de julho de 1942, em Jerusalém. 88 pessoas morreram e o evento é um marco pré-Estado de Israel. Conhecido como Organização Militar Nacional antes de Israel, o Irgun transformou-se em um grupo armado contra o Mandato Britânico na Palestina.

¹²⁶ Além de Deir Yassin, massacres nas vilas Kibia e Kfar Qassem também foram perpetrados pela Haganá e Stern Gang, resultando no deslocamento de milhares de refugiados palestinos (HARB, 2011). Para mais detalhes históricos de massacres praticados por milícias sionistas, ver Ilan Pappé (2010).

¹²⁷ Plano Dalet (letra D, em hebraico) complementava o Plano Gimmel (referência à letra C do alfabeto em hebreu) e os Planos A e B. Qualquer que fosse a decisão da população palestina – se colaborariam ou se oporiam à criação do Estado israelense, o Plano D propunha a expulsão sistemática e total dos palestinos das suas terras (MISLEH, 2017; PAPPÉ, 2004).

processos judiciais, visitas comemorativas anuais, reconstruções, livros, registros de história oral...O localismo de tais resistências é uma forma de força, já que insurreições locais são menos facilmente suprimidas do que uma campanha de movimento nacional (2015, p.72).

Para não perder influência no Oriente Médio, por sua vez, os britânicos lançaram mão de última cartada antes da sua saída total dos territórios. Como o exército transjordânico ainda era dirigido informalmente pelos próprios ingleses, estes realizaram acordo com a Agência Judaica e a Transjordânia para a partilha da Palestina, apoiados pelos norte-americanos.

Na tentativa de aproveitar a retirada do poderio britânico, os políticos e alguns países do mundo árabe prepararam um plano para ‘salvar a Palestina’. Isso acaba desencadeando a guerra de 1948, na qual o novo Estado israelense entra em conflito com os vizinhos árabes — Jordânia, Egito, Síria e Líbano. Todos os lados viam a guerra como pretexto ideal de possibilidade de anexar territórios. Contudo, contando com aproximadamente 35 mil homens e mulheres — com treinamento militar durante a II Guerra Mundial — e apoio de armamentos britânicos e norte-americanos, Israel levava muito mais vantagem tecnológica frente às forças árabes — as quais tinham contingente combinado de cerca de 40 mil soldados(a)s, a maioria sem treinamento militar formal.

A diferença de organização e poderio militar garantiu a vitória sionista e o controle da maior parte do território palestino. Isso tanto na prática — na vitória política em termos internacionais — como simbolicamente, por meio da hegemonia de “ideias, representações, retóricas e imagens sendo narradas pelo sionismo” (SAID; HITCHENS, 2001, p. 2). Afinal, grande parte da história mundial é narrada pelos vencedores. Os perdedores acabam tendo suas perspectivas e narrativas silenciadas ou colocadas de forma menos contundente.

E, no contexto da nossa pesquisa, a “[...] História foi escrita até agora pelos israelenses vencedores e, portanto, a voz da população nativa não foi escutada”¹²⁸ (PAPPÉ, 2018, p. 2). Nesse sentido, há diversas pesquisas que apontam essa característica no caso da Palestina/Israel (por exemplo: COLLINS, 2011; SIRHAN, 2021; PHILO; BERRY, 2011; BARAM, 2008; PAPPÉ, 2016; 2014; MATAR, 2019; MATAR; HARB, 2013; TAWIL-SOURI, 2012; SAID, 1984; entre outros),

¹²⁸ No original: “[...]History was written until then by the victorious Israelis and therefore the voice of the native people of Palestine was not heard”.

principalmente por causa da grande influência e identificação do lado judeu sionista na grande mídia convencional *mainstream* ocidental — como viemos tentando deixar claro.

Esse fato vem sendo transformado com a emergência de estudos que enfatizem a importância da memória coletiva e história oral intergeracional (EL-NIMR, 1993), além da emergência e acesso a outros espaços midiáticos — redes sociais, cinema, literatura, mídias digitais, fotografias etc. — as quais trazem diferentes narrativas das ‘convencionais’ da imprensa de referência (ZAMIN, 2014). Podemos citar também autonarrações e autorrepresentações (autobiografias, por exemplo), tudo isso como formas de produção de novos meios de conhecimento e visibilidades sobre o *outro* (MATAR, 2019). É o que Edward Said (1984) e Ilan Pappé (2016) chamam de “permissão para narrar” por parte dos palestinos, pois

A narrativa palestina nunca foi oficialmente admitida pela história israelense, exceto como aquela dos ‘não-judeus’, cuja presença inerte na Palestina era um incômodo a ser ignorado ou expulso. [...] [Por isso mesmo] Fatos não falam tudo por si só, mas requerem uma narrativa aceitável socialmente para absorver, sustentar e circulá-los¹²⁹ (SAID, 1984, p. 33-34).

Para Daphna Baram (2008), em sua análise histórica da relação do *The Guardian* com a cobertura de Israel, uma das principais observações trazidas pela jornalista e pesquisadora foi “a quase total ausência de palestinos e outras vozes árabes” (2008, p. 15). Como veremos ao longo da nossa análise, contudo, isso vem mudando nos últimos anos. Fator esse que Dina Matar (2019) complementa em artigo no qual analisa

como narrativas dominantes mediadas do conflito entre Israel e os palestinos na mídia *mainstream* e discursos públicos no norte global e outros lugares têm se mantido e persistido por quase 70 anos. Especificamente, isso endereça o quanto persistente e recorrente narrativas visuais e discursos (em linguagem e imagem) da Palestina e dos palestinos vem servindo para apoiar o excepcionalismo implícito enraizado nas reivindicações do movimento sionista e, por isso, nas formas particulares em ver, ou

¹²⁹ Tradução livre de: “The Palestinian narrative has never been officially admitted to Israeli history, except as that of “non-Jews”, whose inert presence in Palestine was a nuisance to be ignore or expelled. (...) Facts do not at all speak for themselves, but require a socially acceptable narrative to absorb, sustain and circulate them”.

não ver, a Palestina, e certamente não do ponto de vista da sua população, ‘os narrados’¹³⁰ (MATAR, 2019, p. 170).

Voltando aos acontecimentos históricos, então, os eventos da *nakba*¹³¹ fizeram aproximadamente 700 mil palestinos (SAYIGH, 2015, p.66), de todas as classes sociais, serem expulsos¹³². Dessa forma, acontece uma dispersão em massa das já divididas lideranças nacionais palestinas e diáspora deste povo. Com isso, a vivência palestina no período e suas consequências são chamadas de *nakba* — a grande catástrofe —, ou seja, perda da sua terra natal. Já para os sionistas, os eventos significavam a independência do povo judeu com seu próprio país¹³³.

A delicada questão dos refugiados palestinos fez surgir, ainda em 1949, a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados no Oriente Próximo (com a sigla em inglês sendo UNRWA). Hoje existem 59 campos de refugiados, criados desde 1948. Espalhados, entre outros espaços, pela Jordânia, Líbano, Síria, Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Faixa de Gaza, a UNRWA tem como elegíveis cerca de 5,9 milhões¹³⁴ de refugiados palestinos espalhados pelo mundo — um dos maiores contingentes populacionais¹³⁵ do tipo.

O resultado da guerra de 1948 foi a criação de Israel, a qual, junto às derrotas dos exércitos árabes — ainda que a Cisjordânia tenha sido anexada pela Jordânia e a Faixa de Gaza ocupada militarmente pelo Egito — influenciaria também o pensamento do nacionalismo árabe, pois

¹³⁰ Do original: “how mediated dominant narratives of the conflict between Israel and the Palestinians in mainstream media and public discourses in the global north and elsewhere have taken hold and persisted for almost 70 years. Specifically, it addresses how persistent and recurring visual and discursive narratives (in language and image) of Palestine and the Palestinians have served to support an implicit exceptionalism rooted in the claims of the Zionist movement and, thus, have constructed particular ways of seeing, or not seeing, Palestine, and certainly not from the viewpoint of its people, ‘the narrated’”.

¹³¹ Também pode ser reconhecida como ‘calamidade’ ou ‘desastre’. O sentimento de tornar-se exilado palestino tem paralelos narrativos com os judeus. Inclusive, na cultura judaica, existe um termo próprio sobre a ideia de exílio: *galut*.

¹³² Alguns meses depois da guerra de 1948, cerca de 150 mil palestinos permaneceram dentro de Israel, que à época já controlava a maior parte do território. Mais de 531 vilas palestinas foram destruídas e 11 áreas urbanas esvaziadas de seus habitantes (MATAR, 2011 *apud* HARB; MATAR, 2013).

¹³³ Reconhecido prontamente, primeiro, pelo presidente norte-americano Harry Truman, depois pela União Soviética e outros países.

¹³⁴ Disponível em <https://www.unrwa.org/palestine-refugees> Acesso em 05 jan 2023.

¹³⁵ Desconsiderando os palestinos, os quais estão sob mandato da UNRWA, a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) afirma que, hoje, são 89,3 milhões de pessoas em todo o mundo deslocadas à força – vindas principalmente de cinco países – Síria (6,8 milhões); Venezuela (4,6 milhões); Afeganistão (2,7 milhões); Sudão do Sul (2, 4 milhões); Mianmar (1,2 milhões). Para os dados mais completos, ver: encurtador.com.br/bimoR Acesso em 5 dez 2022.

Se o período depois de 1945 começou com o nacionalismo árabe sendo definido em termos de predominância liberal, aspirações a independência, democracia parlamentar, governo civil, secularismo, e pluralismo cultural, isso estava prestes a mudar, sob o impacto das crises de pós-independência em muitos estados, sobretudo envolvendo golpes militares, o crescimento da raiva no mundo árabe acerca da vitória de Israel em 1948-9, o maior impacto político e ideológico nos estados árabes e políticas de massa com a Guerra Fria, aumento da influência da URSS e China em parte significativa da vida intelectual árabe (HALLIDAY, 2016, p.441).¹³⁶

Com a Resolução 194, de 1948, a ONU reconhecia como objetivos para a paz na região três elementos principais: 1) o direito de retorno¹³⁷ dos refugiados palestinos — ou, caso não quisessem, o recebimento de indenização sob princípios de lei internacional e justiça; 2) a necessidade de internacionalização de Jerusalém; 3) a partição da região entre as duas populações. O mediador da ONU, Conde Bernadotte, era o encarregado de dar sequência às negociações.

Israel, vencedor na guerra, por sua vez, rejeitava o retorno dos refugiados palestinos ou o pagamento de qualquer tipo de compensação pela perda de suas propriedades. O discurso oficial culpava os Estados árabes por terem atacado e estes seriam aqueles que deveriam assentar os refugiados.

Contudo, após o assassinato de Bernadotte por terroristas judeus da Stern Gang, foi necessário formar, então, outra comissão para dar prosseguimento às tratativas. Os novos mediadores conseguiram que as lideranças palestinas e árabes aceitassem os termos. E, sob pressão norte-americana, o governo de David Ben Gurion, então primeiro-ministro israelense, concordou em sentar à mesa para discutir sobre o processo de paz. Todavia, logo depois de Israel ter sido aceito membro da ONU, Ben-Gurion negou as propostas em menos de um dia — com reflexos até hoje (PAPPE, 2004, p. 3118).

¹³⁶ No original: “If the period after 1945 began with Arab nationalism being defined in predominantly ‘liberal’ terms, aspiring to Independence, parliamentary democracy, civilian rule, secularism, and cultural pluralism, this was soon to change, under the impact of the post-independence crises in many states, above all involving military coups, the post-independence crises in many states, the rise anger in the arab world over the Israeli victory in 1948-9, and, from without the region but with major political and ideological impact on Arab state and mass politics, the Cold War and the rising influence of USSR and China on a significant part of Arab intellectual life.”

¹³⁷ Em árabe, *al-‘Awda* – o Retorno.

4.5. Nacionalismos e a Guerra de Junho de 1967¹³⁸

A partir dos constantes fracassos diplomáticos e derrotas, tanto das lideranças palestinas quanto árabes, produziu-se o que os palestinos chamam de “anos perdidos”. Ou seja, dentro de um contexto devastado pelos conflitos e de diáspora de sua população, frente a um projeto sionista fortemente organizado e militarizado, um movimento nacional palestino mais unificado não conseguiu ser estruturado até meados da década de 1960 (KHALIDI, 1997).

Tal característica pode ser explicada pela dificuldade, dentro da divisão ocasionada com a partilha da Palestina, do *status* das diferentes categorias e experiências como palestinos e sua multifacetação identitária. Dessa forma, esta nação dispersa já enfrentava variadas barreiras de participação política e autorizações para formar organizações.

Os anos 1960 viram o Oriente Médio como local de disputa da Guerra Fria, e tanto EUA como URSS buscavam suprir a região com armamentos. Os regimes da época já entendiam, portanto, a questão palestina como principal aglutinador de sentimentos nacionalistas árabes (HALLIDAY, 2016, p.437).

O viés transnacional da causa palestina, então, era um interessante exemplo do pensamento pan-árabe¹³⁹ — em ascensão novamente depois do declínio do pan-islamismo pós-1945. Embora a ideia de uma unidade árabe seja anterior a este momento histórico, a “primeira organização pan-árabe significativa foi a Liga dos Estados Árabes [ou apenas Liga Árabe] estabelecida em 1945” (AYDIN, 2016, p.687). Com os processos de descolonização e para além dos acordos entre os governos árabes, a entidade simbolizava sentimentos de solidariedade árabe, em especial contra a “dominação ocidental e ameaças israelenses” (AYDIN, 2016).

O papel de Gamal Abdel Nasser, então presidente egípcio, era o ponto maior de personalização dessa ideologia. Sua retórica, aliada às ações de sabotagem e guerrilha palestina nos territórios israelenses, servia como justificativa para os sionistas de que o mundo árabe era “intrinsecamente hostil” a Israel (PAPPE, 2004,

¹³⁸ Para os palestinos, a *al-Naksa* – o Revés. Para os israelenses, a Guerra dos Seis Dias.

¹³⁹ Cf. Roberta Vicenzi, o pan-arabismo, de forma geral, é visto como movimento e doutrina que busca uma unidade política árabe – a grande nação árabe – que compartilharia “uma história, uma cultura, uma língua” (2006, p.1). Entretanto, os maiores desafios dessa ideologia estão em suplantare “o tribalismo e as divisões internas de identidade” (2006, p.2) com suas respectivas especificidades e construções, incluindo-se as singularidades dos estados-nações e suas fronteiras. Dentro deste escopo, há também a defesa da ideia de solidariedade entre Estados árabes, que poderia substituir a busca de uma unidade política na prática.

p.3488). Essa visão ainda hoje é evocada na narrativa mítica sionista para manutenção do seu ‘direito de defesa’, embora ignore-se frequentemente o direito de defesa do lado palestino — que até hoje não possui exército formal.

Neste contexto, no final dos anos 1950, com isso, observa-se o crescimento de uma nova geração de grupos e movimentos nacionalistas palestinos. Geralmente desenvolvidos, de forma inicial, por universitários refugiados em outros países, surge, em um primeiro momento, o Movimento Palestino de Libertação (Fatah).

Em árabe, *Harakat al-Tahrir al-Filastini*, cuja sigla invertida corresponde a Fatah, significa ‘conquista’. Seus principais objetivos em seu início eram a libertação de toda a Palestina e a defesa de um Estado democrático, secular e plurirreligioso (MOHAMMED, 2014, p.55). Entre seus fundadores, encontrava-se Yasser Arafat (conhecido também como Abu Ammar) e Khalil al-Wazir (ou Abu Jihad).

Posteriormente, surge a Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP). Fundada por George Habash, tinha influências de esquerda com tendência socialista, as quais buscavam transformar o mundo árabe por meio de uma revolução, para, então, pensar na libertação da Palestina.

Já a Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP) — fruto da cisão com a FPLP — aparece em resposta ao florescimento destas e outras organizações independentes palestinas, que davam fim aos “anos perdidos” e mostravam novo fôlego do nacionalismo palestino, a Liga Árabe funda, em 1964, a Organização pela Libertação da Palestina (OLP).

A criação da OLP foi resultado da pressão dos governos árabes na tentativa de controlar os sentimentos de radicalização dos movimentos de guerrilha palestinos e garantir seus interesses na região. A tática de controle não durou muito e a OLP tornou-se um importante apoio de luta nacional palestina, especialmente após a Guerra de 1967.

O fortalecimento institucional da OLP teve que contornar todas essas particularidades e demandas. Assim, ainda que funcionasse como grande aglutinador de organizações palestinas — a maioria surgida no exílio —, a Fatah (sob liderança de Yasser Arafat) ganhou destaque, assumindo o controle da entidade em 1969. Por causa das suas origens, a Fatah desenvolveu-se a partir de um pensamento político “mais associado às comunidades exiladas em outros países do que àquelas da Faixa de Gaza, da Cisjordânia e aos palestinos que permaneceram em Israel [...]” (MOHAMMED, 2014, p.57).

Sua narrativa reforçava a ideia do direito de retorno (*al-awda*) dos palestinos para a Palestina — em exílio desde 1948 — mas, por outro lado, as comunidades em Israel e dos territórios ocupados na Guerra de 1967 (ou dos Seis Dias) queriam a imediata libertação da região para depois pensar no retorno dos exilados. Embora com objetivos comuns a longo prazo, as prioridades momentâneas eram diferentes.

As razões da decisão de Israel em realizar um conflito de *blitzkrieg* (campanha militar intensa) ainda são disputadas, mas um dos intuitos seria demonstrar todo seu poderio bélico aos árabes. O fato é que, com a Guerra dos Seis Dias, as Forças de Defesa Israelenses (FDI) ocuparam a Cisjordânia, Faixa de Gaza, Colinas de Golã (Síria) e Península do Sinai (Egito) — devolvida ao Egito apenas em 1978, após acordos e o reconhecimento egípcio da existência de Israel.

Depois dos confrontos, o Conselho de Segurança da ONU adota a Resolução 242, a qual torna-se argumento para tentativas de acordos na resolução do conflito. Embora o documento aponte a necessidade da retirada das forças armadas israelenses dos territórios ocupados durante os conflitos, as interpretações das partes envolvidas são múltiplas sobre o que isto significaria de fato.

Dessa forma, a OLP enfrentava dificuldades em unificar os diferentes programas ideológicos e de ação das entidades que englobava. Com influências socialistas variadas e táticas de guerrilha, os grupos procuravam agir como entendiam ser melhor para a “libertação da Palestina”. Por isso, a dispersão palestina produziu três frentes: “aspiração pela autodeterminação, a ausência de bases territoriais seguras e viáveis e a necessidade de estabelecer uma autoridade palestina que, se possível, não se envolvesse com a autoridade local” (SAID, 2012, p.153).

Este último fato faz lembrar que a OLP não se encontrava nos territórios palestinos, mas em determinados países árabes com autoridades próprias. Assim, a organização começou a funcionar de maneira equivalente à Agência Judaica pré-Israel, sendo uma espécie de “Estado a caminho” de um governo em exílio (KIMMERLING & MIDGAL *apud* DEMANT, 2002, p.237), de modo que sua principal estrutura se encontrava na Jordânia. A infraestrutura formada nos campos de refugiados palestinos acabou formando uma espécie de poder paralelo em relação ao poder central anfitrião.

Dessa maneira, o governo dinástico jordaniano hachemita, liderado pelo rei Hussein, começava a ver com preocupação a situação e temia perder seu poder, ameaçado inclusive demograficamente pela grande quantidade de palestinos no país.

Por sua vez, a Fatah utilizava os territórios da Jordânia como base da sua luta de guerrilha contra Israel na fronteira da Cisjordânia, enquanto era prática de grupos como a Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP) utilizar sequestro de aviões como ação para libertação de prisioneiros políticos, para dispor da tática de plantar bombas em Israel e ataques em instalações militares.

A tentativa jordaniana em desarmar os militantes palestinos acabou ocasionando o episódio conhecido como Setembro Negro¹⁴⁰ — culminando na morte de milhares de pessoas nos campos e instalações da OLP, obrigando esta entidade a ser transferida para o Líbano. Ao longo dos anos, os confrontos entre militantes palestinos e forças israelenses continuariam nas fronteiras deste país.

Em 1982, portanto, somado às tensões étnico-religiosas e políticas libanesas, a presença da OLP levou à invasão do sul libanês¹⁴¹ por Israel, tendo como uma das justificativas derrotar as frentes guerrilheiras palestinas — resultando na expulsão da OLP e seu exílio na Tunísia. Uma das consequências dos conflitos foi o massacre dos campos de refugiados palestinos de Sabra e Shatila pela milícia libanesa maronita (com conivência do ministro de defesa israelense Ariel Sharon — futuro primeiro-ministro israelense).

As medidas de ação palestinas com sequestros e bombas plantadas, entre outras, atrasaram diálogos e fizeram relacionar quaisquer atitudes palestinas ao terrorismo. Assim, adicionou-se mais um entrave às negociações de paz, já que a OLP passou a ser considerada uma organização terrorista, tanto por Israel como por boa parte da imprensa e dos interlocutores ocidentais.

Nos territórios ocupados, inclusive, aos olhos israelenses, o significado de resistência palestina era amplo o suficiente — podia ser o uso da bandeira palestina, panfletos ou outras manifestações nacionalistas — para declarar prisão ou deportação. O cenário faz com que, em 1974, a OLP publicasse seu Programa de Estágios. Este era um documento político comprometido com a libertação dos territórios ocupados em 1967, deixando de lado, por hora, os desejos de recuperar a Palestina pré-1948.

¹⁴⁰ Um dos resultados dos confrontos foi o surgimento do grupo palestino homônimo Organização Setembro Negro, responsável pelo sequestro e assassinato de onze atletas israelenses nas Olimpíadas de Berlim, Alemanha, em 1972. A maioria dos membros da Setembro Negro foi assassinada posteriormente pelo Mossad (serviço de inteligência israelense).

¹⁴¹ Ações israelenses no Líbano, incluindo a ocupação do sul libanês, duraram por mais de 22 anos (entre 1978 e 2000), além da Guerra do Líbano de 2006 (HARB; MATAR, 2013). Para uma abordagem histórica mais detalhada com percepção árabe ampla dos conflitos árabes-israelenses (que incluem e extrapolam a questão palestina), ver: Zahera Harb (2011).

Isso representou uma gradual mudança da estratégia focada apenas na luta armada rumo ao caminho da diplomacia. A medida fez a Liga Árabe reconhecer a organização como única e legítima representante do povo palestino, seguidos pela ONU em 1975 e, posteriormente, pela comunidade europeia em 1981.

4.6. Intifadas e os Acordos de Oslo

Com a crescente desilusão causada pelos constantes fracassos e descréditos dos próprios palestinos ao ver a OLP envolvida em denúncias de corrupção, sem condições de produzir soluções para o problema da ocupação, tampouco para a questão dos refugiados, no próprio mundo árabe, a entidade também parecia não ter mais tanto apoio.

Somado a isso, os palestinos que continuavam dentro dos territórios ocupados viviam uma relação econômica desigual com Israel, a qual os deixava dependentes. Assim, não havia investimentos nas áreas palestinas em termos de infraestrutura, enquanto a economia israelense aproveitava-se da mão-de-obra barata árabe-palestina, a qual tinha o nível de desemprego por volta de 35% para os homens.

Estes recebiam, em média, aproximadamente metade dos salários dos trabalhadores judeus; empreendedores lutavam para conseguir concessões e subcontratos; camponeses tinham dificuldades em manter-se em suas fazendas e eram muitas vezes forçados a sair (PAPPE, 2004, p.4951) — tal como em outros momentos na história do conflito.

Todos estes fatores desencadearam o surgimento da Primeira Intifada¹⁴² (1987-1991), isto é, revolta civil palestina essencialmente popular contra a situação de ocupação israelense, sem lideranças definidas. O papel tanto de camponeses quanto cidadãos demonstra a abrangência do movimento, que se caracterizou pelo protesto praticamente desarmado, o qual utilizava basicamente pedras como principais armas contra o exército israelense, táticas de furar bloqueios, improviso de organizações alternativas para educação e agricultura, greves, além de maior participação das mulheres nas manifestações — apesar de ser uma sociedade extremamente patriarcal (SAID, 2012, p. XLIV).

[...]Nessas circunstâncias, a revolta espontânea da *intifada*, baseada na resistência nos territórios ocupados, em dezembro de 1987, que

¹⁴² O significado da palavra *intifada*, em árabe, significa literalmente ‘insurreição, revolta’.

pegou a liderança da OLP de surpresa, deu um impulso extremamente necessário ao movimento nacional palestino, o qual estava claramente enfraquecendo. Ela também reestabeleceu ‘o interior’, a própria Palestina, como centro de gravidade da política palestina, em vez do ‘fora’, a diáspora palestina, onde tinha sido localizada por tantas décadas (KHALIDI, 1997, p.4981, grifo no original).¹⁴³

Em 1988, os EUA tentaram acordo de paz baseado na autonomia palestina nos territórios ocupados. O plano foi rejeitado por Israel e OLP, da forma como foi apresentado. Em abril, Abu Jihad, segundo no comando da OLP, foi assassinado por Israel em Tunis.

Ao renovar os ânimos palestinos, a Intifada também impressionou e acordou a opinião pública internacional e israelense. Com os olhos voltados para a região e a reação desproporcional das FDI, com prisões sem julgamento, torturas, demolição¹⁴⁴ de casas e isolamento de vilas como áreas de segurança militar (PAPPE, 2004, p.4998) percebia-se os limites da forma de ocupação. Aproveitando o cenário, a OLP lança a Declaração de Independência em 1988.

A medida trazia novamente preocupações, como o destino dos refugiados palestinos, o futuro de Jerusalém e a natureza das fronteiras palestinas, além de ser o primeiro documento a comprometer-se com o princípio de igualdade entre homens e mulheres palestinos em um possível Estado. Pela primeira vez, também, a OLP reconhecia a necessidade do fim da luta armada e reconhecimento do Estado de Israel.

Este último elemento causou resistência entre os próprios palestinos, mas a Fatah conseguiu manter a posição para aproximar-se diplomaticamente dos EUA, que reconhecem neste mesmo ano a organização como legítima representante do povo palestino. Todavia, a estratégia em apoiar o Iraque de Saddam Hussein — o qual geralmente apresentava suporte à causa Palestina — na Guerra do Golfo quase custou os diálogos com os norte-americanos. Ainda assim, após os conflitos, as negociações seguiram em Madri e Washington em 1991, nos pré-Acordos de Oslo.

¹⁴³ No original: “[...]In these circumstances, the spontaneous outbreak of the *intifada*, the grassroots popular uprising in the occupied territories, in December 1987, which took the PLO leadership by surprise, gave a much-needed boost to a Palestinian national movement at was clearly flagging. It also reestablished ‘the inside’, Palestine itself, as the center of gravity of Palestinian politics, rather than the ‘outside’, the Palestinian diaspora, where it had been located for so many decades”.

¹⁴⁴ De acordo com o Centro Legal para os Direitos da Minoria Árabe em Israel (em inglês *The Legal Center for Arab Minority Rights in Israel*), Adalah, 97% das ordens de demolições administrativas (entre 2012 e 2014), tal com ordens judiciais de demolição (em 2015) são em comunidades árabes – segundo relatório de 2017. Disponível em: <https://www.adalah.org/en/content/view/9068> Acesso em 20 abril de 2023.

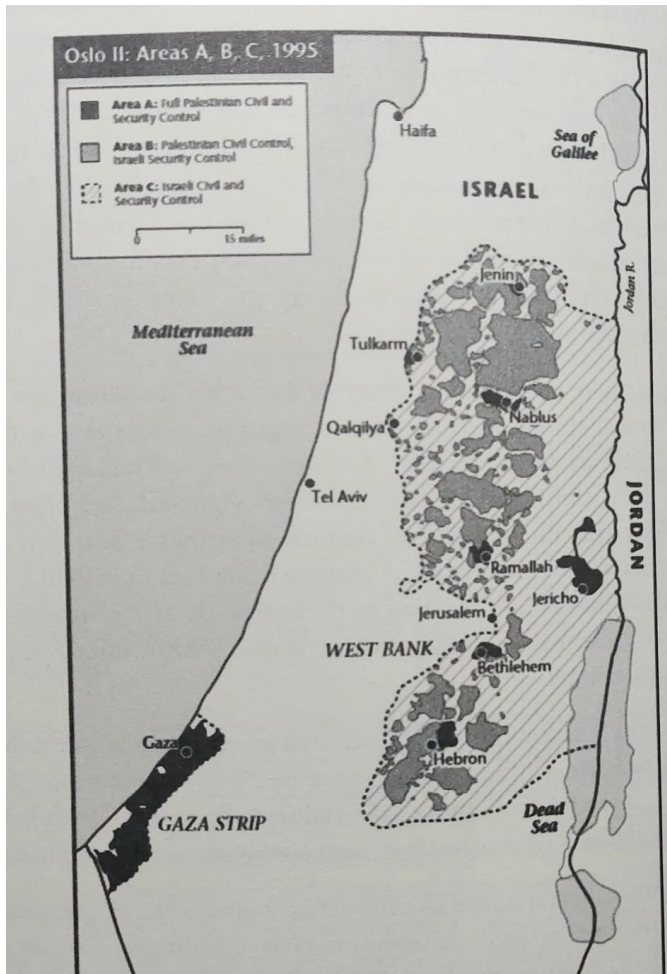
As conversas de 1991, ocasionadas com o suporte da opinião pública gerado pela Intifada seguiram-se ao desaparecimento de importante aliado da OLP — a União Soviética —, assim como a diminuição da ajuda financeira da Arábia Saudita por causa da posição da entidade na Guerra do Golfo. Tais fatores aumentaram ainda mais as atitudes pragmáticas da organização — que enfrentava o descrédito de palestinos.

Em 1992, assume o primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin, do Partido Trabalhista, considerado centro-esquerda. Rabin era a favor da autonomia palestina, congelar a construção de assentamentos e permitir que residentes de Jerusalém Oriental (maioria árabe) tomassem parte nas negociações. Com ele, Israel reconhece pela primeira vez a OLP como entidade representativa do povo palestino.

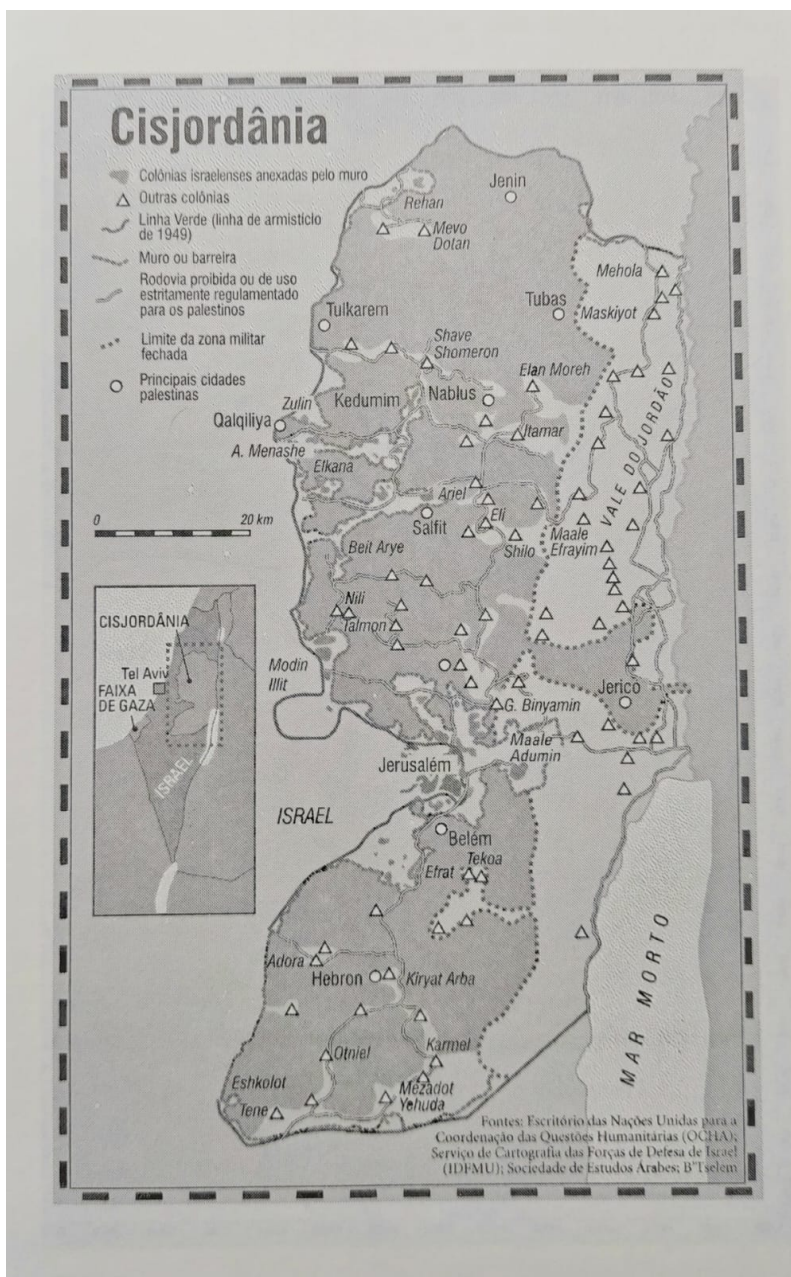
Secretamente negociado, Yasser Arafat, Rabin e suas delegações firmam acordo em Washington, mediado pelo presidente norte-americano Bill Clinton, chamado ‘Acordos de Oslo’ (por causa do local onde as discussões aconteceram). Contudo, o ponto principal que foi discutido girou apenas em torno das modalidades de autonomia na Faixa de Gaza e Cisjordânia, que seriam controladas pela Autoridade Palestina (AP).

Enquanto isso, os tópicos mais importantes para os palestinos tinham dificuldades de avançar na pauta, tais como: fim da ocupação israelense; retirada dos assentamentos ilegais; disposição de Jerusalém; resolução para a questão dos refugiados; questão do controle de recursos de água; definição de fronteiras; estabelecimento do Estado Palestino; e paz final.

A criação da AP, por sua vez, tinha como objetivo servir como um governo de transição até o estabelecimento do Estado Palestino, o que deveria ter acontecido até 1999, com a retirada de Israel de Gaza e Cisjordânia, ocupados desde 1967. Israel, entretanto, ainda controla a maior parte da região — inclusive os acessos por via terrestre, marítima e aérea. Já a AP ficou responsável principalmente por questões civis e de segurança interna dos territórios, ao mesmo tempo que se instituíram — com Oslo I e II uma tentativa de firmar a autonomia palestina na Faixa de Gaza e ampliá-la na Cisjordânia, foco de uma complexa divisão em zonas.



Fonte: TENÓRIO (2019, p. 154). Como era a proposta de divisão durante os acordos de Oslo (1995).



Fonte: BACKMANN (2012, p. 10). Mapa de como os acordos de Oslo vem se desenvolvendo na Cisjordânia. Bem diferente da proposta inicial.

Dividida em três áreas¹⁴⁵: 1) Área A: 3% da Cisjordânia, incorporando as cidades de Nablus, Jenin, Tulkarem, Kalkilya, Ramallah, Belém. Depois, 80% de Hebron. Nesses espaços, a administração seria civil e a segurança interna ficaria controlada pela Autoridade Palestina; 2) Área B: 23% da Cisjordânia, compreendendo

¹⁴⁵ Para visualizar mapas mais atualizados da Cisjordânia e Gaza (alguns com interatividade), visitar o site do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação das Questões Humanitárias (em inglês United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs – OCHA). Disponível em: <https://www.ochaopt.org/maps> Acesso 10 dez 2022.

440 vilas e terras na primeira fase — hoje já reduzido para 21%. As funções municipais seriam administradas pela Autoridade Palestina, enquanto patrulhas de segurança seriam compostas por israelenses e palestinos; 3) Área C: 76% da Cisjordânia, incluindo todos os assentamentos de colonos (cidades, vilas, aldeias) e aqueles em Jerusalém Oriental, ainda sob controle israelense total. (TENÓRIO, 2019, p. 153; PAPPÉ, 2010, p. 80).

Travado pelo assassinato de Yitzhak Rabin, em 1995, por um extremista judeu, e pela eleição de Benjamin Netanyahu como primeiro-ministro, em 1996 (do partido de direita Likud), o processo de paz evoluiu pouco. Em 2000, a vitória eleitoral de Ehud Barak reacendeu a esperança de um novo fôlego nas negociações. Ele e Yasser Arafat reuniram-se em Camp David para negociar o *status* final das fronteiras palestinas e, novamente, questões complicadas como acesso às fontes de água, a situação de Jerusalém e a questão dos refugiados. Nenhum acordo satisfatório saiu, causando grande descontentamento entre os palestinos.

Neste ínterim, o líder do Likud, Ariel Sharon, decide visitar a Esplanada das Mesquitas¹⁴⁶, na parte árabe de Jerusalém, onde se encontra a mesquita Al-Aqsa — importante local sagrado do Islã. Vista como provocação, a atitude marca o início da chamada Segunda Intifada (2000-2005) — conhecida também por Intifada Al-Aqsa. Por sua vez, este acontecimento

[...] falhou em emular o movimento em massa largamente baseado em táticas desarmadas do seu predecessor. Logo tornou-se maior o uso de armas e degenerou-se em ataques de homens-bomba dentro de Israel. Além disso ser moralmente indefensável, isto provou ser um erro estratégico terrível. A Segunda Intifada terminou sendo uma dolorosa derrota para os palestinos, sob a qual nos próximos anos seria o pretexto para Israel destruir muito da infraestrutura governamental que a Autoridade Palestina (AP) conseguiu construir. Durante o mesmo período, o movimento nacional palestino tornou-se profundamente dividido entre Fatah e Hamas [...](KHALID, 1997, p.305-305).¹⁴⁷

¹⁴⁶ Al-Sharam Sharif, em árabe. Sharon, inclusive, foi considerado responsável como incitador da onda de violência, assim como o exército israelense foi responsabilizado por excesso de força contra ‘atiradores de pedra palestinos’, pela resolução 1322 do Conselho de Segurança da ONU. A resolução apenas foi ignorada por Israel.

¹⁴⁷ No original: “[...] failed to emulate the largely unarmed grassroots-based mass movement tactics of its predecessor. It turned increasingly to the use of arms and then degenerated into suicide bomb attacks inside Israel. Besides being morally indefensible, this proved to be a terrible strategic error. The *second intifada* ended up being a stinging defeat for the Palestinians, which over the next few years provided Israel with a pretexto to destroy much of the governmental infrastructure the Palestinian

Somado aos atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA, os ataques suicidas por parte dos palestinos em Israel foram mal vistos pela comunidade internacional. Aproveitando a situação, o então primeiro-ministro Ariel Sharon lançava ofensivas com destruição de casas — sob o pretexto da segurança nacional — e túneis de contrabando, além de aumentar bloqueios que dificultavam a vida palestina, entre outras situações.

Tais medidas de Israel conduziram um grupo de oficiais de combate israelense a divulgar carta, em 2002, detalhando seus trabalhos e a falta de vontade¹⁴⁸ em servir nos territórios ocupados. Para eles, é importante não continuar a lutar para além das fronteiras de 1967 no intuito de “dominar, expulsar, esfomear e humilhar todo um povo” (PHILO; BERRY, 2011, p. 2053). A partir deste momento, cria-se o *seruv* (recusa), isto é, movimento contrário à construção de assentamentos e recusa de trabalhar com o exército nos territórios ocupados.

Ainda em 2002, tem início a construção do muro na região, separando famílias palestinas, terras e casas, sob a justificativa de parar a entrada de homens-bomba em Israel. É fundamental lembrar, por sua vez, que a da Segunda Intifada não teve bombas suicidas até cinco meses depois de ataques israelenses (FINKELSTEIN, 2018, p. 8)

Em 2004, Yasser Arafat falece¹⁴⁹ e o ano seguinte marcou a decisão de Israel, unilateral, de remoção dos assentamentos judeus existentes em Gaza, mas sem abrir mão do controle das fronteiras, à exceção do Terminal de Rafah, nos limites com o Egito. Por sua vez, grupos islâmicos como Jihad Islâmica e Hamas ganham força.

Assim como a Jihad, o Hamas foi criado em 1987, em meio à Intifada. Seu nome é originado da abreviação de *Harakat al Muqawama al Islamia*, isto é, Movimento de Resistência Islâmica. O termo tem significado similar a ‘esforço’. A organização surge da Irmandade Muçulmana, com objetivos de retornar a sociedade palestina a valores islâmicos mais conservadores e prover rede de saúde e serviços para palestinos nos territórios ocupados.

Authority (PA) had been able to construct. During this same period, the Palestinian national movement became deeply divided between Fateh and Hamas [...].”

¹⁴⁸ Por isso os soldados e ex-oficiais do exército israelense ficam conhecidos como *refuseniks* – aqueles que se recusam a servir o exército por não concordarem com as práticas contra os palestinos.

¹⁴⁹ As causas ainda hoje são origem de controvérsias, inclusive existindo suspeitas de uma morte por envenenamento por polônio-210, elemento radioativo. Ver, por exemplo: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/11/131106_arafat_polonio_mdb <Acesso 10 dez 2017>

Inclusive, por alguns anos, a organização recebeu financiamento de Israel, cujo objetivo seria diminuir o nacionalismo secular da OLP e evitar soluções políticas posteriores. Ainda assim, durante as negociações com Yitzhak Rabin, 416 ativistas do Hamas foram deportados para o Líbano, em resposta ao assassinato de um policial de fronteira israelense. A decisão foi condenada pela comunidade internacional.

Segundo Greg Philo e Mike Berry (2011), o premiê israelense procurava diminuir a influência do Hamas, mas teve efeito contrário e o movimento passou a utilizar carros bombas e ataques suicidas como maior *modus operandi* contra Israel. Isso principalmente depois que os ativistas tiveram contato com as guerrilhas Hezbollah, no Líbano; logo após seu retorno aos territórios ocupados, então, agiram com o primeiro homem bomba.

O Hamas, o qual fará parte frequente nas análises, é considerado um grupo terrorista por Israel, EUA e parte da comunidade internacional, inclusive, assume Gaza em 2007, após eleições legislativas em 2006. Enquanto isso, a Fatah, que ficou com o controle da Cisjordânia, não aceitou a vitória do Hamas no Conselho Legislativo Palestino e tentou subverter os resultados, tendo feito acordo com os EUA e Israel, sendo conivente no isolamento maior de Gaza, de forma a criar duas entidades quase-governamentais que reivindicam legitimidade no controle da Autoridade Palestina.

A atitude causou embates violentos entre militantes palestinos capitaneados pelas duas lideranças palestinas. Além disso, a AP vem perdendo prestígio com a população palestina com os frequentes casos de corrupção e inabilidade política em amenizar problemáticas cotidianas nos territórios sob sua influência.

Capítulos 5: Entre fatos, acontecimentos e alteridades

Em geral, como diversos estudos apontam (BERRY, 2017, PHILO; BERRY, 2011; BARKHO, 2011, KAPOSI, 2014; SIRHAN, 2021; RODGERS, 2015; entre outros), alguns dos grandes desafios na cobertura da questão palestina-israelense podem ser trazidos com as seguintes características: imagens de violência descontextualizada; ausência de explicações de motivações e contextos para o acirramento do conflito e de novos acontecimentos (questões históricas); tendência em reportar confrontos no dia a dia entre os dois lados, em um ‘ciclo de violência’ apresentado como constante.

No contexto palestino-israelense, portanto, somos levados às relações entre violência e alteridade. Como o filósofo Byung-Chul Han (2017) aponta, a violência possui vastas capilaridades ao assumir diferentes formas — desde uma macrofísica da violência a uma microfísica da violência. Ou seja, de inflições corporais (força bruta) a formas mais sutis de serem expressas e aplicadas (como pela linguagem e psiquê) a restrições de liberdade dos próprios corpos; a violência é composta pelo “deslocamento do visível para o invisível, direto para discreto, físico para o psíquico, marcial para o medial, do frontal para o viral” (HAN, 2017, p. 14).

Nesse último aspecto da violência, geralmente utiliza-se palavras que minimizam a realidade da experiência vivida palestina de opressão de uma ocupação militar desde 1967 nos territórios palestinos —, tendo uma falta de explicação prática da natureza militarizada de controle israelense das vidas e corpos palestinos nas matérias jornalísticas.

A linguagem em seu aspecto mais amplo, com seu caráter narrativo, é central na questão Palestina-Israel e influencia como nós interpretamos e percebemos a realidade à nossa volta e de outras comunidades, sendo parte do processo de construção do mundo no qual vivemos (RICOEUR, 1994; MOTTA, 2013; LADEIRA MOTA, 2012; LEAL, 2022; RESENDE, 2018). Uma anedota geralmente lembrada para entendermos a importância da linguagem e da comunicação é a história da Torre de Babel bíblica. Quando as pessoas decidiram construir uma torre que alcançasse os céus em uma tentativa de igualar os feitos de Deus, este decidiu diversificar a linguagem da população.

Ou seja, no lugar de falarem língua unificada, a comunicação foi ramificada em diversas outras línguas, causando a falta de comunicação entre as pessoas. A ideia

da história é enfatizar o papel da linguagem tanto em unir quanto em dividir e diversificar os povos e seus entendimentos de mundo. Assim, a busca em controlar quem narra o que e como narra faz parte dessas circunstâncias na contemporaneidade, ainda mais no contexto de disputas narrativas *sobre, na e da* Palestina/Israel. Ao que o pesquisador Fernando Resende complementa, acerca do jornalismo e o conflito vivido pelo (e no) território palestino:

Assim, em suas formas factuais e ficcionais, binárias e não, a narrativa é invariavelmente constitutiva de um processo político e estético de produção e ressignificação de sentidos sobre o mundo. E é por este viés que o esforço de compreender o jornalismo através de suas narrativas ajuda-nos a problematizar e criticar seus princípios. A menos que aceitemos que transmitir informação seja sua única função, não há como pensá-lo, através da narrativa como problema (Resende, 2011), sem colocarmos em pauta as insuficiências que a linguagem produz. É do caráter da linguagem não dar conta do todo; é próprio de qualquer sistema de representação significar a falta. Portanto, pelo olhar da narrativa, o jornalismo, a despeito do seu esforço de clareza e precisão, não passaria impune pelos desígnios da linguagem (RESENDE, 2017, p. 130, grifos no original).

Como exemplo, podemos citar as diversas pesquisas que apontam essas disputas de sentido na (re)significação e (re)construção de narrativas, inclusive na renomeação de cidades e vilas palestinas (COOK, 2008; SWENDENBURG, 2003; SIRHAN, 2021; MASALHA, 2012, PAPPÉ, 2010; entre outros).

É política do Estado de Israel, então, a tentativa de apagar certos vestígios da presença histórica palestina na região desde 1948, no que é chamado de memoricídio da *nakba* desses espaços, aliado à tentativa de direcionar algum controle linguístico na disputa de preservação de suas memórias. Nomear e renomear não é um processo inocente e os modos de narrar tendem a aumentar a percepção de maior legitimidade (ou não) de práticas e táticas, produzindo aceite (a)crítico de alegações dos fatos no cotidiano, baseados nas experiências vividas no mundo.

Por sua vez, uma forma de resistência a essas atitudes é o que Marialva Barbosa e Cristine Gerk (2018) chamam de ‘vontade de memória’. O termo, definido pela primeira vez por Gerard Namer (1987), é utilizado pelas autoras no sentido de ser preciso ter intencionalidade para apresentar as memórias. Visto que o campo de estudos das memórias as considera sempre vivas e dinâmicas, cada lembrança pode trazer facetas diferentes sobre determinada situação, (re)significando passados e

presentes.

O ex-primeiro ministro David Ben-Gurion, inclusive, já confirmou em discursos que era parte da política militar israelense hebraizar (utilizar nomes em hebraico) terras conquistadas em 1948. O fato da língua árabe e do hebreu serem ambas de origem semita significa que nomes árabe-palestinos podem ser hebraizados por uma simples troca de uma letra ou duas. É comum que os assentamentos israelenses ilegais adicionem partícula linguística em hebraico no nome, mesmo que estejam dividindo seus espaços de moradia forçada (e irregular sob lei internacional) nas vilas palestinas que tenham nomes palestinos em sua origem (SIRHAN, 2021).

Por exemplo, os sionistas israelenses dão preferência a renomear as vilas e cidades palestinas com nomes israelenses ou bíblicos, no intuito de fortalecer a narrativa mítica do ‘retorno bíblico’ dos judeus e sua relação com a terra. Ou então retirar os nomes palestinos de mapas. Além disso, a atitude traz significados tanto simbólicos quanto práticos, pois os sionistas gradualmente vão tentando apagar a presença palestina da história da região.

A medida assume contornos drásticos, inclusive, nos livros didáticos utilizados na educação israelense. Segundo a pesquisadora Nurit Peled-Elhanan (2019), há uma *geografia da hostilidade* e exclusão através da linguagem e práticas educacionais em Israel. Com discursos e narrativas que atravessam mitos fundacionais de construção da nação israelense, o viés orientalista das obras é muito claro, de forma que os livros didáticos também reproduzem e legitimam a visão sobre a superioridade judaica a tudo que não faz parte do seu mapa cultural compartilhado (HALL, 2013) — incluindo os não-judeus ou os judeus considerados não integrados. Afinal, influencia-se a confusão, nos livros didáticos israelenses, das “fronteiras entre o texto disciplinar e os textos políticos, proféticos ou militares” (PELED-ELHANAN, 2019, p. 56).

De acordo com as pesquisas, é possível verificar mensagens explícitas e implícitas de mecanismos ideológicos de falsificação da realidade como se fossem ‘os fatos na realidade’, ‘fatos brutos’. Trazendo para o jornalismo, faz-se pertinente a afirmação de Muniz Sodré acerca do acontecimento jornalístico:

[...] a diferença entre os fatos brutos, objetos da realidade histórica indeterminada e o acontecimento jornalístico, que ocorre sempre *depois* dos fatos, isto é, quando se produz o trabalho *logotécnico* de

determinação das circunstâncias —apuração dos detalhes, realização de entrevistas, portanto, mobilização de parcelas do público, que são também 'atores' do acontecimento. Não raro, a determinação de um fato se deve a avaliações de natureza *extrafactual* (do tipo análises jurídicas, políticas ou tecnológicas da situação em causa) e não a um 'singular' supostamente inscrito no real-histórico (2009, p. 59).

Por isso, as narrativas jornalísticas também podem contribuir muitas vezes (não necessariamente intencionalmente) na construção de um processo de tentativa de legitimação e justificativa da violência dos israelenses contra árabes e palestinos, assim como é possível transformarem os acontecimentos em simples denunciamento se o oposto acontecer, sem as devidas contextualizações.

Há nesses materiais didáticos simplificações do *outro*. A própria representação visual para os estudantes é problemática. Há muitos exemplos dos palestinos sendo retratados como apenas em papéis de terroristas, refugiados, agricultores — tendo suas alteridades essencializadas de forma pejorativa; são eles observados como 'problema de Israel' ou 'o problema a ser resolvido'¹⁵⁰.

Apesar da entrada nas escolas israelenses ser comum ler *slogans* como 'Ame o outro', 'Respeite as diferenças', 'O outro sou eu' — próximo das concepções bíblicas e filosofias de alteridades discorridas anteriormente — o contrassenso está no fato de existir a separação formal de instituições de ensino judaicas e árabes, distanciando a pluralidade cultural da alteridade e o encontro entre elas. Com isso há, ao contrário, uma tentativa deliberada em inibir possibilidades de coexistência e (re)conhecimento do *outro*.

A judaicidade que engloba as populações *mizharim* e *sefardim*, por exemplo, é preciso ser reforçada a todo instante — por serem judeus que não fazem parte do *status quo* asquenaze israelense e serem excluídos de maneira próxima ao que sofrem os palestinos. Considerando as identidade dessas populações, por sua vez, traz

[...] implicações contemporâneas não só para repensar a história do povo judeu de maneiras que não presumem uma origem [apenas] europeia e, portanto, incluem os judeus *mizrahim* e *sefardim* como

¹⁵⁰ Infelizmente e, paradoxalmente, muito similar ao chamado 'problema judaico' – denominação da Alemanha nazista antes do holocausto judeu acerca da população judaica europeia. Não queremos fazer qualquer comparação entre o sionismo e nazismo, deixemos claro. Tampouco trocar os papéis dos palestinos e judeus, caindo em um anacronismo histórico do sofrimento de comunidades humanas. Sobre esse aspecto, levamos em conta a argumentação de Judith Butler na qual a autora afirma que "analogias desse tipo não consideram os modos bem diferentes de subjugação, despossessão e condutas letais que caracterizam o nacional-socialismo e o sionismo político" (BUTLER, 2017, p. 38).

centrais para sua história, mas também para entender que o “judeu árabe” constitui a conjuntura, o quiasma e a coabitação (entendida como coarticulação com a alteridade) como princípio fundador da vida judaica (BUTLER, 2017, p. 39).

Essa visão abre espaços de esperança para a reestruturação de relações entre alteridades na Palestina-Israel que, há anos, vem sendo tratadas estereotipicamente pela relação política amigo-inimigo schmittiana. Judith Butler (2017) tece argumentos de possíveis saídas para isso a partir de uma perspectiva filosófica dentro da própria judaicidade, em ensaios nos quais se coloca criticamente na perspectiva antissionista — visto que ela mesma é judia e afirma veementemente:

[...] Criticar a violência do Estado exemplificada pelo sionismo não é ser antissemita nem, certamente, ter ódio a si mesmo¹⁵¹. Caso contrário, a judaicidade seria definida em parte por não gerar uma crítica da violência de Estado, e esse certamente não é o caso (BUTLER, 2017, p. 121).

O uso de mapas nos livros didáticos israelenses, também, cria pontos de invisibilidade do *outro*, pois há a “ausência de cidades, aldeias e instituições culturais palestinas” (PELED-ELHANAN, 2019, p. 17). Essas políticas educacionais e de segregação (simbólica, jurídica e física) da alteridade podem ser expandidas para outros espaços. Isso porque torna-se comum que pessoas ordinárias cada vez mais se afastem das outras, desumanizem relações humanas, de modo a gerar cada vez mais desconfiança e ideias de inimigos sem rosto, caricatos em apenas uma dimensão de encontro com o *outro* (RODGERS, 2013).

É a clara política schmittiana do amigo-inimigo, calcada na necessidade constante de manutenção de uma sensação de conflitos entre *mesmidade* e *outridade*. Em minuciosa análise da ética de alteridade de Lévinas, a filósofa Judith Butler (2017) traz pertinente reflexão para o nosso trabalho, inclusive no intuito de ampliar o alcance levinasiano. Isso porque Lévinas tem em sua filosofia aspectos do próprio sionismo, com pressupostos asquenazes (história judaica contada pelos judeus europeus e não das demais identificações judaicas). É preciso interpretá-lo, portanto, tentando desvinculá-lo dos seus próprios limites de enquadramentos geográficos e culturais — mas tendo em mente as suas origens e quadros teóricos.

Afinal, em termos filosóficos, discorre Butler, compreender uma cena ética

¹⁵¹ Chamados como ‘judeus dissidentes’ pelo movimento sionista, os judeus críticos ao sionismo são pejorativamente denominados como *self-hating Jews*, em inglês.

levinasiana na qual somos obrigados, na maioria das situações, a preservar a vida do outro (sem restrições) — por sermos impelidos pela alteridade encontrada ali — reforça a hospitalidade humana que se quer em processos comunicacionais e de possibilidades de conversas pela paz (BUTLER, 2017).

Encontrar esse equilíbrio em situações de relações de poder, claro, está longe de ser simples. E quando relembramos a ética da alteridade de Lévinas, é preciso trazer junto a seguinte ressalva crítica:

É interessante que Lévinas tenha afirmado que estamos vinculados a quem não conhecemos e não escolhemos, e que essas obrigações são, estritamente falando, pré-contratuais. Sim, foi o mesmo Lévinas que deu a entender numa entrevista que os palestinos não tinham rosto, que ele só queria estender as obrigações éticas a quem estivesse unido por sua versão das origens judaico-cristãs e gregas clássicas. De certo modo, ele nos deu o próprio princípio que traiu. *E isso significa que somos não apenas livres, mas também obrigados a estender esse princípio ao povo palestino, exatamente porque ele não pôde.* Afinal, Lévinas também nos deu uma concepção de *relações éticas que nos torna eticamente responsáveis às pessoas que extrapolam nossa esfera imediata de pertencimento* e a quem, não obstante, pertencemos, independentemente de qualquer escolha ou contrato (BUTLER, 2017, p. 32, grifos nossos).

Tal fragmentação e distanciamento entre alteridades (em geral, israelenses e palestinos não vivem o cotidiano um do outro dentro da ocupação militar de Israel) é mais um grande desafio para a questão palestina-israelense nas possibilidades de um futuro de acordos, de um novo modo do ‘viver juntos’. Isso porque a subjugação colonial impossibilita essa condição política na atualidade. Nesse sentido, “[...] Como resultado, projetos de coexistência só podem começar com a desarticulação do sionismo político [...]” (BUTLER, 2017, p. 16).

Ainda nessa perspectiva, pensar em termos de linguagem coloca os jornalistas internacionais que cobrem a região em contínua corda bamba, pois tanto israelenses quanto palestinos investem profundamente na influência ou, em certo grau, tentativa de controle do que será (re)apresentado na mídia. Durante as análises algumas características ficaram claras acerca disso.

No caso da Cisjordânia e Gaza, falar territórios ‘disputados’ ou ‘territórios ocupados’ traz suas próprias significações na narração do conflito, como discorreremos. O mesmo acontece ao incluir os nomes de indivíduos mortos ou utilizar os termos ‘assentamentos’, ‘militantes’, ‘terroristas’, entre outros. Frequentes para o contexto das notícias, a escolha em seu uso ou silenciamento (ORLANDI,

2007) pode produzir sentidos diferentes.

Conforme explicado anteriormente, para selecionar as matérias para a análise, utilizamos duas semanas antes e duas semanas após cada *data média* (início ou final oficial dos acontecimentos), com o intuito de proporcionar contexto básico de atualidade dos eventos.

5.1 A guerra em Gaza de 2009

Algumas das terminologias e nomenclaturas já na cobertura da Guerra em Gaza de 2009 (cunhada assim por palestinos) ou a chamada Operação Chumbo Fundido¹⁵² (por israelenses), dão a dimensão do poder da narração do conflito e sua disputa de sentidos. Este é um acontecimento importante por demonstrar efeitos diretos iniciais de um conflito de longa duração no cotidiano, suas diferentes narrativas e matrizes de vozes.

No plano da história e recomposição do acontecimento-intriga, assim, a ofensiva foi lançada pelo exército israelense em dezembro de 2008 e durou até 18 de janeiro de 2009, seguida por um cessar-fogo bilateral. A ação militar matou 1.417 palestinos, incluindo 313 crianças e deixou mais de 5.500 feridos. Do lado israelense, contabilizou-se 13 vidas perdidas (BLACK, 2017).

Como analistas, temos o privilégio temporal de poder perceber os jogos de poder com o surgimento de novos acontecimentos após os eventos já consolidados, o que nos permite reconfigurar os sentidos primeiros que se tentou construir sobre Gaza. Como acontecimento jornalístico, ao partirmos de uma abordagem pela via narrativa, é possível adotarmos a compreensão da narrativa jornalística como apenas representação e substituí-la pela concepção de ela é uma “apresentação da realidade em movimento”, conforme desenvolvido por Luiz G. Motta (2012).

Em outras, palavras, a proposta do autor — bebendo das reflexões de Ricoeur sobre tempo e narrativa — nos faz pensar em uma compreensão da “narrativa jornalística como uma *apresentação experimental do mundo, que põe continuamente a realidade à prova*” (2012, p. 223, grifos no original), inserindo a notícia como forma de conhecimento de mundo, conforme já desenvolvemos anteriormente.

As apresentações sobre este conflito, portanto, trazem uma guerra narrativa (e midiática), sobre a qual disputa-se “quem narra melhor (ou de forma mais legítima)

¹⁵² Operation Cast Lead, em inglês.

a chamada ocupação do território, para uns, ou o resgate da terra prometida, para outros?” (RESENDE; ROSSIGNOLI, 2015, p. 88). E, nesse aspecto, o fazer jornalístico participa ativamente em projetos de marcação de identidades e diferenças culturais, ou melhor, alteridades.

A operação que desencadeou a Guerra em Gaza em 2009 faz parte de uma série de operações militares que compõem o eufemismo, em inglês, do movimento da política do exército israelense de ‘mowing the lawn’ (algo que pode ser traduzido como ‘cortando a grama’), utilizado por generais israelenses acerca das incursões militares recorrentes em Gaza, ‘matando o suficiente’ e ‘asfixiando perspectivas de sobrevivência’ (RABBANI, 2016). Segundo Mouin Rabbani,

[...] Os ataques massivos na Faixa de Gaza em 2008-9 (Operação Ferro Fundido) e 2012 (Operação Pilar de Defesa), tal como os incontáveis ataques individuais entre eles e até então, foram nesse contexto de exercícios nos quais o exército israelense chamou ‘cortando a grama’: enfraquecendo o Hamas e aumentando os poderes de dissuasão de Israel. O Relatório Goldstone [Goldstone Report¹⁵³] e outras investigações têm demonstrado, em detalhes excruciantes, que a grama consiste esmagadoramente de civis palestinos não combatentes, alvos indiscriminados dos armamentos de precisão israelenses (RABBANI, 2014, p. 63)¹⁵⁴.

Tal estratégia, junto a nomes eufemísticos para as operações militares, começou a ser denunciada por especialistas e observadores de direitos humanos por não procurar uma solução política, mas sim manter o *status quo* de Gaza ocupada e o território violentado por ataques militares em incursões esporádicas¹⁵⁵. As maiores intenções dessa tática era manter a economia de Gaza à ‘beira do colapso’, segundo

¹⁵³ Disponível em Anistia Internacional: <https://www.amnesty.org.uk/gaza-operation-cast-lead> Acesso em 01 dez 2022.

¹⁵⁴ No original “[...] Its massive assaults on the Gaza Strip in 2008-9 (Operation Cast Lead) and 2012 (Operation Pillar of Defense), as well as countless individual attacks between and since, were in this context exercises in what the Israeli military called ‘mowing the lawn’: weakening Hamas and enhancing Israel’s powers of deterrence. As the Goldstone Report and other investigations have demonstrated, often in excruciating detail, the grass consists overwhelmingly of non-combatant Palestinian civilians, indiscriminately target by Israel’s precision weaponry”.

¹⁵⁵ Operação Primeira Chuva (iniciada em 12 de setembro 2005); Chuvas de Verão (junho de 2006), a qual agregou a invasão por terra a Gaza somada aos ataques aéreos; Nuvens de Outono (novembro de 2006) – cada vez mais fazendo desaparecer a distinção entre alvos civis e não civis (PAPPE, 2022; FINKELSTEIN, 2014). Essas foram sucedidas pela operação, em 2008, da ‘Inverno Quente’, a Guerra em Gaza 2009 (Chumbo Fundido) e, anos depois, a Eco do Retorno (2012), Pilar de Defesa (também 2012 – ou Guerra em Gaza de 2012) e Margem Protetora (2014 – ou Guerra em Gaza de 2014).

oficiais israelenses.¹⁵⁶ Isso tudo gerou correlação direta entre a intensidade do cerco e o número de mísseis lançados contra Israel.

Contudo, a prática não foi mencionada na cobertura do *The Guardian* tampouco na da *Folha de S. Paulo*. Enquanto isso, Israel continua, até hoje, a controlar o espaço marítimo e aéreo de Gaza, além de seis das suas sete fronteiras (a sétima é com o Egito, a única na qual Palestinos são permitidos usar, mas ainda assim raramente fica aberta)¹⁵⁷.

Esta compreensão é corroborada pela visão do historiador israelense Avi Shlaim, em artigo de opinião publicado no Cif do *The Guardian*¹⁵⁸. Nele, Shlaim explica que a operação foi orquestrada para ‘aterrorizar a população civil palestina’. Ao fazer uso do conceito de terrorismo como “o uso da força contra civis para propósitos políticos”, o pesquisador aponta que a operação foi um “ato de terrorismo de Estado”, com o intuito de influenciar a população a não apoiar o Hamas, partido que havia ganhado as eleições parlamentares palestinas legítimas em janeiro de 2006. Aqui o pesquisador é enfático ao dizer que Israel produz terrorismo.

Todavia, na narrativa israelense, a ofensiva era uma iniciativa “para prevenir o Hamas e outros grupos em lançarem foguetes” (inclusive é a versão reproduzida na linha do tempo da BBC sobre Israel). O Relatório Goldstone, por sua vez, confirma a interpretação histórica dos acontecimentos da Operação Chumbo Fundido, a qual também é reforçada pelo pesquisador Norman Finkelstein (2018, p. 88): “[a ofensiva] foi intencionada para punir a população de Gaza por sua resiliência e seu aparente apoio do Hamas, possivelmente em tentativa de mudar esse suporte¹⁵⁹”.

A popularidade do Hamas, contudo, possui raízes profundas em questões sociopolíticas e populares em Gaza — principalmente em um território ocupado

¹⁵⁶ Ver *Israel said would keep Gaza near collapse: WikiLeaks*. Disponível em <<https://www.reuters.com/article/us-palestinians-israel-wikileaks-idUSTRE7041GH20110105>> Acesso 20 mai 2022.

¹⁵⁷ Informações do relatório *Gaza: a livable place in 2020?* Publicado em 28 de agosto de 2012, a URNWA detalha todas as dificuldades vivenciadas pela população de Gaza devido o bloqueio israelense sofrido há anos – desde acesso e consumo de água, economia frágil, educação, saúde, infraestrutura etc. O título serve de alerta urgente, mas já estamos em 2023 e a situação só se deteriorou, em vez de ter tido melhorias. Disponível em: <https://www.unrwa.org/newsroom/press-releases/gaza-2020-liveable-place> Acesso em 10 out 2022.

¹⁵⁸ Professor emérito de relações internacionais na St Antony's College, Oxford University. Ver sua análise no *The Guardian*, 07/01/2019, *Ten years after the first war on Gaza, Israel still plans endless brute force*. Disponível em <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/jan/07/ten-years-first-war-gaza-operation-cast-lead-israel-brute-force>> Acessado em 09 de abril de 2019.

¹⁵⁹ Cf. Finkelstein: “The Goldstone Report found that OCL was aimed at punishing the Gaza population for its resilience and for its apparent support of Hamas, and possibly with the intent of forcing a change in such support” (2018, p. 88).

militarmente. Enquanto Israel cerca a liberdade da região, o Hamas se utiliza de uma intrincada rede de solidariedade e trabalho social para os milhares de palestinos empobrecidos pelos conflitos e enclausurados num território sem muitas perspectivas de futuro.

Isso, obviamente, galvaniza simpatias da população local ao grupo militante. Em 2011, como ex-correspondente de Gaza da BBC, James Rodgers (2013, p. xiii)¹⁶⁰ relembra fala de Daniel Levy¹⁶¹ — quando afirmou que o foco israelense parece mais voltado à gestão de conflitos do que resolução de conflitos. Somado a isso, há: o apoio notável dos EUA, lobby internacional de judeus¹⁶² na diáspora, aliados ocidentais, corrupção e fragmentação de lideranças palestinas e árabes; Levy afirma, desse modo, que Israel aproveita o aceite e normalização da ocupação ilegal pela opinião pública internacional e mídia ocidental em geral, inclusive pelos seus vizinhos árabes, para desencadear rompantes de violências, como as operações militares nos territórios palestinos ocupados¹⁶³.

É preciso lembrar que o fenômeno da corrupção não deve ser associado apenas a um problema dos líderes palestinos — tal como se fosse parte da sua ‘natureza’, em um viés orientalista de construção da alteridade. Tanto não é exclusividade palestina, como, claro, também acontece em Israel. É o que vemos de novo na figura do atual primeiro-ministro Benjamin Netanyahu envolvido em diversas investigações do tipo.¹⁶⁴

O próprio termo ‘conflito’, então, para narrar a situação na Palestina e em Israel não traduz de forma acurada o desequilíbrio de poder entre palestinos e israelenses, sendo transformado em uma “distorção de ambas história e realidade” (SIRHAN, 2021, p. 19). Essa concepção é muito bem explicada por Judith Butler,

¹⁶⁰ Hoje professor de jornalismo na City, University of London.

¹⁶¹ Antigo consultor para o governo israelense, em palestra no Conselho Europeu em Relações Internacionais, em Londres (European Council on Foreign Relations, em inglês).

¹⁶² Mais exemplos práticos dessa forte política de Israel são: American Israel Public Affairs Committee (AIPAC) – <https://www.aipac.org/>; The Committee for Accuracy in Middle East Reporting and Analysis (CAMERA) – <https://www.camera.org/about/history/>. No site, é afirmado que sua missão é “ser um monitoramento de mídia, pesquisa e organização com membros devotados a promover cobertura acurada e balanceada de Israel e do Oriente Médio”. É interessante perceber o viés pró-Israel do comitê e participantes. E, por último, o Conservative Friends of Israel (CFI) – grupo afiliado ao Partido Conservador britânico. Disponível em: <https://cfoi.co.uk/>. Acesso 10 out 2021.

¹⁶³ Lembrando: Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental – esta última onde fica o bairro Sheik Jarrah.

¹⁶⁴ Ver, por exemplo, reportagem do *The Guardian* (04 de novembro de 2022) *Israel's Benjamin Netanyahu comeback brings despair for leftwing parties*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/nov/04/israels-benjamin-netanyahu-comeback-brings-despair-for-left-wing-parties>. Acesso 4 nov 2022.

para quem

As posições nunca foram iguais, portanto não faz nenhum sentido tratar as relações entre Israel e Palestina como “dois lados” de um conflito. Os modelos que afirmam que Israel e Palestina colaboram igualmente para o conflito constroem a igualdade em seu modelo explicativo e, com isso, apagam a desigualdade que existe no local. Uma vez que se estabeleçam condições políticas de igualdade, talvez possamos começar a falar em termos de igualdade — mas só nessas condições (BUTLER, 2017, p. 124).

Isso faz parte do constante processo de um jornalismo internacional muitas vezes descontextualizado, calcado apenas nos acontecimentos da história do tempo presente imediata. Muito embora as reverberações dos acontecimentos dos conflitos ao redor do mundo tenham bases enraizadas em processos históricos que só serão desvelados posteriormente. É por isso que

[...] a narrativa põe naturalmente os acontecimentos em perspectiva, une pontos, ordena antecedentes e consequentes, relaciona coisas, cria o passado, o presente e o futuro, encaixa significados parciais em sucessões temporais, explicações e significações estáveis (MOTTA, 2013, p. 71).

Os momentos de acirramento dos ânimos e violência acabam sendo descontextualizados e a luta por sobrevivência e ausências de explicações mais claras para os conflitos na reconfiguração daquilo apresentado pelo jornalista têm seus sentidos esvaziados. A estratégia argumentativa, em muitas instâncias, que a questão Palestina-Israel tenha uma própria perpetuação sem fim de ciclos de violências naturaliza complexas atribuições de conflitos dentro de outros conflitos cotidianos. O imaginário de muitos diz “foi sempre assim” — e isso não é historicamente verificável, por ser um falseamento de fatos no campo das relações de poder.

Uma situação particular durante o desenrolar da Guerra em Gaza foi a proibição da entrada, na região, de jornalistas internacionais. A medida foi de encontro à constante preocupação com a imagem internacional na legitimação das narrativas concorrentes sobre e no território por parte de Israel — que se quer colocar como um país liberal e multiétnico.

Fruto da ‘guerra de informação’ mencionada anteriormente, e do uso da

*hasbara*¹⁶⁵ para tentar ser mais influente nesse campo, é comum o governo israelense utilizar seu aparato midiático para fazer circular as narrativas que corroborem seu lado em detrimento das narrativas palestinas.

Nesse caso, a infraestrutura midiática avançada de Israel significa que a tecnologia está prontamente acessível para jornalistas internacionais trabalhando lá. A facilidade com a qual o material pode ser enviado de Israel definitivamente contribui para a cobertura extensiva que aquele conflito recebe em tempos de luta ou tensão acirrada. Possivelmente, o fato de que a infraestrutura israelense é superior à dos territórios palestinos significa que suas opiniões são mais amplamente divulgadas (RODGERS, 2012, p. 81)¹⁶⁶.

É *dever-ser* dos jornalistas, portanto, para coletar informações sem passar necessariamente pelas mãos de assessorias de imprensa ou relações públicas — tentar apurar sendo testemunhas com o acesso aos territórios ocupados ou buscar pluralidade maior de vozes. Como apontam as reportagens da Folha, no caderno especial +Mais! — do dia 11 de janeiro de 2009 — há uma ‘batalha da informação’. O caderno é uma grata exceção na cobertura do conflito pelo jornal brasileiro, cujo foco geralmente é muito maior nas notícias tradicionais com viés de política internacional — e demonstra iniciativas para trabalhar possíveis potencialidades do jornalismo como espaço mais plural.

Na matéria assinada pela repórter Sofia Fernandes (da sucursal de Brasília), *Em embaixada, o trabalho é redobrado*, o plano da história aponta as diferenças de abordagens na luta pela opinião pública à época. Os quatro funcionários de imprensa da embaixada israelense, os quais antes saíam do trabalho por volta das 17h, durante a operação militar passaram a produzir dez boletins por dia da ação militar israelense contra o grupo islâmico Hamas.

Com cerca de 800 caixas de e-mail, lista de fontes, dados oficiais da

¹⁶⁵ Em hebreu é uma palavra que combina as ideias de relações públicas e diplomacia pública (RODGERS, 2015; 2017). Não possui tradução para o português. Segundo Rajai Al-Khanji (2019), a palavra em hebreu significa ‘explicação’. Para o autor, é um termo eufemístico para propaganda e promoção de criação de imagem positiva do governo israelense. Os principais pontos estratégicos que costumam ser adotados são: apelo para empatia; contiguidade semântica (estruturas próximas para dar a sensação de valores comuns com outras sociedades); eufemismos; evitar mensagens – diz respeito a não utilizar certas expressões ou evitá-las completamente (até mesmo deturpando-as semanticamente).

¹⁶⁶ Adaptado do original: “In this case, Israel's advanced infrastructure means that technology is readily accessible to international journalists working there. The ease with which material can be sent from Israel definitely contributes to the extensive coverage that that conflict receives at times of fighting, or heightened tension. Arguably, the fact that Israel's infrastructure is superior to that of Palestinian territories means that its opinions are more widely broadcast”.

ofensiva, relatórios e contatos disponíveis para quem da imprensa quisesse ter acesso demonstra o alto grau de profissionalismo e preocupação com a cobertura midiática a partir da sua perspectiva.

Do lado palestino, por sua vez, a recomendação da representação da Autoridade Nacional Palestina (ANP) era a de usar a comunicação a conta-gotas. Afinal, “[...] os fatos falam por si”, alegava o então embaixador palestino Ibrahim Alzeben. A falta de compreensão da importância midiática e no investimento em estratégias de comunicação contribuíram no planejamento péssimo de disseminação de informação das próprias narrativas palestinas durante anos — incluindo aí o desafio em fazer frente ao poderoso poder do lobby israelense.

A dificuldade da visão palestina em entender que não basta uma causa justa para serem ouvidos é o assunto principal da entrevista *Israel tem mais porta-vozes do que os EUA* (11 de janeiro de 2009), com o ex-correspondente internacional Phillip Knightley. É reforçada tal influência na guerra narrativa e de propaganda entre os lados. Entrevistado por Pedro Dias Leite, o autor de *A primeira vítima — o correspondente de guerra como herói e construtor de mitos, da Crimeia ao Iraque*, analisa: “Eles [israelenses] têm muitos porta-vozes, mais até do que os EUA. [...] Passa a impressão de uma grande quantidade de pessoas de peso que têm sempre a mesma visão, repetindo sempre a mesma história” — influenciando na busca legitimidade narrativa perante públicos também internacionais.

No *The Guardian*, a matéria assinada por Toni O’Loughlin (em Jerusalém) — *Israel monta campanha de RP para culpar o Hamas pela destruição em Gaza* (*Israel mounts PR Campaign to blame Hamas for Gaza destruction*), 28 de dezembro de 2008 — deixa clara a estratégia de culpabilização apenas do *outro* — no caso, o Hamas reduzido como porta-voz palestino — transferindo e reduzindo a responsabilidade de ter iniciado os ataques.

Essa estratégia tem o intuito de tirar a racionalidade palestina de autodefesa devido à prolongada ocupação militar e abusos de direitos humanos. O Hamas vira o *outro* palestino como transgressor, radical pelas mortes e destruições que estão sendo transmitidas pela cobertura televisiva. Israel se coloca como o *outro* que apenas se defende. As incursões em Gaza desde 2005, como visto, são silenciadas no plano da história e da metanarrativa.

A estratégia midiática também é percebida no artigo de opinião, traduzido pela *Folha*, da então ministra das Relações Exteriores de Israel, Tzipi Livini.

Publicado em 30 de dezembro de 2008, a peça opinativa *A autodefesa é o nosso direito básico* foi concedida pelo Centro Mídia Brasil-Israel. Na abertura da narrativa vemos o resumo da ideologia sionista e suas metanarrativas:

Israel retirou-se da faixa de Gaza visando criar uma oportunidade para a paz. Em resposta, a organização terrorista Hamas assumiu o controle da faixa de Gaza e usou seus cidadãos como escudos, enquanto dispara foguetes contra a população israelense, obstruindo qualquer possibilidade de paz. Os cidadãos israelenses vivem há anos sob a ameaça de ataques diários lançados desde a faixa de Gaza.

No plano da expressão dos dois trechos, podemos desvelar algumas camadas de sentido, as quais são: o Hamas é um empecilho para paz; o Hamas é uma organização terrorista; usam cidadãos palestinos como escudos; cidadãos israelenses próximos a Gaza vivem dias de medo — mas e a vivência da outra alteridade — os cidadãos palestinos enclausurados pelo controle israelense de Gaza?

Sobre o Hamas ser chamado de ‘organização terrorista’, há uma diferença notável entre as coberturas da *Folha* e do *The Guardian*. É mais comum na *Folha* encontrarmos, no plano da história, a seguinte descrição: ‘Hamas, grupo que controla a faixa de Gaza e é considerado terrorista por Israel, EUA e União Europeia’¹⁶⁷ Do lado do *The Guardian*, há uma tendência de utilizar termos como ‘militantes’ (‘militants’) ou ‘operativos’ (‘operatives’) para descrever os membros do grupo¹⁶⁸.

A própria Tzipi, que também estava em campanha para se tornar premiê para as eleições de fevereiro em Israel afirmou que “o objetivo é estabelecer uma nova realidade” — em referência ao enfrentamento ao Hamas e, também, aos túneis de contrabando que caíram nos controles do grupo islâmico. Segundo o narrador-jornalista intradieético da *Folha*, Marcelo Ninio (enviado especial a Jerusalém), “[...] Sob bloqueio imposto pelo Ocidente, os túneis se tornaram a principal ligação econômica de Gaza com o mundo”.¹⁶⁹ A frase demonstra o nível de precariedade da vida em Gaza.

Para destrinchar essas significações, olhar para a metanarrativa se faz necessário, pois percebe-se uma contextualização pouco explorada nos jornais analisados a respeito da busca constante da criminalização da resistência palestina —

¹⁶⁷ Exemplo da matéria Israel bombardeia prédio em Gaza, e Hamas dispara contra Tel Aviv (12 de maio de 2021).

¹⁶⁸ Ver: More than 205 Palestinians wounded in Jerusalem Al-Aqsa clashes (8 de maio de 2021).

¹⁶⁹ Notícia Israel prepara ação terrestre contra Gaza (29 de dezembro de 2008).

tanto violenta e militar, quanto não violenta — à ocupação militar israelense permanente e ilegal em territórios palestinos.

A primeira problemática é o fato de, no plano da história e organização dos acontecimentos jornalísticos, no momento de configuração da intriga, não se explica e, na maioria das vezes, ignora-se o fato do Hamas ser um movimento de libertação nacional de caráter legítimo.

Afinal, populações ocupadas militarmente — como discorrido pela perspectiva histórica trazida anteriormente —, a questão palestino-israelense faz parte de um colonialismo de povoamento. Isso, sob a cartilha da ONU, garante o direito de lutar por sua libertação — e por um Estado realmente democrático que abarque todos os seus habitantes.

Atualmente, Israel não pode ser considerado um Estado democrático *per se*, embora tente passar essa imagem. O sistema político do país seria o que pesquisadores como Oren Yiftachel (2010) e Joel Kovel (2007), entre outros, chamam de etnocracia, isto é, um regime que governa um estado multiétnico, porém com preferências legais e formais direcionadas a um grupo étnico em detrimento de outros. Outra visão é classificar o regime israelense como Estado de *apartheid*. Essas duas concepções podem se complementar.

Em 19 de julho de 2018, o parlamento israelense (Knesset), inclusive, aprovou lei controversa na qual Israel deve ser considerado um Estado-nação judaico (ignorando todas as outras alteridades e etnias presentes no país). Se vistos como grupos de luta contra um projeto anticolonial, portanto, a imagem de resistência palestina frente à comunidade internacional muda em contraposição à tentativa de colocá-las meramente como expressões terroristas — e todas as contradições dessas nomenclaturas frente aos acontecimentos históricos e jornalísticos.

À luz do direito internacional, a advogada e pesquisadora de direitos humanos, Noura Erakat (2017), explica que a Cartilha da ONU¹⁷⁰, em seu Artigo 51, permite o uso da força em autodefesa. Antes dos ataques da Al Qaeda aos EUA em 11 de setembro de 2001, apenas Estados-nacionais eram reconhecidos como capazes de realizar ataques armados.

A partir de então os EUA conseguiram a liberação de poder lançar uma guerra contra uma entidade não-estatal. Israel logo tentou fazer o mesmo para

¹⁷⁰ Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/un-charter/full-text> Acesso em: 30 maio 2023.

conseguir utilizar força militar contra os palestinos e suas formas de resistência (pacífica ou militar). Contudo, o Conselho de Segurança rejeitou o pedido de autodefesa porque, sob lei internacional, não se pode defender territórios que estejam ilegalmente ocupados pelos próprios israelenses — e Israel ocupou Gaza e Cisjordânia ilegalmente desde 1967.

Inclusive, a autodefesa também pode ser feita com a formação de um exército, se preciso — e hoje não é o caso palestino, por causa da sua fragmentada política, sem uma unidade de ação entre os partidos e suas diferentes organizações, levando ao crescimento de braços armados paramilitares não unificados de luta anticolonial. Por outro lado, Israel possui um dos exércitos mais bem equipados¹⁷¹ do mundo, com muita injeção de dinheiro de outros países, principalmente dos EUA.

Reduzir a natureza da resistência palestina ao terrorismo e a identificação da atuação do grupo islâmico como ‘organização terrorista’ ou ‘grupo extremista’ ignora os processos históricos que os conduziram até aqui — e demonstram viés islamofóbico e orientalista construídos pós 11 de setembro de 2001.

Isso não significa simplificar as contradições e uso questionável de táticas de violência por parte do Hamas em variados momentos — como o emprego de homens bomba e alvos civis em determinadas ações passadas. Contudo, quando acontece do lado do Estado israelense, a crítica passa a ser amenizada e, inclusive, naturalizada com o argumento de ‘direito de defesa de Israel’. E o direito de defesa palestino? Devemos questionar tais concepções.

Como fonte de legitimidade e autoridade de um movimento de libertação, portanto, a ala armada paramilitar do Hamas assume posturas paradoxais em conjunto com sua abertura para um islamismo político (BRENNER, 2017; BACONI, 2018; HROUB, 2010; ALSHAER, 2013). Afinal, por ser um movimento islâmico que também é responsável por creches, escolas, hospitais, entre outras instituições civis em Gaza, ao pedir para a população permanecer em suas casas, mesmo com os avisos (na maioria sem tempo razoável de reação da população) de Israel (por panfletos e

¹⁷¹ Durante o acontecimento de Sheikh Jarrah, a *Folha* publicou duas matérias detalhadas, com base em informações e infográficos do *The New York Times*, sobre o poder de defesa do sistema antimísseis triplo de Israel. O Iron Dome (redoma de ferro), David Sling (funda de David, referência à arma bíblica de David contra Golias), e Arrow (flecha) são combinados para foguetes de curto, médio ou longo alcance. Esse complexo sistema reforça a discrepância militar entre os lados e, também a falsa equiparidade de mortes, como a manchete de uma das matérias dá a entender: *Países tentam conter escalada de mortes em Israel e Gaza* (Folha, 13 de maio de 2021) – 67 palestinos e 7 israelenses – na espiral de violência. A outra matéria é *Entenda por que os foguetes de Gaza preocupam Israel* (Folha, 15 de maio de 2021). O *The Guardian* não produziu matérias do tipo.

telefonemas) sobre ataques iminentes em áreas civis, essa atitude não caracteriza o uso de civis como escudo humano ou crime de guerra *per se*, segundo a Anistia Internacional e outras entidades de direitos humanos.

Implica-se, no plano da expressão e com o narrador intradieético que, com a ‘retirada’ de Gaza, Israel se coloca no papel de uma alteridade estatal benevolente. Implicitamente, é preciso que a outra alteridade — na perspectiva schimttiana, o inimigo — esteja aberto para o processo de paz. Contudo, essa possibilidade já é questionada na segunda frase (ao considerar o grupo como terrorista), pois o plano da expressão reduz o possível interlocutor como alguém inepto e não legítimo de ser porta-voz palestino. Pior, usa os cidadãos como ‘escudos’ e ‘dispara foguetes’ nos israelenses (sendo ameaça).

No plano da metanarrativa, por sua vez, já vimos que os ataques à Gaza fazem parte de uma estratégia contínua israelense e, mesmo depois da sua retirada da Faixa, o controle ainda é de Israel. Os palestinos dentro de Gaza não possuem nenhuma real autonomia. Como é possível equiparar uma relação tão assimétrica em um processo de paz, então?

Na mesma página de publicação do artigo de opinião de Tipizi, o espaço dado para o chefe da delegação especial da Autoridade Nacional Palestina é mínimo, reduzido a duas frases. Elas foram colhidas pelo narrador intradieético (segundo narrador/jornalista) — identificado apenas como *Da Redação*: “A guerra total que Israel lançou não é contra o Hamas [facção islâmica que controla Gaza], mas contra o povo palestino. O que estão fazendo é um genocídio, é um massacre”.

O clima narrativo de apelo, apesar do menor espaço de fala, dá a dimensão dos falseamentos dos fatos e acontecimentos em curso. Afinal, fazer a distinção entre áreas militares e civis em uma região densamente povoada já coloca uma grande problemática nessa argumentação de utilização de escudos humanos. Foi algo deliberado ou não?

O silenciamento com a falta de mais fatos contundentes na fala de Tzipi deixa no ar a dúvida da veracidade das acusações. A alteridade aqui é contraposta para colocar o *outro* como alguém não confiável ou extremista — Hamas — culpabilizando apenas eles pelos próprios infortúnios dos palestinos e não a ocupação militar israelense também.

Nesse sentido, do ponto de vista hermenêutico ricoeuriano, precisamos nos voltar para a configuração do acontecimento, pois ele contribui para evitar riscos

excessivamente construtivistas dos produtos midiáticos (LAGE, 2013). Seguindo essa característica para o plano da história na Análise Crítica da Narrativa, portanto, esse momento de verificação dos fatos se faz presente nas narrativas jornalísticas a todo instante para (re)elaborar intrigas coerentes e “instituir verdades efêmeras que serão continuamente refeitas, constituindo a instável atualidade” (MOTTA, 2012, p. 233). Sobre o uso de escudos humanos durante os confrontos, por exemplo, o testemunho de Roger Rodgers, como ex-correspondente da BBC em Gaza é esclarecedor:

Qualquer um que tenha passado qualquer tempo em Gaza durante uma operação militar, como eu passei [...] sabe que os civis frequentemente não têm nenhum lugar para procurar segurança. Enquanto em muitas zonas de conflito, civis irão simplesmente fugir uma vez que eles sintam que não podem aguentar mais, indo para outras regiões, ou até outros países, o povo de Gaza está preso como peixe em um barril (RODGERS, 2015, p. 158)¹⁷².

O relato de Rodgers pode ser complementado com as informações trazidas pela matéria *Front: Demands grow for Gaza war crimes investigation* (13 de janeiro de 2009), na qual o *The Guardian* aborda a temática em questão. O segundo narrador (jornalista) Chris McGreal (correspondente internacional baseado em Jerusalém), organiza o plano da história com o *lead* dizendo que

Israel está enfrentando demandas crescentes de oficiais sêniores da ONU e de grupos de direitos humanos para uma investigação de crimes de guerra [de Israel] em Gaza acerca de alegações como as de bombardeios ‘imprudentes e indiscriminados’ de áreas residenciais e uso de famílias palestinas como escudos humanos por soldados (McGREAL, 2009)¹⁷³.

O desvelamento dos acontecimentos dias depois da declaração da ministra das Relações Exteriores de Israel reproduzida na *Folha* escancara os jogos narrativos de poder sobre e do conflito na tentativa de ganhar a opinião pública internacional. McGreal reproduz a fala de Donatella Rovera, investigadora da Anistia Internacional em Israel, segundo quem, com a sofisticada tecnologia de mísseis guiados disponíveis

¹⁷² No original: “Anyone who has spent any time in Gaza during an Israeli military operation, as I have [...] knows that civilians often have nowhere to seek safety. Whereas in many conflict zones, civilians will simply flee once they feel they cannot take any more, heading for other regions, or even other countries, the people of Gaza are trapped like fish in a barrel”

¹⁷³ Tradução livre de: “Israel is facing growing demands from senior UN officials and human rights groups for an international war crimes investigation in Gaza over allegations such as the “reckless and indiscriminate” shelling of residential areas and use of Palestinian families as human shields by soldiers”

para o exército israelense, o fato de os bombardeamentos atingirem casas com mulheres e crianças dentro “são violações muito, muito claras de lei internacional”¹⁷⁴.

Logo depois dessa afirmação, McGreal revela que Donatella também coletou evidências de que o exército israelense apreende famílias palestinas e as faz prisioneiras em suas próprias casas como ‘escudos humanos’. Segundo a ativista,

É uma prática padrão para soldados israelenses entrar em uma casa, trancar a família em um quarto no andar térreo e usar o resto da casa como uma base militar, como uma posição de sniper. Esse é o caso absoluto de escudo humano¹⁷⁵.

A revelação diverge da narrativa oficial israelense em querer imputar apenas à alteridade palestina (identificada aqui como ‘terroristas’ do Hamas – significado diferente do uso ‘militantes’) a possibilidade desse crime de guerra. Os acontecimentos, como contínuos e de longa duração, acabam gerando atravessamentos temporais em eventos mais à frente. Na cobertura sobre o bairro Sheik Jarrah de 2021, na análise de novo percebemos essas disputas narrativas. Na matéria *‘There is no safe place in Gaza’*¹⁷⁶: *Israeli strikes terrify inhabitants* (*‘Não há nenhum lugar seguro em Gaza: ataques israelenses aterrorizam habitantes*), do *The Guardian* (12 de maio de 2021), a questão dos escudos humanos volta à tona.

Assinado por Hazem Balousha (Gaza), Peter Beaumont (Londres) e Harriet Sherwood (correspondente em Jerusalém), são entrevistados diversos moradores em Gaza. Um deles, Saeed al-Khalil, afirma que “um bloco de apartamentos civil próximo a minha casa foi atingido sem nenhum aviso¹⁷⁷” — diferente das argumentações que Israel costuma utilizar nas suas narrativas oficiais, por exemplo, de que sempre emite avisos do eminente bombardeio.

Outra testemunha, o narrador-personagem Yousef Al Hammash, afirma a

¹⁷⁴ No original: “They have extremely sophisticated missiles that can be guided to a moving car and they choose to use other weapons or decide to drop a bomb on a house knowing that there were women and children inside. These are very, very clear breaches of international law”.

¹⁷⁵ Tradução do original: “It’s standard practice for Israeli soldiers to go into a house, lock up the family in a room on the ground floor and use the rest of the house as a military base, as a sniper’s position. That is the absolute textbook case of human shields”.

¹⁷⁶ Aspas da narradora-personagem (terceiro narrador), a advogada Fatima Ashour, testemunha dos bombardeios em Gaza, ao questioner tanto o Hamas quanto Israel: “Eles dizem aqui que tudo é para o bem em ajudar Jerusalém. Mas por que ninguém está ajudando Gaza agora? Eu não sei o que dizer. Não há nenhum lugar seguro em Gaza”. No original: “They say here that all this is for the sake of helping Jerusalem. But why is there none helping Gaza now? I don’t know what to say. There’s no safe place in Gaza”.

¹⁷⁷ Tradução livre de: “A civilian apartment block next to my house was targeted without warning”.

mesma situação vivenciada por ele, a esposa grávida e sua filha de três anos — seu prédio foi atingido por um míssil jogado por drone israelense. Hamash, quem trabalha para O Conselho de Refugiados Norueguês (*Norwegian Refugee Council*) declara:

Nós pensamos que o ataque do drone seria o aviso de ataque aéreo maior, então nós saímos tão logo nós pudemos. Minha filha estava chorando todo o tempo. Ela não entende o que está acontecendo, nós dizemos a ela isso são grandes fogos de artifícios¹⁷⁸ [...]

O trauma da população civil e a correlação de alteridades, de forma ingênua, como ‘terroristas’, dessa feita, apresenta diversos deslocamentos. No próprio título, no plano da expressão, a escolha ser ‘ataques israelenses aterrorizam habitantes em Gaza’, tem-se uma correlação do terror com o Estado israelense também, não apenas grupos militantes islâmicos como o Hamas ou a Jihad Islâmica em Gaza. Sabendo disso, não estamos fazendo uma defesa do Hamas, mas ponderando as construções narrativas, suas argumentações, e problematizando-as em comparação com a máquina de propaganda israelense.

Até mesmo porque há denúncias de outras entidades, como a Human Rights Watch, de que militantes do grupo Hamas também tenham cometido crimes de guerra. Nossa argumentação vai ao encontro do testemunho do ex-correspondente do *The Guardian*, Chris McGreal, ao afirmar:

Eu lembro aparecer em um painel depois de ter vivido em Israel por muitos anos, em Jerusalém, frente a uma audiência israelense, e eu ser perguntado ‘por que você não vai chamar o Hamas de terroristas?’ E minha resposta foi que eu estava contente em chamar o Hamas de terroristas caso eu pudesse aplicar a palavra para as ações de Israel tanto quanto e eu especificamente dei o exemplo da ação militar no sul de Gaza, onde especificamente foi utilizada uma política do terror, tanto quanto eu estava preocupado, contra a população civil lá, com a escala absoluta de matança e tiroteios. E eu disse se eu puder chamar elementos do Exército israelense de terroristas, então, eu irei chamar elementos do Hamas de terroristas e até eu puder fazer isso eu não vou utilizar a palavra (McGreg *apud* RODGERS, 2015, p. 100)¹⁷⁹.

¹⁷⁸ No original: “We thought the drone strike was a warning of a bigger airstrike, so we left as soon as we could. My daughter was crying all the time. She doesn’t understand what’s happening, we tell her it’s big fireworks”.

¹⁷⁹ No original: “I remember appearing on a panel after I’d been living in Israel for several years, in Jerusalem before an Israeli audience, and I was asked ‘why won’t you call Hamas terrorists?’ And my answer was that I was content to call Hamas terrorists provided I could apply the word to Israel’s actions as well and I specifically gave the example of the Israeli military’s action in Southern Gaza, where effectively it pursued a policy of terror, as far as I was concerned, against the civilian population

Nesse sentido, conforme analisa o estilo de governança do Hamas em sua evolução prática para um islamismo político e sua relação com a população de Gaza, Björn Brenner (2017) discorre sobre a democracia islâmica proposta pelo grupo — isto é, baseada em princípios democráticos e valores islâmicos.

Para ele, é preciso desconstruir a imagem e representação simplista de ‘grupo terrorista’ e tentar entender os caminhos trilhados na sociedade palestina. Afinal, o Hamas é tanto religioso — em várias medidas —, ao mesmo tempo que traz certas características democráticas na sua estrutura de poder — também podendo agir autoritariamente em outras situações (inclusive contra dissidentes ou inimigos políticos, mesmo palestinos).

O movimento, então, não se encontra nem inteiramente no campo islâmico nem particularmente democrático (BRENNER, 2017, p. 189). A experiência palestina, portanto, deixa mais claro não ser possível igualar e homogeneizar todos os movimentos islâmicos como iguais — há uma enorme variação de modelos, de moderados a extremistas.

E isso precisa ser considerado também no contexto de cobertura midiática, na intenção de reduzir abordagens islamofóbicas ou dicotômicas simplistas sobre alteridades e quadros culturais aos quais não estamos tão familiarizados no nosso campo de experiência ocidentalizado.

Em entrevista à Samy Adghirni (da reportagem local da *Folha*)¹⁸⁰, o cientista político palestino Bashir Bashir é didático acerca dessas complexidades na prática do cotidiano em Gaza:

[...] Não sou pró-Hamas. Mas sei que não há futuro democrático na Palestina sem o Hamas. O discurso que consiste em dizer que o ataque em Gaza visa destruir o Hamas não tem sentido. Acabar com o grupo significaria aniquilar 30% da população palestina. *Não estamos falando de fanáticos e lunáticos* nem de alguns milhares de quadros que podem ser eliminados. Estamos falando de um movimento de campo enraizado, muito popular e ativo. Se os bombardeios pretendem acabar com o grupo, estão fadados ao fracasso. Podem enfraquecê-lo, mas a longo prazo o Hamas sairá fortalecido (grifo nosso).

there, with the sheer scale of the killing and the shooting. And I said if I can call elements of the Israeli army terrorist then I'll call elements of Hamas terrorist and until I can do that I'm not going to use the word".

¹⁸⁰ *Somos campos de jogo de interesse externo (Folha, 05 de janeiro de 2009)*. Entrevista foi feita por telefone.

Na tentativa de quebrar essa narrativa dicotômica de amigo-inimigo constante que reduz as alteridades e problemáticas *in loco* na Palestina-Israel no campo político, portanto, os correspondentes internacionais tentaram, por diversas vezes, ter mais acesso ao território de Gaza para retratar a vivência da população, mas se viram impedidos pela política israelense de restrições à entrada de jornalistas no território desde o começo da deflagração das hostilidades.

No período inicial da Guerra em Gaza de 2009, a maioria dos correspondentes — aqueles que ainda não estivessem em Gaza — ficou baseado em Jerusalém ou na cidade de Sderot (o foi o principal alvo de foguetes do Hamas). Apenas na segunda fase do conflito o *The Guardian* contou com a contribuição mais frequente de um jornalista local de Gaza, Hazem Balousha. No caso da *Folha*, integraram o repórter Raphael Gomide apenas na segunda fase, como seu enviado especial para Gaza, à equipe da editoria de *Mundo*.

Todo esse quadro do jornalismo internacional se deu após longa disputa jurídica — com idas e vindas — entre a Associação de Imprensa Estrangeira (AIE) israelense — e outras entidades internacionais de jornalistas — e a Suprema Corte de Israel para que os profissionais da imprensa tivessem acesso à Gaza.

Essa limitação de acesso a Gaza se deu para que Israel pudesse ter maior controle das informações divulgadas para a construção da opinião pública, inclusive internacional. Porém, ao longo do desenvolvimento tecnológico das TICs, outras linguagens e espaços midiáticos acabam surgindo e trazem diferentes modos de narrar o mundo que se voltarão à narração do conflito. É o que fica claro na matéria especial *Palavras Cruzadas: guerra de informações durante o conflito em Gaza inclui aparato oficial na internet, agressões em sites e bloqueio de Israel ao acesso a jornalistas* (*Folha*, 11 de janeiro de 2009).

Assinada por Ernane Guimarães Neto (*Da Redação*), o lide foge do padrão clássico para iniciar o assunto, tentando humanizar os dados frios de números de mortes, políticas estatais, trâmites e acordos diplomáticos que conduzem a esmagadora maioria da cobertura analisada. Ao dizer “o grito contínuo de uma criança órfã sobressai do burburinho do socorro às vítimas da operação *Cast Lead* (chumbo fundido), a ofensiva militar na faixa de Gaza iniciada por Israel em 27 de dezembro”, o narrador-jornalista (segundo narrador) chama a atenção para essas outras formas de narrar.

Aqui, aparentemente, o narrador coloca sua percepção testemunhal para, no

plano de expressão logo depois, criar a sensação de suspense — a criança sobreviveu? Contudo, percebemos no plano da história que, na verdade, a narrativa dizia respeito não ao narrador-jornalista, mas à legenda de um dos vários vídeos de YouTube que tomaram as redes acerca do conflito (entre apelos à paz e mensagens de ódio ao *outro*).

No plano da história, portanto, são as redes sociais que ganham espaço de personagens e narradoras do conflito nas configurações de experiência que são deixadas de lado no tipo de cobertura que estamos analisando. O jornalismo precisa saber como conviver com esse *boom* de outros modos de narrar em suas produções também. A matéria, de 2009, ainda era um indicativo inicial dessa tendência na prática jornalística que vivemos hoje, já em 2023. Toda a discussão do jornalismo cidadão, colaboradores populares, *fake news*, entre outras temáticas, estão embrionárias nesse momento histórico em 2009.

Essa mesma observação volta à tona na análise que fizemos da cobertura de Sheik Jarrah — mais um atravessamento de acontecimentos no tempo da longa duração. No depoimento *‘Quando estamos sob bombas, sentimos que é o pior dia da vida’*, de Refaat Alareer (identificado como professor universitário em Gaza) à *Folha de S. Paulo* (23 de maio de 2023), ele pontua a visão palestina sobre o jornalismo internacional:

Nós não confiamos na mídia convencional, pois muito do que falamos acaba sendo editado ou censurado. Peço às pessoas que busquem palestinos nas redes sociais e ouçam nossas histórias.

Voltando à Guerra em Gaza de 2009 e à matéria especial *Palavras Cruzadas*, por sua vez, o mais importante é: uma forma de produção informativa não substitui a outra, mas podem ser complementares na apreensão das vivências e experiências do mundo. A problemática, então, é diferente: “excesso de dados e mais confusão do que esclarecimento”. Ou seja, os modos de narrar informam (e até desinformam) diferente a cada intencionalidade na produção de conhecimento. O papel social do jornalista, portanto, continua o mesmo em seus variados contextos de produção — mesmo com ferramentas distintas: trazer conhecimento sobre outras culturas. Assim como sua interconexão com subjetividades e alteridades, como podemos analisar.

A matéria discorre sobre blogs como o diário ‘Uma mãe vinda de Gaza’¹⁸¹, da então colaboradora da *Al Jazeera* e do *The Guardian*, Laila El-Haddad. A rede social dela trazia os relatos em primeira pessoa da vivência da jornalista em Gaza, em uma mistura de autobiografia, noticiário, e histórias da própria família. Em entrevista à *Folha*, a autora afirma: “escrevo relatos do coração, que abrigam alguma perspectiva da *face humana do conflito*, em todos os seus aspectos” (grifo nosso). É importante o jornalismo, então, como forma de conhecimento, buscar trazer o interesse humano para além dos números frios dos mortos e tragédias acometidas para populações vulnerabilizadas.

Do lado israelense, a notícia cita o blog *Israeli Soldiers Mother*, que busca humanizar a guerra por meio da comunicação, via mensagens, entre a mãe e o filho israelense que está servindo o exército do seu país. Tal pluralidade de vozes contribui na formação de quadros representativos e narrativos mais amplos e complexos dos conflitos dentro dos conflitos. Como salienta, em forma de complemento, outro narrador-personagem entrevistado, o então jornalista do *Haaretz*, Gideon Levy: “Israel tentou nos impedir de ver o que acontecia em Gaza, mas felizmente há repórteres palestinos fazendo um ótimo trabalho”. Assim, inibir a presença de jornalistas internacionais é silenciar e ocultar facetas das realidades dos conflitos.

Nessa toada em ampliar representações por meio da linguagem e narrativa, não podemos deixar de mencionar a notícia do *The Guardian* sob o título *Refuseniks: ‘Nós estamos criando homens-bomba dos filhos dos mortos’*¹⁸² (17 de janeiro de 2009). De autoria do correspondente Chris McGreal (em Tel Aviv), a matéria também foge das narrativas jornalísticas tradicionais de números de vidas perdidas para dar rostos e histórias de vida de quem vive o conflito.

Nesse caso, de uma categoria nada usual: soldados israelenses críticos à política de ocupação dos territórios palestinos. Enquanto a cada novo dia o número discrepante de mortos palestinos e israelenses na Guerra em Gaza é atualizado, as narrativas jornalísticas dão a dimensão da assimetria militar — com clara desvantagem palestina no quesito de perdas humanas, luto e vulnerabilidades (visto a enorme diferença bélica, tecnológica e de recursos militares).

O que nos leva às reflexões da filósofa Judith Butler (2016; 2019) sobre as

¹⁸¹ Depois originária o livro *Gaza Mom: Palestine, Politics, Parenting, and Everything In Between* (2010).

¹⁸² Tradução de: *Refuseniks: ‘We are creating suicide bombers from the sons of the dead’*.

guerras contemporâneas e as dimensões de uma possível ética da alteridade (baseada em Lévinas). Para tanto, a partir do rosto levinasiano, busca-se comunicar aquilo que é humano, precário e passível de ser violado.

Segundo Butler, grosso modo, para que uma vida seja considerada lesada ou perdida, primeiro é preciso que ela seja reconhecida ou tenha uma condição de ser reconhecida como vivível e passível de ser enlutada. A constante desumanização do *outro*, portanto, nos leva a dar menos valor (ou apenas tenhamos a tendência a ter menos empatia e choque com suas perdas e lutos) do que outras vidas. Se o *outro* se torna apenas uma imagem amorfa e naturalizada na sua precariedade passível de não ser vivida, ela não terá sido sentida. Por ser precária, seria natural ser perdida. De outra forma,

Se os judeus só lamentam a perda de judeus nos conflitos no Oriente Médio, então afirmam que somente os que pertencem à sua religião ou nação são dignos de luto. Essa forma de diferenciação entre populações valiosas e não valiosas não é apenas o resultado de conflitos violentos; ela também dá a condição epistemológica para o próprio conflito. Ouvimos repetidas vezes no discurso público israelense que uma única vida israelense vale mais do que inúmeras vidas palestinas (BUTLER, 2017, p. 30).

Tal reflexão se aplica à questão Palestina-Israel em diversas camadas¹⁸³. Marcadas e escondidas pelos gigantescos números estatísticos¹⁸⁴ de mortos, as alteridades são homogeneizadas e provavelmente nunca escutaremos suas histórias de vida — e fica por isso. Para Butler, é preciso considerar, em sua crítica da guerra, então,

Que tipo de defesa contra a compreensão da perda está em ação na maneira alegre com a qual aceitamos as mortes causadas por meios militares, com um dar de ombros, com hipocrisia, ou com um claro espírito vingativo? Até que ponto os povos árabes, predominantemente praticantes do islamismo, foram excluídos do ‘humano’, tal como foi naturalizado nos modelos ‘ocidentais’ contemporâneos do humanismo? Quais são os contornos culturais do humano aqui em ação? Como os quadros culturais que usamos

¹⁸³ Um acontecimento emblemático dessa visão é a libertação do soldado israelense Gilad Shalit. Capturado pelo Hamas em 25 de junho de 2006, Shalit foi o primeiro soldado do exército israelense preso depois de uma década. Consequência da Operação Chuvas de Verão israelenses, quando cerca de 240 palestinos foram mortos, incluindo 48 crianças (BLACK, 2017, p. 413). A libertação do soldado se deu após acordo mediado pela Alemanha e pelo Egito, quando foram ‘trocados’ 1.027 prisioneiros palestinos por Shalit. Uma vida equiparada a mais de mil.

¹⁸⁴ Vide, por exemplo, a matéria (autoria *Da Redação*) – ainda no meio do desenrolar dos ataques – *Mortos civis no bombardeio de Gaza são 40% civis do total* (Folha, 1º de janeiro de 2009).

para pensar o conjunto humano limitam os tipos de perdas que podemos considerar como perdas? Afinal de contas, se uma pessoa está perdida, e essa pessoa não é um humano, então qual é e onde está a perda, e como ocorre o luto? (BUTLER, 2019, p. 729).

Essa discussão se faz pertinente para entendermos, no plano da metanarrativa da matéria *Refuseniks*, a abertura ao *outro* e o reconhecimento das vidas palestinas como passíveis e dignas, sim, de luto — sendo reconhecidas como vivíveis também.

Isso vai de encontro a determinados discursos, como do político de extrema-direita Naftali Bennet, que já afirmou, quando perguntado sobre a morte de crianças palestinas: “Eu não permitiria terroristas atravessarem a fronteira de Gaza todos os dias. [...] Eles não são crianças. Eles são terroristas. Nós estamos enganando a nós mesmos”¹⁸⁵.

Diferentemente, no caso dos *refuseniks*, a alteridade é trabalhada na notícia de uma forma aberta ao encontro do *outro* e acolhedora em suas singularidades — e contradições do narrador-personagem. No plano da história o narrador-jornalista nos apresenta uma cena específica do dia a dia de Yitzhak Ben Mocha, um soldado israelense paraquedista.

Ele recebe um telefonema às 11 da noite de um domingo para se apresentar ao dever às oito horas da manhã do dia seguinte. A voz gravada da mensagem escutada e o número ‘não identificado’ já davam a dimensão do que o esperava. A questão que o inquietava era se poderia ser preso por se ‘recusar a se juntar à guerra de Israel em Gaza, mas ele não iria servir de nenhum modo de forma a ajudar a perpetuar o conflito’¹⁸⁶ — e estava ciente que seria considerado um ‘refusenik’.

Os *refusenik*¹⁸⁷ são os soldados israelenses que são presos por se recusarem a servirem para irem a combate, principalmente nos territórios ocupados palestinos. No caso em análise, dizendo respeito à Guerra em Gaza de 2009. A forma mais livre de narrar a história abre brechas para expandir representações de alteridade e da vida de um soldado israelense e conhecer um pouco mais seus medos e críticas à política israelense. Somos expostos à humanização narrativa em contraposição dos dados frios

¹⁸⁵ Na matéria *Israel's far-right prime minister in waiting* (The Guardian, 3 de junho de 2021).

¹⁸⁶ Tradução adaptada do trecho original: ‘The call came at 11pm on a Saturday. Yitzhak Ben Mocha's mobile flashed up "unidentified number" but he knew who it was. A recorded voice ordered him to report for duty at eight the next morning. As he packed his uniform he wondered if he was heading to prison. The 25-year-old paratrooper was about to tell his commanders that not only would he refuse to join Israel's war in Gaza but would not serve in any capacity that helped perpetuate the conflict’.

¹⁸⁷ Parte do movimento *seruv* (recusa) da sociedade israelense, como visto no capítulo quatro desta pesquisa.

do conflito e da ideologia sionista de colonialismo.

Em sua *mesmidade*-alteridade, o narrador-personagem declara não se identificar como ‘pacifista’ ou ‘anti-Israel’, até por ter crescido em uma família de judeus ortodoxos e ser membro de um pelotão de elite de paraquedistas. Ele, inclusive, defende um exército israelense forte e entrou no exército para combater ‘organizações terroristas’, segundo relata.

Contudo, ele consegue reconhecer a vida de civis palestinos e diferenciá-las dos militantes que teoricamente enfrentaria, principalmente quando o narrador-jornalista afirma que, na vivência do paraquedista,

Ele se viu suprimindo aspirações Palestinas por liberdade e eliminando protestos de camponeses palestinos ‘contra o difícil de controlar roubo das terras deles’. Ele viu abusos, como tropas israelenses enviando mulheres palestinas e crianças para casas, de forma a garantir que eles não fossem armadilhas e o uso de civis como escudos humanos¹⁸⁸.

A consciência da ocupação militar e expropriação ser exposta por um soldado israelense e as críticas abertas às políticas militares são uma preocupação de Israel — que costuma prender os *refuseniks* por semanas e, mesmo quando soltos, podem sofrer a punição novamente. Contudo,

‘Agora parece que o exército não quer admitir publicamente que existem refuseniks. [Isso] é embaraçoso. Vai *contra a imagem de todo o exército e país unido por trás dessa guerra*’ [diz Ben Mocha]. O exército israelense tem falado para a imprensa que há muito mais apoio à operação em Gaza do que soldados que tenham aparecido para lutar após convocados para o que a mídia local caracteriza de ‘guerra justa’. Ben Mocha afirma que isso obscurece o crescente número de homens israelenses em idade de exército, quase todos os quais são reservistas, que estão se recusando a servir na ocupação¹⁸⁹ (grifo nosso).

Até mesmo organizações, como a *Courage to Refuse*, fizeram campanhas na mídia pedindo para que soldados condenassem a morte de centenas de civis

¹⁸⁸ No original: “He found himself suppressing Palestinian aspirations for freedom and putting down protests of Palestinian farmers "against the incontinent theft of their lands". He also saw abuses, such as Israeli troops sending Palestinian women and children into houses to ensure they were not booby-trapped, and using civilians as human shields”.

¹⁸⁹ Tradução livre de: “But now it seems the army doesn't want to admit publicly there are refuseniks. (It) is embarrassed. It would go against the image of the whole army and country united behind this war.” The Israeli military has told the press there is so much support for the assault on Gaza that more soldiers have turned up to fight than have been called up for what the local media is characterising as a "righteous war". Ben Mocha says that obscures the increasing number of Israeli men of fighting age, almost all of whom are military reservists, who are refusing to serve the occupation”.

palestinos, além de pedir que soldados se recusassem a participar da Guerra em Gaza. Nesse exemplo de matéria, a alteridade assume suas multiplicidades para além da dicotomia e permite a possibilidade de esperança para outras formas de lidar com o diferente e perspectivas para o diálogo na desconstrução da imagem do *outro* como apenas ameaça.

Ao reconhecer o direito ao luto e vida — na perspectiva de Butler em sua crítica judaica à violência de Estado israelense (2017; 2019) — e da ética da alteridade de Lévinas, a matéria abre-se para possibilidades de conversas futuras com (re)conhecimentos sobre as diferentes singularidades, em contraposição à desumanização de grupos e fechamento ao *outro*. O caminho está longe de ser simples, mas produz esperanças de respeito e legitimidade a culturas e experiências diversas das próprias vivências de mundo¹⁹⁰.

5.2 O acontecimento *Sheikh Jarrah*

O termo terrorismo é uma constante na construção de acontecimentos no tempo de longa duração na questão palestino-israelense. Podemos comparar seu uso, em relação à contemporaneidade, com dois outros momentos históricos distintos de narrativas de jornais que reverberam até hoje nessa seara. O primeiro dele diz respeito à pesquisa conduzida por James Rodgers (2015) sobre as coberturas jornalísticas, nos últimos dias do Mandato Britânico na Palestina, acerca do atentado terrorista ao Hotel King David (orquestrado pelo grupo paramilitar judeu Irgun), em 1947. No segundo caso, na pesquisa de Fernando Resende (2017) são analisadas as narrativas no jornal brasileiro *Folha da Manhã*¹⁹¹, entre 1936 e 1946.

James Rodgers observou que os repórteres naquele período, ao menos os britânicos, tinham menos restrições no uso de termos do que seus colegas contemporâneos. Dito isso, o *Manchester Guardian* (hoje apenas *The Guardian*) contava com ‘enviado especial’ na região — seu nome não é identificado nas reportagens — e descrevia como membros do Irgun Zvai Leumi se disfarçaram de árabes beduínos para entrar no hotel e causar a explosão.

A tática demonstrava o descontentamento na época com o poder colonial do

¹⁹⁰ Atualmente há um campo de pesquisa denominado de jornalismo para a paz (CABRAL; SALHANI, 2017), dentro dos estudos para a paz (*Peace Studies*), que trazem algumas dessas reflexões com outras perspectivas multidisciplinares. Para este trabalho não nos filiamos diretamente a essas discussões.

¹⁹¹ Antes da fusão com a Folha da Manhã, Folha da Tarde e Folha da Noite para se tornar Folha de S. Paulo.

Mandato Britânico na Palestina. As vozes do *Manchester Guardian* e demais jornais britânicos eram compostas pelo grande uso de fontes oficiais — muitas vezes as mesmas para todos os correspondentes. Pouco ou nenhum contexto ou explicação era oferecido para tentar compreender o atentado, apenas fatos do evento em si — já dados. Isso trazia a aceitação e suporte das audiências britânicas para que o controle militar britânico colonialista continuasse para além mar e seus territórios. Afinal, não enxergavam esses atos como possíveis resistências locais.

Hoje a linguagem se transformou muito por causa da Guerra ao Terror dos EUA — com enfoque islamofóbico e orientalista sobre árabes e muçulmanos. Reforçamos que essa relação não pode ser essencializada, pois há os árabes-judeus (*mizharim*), árabes católicos, palestinos cristãos, beduínos (maioria segue o Islã) e uma multiplicidade de identificações e atravessamentos culturais em termos de alteridades.

Da mesma forma, a judaicidade ou palestinidadade, portanto, são multifacetadas. No primeiro caso, Butler (2017) reforça o risco do seu uso ainda poder ser considerado muito eurocêntrico em certas discussões, ao excluir outras tradições e entrelaçamentos culturais na e da alteridade judaica (com árabes, gregos, turcos, norte-africanos, entre outros) nas formas de pertencimento como judeu. Judaicidade, que também pode ser secular, nesse sentido, nem sempre equivaleria ao judaísmo (religião). E, de forma categórica, sionismo não é judaísmo. Essa ressalva não pode ser apreendida na maior parte das coberturas jornalísticas analisadas.

Já na segunda situação, as identidades palestinas — palestinidadades — sempre trouxeram um senso intrincado de vários níveis, seja islâmico ou cristão, otomano ou árabe, local ou universal, familiar ou tribal, por exemplo (KHALIDI, 1997; SAID, 2012; BARBOSA DA SILVA, 2017).

Nas reportagens em análise, dificilmente essas alteridades aparecem em sua pluralidade, pois são reduzidas na maioria das vezes em termos de israelenses contra palestinos (sem as singularidades de suas respectivas alteridades) — como no modelo schmittiano visto anteriormente. Quando muito, judeus-árabes ou árabe-palestinos são acrescentados nas matérias sem muitas explicações da sua condição política em Israel, de exclusão.

Na época do Mandato Britânico, por sua vez, os terroristas eram considerados como qualquer um que estivesse contra o poder imperial; hoje, as relações de poder trouxeram outras camadas de significados. Na década de 1940,

assim, os ‘judeus do país’ (‘Jews of the country’, em inglês) foram narrados como ‘suporte para gangues terroristas’ (‘support to terrorist gangs’) — o que era um argumento facilitador para os britânicos fazerem uso de punições coletivas à época (RODGERS, 2015). Ainda hoje estas persistem, como prisões, demolições de casas, expropriação de terras, operações militares, entre outras situações, mas o alvo se transformou: são os palestinos predominantemente os alvos; enquanto antes poderiam ser tanto judeus sionistas como árabes-palestinos, por exemplo.

De forma paradoxal, esse caso do Hotel David King mostra o seguinte: os judeus sionistas estavam vivenciando com os britânicos o que hoje os palestinos vivenciam com o Estado israelense — sendo taxados e reduzidos em suas alteridades como apenas terroristas perante força militar mais poderosa de ocupação territorial e militar.

Isso é uma característica que também podemos identificar na pesquisa conduzida por Fernando Resende (2017). Nela, o autor aponta, ao analisar as narrativas da *Folha da Manhã*, as formas contraditórias de construção e produção de sentidos para termos como o terrorismo, como estamos discutindo (e verificou seu deslizamento de árabes a judeus nos anos 1940). Além disso, foi possível compreender a reafirmação, ao menos no campo do jornalismo brasileiro desde o séc. XIX, da chamada forma de pensar ocidental-etnocêntrica.

Essa última característica se dava porque as principais agências de notícias¹⁹² que providenciavam material para o jornal sobre o conflito eram sediadas nos EUA e Europa (hoje também). Isso fortalecia a representação de imagens estereotipadas dessas regiões acerca da Palestina. E os jornais brasileiros entravam nesse escopo, pois ainda eram muito dependentes dessas empresas noticiosas. Essa característica mudou, mas pouco ainda.

Como pudemos perceber durante as análises, outros fatores se fizeram presentes na cobertura jornalística sobre a questão palestino-israelense. A primeira delas é o surgimento de grandes conglomerados fora da Europa e EUA, como a rede

¹⁹² A antiga Havas (França), Reuters em Londres, Associated Press nos EUA. Hoje a *Folha* ainda se vale de parceria com a Reuters, AFP e Associated Press (AP) — e, em alguns casos, *The New York Times*. Já o jornal *The Guardian* faz uso mais limitado de agências de notícias ou de outros jornais — contudo, Reuters e AP foram as preferidas, quando precisaram utilizar.

de *broadcasting* do Qatar, Al-Jazeera¹⁹³. A sua localização regional já traz outras abordagens e formas de narrar diferentes do Ocidente.

Durante a Guerra em Gaza de 2009, por exemplo, principalmente no seu início, a Al-Jazeera foi uma das primeiras mídias que teve acesso ao território *in loco*. Eles contavam com quatro correspondentes internacionais que moravam em Gaza — enquanto os jornalistas internacionais ainda estavam proibidos de entrar, como explicado anteriormente.

No dia 1º de janeiro de 2009, por exemplo, a *Folha* (autoria identificada como *Da redação*) publicou pequena nota: *Com repórteres em território palestino, Al-Jazeera se sobressai*. Curiosamente, o jornal *The Guardian* é citado, quando o narrador-jornalista reproduz declaração direta do narrador-jornal: “a rede árabe tem conseguido exibir imagens que nunca achariam seu rumo nas telas das TVs ocidentais”. Característica que é complementada com a seguinte análise política da cobertura midiática no plano da metanarrativa:

Diferentemente de suas concorrentes estatais nos países árabes (que seguem as posições governamentais acerca do conflito — egípcios, jordanianos e sauditas críticos ao Hamas e a Israel, e sírios enfatizando a resistência palestina), a Al Jazeera tem dado voz a todos os envolvidos, inclusive exibindo imagens de Sderot e outras cidades israelenses atingidas por foguetes lançados pelo Hamas (*Folha*, 1º de janeiro de 2009).

Voltando ao Mandato Britânico: muito embora também tivessem núcleos de resistência árabe e palestina contra britânicos, a bomba no Hotel King David demonstra os sentidos da linguagem para a época e suas alternâncias históricas. Logo depois desse atentado, em maio de 1948, os jornais narravam a morte do jornalista britânico Richard Wyndham, correspondente do *Express*.

Ele foi assassinado enquanto cobria lutas no bairro residencial de Sheikh Jarrah¹⁹⁴ — sim, o mesmo que recentemente causou, em 2021, outro episódio de

¹⁹³ Ver a interessante análise sobre a Al-Jazeera, BBC e CNN, acerca do Oriente Médio, produzida por Leon Barkho (2010). Somada à Análise Crítica do Discurso e entrevistas, o autor teve acesso às Diretrizes Editoriais Internas das empresas (*Internal Guidelines*).

¹⁹⁴ Entre 1948 e 2021, Sheik Jarrah ainda foi alvo de novos embates, por exemplo, em 2013. Ver material do *The Guardian* sobre o assunto, com o filme-documentário *My Neighbourhood* (dirigido por Julia Bacha e Rebeca Wingert-Jabi). Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/video/2013/mar/17/my-neighbourhood-palestinian-israeli-video> Acessado em 30 dez 2021. A obra faz parte do projeto *Just Vision*, com outras películas sobre a Palestina-Israel: <https://justvision.org/> Acesso em 30 dez 2021.

acirramento de ânimos na Palestina-Israel, como analisaremos agora. Novamente, fica claro como os eventos e contextos históricos com a reverberação dos acontecimentos podem ser contínuos no aspecto de conflitos de *longa duração* e dizem muito sobre mudanças nas relações de força e nas transformações de influência da ocupação colonial de um poder por outro.

Sheik Jarrah, portanto, já tinha seus laços com questões políticas complexas desde a década de 1940. A mudança nas representações do *outro*, no caso, do judeu como sobrevivente do holocausto nazista a terrorista, depois o Estado de Israel, com suas políticas colonialistas, vai construindo outros contornos narrativos e significados. A emergência desse novo acontecimento em um *continuum* de uma temporalidade de *longa duração* não é por acaso.

Isso embora as narrativas jornalísticas tenham o desafio de fazer ligações no intuito de melhor informar mesmo com sua fragmentação rotineira. A cada coleta de novos fatos que surjam, produz-se um maior grau de ordem possível dos acontecimentos dentro de um tempo da história do presente, ou seja, do “tempo *em processo*” (RESENDE, 2020, p. 11, grifo no original).

No plano da história, os confrontos mais recentes entre palestinos e israelenses selecionados para essa pesquisa eclodem por volta de 07 de maio de 2021 a partir da situação do bairro de Sheikh Jarrah. Já aqui é importante frisarmos a importância do uso de alguns termos e seus sentidos no plano da expressão da Análise Crítica da Narrativa: em inglês, é comum a utilização de palavras como ‘clashes’ e ‘confrontations’ no mesmo sentido de ‘guerra’.

Tal escolha corre o risco de retratar os dois lados como iguais, embora haja uma força de ocupação israelense que controla a maior parte da população palestina — por ar, terra e mar, como já discorrido. Nessa instância de análise, portanto, ‘clashes’, pode se tornar um eufemismo para o domínio assimétrico de um Estado sobre uma população, utilizado para obscurecer a imagem do que realmente está acontecendo *in loco*: ocupação militar.

O mesmo pode ser dito acerca dos termos ‘raids¹⁹⁵’ e ‘operations’ (quando grande parte das vezes são os palestinos os mortos em maior quantidade e em termos de civis). É contraproducente equiparar um dos exércitos mais bem equipados e ricos

¹⁹⁵ Ataque curto realizado por soldados. Em português poderia ser traduzido como ‘incursões’, por exemplo.

do mundo contra grupos paramilitares com pouca capacidade de mobilização por estarem em uma situação de sítio, sem contar as precárias infraestruturas que controlam após tantos bombardeios desproporcionais ao longo da história.

A situação de Sheikh Jarrah não faz parte de uma questão ‘imobiliária’, como a narrativa oficial sionista-israelense busca fazer crer, mas sim de busca por legitimação de direitos à terra e do retorno de refugiados à Palestina/Israel. É muito mais uma situação política de limpeza étnica e *apartheid*. Já não estamos falando de Gaza, mas de Jerusalém Oriental, no coração da Palestina e do Estado israelense.

De novo, aqui, cabe questionar a argumentação falaciosa que equipara qualquer crítica ao sionismo como antissemita e não apenas antissionista, como na recente fala do chefe de política externa da União Europeia, Josepe Borrell. Segundo Borell¹⁹⁶, é antissemita dizer que “Israel comete crime de apartheid contra o povo palestino”.

A fala, inclusive, tenta deslegitimar a concordância entre ONGs de direitos humanos sobre o tema, como a israelense B’Tselem¹⁹⁷ — apoiada pela própria União Europeia — a qual contradiz a fala de Borell com relatório publicado em 12 de janeiro de 2021¹⁹⁸.

Outro contraponto à fala de Josepe Borell vem da prestigiada organização de direitos humanos Anistia Internacional¹⁹⁹, em um relatório publicado em fevereiro de 2022, no qual acusa Israel de crime de *apartheid* e pede sanções contra todas as autoridades israelenses envolvidas. Já sobre limpeza étnica²⁰⁰, é essencial conceituá-la:

¹⁹⁶ Sobre a declaração ver: <https://electronicintifada.net/blogs/ali-abunimah/eu-says-its-anti-semitic-call-israel-apartheid-state> Acessado em 10 out. 2022.

¹⁹⁷ B’Tselem é a denominação do The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories.

¹⁹⁸ B’Tselem, ‘*A regime of Jewish supremacy from the Jordan River to the Mediterranean Sea: This is apartheid*’. Disponível em: https://www.btselem.org/publications/fulltext/202101_this_is_apartheid Acesso em 12 jan 2021.

¹⁹⁹ Amnesty International, ‘*Israel’s apartheid against Palestinians: Cruel system of domination and crime against humanity*’. Disponível: <https://www.amnesty.org/en/documents/mde15/5141/2022/en/> Acessado 05 agosto 2022. A exemplo de várias ONGs locais e internacionais, como a B’Tselem e a Human Rights Watch, portanto, a Anistia Internacional reforça a lista de entidades que reconhecem características de *apartheid* em Israel.

²⁰⁰ Uma das representações do *outro* segregado e frequentemente apagado na narração do conflito pelo jornalismo convencional sobre Palestina-Israel é a situação dos palestinos beduínos do deserto de Negev/Naqab, sul da Palestina Ocupada. Essa identidade do *outro* também sofre com políticas de limpeza étnica. Apenas em 2019, o exército israelense destruiu pela 192ª vez a aldeia beduína de al-Araqib. Disponível em: <https://www.monitordooriente.com/20210903-israel-destroi-aldeia-beduina-palestina-pela-192a-vez/> Acesso em 3 de setembro de 2021. Essa é uma alteridade mais silenciada ainda. Não encontramos referências nos dois períodos das nossas análises.

Limpeza étnica é um esforço para deixar hegemônico um país de etnias mistas, expulsando e transformando em refugiados grupos de pessoas, enquanto destroem os lares dos quais elas foram enxotadas. Pode muito bem haver um plano mestre, mas a maioria das tropas engajadas na limpeza étnica não precisa de ordens diretas: sabe de antemão o que é esperado delas. Os massacres acompanham as operações, mas, quando acontecem, não são parte de um plano genocida, mas sim uma tática crucial para acelerar a fuga da população marcada para expulsão. Mais tarde, os expulsos são apagados da história oficial e popular do país e extirpados da memória coletiva²⁰¹ (PAPPE, 2007, p. 3).

Fica claro ser o caso dos palestinos, de acordo com o plano da metanarrativa histórica. Definir a ação israelense como limpeza étnica, portanto, não é mera retórica, mas se trata de “uma acusação com implicações morais, políticas e legais de grande impacto” (PAPPE, 2021, p. 110). A definição desse crime de guerra (ou contra a humanidade) foi delimitada após a guerra civil dos Balcãs nos anos 1990, quando se passou a entender limpeza étnica como qualquer tipo de ação movida por um grupo étnico que “deseja expulsar outro grupo étnico com o propósito de transformar uma região multiétnica em pura” (PAPPE, 2021, p.110), independentemente dos métodos utilizados (desde persuasão, ameaças, expulsões a grandes massacres)²⁰².

Localizada em Jerusalém Oriental, Sheikh Jarrah é alvo de reivindicações tanto de palestinos como de colonos israelenses para moradia, tendo sido fruto de imbróglis judiciais desde os anos 1940 – criação de Israel e da *Nakba* palestina. Dezenas de famílias palestinas foram deslocadas forçadamente pela região ao longo das décadas. Portanto, a presença dessas pessoas é de muitas gerações no bairro.

Pelas leis israelenses, por sua vez, famílias de judeus que possam provar terem vivido na região antes de 1948, podem pedir a restituição dos seus direitos de propriedade. Pelo lado palestino isso não é possível, sendo negado pela justiça israelense, mesmo que os palestinos tenham como provar sua residência na região há diversos anos com suas famílias.

No âmbito das metanarrativas, após a Guerra dos Seis Dias (ou de 1967),

²⁰¹ No original: “[...] ethnic cleansing is an effort to render an ethnically mixed country homogenous by expelling a particular group of people and turning them into refugees while demolishing the homes they were driven out from. There may well be a master plan, but most of the troops engaged in ethnic cleansing do not need direct orders: they know beforehand what is expected of them. Massacres accompany the operations, but where they occur they are not part of a genocidal plan: they are a key tactic to accelerate the flight of the population earmarked for expulsion. Later on, the expelled are then erased from the country's official and popular history and excised from its collective memory”.

²⁰² Essa compreensão guia o tribunal internacional em Haia e os julgamentos dos responsáveis por crimes de guerra e operações do tipo.

Sheikh Jarrah já era alvo de associações de colonos israelenses. No espectro simbólico, portanto, o bairro também tem sua importância na luta simbólica e material por Jerusalém Oriental — seja para que Jerusalém se unifique como capital de Israel, seja como potencial capital palestina em um futuro ou de um Estado democrático único. Além disso, em termos culturais, Sheikh Jarrah abriga espaços sagrados para judeus e palestinos e tornou-se símbolo de resistência²⁰³ para palestinos que moram lá — pois convivem com constantes ameaças de expulsão do bairro.

Na disputa de linguagem e narrativas, essa guerra assim chamada (seis dias) é a nomenclatura dada por israelenses com a intenção de deixar explícita a vitória acachapante e ampliação da ocupação no território. Para os palestinos, o acontecimento denomina-se *al-Naksa* — o Revés — e é mais um capítulo do aprofundamento da sua diáspora e desenraizamento da terra natal. Relembrando que a narrativa palestina ou árabe chama os confrontos apenas de Guerra de 1967.

Já o nome Jerusalém é baseado na nomenclatura hebraica de *Urshalim*, não no árabe *Al-Quds*. Além disso, o Templo do Monte é uma tradução hebraica do termo árabe *Haram al-Shareef*. Nesse sentido, as matérias do *The Guardian* têm um cuidado maior, no geral, na utilização de termos árabes também no plano da expressão — em contraposição à *Folha de S. Paulo* — que tende a utilizar nomes hebraicizados e ocidentalizados.

Talvez isso tenha a explicação no fato de que o jornal inglês ainda possua correspondentes fixos na região — à época do episódio de Sheik Jarrah sendo principalmente o repórter Oliver Jones (em Jerusalém, se deslocando para outras cidades e bairros) que, esporadicamente, fazia parceria com o jornalista Hazem Balousha (em Gaza) — este último também colaborou em outros acontecimentos, como visto na cobertura da Guerra em Gaza de 2009.

Além dos dois, temos outros dois colaboradores recorrentes: Harriet Sherwood (ex-correspondente em Jerusalém e ex-editora de Internacional no *The Guardian*) e Peter Beaumont (ex-correspondente no Oriente Médio). No caso da *Folha*, o principal repórter da cobertura baseia-se em Bauru (SP), Lucas Alonso. Ele contou com a colaboração de Daniela Kresch (em Tel Aviv) e Diogo Bercito (em Washington, ex-correspondente em Jerusalém) em matérias informativas e análises

²⁰³ Há um termo árabe-palestino que pode ser traduzido da seguinte forma: a própria existência palestina como resistência (*sumud*). Ver, por exemplo, Barbosa da Silva (2017) e Leonardo Schiocchet (2011);

pontuais. O uso apenas de agências de notícias foi maior na *Folha* (principalmente Reuters e AFP — em certas situações identificava-se o texto apenas ‘Com agências’). No *The Guardian* isso teve menos incidência. Melhor explicando: em ambos, os jornais se utilizaram de agências de notícias, sendo esse fator identificado de duas formas: ‘repórter mais agências’ ou apenas ‘com agências’. A incidência de ‘com agências’ foi maior na *Folha*, tendo o *The Guardian* dado preferência a materiais assinados por seus jornalistas (seja de opiniões, contextualizações ou *hard news*). Além disso, a *Folha* publicou matérias traduzidas do *The New York Times*, enquanto o *The Guardian* trouxe uma cobertura mais autoral do seu *staff*, sem recorrer a outros veículos que não fossem agências de notícias.

Percebe-se, portanto, uma diferença entre a cobertura durante a Guerra em Gaza de 2009, quando a *Folha* possuía correspondentes internacionais fixos na região (em especial o repórter Marcelo Ninio) e o acontecimento de Sheikh Jarrah, no qual a cobertura foi feita, na maior parte, à distância e por outros meios de acesso às fontes e agências.

A escalada de tensão em Sheik Jarrah ocorre justamente no mês do Ramadã²⁰⁴, com provocações de extremistas judeus, em bairros árabes-palestinos, e a atuação de forças policiais israelenses sob a justificativa de ‘pacificar’ os ânimos — fato esse lembrado em momentos pontuais pelas reportagens, antes do enfoque ser dado quase que exclusivamente aos confrontos, em detrimento do contexto inicial.

A contextualização é melhor trabalhada no *The Guardian* nos primeiros dias de cobertura. Podemos citar a matéria *Israeli police storm al-Aqsa mosque ahead of Jerusalem Day march*²⁰⁵ (‘Polícia israelense invade mesquita Al-Aqsa antes da marcha do Dia de Jerusalém’, grifo nosso), do dia 10 de maio de 2021, além de ter sido realizada uma matéria específica publicada para isso no espaço *The Explainer*²⁰⁶ do jornal, intitulada *O que causou a piora da violência em Jerusalém em anos?*²⁰⁷ (‘What has caused Jerusalem’s worst violence in years?’ — 11 de maio de 2021).

No plano da metanarrativa, portanto, essas duas notícias trazem mais aspectos do que apresentado nas primeiras abordagens da *Folha* — esta apenas dois

²⁰⁴ É o nono mês do calendário islâmico, no qual a maioria dos muçulmanos pratica o ritual de jejum como forma de purificação do corpo e da sua espiritualidade. Baseado nos ciclos lunares, é um período sagrado.

²⁰⁵ Assinada por Oliver Holmes (Jerusalém) e Peter Beaumont (Londres).

²⁰⁶ Espaço editorial do *The Guardian* para contextualizações, geralmente, mais amplas.

²⁰⁷ Oliver Holmes assina a matéria.

dias depois trará detalhes mais contextuais. E deixam claro que houve uma reação do Hamas aos eventos, não uma incitação, como depois a cobertura parece fazer entender. O lançamento de foguetes foi depois do acirramento de ânimos no bairro. No *The Guardian*, fica clara a relação com a ocupação israelense, como no trecho:

Tudo se relaciona à ocupação militar israelense e seu controle cada vez mais profundo da vida Palestina. Raiva acumulada explodiu por causa de uma série de eventos que convergiram ao mesmo tempo, alcançando o clímax na segunda-feira [10 de maio] [...] ²⁰⁸.

Os acontecimentos para isso são descritos da seguinte maneira: a relação próxima do então governo estadunidense de Donald Trump, à época, com o primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu. Trump cortou milhares de dólares de ajuda humanitária para palestinos; fechou diversas partições diplomáticas palestinas em Washington; planejou um ‘plano de paz’, junto com Israel, sem nenhum representante ou apoio palestino, acatando a vasta maioria das demandas israelenses.

Entre elas, podemos citar: considerar Jerusalém a capital indivisível de Israel — ignorando as reivindicações palestinas; recusar o ‘direito de retorno’ dos refugiados palestinos para suas casas perdidas em conflitos anteriores; possibilidade de revogar o direito de cidadania israelense de árabes-israelenses e palestinos; oferecer a possibilidade de um Estado palestino, contudo sem nenhum exército, garantindo controle israelense da maior parte das áreas (como já acontece), reconhecer os assentamentos de colonos israelenses (ilegais perante a comunidade internacional).

Somado a isso, houve a decisão de Mahmoud Abbas, presidente da Autoridade Palestina (hoje mais impopular na população palestina), em adiar as eleições parlamentares mais uma vez (desde que perdeu para o Hamas em 2006 não há eleições do tipo). Como se pode ver, situações completamente frustrantes para lideranças e populações palestinas, caso seguissem seu curso. Além disso, existe o crescimento de movimentos ultranacionalistas judaicos alinhados à política de extrema-direita israelense, que foi às ruas cantando ‘morte aos árabes’ (‘death to Arabs’) ²⁰⁹. E, claro, o fato de

²⁰⁸ No original: “It all relates to Israel’s half-century military occupation and its ever-deepening grip over Palestinian life. Long-building anger has exploded because a series of events have all converged at once, reaching a climax on Monday”.

²⁰⁹ Link disponibilizado na matéria do *The Guardian*:

https://twitter.com/kann_news/status/1385310092128555013 Acesso em 20 de janeiro de 2022.

Um mês atrás, com o começo do mês sagrado do Ramadã, palestinos reclamaram do que eles chamaram de restrições desnecessárias pela polícia israelense, que os proibiu de reunirem-se fora da Cidade Velha (Jerusalém) — uma tradição não oficial depois das rezas noturnas²¹⁰

Inclusive, na invasão das forças de ocupação israelense (exército israelense ou polícia israelense nesse caso) à mesquita de Al-Aqsa, houve o uso de bombas de efeito moral e balas de borracha contra os fiéis que rezavam durante esse período sagrado dentro da própria mesquita. Em outras palavras, somada à ocupação militar, houve brutalidade policial contra manifestantes e fiéis palestinos, ações provocativas de colonos israelenses de extrema-direita e a entrada forçada na mesquita Al-Aqsa — algumas das questões de metanarrativa que possam explicar as insatisfações e manifestações palestinas, tal como sua racionalidade para as reivindicações.

Nessa contextualização, o jornal *The Guardian* ainda adiciona ao problema de Sheikh Jarrah a marcha do ‘Dia de Jerusalém’ (Jerusalem Day)²¹¹, no qual nacionalistas extremistas israelenses celebraram em bairros palestinos, provocativamente, a captura de Jerusalém após a Guerra de 1967. Esses fatos conduziram para o acirramento de ânimos e nova explosão de violência comunal, inclusive, em regiões e cidades de populações mistas (árabes e judeus), como Lod²¹².

Dentro da narrativa palestina e de ONGs de direitos humanos, incluída a B’Tselem, essa nomenclatura ‘forças de ocupação’ deixa mais inteligível não a equiparidade de forças, mas sim a discrepância (PAPPÉ, 2010; 2017; SIRHAN, 2021). Além disso, isso pode diminuir o apagamento entre vítima e agressor, insinuando similaridade de conjuntura entre as partes.

Um dos mitos na narração do conflito, muitas vezes adotados pela imprensa de forma geral e corroborado diversas vezes durante as análises, é de que Israel apenas se defende — por isso ‘Forças de Defesa’, implicando no mito da vulnerabilidade israelense, que não atacaria os palestinos, mas apenas agiriam sempre em uma ‘reação israelense’ aos ‘ataques’ palestinos. Estes representados como agressores e os responsáveis pela continuidade dos embates, em termos orientalistas.

²¹⁰ No original: “A month ago, the Muslim holy month of Ramadan began, and Palestinians have complained of what they say are unnecessarily severe restrictions by Israeli police, who prevented them from gathering on steps outside the Old City – an unofficial tradition after evening prayers”.

²¹¹ Também denominada de Marcha da Bandeira por israelenses.

²¹² Ver material *Far-right Jewish groups and Arab youths claim streets of Lod as Israel loses control* (The Guardian, 15 de maio de 2021).

Nesse sentido, dentro das possibilidades de desconstrução e disjunção desse discurso narrativo está a necessidade de apreensão e utilização de outros sentidos e narrativas sobre e do território palestino. Por exemplo, substituir a nomenclatura oficial de Forças de Defesa Israelense (FDI) por outra terminologia no jornalismo é um modo de narrar diferente dentro da *geografia exaurida* (ROGOFF, 2000) do território. É interessante reforçar a escolha de linguagem para um dicionário alternativo que precisa começar a ser utilizado, segundo Pappé (2017; 2022).

Os palestinos, nesse sentido, costumam denominar as FDI apenas como Exército de ocupação israelense, algo mais próximo da própria experiência cotidiana em sua dimensão política e de resistência. Também é possível encontrar apenas ‘Exército israelense’ em determinadas circunstâncias narrativas jornalísticas analisadas e de representações.

No caso da mesquita Al Aqsa, considerada por muçulmanos como o terceiro local/templo mais sagrado para o Islã, é importante reforçar que a alteridade e identidade palestina não se reduz ao islamismo. Nem todo palestino é muçulmano, embora o número seja considerável. Há palestinos-cristãos, palestinos ateus, palestinos com cidadania israelense e assim por diante. Palestinos são uma identidade nacional, não religiosa.

Por isso, a imagem de que todos os palestinos são muçulmanos faz parte de outra falácia argumentativa e narrativa distorcida historicamente que confunde os leitores não tão atentos às complexidades da região. Há uma multifacetação de alteridades. Não há uma homogeneização dos árabes e muçulmanos em geral, como se buscou construir desde a ‘Guerra ao Terror’, com percepções orientalistas de jornais e analistas, geralmente, feitas sobre essas populações.

Antes do 11/09, os palestinos eram ainda largamente considerados por outras nações como um movimento de resistência, lutando por seus direitos como exemplificado pelo apoio internacional e simpatia pelos palestinos em sua luta contra israelenses durante e depois da Primeira Intifada. Contudo, depois do 11/09, os israelenses pegaram emprestada a retórica da Guerra ao Terror — na qual rebatizou o terrorismo como exclusivamente árabe ou muçulmano — para enquadrar a resistência palestina como terrorismo. [...] [O] Islã tornou-se grande inimigo do Ocidente e foi enquadrado como a antítese dos valores ocidentais e judaico-cristãos. Isso não foi suficiente, todavia, apenas para demonizar e

denegrir os árabes e muçulmanos; a elevação simultânea do Ocidente e seus aliados foi necessária (SIRHAN, 2021, p. 250)²¹³.

Estereotipados, simplificados e expropriados da sua multifacetada identidade como *outro* (alteridade), conforme viemos discutindo, os palestinos são muitas vezes essencializados e encaixotados somente como muçulmanos nas coberturas jornalísticas analisadas. A narrativa sionista-israelense de guerra ao terror transformou a narrativa da força militar ocupante e do povo ocupado como uma questão de terrorismo e contraterrorismo para justificar muitas das violências e violações de direitos humanos e humanitários cometidos pelo Estado israelense.

Voltando no tempo, é essencial citar o *slogan* sionista “uma terra sem povo para um povo sem terra”²¹⁴, no qual a metanarrativa de que a Palestina seria um território sem população nativa ainda hoje está presente no imaginário de alguns. Em 1969, por exemplo, a então primeira-ministra israelense Golda Meir afirmou a não existência dos palestinos²¹⁵. Contudo, em 1976, em artigo no *The New York Times*, Meir voltou atrás e disse que, na realidade, só existiam “refugiados palestinos” (MEIR apud NETO, 2015, p. 91).

Ao enquadrar os palestinos como refugiados²¹⁶, Meir buscava esvaziar os sentidos em ser do *outro*, sua identidade (*outridade*) frente ao ideário colonialista, de ocupação e imperialista do sionismo israelense. Por isso, segundo Edward Said, deve-se entender a disputa entre palestinos e sionistas como uma “luta entre uma presença e uma interpretação” (SAID, 2012, p. 10).

Ser refugiado, hoje, é parte da construção identitária de muitos palestinos, mas não era para os nativos na terra palestina antes da *nakba*, como Meir tentava construir em seu discurso. A argumentação dela, inclusive, pode ser questionada com

²¹³ No original: “Before 9/11, the Palestinians were still largely considered by other nations to be a resistance movement, fighting for their rights as exemplified by international support and sympathy for the Palestinians in their struggle against the Israelis during and after the first Intifada. However, after 9/11, the Israelis borrowed the rhetoric of the War on Terror – which had rebranded terrorism as exclusively ‘Arab’ or ‘Muslim’ – to frame Palestinian resistance as terrorism. [...] Islam became the West’s main enemy and was framed as the antithesis of the West and Judaeo-Christian values. It was not sufficient, however, only to demonize and denigrate the Arabs and Muslims; the simultaneous elevation of the West and its allies was necessary”

²¹⁴ Mito criado por Israel Zangwill (1864-1926), um dos pioneiros do sionismo na Grã-Bretanha e proeminente escritor (MISLEH, 2017).

²¹⁵ Podemos citar o artigo de opinião de Flávio Bienrrebach, publicado na *Folha de São Paulo* em 2014, no qual afirma, tal como Meir, a inexistência de um povo palestino. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/07/1481467-flavio-flores-da-cunha-bierrenbach-palestina.shtml>>. Acessado em: 29 out. 2022.

²¹⁶ Entre imigrantes palestinos é comum entender o lugar de emigração (*mahjar*) como refúgio e não lar.

a contra-argumentação que a maioria dos judeus que chegaram para a criação de Israel e colonização de povoamento, de origem europeia, também eram refugiados. Conforme discorre Butler (2017),

Por fim, com o pleno entendimento do genocídio nazista e das despossessões traumáticas decorrentes dele, seria possível desenvolver a ideia de que os judeus sobreviventes são refugiados, e a de que os direitos dos refugiados devem ser honrados por meios legais e políticos. Porém, mais uma vez, *isso não significa que o direito de um grupo de refugiados deve ser atendido legalmente por um meio que produza uma nova classe de refugiados* (BUTLER, 2017, p. 34, grifos nossos).

Aqui é necessário trazer a interessante discussão que Butler (2017) faz junto com os pensamentos de Edward Said sobre as relações diaspóricas no judaísmo. Relembrando o trabalho de Said em *Freud e os não europeus*, a argumentação leva em conta a questão na qual Moisés, um egípcio (de origem árabe, portanto), é considerado o fundador do povo judeu e implica que o judaísmo tem relações com o que é ser árabe. Segundo a autora, é preciso refletir de modo que

Na verdade, ele [Said] nos remete à figura de Moisés para mostrar que um momento fundacional do judaísmo — aquele em que a lei é transmitida para o povo — centra-se numa figura para a qual não existe distinção de vida entre árabe e judeu. Uma coisa está implicada na outra — será que essa figura também não seria útil para entendermos como as duas identidades se articulam entre si fora dos termos da situação presente, em que Israel, reivindicando representar um Estado baseado em princípios de soberania judaica, pratica formas de domínio colonial sobre os palestinos mediante privação de direitos, ocupação, confisco de terras e expulsão? (BUTLER, 2017, p. 38).

Esse ponto traria um amálgama entre ser judeu e árabe, fator que poderia acolher narrativas sobre as duas alteridades, entre suas diferenças e atravessamentos de vivências a partir, por exemplo, dos judeus árabes — mesmo levando em conta todas as questões bíblicas e metafóricas segundo as quais esse debate possa gerar. Assim como prover similitudes entre as duas alteridades como um possível caminho na ética da alteridade.

Além disso, a própria história de deslocamento dos povos judeus e do palestino (não precisamente iguais, claro, por possuírem processos históricos diferentes) também produziriam brechas ao encontro e não uma cisão incontornável entre as alteridades como a atual política de geografia da hostilidade sionista propõe.

Nesse sentido, é essencial ter em mente que, ainda, a negativa histórica de uma identidade palestina e da sua alteridade perante o *outro*, imbrica-se no histórico do conflito. Essas narrativas, com seus mitos (PAPPÉ, 2017; PAPPÉ, 2010) e justificativas em busca de legitimação quanto deslegitimação de direitos a diferentes culturas gera a exclusão de alteridades, diferente da responsabilidade ética da alteridade radical discutida em Lévinas — a qual nos coloca como responsáveis pelo *outro*.

Assim, esquece-se de que, como Eric Hobsbawm chama a atenção, há tradições que são inventadas. Em outras palavras, das práticas que tentam “estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado”, como forma de reafirmar características que “parecem ou são consideradas antigas [mas] são bastante recentes, quando não são inventadas” (1997, p. 9)²¹⁷.

De outra maneira, as narrativas, em sua lógica comprometida de narrar no mundo, também inventam geografias e territórios (RESENDE, 2014) — territórios que são produzidos, criados e legitimados. Sejam eles territórios-corpo, territórios-cidade, territórios-cor, territórios-religiões, constituidores de geografias de poder (RESENDE, 2018).

Com isso, o argumento de ancestralidade apenas para os judeus deve ser contestado e problematizado. Isso porque tanto judeus como muçulmanos e cristãos consideram a terra disputada como santa, com importância histórica e simbólica para suas crenças e alteridades. Como consequência, a situação palestina nas narrativas jornalísticas analisadas muitas vezes ainda fica silenciada na forma de narrar o conflito e na ausência de contextos mais claros para os leitores não familiarizados com a complexa história da e na região.

Somada à contextualização do controverso caso de expulsão de famílias de Sheikh Jarrah, por sua vez, os ânimos claramente se acirriam. Em matéria do *The Guardian* do dia 08 de maio de 2021, por exemplo, a ONG B’Tselem reporta diversos ataques conduzidos por colonos israelenses contra palestinos, incluindo atear fogo em campos palestinos próximos a vila de Burin, ao sul da cidade de Nablus²¹⁸. A agressão e incitação teve início com israelenses extremistas.

²¹⁷ O historiador israelense Shlomo Sand (2011) também combate esses mitos metanarrativos e dogmas sionistas com apuração histórica de fatos e características de diferentes correntes do judaísmo.

²¹⁸ No original: “This week, a leading Israeli rights group, B’Tselem, reported several attacks by Israeli settlers on Palestinians, including setting fire to fields near the village of Burin, south of Nablus.

Diferentemente de outros momentos de cobertura do ‘conflito’, portanto, vemos uma nítida complexificação no nível de apresentação das alteridades pelo jornalismo — para muito além do ‘nós’ contra ‘eles’ schmittiano. Há claras implicações políticas e culturais, retratando operações de *apartheid* e opressão contra os palestinos, sem demonizá-los, culpabilizá-los ou retratá-los negativamente nesse início das narrativas jornalísticas analisadas. Em um primeiro momento, eles estão reagindo — não atacando — como geralmente a *hasbara* israelense tenta emplacar como realidade.

Na narrativa palestina e de grupos de Direitos Humanos como a ONG Human Rights Watch, portanto, os fatos apontam para crimes de *apartheid*²¹⁹ e perseguição contra árabes e palestinos em relação à construção de assentamentos ilegais de colonos em Sheikh Jarrah (de maioria palestina) desde a ocupação do território na guerra de 1967. Como apresentado no plano da história da matéria *Bairro em Jerusalém vivencia luta diária há anos* (13 de maio de 2021), assinada por Diogo Bercito, a convivência entre colonos israelenses e famílias de palestinos é de tensão, como no exemplo dos al-Kurd:

O conflito na propriedade dos Kurds começou em 2001, quando Nabil [refugiado palestino de 69 anos que vive no terreno desde 1956] construiu um anexo à casa dos anos 1950. Por ter sido erguida sem autorização da Prefeitura, a obra foi embargada por oito anos. Até que a Corte israelense decidiu que a segunda metade da casa da família seria habitada, legalmente, por um grupo de colonos [israelenses].

A situação insólita em Sheikh Jarrah significa, para o Direito Internacional e o Alto Comissariado da ONU, que a possível expulsão dos moradores palestinos de suas casas representem violações de direitos humanos. Ao serem obrigados a dividir a casa, vale a pena fazer um pequeno parêntese no plano da metanarrativa histórica aqui sobre *apartheid*: o termo é uma expressão legal universal que se refere à opressão

Matéria ‘*More than 205 Palestinians wounded in Jerusalem al-Aqsa clashes*’ disponível em <<https://www.theguardian.com/world/2021/may/08/israel-more-than-205-palestinians-wounded-in-jerusalem-al-aqsa-clashes>> Acesso em: 8 jul. 2022.

²¹⁹ Ver *Israel is committing the crime of apartheid, rightsgroup says* (*The Guardian*, 27 de abril de 2021). Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2021/apr/27/israel-committing-crime-apartheid-human-rights-watch#:~:text=Human%20Rights%20Watch%20has%20accused,by%20Jewish%20Israelis%20over%20Palestinians%E2%80%9D>. Acesso em 27 abril 2023. O relatório da Human Rights Watch pode ser visto em: <https://www.hrw.org/report/2021/04/27/threshold-crossed/israeli-authorities-and-crimes-apartheid-and-persecution> Acessado em: 27 abr. 2023.

discriminatória severa, sendo considerado um crime contra a humanidade. Definido em 1973 na Convenção do Apartheid e em 1998 no Estatuto de Roma (o qual estabeleceu o Tribunal Penal Internacional).

O estado de apartheid é caracterizado por três elementos chave²²⁰: 1) a intenção em manter a dominação de um grupo racial (ou étnico) sobre outro; 2) opressão sistemática de um grupo em relação ao outro; 3) um ou mais atos contra a humanidade como parte dessa opressão. Essas características levam à fragmentação, segregação, discriminação e privação de comunidades. Segundo o relatório da Human Rights Watch, há um processo de judaização ('judaization') de áreas para facilitar o controle do governo israelense sobre centros de população palestina.

O termo diz respeito a uma política de divisão de comunidades, bloqueio da possibilidade de áreas municipais palestinas contíguas consideradas estratégicas (cidades e vilarejos são divididos por bloqueios, muros e checkpoints), diluição da população palestina em algumas regiões — lembrando os bantustões sul-africanos apenas para pessoas negras —, forçando-a a viver em centros densamente povoados.

Em outras palavras, a ocupação colonial tardia em Gaza e na Cisjordânia traz três características de funcionamento ao terrorismo e controle máximo de soberania de Estado, dentro daquilo que Achile Mbembe denomina de necropoder — a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer, indicando “quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (2016, p. 135). Essa realidade na Palestina-Israel conduz ao processo de:

‘Judaização’ de áreas com populações palestinas significativas, incluindo Jerusalém tal como a Galileia e o Negev em Israel. Essa política, a qual almeja maximizar o controle judeu israelense sobre a terra, concentra a maioria dos palestinos que vivem fora da grande Israel, predominantemente cidades judaicas em densos e precários enclaves e restringe seus acessos a terras e moradias, enquanto incentiva o crescimento de comunidades judaicas próximas²²¹.

²²⁰ Conferir o artigo de opinião do advogado de direitos humanos israelense, Michael Sfard, da mudança de discurso entre israelenses progressistas e reconhecimento dessa realidade pelos dois lados: *Why Israeli progressives have started to talk about 'apartheid'*. Disponível em: <theguardian.com/commentisfree/2021/jun/03/israeli-apartheid-israel-jewish-supremacy-occupied-territories> Acessado em: 20 fev. 2023.

²²¹ Essa característica diz muito também à Sheikh Jarrah e a tentativa de expulsão das famílias palestinas para que colonos israelenses e assentamentos ilegais tomem seus espaços e lugares. No original: “‘Judaization’ of areas with significant Palestinian populations, including Jerusalem as well as the Galilee and the Negev in Israel. This policy, which aims to maximize Jewish Israeli control over land, concentrates the majority of Palestinians who live outside Israel’s major, predominantly Jewish

Em matéria da *Folha* do dia 8 de maio de 2021, ‘*Confronto em Jerusalém deixa ao menos 184 feridos*’, é apontado que o governo israelense (sem dar nome ao porta-voz, mas trazendo como informação oficial) diz que “os palestinos estão tratando de uma disputa imobiliária entre partes privadas como uma causa nacionalista, para incitar a violência”. Não há espaço para nenhum porta-voz palestino, apenas alguns narradores-personagens testemunhas da violência.

Assinada ‘agências de notícia Reuters e AFP’ (sem jornalista identificado), o plano da história trata a expulsão de famílias como ‘despejo’, ‘retirada de famílias’ em ‘áreas de disputa’ entre ‘palestinos com judeus’. Na manchete, contudo, silenciase um fato importante que será abordado na matéria: dos 184 feridos, 178 são civis palestinos, enquanto 6 são agentes do exército israelense.

Há, portanto, uma tendência interpretativa de quem lê apenas essa primeira frase em fazer uma falsa simetria de igualdade entre os dois lados — e comparar civis com soldados. Os palestinos, na visão oficial do Estado de Israel, portanto, são os causadores dos confrontos e não as vítimas de expulsão forçada de suas casas por colonos israelenses e pela Suprema Corte de Israel.

A alteridade aqui na *Folha* é apresentada com viés negativo dos palestinos e traz justificativa falaciosa da repressão e invasão de espaços sagrados em ‘defesa da ordem’. Ou seja, a alteridade construída dos israelenses é de mantenedores da ordem frente a uma população que, supostamente, não teria motivos para se manifestarem contra decisão judicial desfavorável à sua própria coletividade. Eles não teriam direito à região. Mas eles têm.

Pelo contrário, então, há uma tentativa de racionalidade e legitimidade nos atos israelenses, enquanto os palestinos estariam propensos a uma certa irracionalidade nas suas ações — o que é um falseamento do acontecimento em análise. Ignora-se, assim, os xingamentos e violência de colonos israelenses extremistas que aconteceram e estavam acontecendo há alguns dias.

Embora sua presença inicial no conflito seja contextualizada — com mais elementos principalmente no *The Guardian* — ela se dissipa ao longo do tempo da cobertura sobre os acontecimentos em Sheikh Jarrah. Nesse início, fica claro o exemplo de vídeo viralizado, em outros espaços midiáticos e narrativos, nos quais

cities into dense, under-served enclaves and restricts their access to land and housing, while nurturing the growth of nearby Jewish communities”.

colono israelense tenta argumentar, com senhora palestina, a tentativa de justificar seus atos de invadir a casa dela frente à frase que ela repete: “Você está roubando a minha casa”. No plano da história, o argumento do narrador-personagem em foco, o homem israelense (na realidade colono de origem estadunidense) é: “e se eu não a roubar, alguma outra pessoa vai fazer isso”²²². A tréplica palestina vem em seguida: “Não! Ninguém pode roubar a minha casa!”, em um plano de expressão que denota o claro desespero da mulher e sua família em relação a essa real ameaça.

Aqui percebermos parte das disputas de sentido na construção da alteridade na narrativa dos acontecimentos para Sheikh Jarrah. No plano da expressão termos como ‘despejo’ (‘eviction’, em inglês), por sua vez, significam a corroboração da narrativa oficial israelense. Já ‘expulsão forçada’, ‘despejo forçado’ ou ‘perda de suas casas’ (‘losing their homes’) diz respeito à narrativa palestina e de grupos de direitos humanos.

Afinal, não se proporcionam as mesmas condições aos palestinos em seu direito à moradia e de retorno dos seus refugiados como se considera para os judeus israelenses. Portanto, existem famílias que moram há anos²²³ em Sheik Jarrah correndo risco de serem expulsas de suas casas para a continuidade da ocupação ilegal, em termos internacionais, de colonos israelenses.

A esclarecedora nota informativa *Palestinos criticam cobertura midiática desumanizada* 12 de maio de 2021), assinada por Diogo Bercito (em Washington), da *Folha*, faz breve análise da cobertura midiática sobre o acontecimento, trazendo a seguinte situação:

Na rede americana CNN, uma repórter pergunta ao vivo para o palestino Muhammad al-Kurd se ele apoia ‘os protestos *violentos*’ em Jerusalém. Sem titubear, ele rebate: ‘você apoia a *desapropriação violenta* da minha família?’. Quando ela pergunta o que ele sente em relação a um possível *despejo*, Kurd discorda da palavra: ‘Não é despejo, é *expulsão étnica*’ (grifos nossos).

Essa percepção dos palestinos de desumanização deles nas coberturas midiáticas é complementada na mesma matéria com a fala da franco-palestina Inès Abdel Razek, diretora da organização Rabek:

²²² Tradução livre do original: “And if I don't steal it, someone else is going to steal it”. Disponível na página do YouTube do Middle East Eye: <https://www.youtube.com/watch?v=t9q9PDBsDe8> . Acesso em: 9 de jul. 2022.

²²³ Desde 1956 famílias palestinas tiveram suas residências garantidas em acordo entre a UNRWA e o governo jordaniano para assentar essas pessoas em Jerusalém.

Os palestinos foram desumanizados durante décadas, e agora nós estamos tentando mudar isso. Principalmente os jovens, que estão retrucando. *A imprensa apenas se interessa pela gente quando há rompantes de violência. Mas nós vivemos a violência todos os dias* (grifos nossos).

Tal problemática foi percebida durante as análises, pois os acontecimentos em Palestina-Israel ganham maior cobertura jornalística nesses jornais quando há violência envolvida — momentos nos quais as alteridades tendem a ser estereotipadas em simplificações. O cotidiano²²⁴ (mesmo que aborde a violência de formas mais sutis) acaba sendo trabalhado em outros espaços narrativos midiáticos que ampliam a representação dessas vidas em outras dimensões.

Para a escritora Ghada Karmi²²⁵, em artigo de opinião com viés histórico no *The Guardian*, intitulado *O conflito no Oriente Médio é sustentado pelo silenciamento dos palestinos*²²⁶ (10 de junho de 2021), é preciso reforçar: “nossa história tem sido narrada por outros que tratam nossos direitos como menos merecedores de reconhecimento”²²⁷.

Ao que ela complementa, ao longo do texto, no plano da metanarrativa, que levou anos para entender as distorções históricas e expressões de um racismo anti-palestino, pois seus direitos são vistos como inferiores ao do povo judeu, mesmo antes da criação do Estado de Israel, durante o Mandato Britânico.

Essa versão dos fatos em Sheikh Jarrah, entretanto, ganha outras camadas de sentido quando o grupo militante Hamas entra em cena, na diegese (universo de significação) das narrativas sobre e dos confrontos a seguirem. Em matéria do *The Guardian* de 10 de maio de 2021, por exemplo, a ala militar do grupo assume responsabilidade pelo disparo de foguetes em direção a Israel, como ‘resposta’ aos “crimes e agressão na Cidade Santa, assim como ameaças ao povo palestino nos casos

²²⁴ Um espaço de experimentação de narrativa jornalística é a seção *The Long read*, do *The Guardian*. Ver, por exemplo, a matéria trazida por Sarah Helm (ex-correspondente para o Oriente Médio do *The Independent*) sobre suicídios em Gaza, intitulado *Suicide in Gaza* (18 de maio de 2018). Nele, a narradora-jornalista (segunda narradora) utiliza a história de um jovem escritor palestino, Mohamed Younis, de apenas 22 anos, para abordar o assunto. O enfoque foge bastante da cobertura tradicional sobre a região. Disponível em: < <https://www.theguardian.com/news/2018/may/18/a-suicide-in-gaza> > Acesso em 20 agosto 2022.

²²⁵ Autora, por exemplo, do livro autobiográfico *Em busca de Fátima: uma história palestina* (2008).

²²⁶ Tradução livre de: *The conflict in the Middle East is sustained by the silencing of Palestinians*.

²²⁷ Tradução nossa de: “our story has been narrated by others who treat our rights as less deserving of recognition”.

em Sheikh Jarrah e Al-Aqsa”²²⁸. É uma tentativa de reverter a narrativa israelense de ‘defesa’ para assumir a narrativa palestina de, também, ‘resposta a agressões’.

Por outro lado, no dia 13 de maio de 2021, na *Folha*, é publicada matéria na qual o título inverte a lógica de ‘resposta’ palestina e os coloca como ‘agressores’. É o que podemos configurar narrativamente quando se fala ‘ Hamas dispara foguetes, e Israel *revida* após conflitos em Jerusalém’ (grifo nosso). Mas a escalada foi iniciada pelos colonos israelenses, como vimos anteriormente.

A partir desse momento, a cobertura jornalística assume outros aspectos e caminhos. A diversidade da alteridade palestina começa a ter a tendência de ser essencializada em uma relação direta entre Hamas corresponder a toda uma coletividade palestina — como aconteceu durante a Guerra em Gaza de 2009. Logo, qualquer palestino vira suspeito e é visto com ressalvas pela *hasbara* israelense. As narrativas assumem questões mais dicotômicas durante os embates.

No plano da história, antes as vítimas iniciais, agora, se tornam agressores. Há uma inversão dos fatos na construção dos acontecimentos até aqui. E os agressores tornam-se vítimas do Hamas — muito embora a disparidade do número de mortos do lado palestino continue demonstrando a falsa equiparidade de forças.

Além disso, no plano da história, as vozes escutadas pelo lado israelense são predominantemente oficiais. Judeus (não necessariamente israelenses) críticos aos atos de Israel não têm presença cativa nesse período de análise. Portanto, a alteridade israelense torna-se limitada ao caracterizar o Estado de Israel como portador da voz de todos os judeus.

No The Guardian, em matéria do dia 09 de maio de 2021, intitulada Números de feridos em nova noite de confrontos em Jerusalém (Scores injured in fresh night of Jerusalem clashes), há um raro momento da cobertura (seja neste jornal ou na Folha de S. Paulo) no qual se colocam árabes-israelenses protestando em favor de palestinos. Ou seja, dá-se outras camadas de alteridades para as narrativas dicotômicas: “dezenas de manifestantes árabes-israelenses reuniram-se em toda Israel em solidariedade para com os residentes de Sheikh Jarrah, segurando cartazes nos

²²⁸No original: “ Hamas’s military wing claimed responsibility for the rocket fire in a statement saying it struck Jerusalem in response to Israel’s “crimes and aggression in the Holy City, and its harassment of our people in Sheikh Jarrah and Al-Aqsa Mosque”.

quais se lia ‘a ocupação é terrorismo’²²⁹.

Essa manifestação no plano da expressão convida a outros deslocamentos de linguagem e de estratégias narrativas em prol da adoção de novos termos e léxicos para explicar a questão palestina-israelense. Por que não (re)definir o conflito pelo viés de experiência dos acontecimentos por perspectivas além da política, mas da experiência do cotidiano?

Parece algo utópico, mas é justamente o que vem sendo transformado (de forma gradual) nos últimos anos — seja por meio de especialistas, reportagens, produções artísticas, seja na opinião pública internacional ou movimentos de ativistas. Isso ajudaria a narrar e entender o conflito de forma mais próxima da vivência das populações do que articulações argumentativas eufemísticas dos ‘vencedores’²³⁰.

Na *Folha de S. Paulo*, um momento de quebra na forma de narrar o conflito se dá no dia 13 de maio de 2021, quando o contexto dos acontecimentos é explorado de forma mais detalhada com dois textos: *Bairro de Jerusalém vivencia luta diária há anos* (sem autoria — apenas o nome da editoria *Mundo* — mas referindo-se à matéria anterior do repórter Diogo Bercito²³¹ — de 2013 sobre Sheikh Jarrah) e o artigo de opinião *Levante de árabes-israelenses expõe discriminação histórica*, de Daniel Avelar.

No primeiro caso, o narrador-jornalista explica de maneira mais clara os motivos do acirramento de ânimos e a importância de Sheikh Jarrah. Para os palestinos, o bairro abriga o local de enterro do médico Sheikh Jarrah, no século XIII, e a região formou o centro da elite islâmica de Jerusalém (de maioria palestina) ainda no século XIX. Do lado israelense e sua metanarrativa, encontra-se a tumba de Shimon HaTzadik, líder judaico durante o período de Jesus Cristo. E, somado a isso, apresentam-se as lutas pelas terras do bairro.

Já no segundo texto, é explorado de forma mais veemente a importância desse novo acontecimento em relação à participação e mobilização, também, dos árabes-israelenses (hoje minoria de 21% da população de Israel) e a intrincada política de exclusão de direitos e cidadanias — possíveis fatores a serem levados em

²²⁹ No original: “Dozens of Arab Israeli protesters gathered across Israel in solidarity with Sheikh Jarrah residents, holding up signs that read “the occupation is terrorism”.

²³⁰ Existe uma expressão em hebraico, *slichá shenitzachnu*, que significa ‘perdão se vencemos’. Geralmente é utilizada por colonos israelenses em relação à Guerra de 1967, quando Jerusalém oriental foi ocupada (*Folha*, matéria *Bairro em Jerusalém vivencia luta diária há anos* 13 de maio de 2021).

²³¹ Hoje responsável pelo blog *Orientalíssimo*, da *Folha*, onde traz análises e matérias sobre o Oriente Médio, em especial.

conta na escalada da violência.

Incluído nesse contexto o fato que “as autoridades israelenses rotineiramente negam alvarás para a construção de novas casas em cidades árabes, agravando o déficit populacional, ao mesmo tempo que fomentam cidades e assentamentos judaicos”. Segundo Avelar, a prática assemelha-se à segregação de bairros negros e brancos nos anos 1960 nos EUA.

Somado a isso, os árabes-israelenses (conhecidos como palestinos de 1948), embora disponham de cidadania israelense e possuam de mais direitos do que os palestinos dos territórios ocupados ou diáspora (como poder votar), na prática são tratados como cidadãos de segunda classe. Das 47% famílias árabes em Israel vivem abaixo da linha de pobreza, acima da média nacional de 18%.

Com o acirramento do ataque israelense à Gaza e lançamento de foguetes do Hamas seguidos aos acontecimentos de Sheikh Jarrah, a narrativa do uso de civis (e agora a mídia) como escudos humanos reverbera novamente como acontecimento na história palestino-israelense. Dessa vez, contudo, o alvo foi um prédio que abrigava veículos de imprensa em Gaza.

A matéria Ataque de Israel derruba prédio que abrigava veículos de mídia em Gaza (da Folha, dia 16 de maio de 2021 — assinado por Reuters e AFP) e Ataque israelense destrói prédio de organizações midiáticas (no original: Israeli strike destroys Gaza tower housing media organisations), do The Guardian (15 de maio de 2021, sob assinatura de Bethan McKernan, enviado especial para o Oriente Médio do jornal) trazem esse acontecimento.

A construção abrigava salas da Al Jazeera, da Associated Press (AP) e outras privadas. A AP soltou nota dizendo que “o escritório da agência está nesse prédio há 15 anos. Nunca colocaríamos conscientemente nossos jornalistas em risco” (Folha, 16 de maio de 2021). No dia 12, outro prédio de mídias (com 14 veículos, incluída a Ong Repórter Sem Fronteiras) também foi destruído. Segundo o narrador-jornalista (segundo narrador) Fares Akram (correspondente em Gaza para a AP), os avisos para evacuação se deram apenas dez minutos para os ocupantes do prédio.

Na matéria *‘No safe place’: Associated Press reporter describes Gaza office attack* (The Guardian, 16 de maio de 2021), o Comitê para Proteção de Jornalistas (The Committee to Protect Journalists) afirma que o ataque levanta suspeitas de

ataques deliberados para interromper a cobertura do sofrimento humano em Gaza²³². Situação que é compartilhada pela chefe da AP, Sally Buzbee, pedindo investigação independente do caso, pois “não temos nenhuma evidência que o Hamas estivesse operando uma célula de inteligência no prédio”.

No plano da história, dessa forma, os conflitos vivenciados entre as famílias palestinas e colonos israelenses na localidade de Sheik Jarrah transbordaram para ataques entre o Hamas e Israel, transformando novamente as alteridades em questão como uma questão redutora de palestinos contra israelenses.

²³² No original: “the attack ‘raises the spectre that the Israel Defence Forces are deliberately targeting media facilities in order to disrupt coverage of the human suffering in Gaza’”.

Considerações finais

Definido por nós como um grande acontecimento contemporâneo de longa duração, a questão Palestina-Israel traz contínua reverberação de eventos de ontem — com seus espaços de experiência — junto ao surgimento de novas narrativas que aprofundam relações de poder e transformam a história do tempo presente junto às possibilidades de construção de futuros — os horizontes de expectativas, segundo Koselleck (2006).

Ao estudarmos as narrativas jornalísticas do *The Guardian* e da *Folha de S. Paulo*, dessa feita, foi possível analisarmos alguns dos deslocamentos e deslizamentos de significados acerca das alteridades na região trazidas pela cobertura. As estratégias narrativas na apresentação dos fatos por jornalistas, palestinos e israelenses, buscam formas de legitimar suas demandas frente à opinião pública internacional. E as disputas narrativas na longa duração produzem tanto atravessamentos quanto distanciamentos em seus modos de interpretar o mundo.

O jornalismo, como forma de conhecimento, contribui nessas dinâmicas pelo viés da linguagem e aspectos culturais que busca (re)apresentar. Como prática sociocultural ele também se torna espaço de abertura para brechas de significados nas relações entre a *mesmidade* e a *outridade*. Os termos utilizados nas coberturas dos dois jornais, então, apontam ser necessário adotarmos um novo dicionário com termos mais próximos da vivência e experiência do conflito no dia a dia, marcado por expropriações e exclusão, de forma a não naturalizar contextos de opressão e dar visibilidade a esses efeitos de sentido – dentro da contextualização de uma ocupação militar israelense em territórios palestinos.

Nesse aspecto, as concepções de geografia da hostilidade (PELED-ELHANAN, 2019) e geografia exaurida (ROGOFF, 2000) nos colocam face a face com a necessidade de novas dinâmicas de relacionamento entre as duas alteridades — que historicamente vão se distanciando nos territórios marcados pela divisão, segregação e ruptura de possíveis coexistências — inclusive na ideia de dois Estados, um palestino e outro israelense, cada vez mais inviável frente aos desenvolvimentos históricos dos fatos na realidade material do território.

Assumir a redefinição, tanto nas escolhas narrativas como na apresentação de práticas do dia a dia, coloca-nos diante de um contexto de *apartheid*, de limpeza étnica e do sionismo como um movimento político de bases colonialistas de

povoamento. É preciso desarticular o sionismo político nesse caso para possibilidades de coexistência realmente democráticas em um Estado que inclua as alteridades.

Ao trazer essas características, coloca-se em movimento uma gradual reconexão com o que acontece *in loco* na narração do conflito pelo jornalismo internacional, sem eufemismos linguísticos de propaganda política de quaisquer dos lados. Seja no plano da expressão, da história ou da metanarrativa da Análise Crítica da Narrativa, encara-se os mundos apreendidos e experimentados acerca do *outro* e suas representações com seus vieses da violência (sutis ou evidentes) de opressão e sofrimento. A dicotomia simplista na diferença entre *nós* e *eles* é um grande desafio para complexificarmos com contextualizações históricas mais amplas e necessárias a multifacetada relação de alteridades.

Mesmo assim, o acesso limitado a regiões como Gaza, a máquina de propaganda israelense (*hasbara*), o tempo de produção dos repórteres — influenciaram e influenciam no aprofundamento dos contextos dos acontecimentos pelo jornalismo. As vozes escutadas, em sua maioria, tiveram maior peso do lado israelense (fontes oficiais), mas foi possível percebermos tentativas de desconstrução disso em matérias minimamente humanizadas (com mais testemunhos palestinos) ou entrevistas com especialistas — para além das análises puramente políticas e bélicas da questão.

A *Folha de S. Paulo* trouxe maior presença de correspondentes no primeiro acontecimento analisado (a Guerra em Gaza de 2009), mas, na questão do bairro de Sheikh Jarrah, a maioria das matérias foi feita à distância ou com a compra de matérias do *The New York Times* e agências de notícias (Reuters e AFP sendo as principais). *The Guardian* não deixou de utilizar agências, mas sua incidência foi menor, sempre acompanhada de algum repórter do jornal — preferencialmente correspondentes ou ex-correspondentes na região.

A constante busca pela pluralidade de vozes e construção dos contextos, com suas relações, faz da questão palestino-israelense uma das grandes provações do jornalismo internacional. Por isso, buscamos enfatizar as relações entre jornalismo e história na construção do tempo presente ou em processo. Quando os dois jornais conseguiram fazer isso, novos sentidos (ainda que muitas vezes simplificados) puderam ser apreendidos nas narrativas jornalísticas e nos termos selecionados para narrar o conflito com suas contextualizações metanarrativas.

Desconstruir a essencialização dicotômica que as alteridades (‘militantes’ ou

‘terroristas’; ‘agressivos’ ou ‘sobreviventes’; ‘vítimas’ ou ‘incitadores’, entre outras abordagens representativas) acabam tendo nas narrativas jornalísticas a potencialidade para pluralizá-las, contudo é necessário prévio conhecimento da metanarrativa histórica dos conflitos dentro dos conflitos.

Na tentativa de visualizar acolhimentos de alteridades que se diferem (e ao mesmo tempo são próximas) a partir da ética da alteridade proposta por Lévinas, assim como o reconhecimento das alteridades (como em Ricoeur) e de vidas vivíveis e enlutáveis (como nos coloca Judith Butler), contribuem para uma crítica à guerra e em perspectivas para a paz.

Ampliar representações para o acolhimento da alteridade ainda se apresenta como uma grande dificuldade política e para o jornalismo internacional *mainstream* — levando em conta as matérias *hard news* e entrevistas tanto no *The Guardian* como na *Folha*. Ainda assim, o jornal britânico demonstrou trazer estratégias como matérias mais contextualizadas com antecedentes e forte uso de correspondentes internacionais para buscar esses aprofundamentos. Por outro lado, a *Folha* focou em entrevistas com analistas, quando possível e, embora menos, em matérias especiais – principalmente no primeiro acontecimento analisado (Guerra em Gaza de 2009).

Na busca de uma possível hospitalidade da alteridade como parte do ato comunicacional de reconhecimento dos direitos e de respeito ao *outro*, então, é preciso reforçar a existência de parcelas da sociedade civil israelense e palestina, tal como de ONGs, que procuram reconectar, desmitificar e explicar as narrativas sobre a região.

Um interessante exemplo é a ONG Zochrot (cujo significado é ‘relembrando’), a qual procura reintegrar pontes das narrativas que – geralmente – competem historicamente entre si (palestinas e sionistas) como, na realidade, passíveis de atravessamentos e compreensões. É um trabalho de reconstrução e encontro com o *outro* em termos de linguagem, história e vivências a serem reconhecidas como pertinentes.

A ONG, por exemplo, busca trazer a narrativa da *nakba* palestina para a consciência coletiva judaico-israelense, ao promover atividades que tornem visíveis a Palestina pré-1948 e sua população autóctone, assim como suas implicações históricas do acontecimento dentro do contexto sociocultural e político de Israel e do conflito (TODOROVA, 2013). Essa visão pode nos dar pistas sobre como adotarmos uma ética da alteridade realmente comprometida na responsabilidade que o *eu* assume pelo

outro, compreendendo-o em suas singularidades.

Na atualidade, a convivência entre palestinos e israelenses se torna complexa no contexto de controle de ocupação militar, mas medidas de encontros e reconhecimentos de direitos (também narrativos) entre os dois lados, somado com suas multiplicidades de identidades pode ser uma forma de desarmar e provocar mudanças para um governo realmente democrático, sem ser de fachada.

Hoje, como dito, a probabilidade de uma solução de dois Estados é remota, então precisa-se discutir um Estado democrático que realmente inclua as diferenças, alteridades e populações com suas etnicidades próprias, em um movimento (demorado, mas necessário) de reconciliação para reestruturar as relações entre judeus israelenses e palestinos (KOVEL, 2007; PAPPE, 2022).

Como afirma Ilan Pappé (2022, p. 217), “a paz não é uma questão de mudança demográfica nem de se redesenhar novos mapas: ela é a eliminação dessas políticas e ideologias [sionistas]”. As gerações palestinas e israelenses estão crescendo distantes umas das outras, com suas alteridades essencializadas e desumanizadas em relação ao *outro*. Isso acaba sendo foco para políticas extremistas calcadas em ressentimentos e violência — os rostos, na perspectiva levinasiana, são apagados tanto em termos de linguagem como na convivência do dia a dia.

Afinal, a dificuldade em pensar alteridades e jornalismo em conjunto é grande no âmbito do jornalismo internacional, pois muitas vezes o profissional de imprensa precisa narrar fatos distantes do seu contexto cultural e de vida, o que aumenta a responsabilidade da informação, no intuito de evitar estereótipos, tipificações essencialistas de representações sobre o *outro* e simplificações de cotidianos, por meio da possibilidade de superação de binarismos simplistas em prol da construção empática da alteridade, cada vez mais necessária nas nossas sociedades.

Uma alternativa é tentar trazer pontes pelas narrativas midiáticas e ampliações de representações — no cinema, em quadrinhos, no jornalismo, por ONGs de direitos humanos, em campanhas de solidariedade, entre outras iniciativas — para a (re)construção e entendimento desses traumas históricos de forma a, quem sabe, conduzir os profundos atravessamentos dos espaços de experiências e horizontes de expectativas rumo a um futuro mais acolhedor.

Conforme visto durante a pesquisa, as alteridades que vivenciam esse conflito de longa duração, do ponto de vista político e econômico, estão inseridas em perspectivas distantes de igualdades. Para que se possam colocar de forma

minimamente equânime, é preciso um longo caminho de desconstrução de mitos e narrativas incrustadas nos acontecimentos de opressão e disputas por legitimidade. E vemos isso em determinadas produções e ativismos que vão transformando as opiniões internacionais.

Não é tarefa simples e é um processo lento, mas por meio do tecer de mundos configurados pela e na linguagem (incluído o jornalismo), é possível dar a ver essas vidas a despeito de sua precarização; o reconhecimento de suas vidas como passíveis de luto e acolhimento de alteridades. E, a partir desse caminho, pensar e atuar em formas de reconhecer e respeitar o *outro*, buscando brechas para o diálogo para além da simples simplificação das alteridades.

Anexo 1 – Descrição dos acontecimentos pré-selecionados entre 2009 e 2019

Neste anexo encontram-se os dezoito (18) acontecimentos que foram selecionados previamente na pesquisa (à exceção do bairro de Sheikh Jarrah), para questões de contextualização dos eventos da questão palestino-israelense entre 2009 e 2019.

Acontecimento 1: Guerra em Gaza de 2009 (como é chamada por palestino(a)s) ou Operação Chumbo Fundido (denominação cunhada pelo exército israelense).

Lançada pelas Exército de ocupação israelense em dezembro de 2008, a ofensiva durou até 18 de janeiro de 2009, seguida por um cessar-fogo. Este é um evento importante por demonstrar um efeito direto de um conflito de longa duração e suas diferentes narrativas. A ação militar matou 1.417 palestinos, incluindo 313 crianças e provocando mais de 5.500 feridos. Do lado israelense, contabilizou-se 13 vidas perdidas.

Acontecimento 2: Benjamin Netanyahu, do partido de extrema-direita israelense Likud, é eleito primeiro-ministro de Israel.

A vitória de Netanyahu aconteceu após o pedido de afastamento do então primeiro-ministro Ehud Olmert como líder do partido Kadima (de espectro político de centro). A narrativa de Olmert era de continuidade das conversas pela solução de dois Estados com os palestinos. Como a eleição²³³ de Netanyahu se sobrepõe ao período do *acontecimento 1* analisado neste trabalho, não foi necessário englobar as duas semanas anteriores a sua vitória no Knesset (parlamento israelense).

Netanyahu tem sido sistematicamente reeleito como primeiro-ministro nas últimas 4 eleições. É preciso notar que, em 2020, ele e seu rival, Benny Gantz, concordaram em formar um governo de unidade nacional devido à pandemia do Covid-19, em meio a denúncias e acusações de suborno e fraude contra Netanyahu.

Na linha do tempo dos ‘territórios palestinos da BBC’ não houve acontecimentos enfatizados.

²³³ Para o jornalista Robert Mackey, do *The Intercept*, o resultado da eleição de Netanyahu representa a manutenção do *status quo* no conflito (*The Intercept, Netanyahu Set for Victory as Israelis Vote for Never-Ending Military Rule of Palestinians*, Disponível em: <https://theintercept.com/2019/04/10/netanyahu-set-victory-israelis-vote-never-ending-military-rule-palestinians/> Acesso em: 10 abr. 2019).

Acontecimento 3: Ataque contra a flotilha²³⁴ *Mavi Marmaras*, em Gaza.

Desde a vitória do Hamas nas eleições parlamentares palestinas em 2006, a cena política palestina vê a disputa entre Hamas (em Gaza) e Fatah (Cisjordânia) para alcançarem um acordo ou legitimarem suas influências no movimento nacional palestino, no âmbito da Autoridade Palestina. Como o Hamas é considerado um grupo terrorista por Israel, a Faixa de Gaza encontra-se sob severo bloqueio desde 2007 pelo exército israelense.

Como resultado desse embargo, a flotilha organizada pelo Gaza Movement²³⁵ previa carregar 10 mil toneladas de recursos humanitários (suplementos escolares, de construção, de saúde, comidas, entre outros) para a região. Os ativistas planejavam entregar mantimentos diretamente em Gaza, visto que o bloqueio israelense é ilegal sob lei internacional. Nove ativistas turcos foram mortos e a comunidade internacional condenou Israel pela abordagem. O ex-Secretário Geral da ONU, Ban Ki-moon²³⁶, exigiu o fim do bloqueio por Israel, fato ainda sem sucesso até hoje.

Acontecimento 4: Retomada das conversas entre a Autoridade Palestina e Israel sobre os assentamentos em Jerusalém Oriental.

Em março de 2010, o governo israelense aprovou a construção de mais assentamentos²³⁷ em Jerusalém Oriental (reivindicada por palestinos como a capital de um futuro Estado-nacional, assim como suas vizinhanças). Benjamin Netanyahu e o ex-presidente norte-americano Barack Obama²³⁸ se encontraram para lidar com a questão. Contudo, apenas em setembro de 2010 palestinos e israelenses tiveram conversas diretas, mediadas pelos EUA. Sem sucesso de acordo, em 27 de setembro de 2010, o governo israelense aprovou as novas construções de assentamentos na Cisjordânia e Jerusalém Oriental.

²³⁴ Em 26 de junho de 2016, cinco anos após o ataque, Israel e Turquia selaram acordo para normalizar a relação entre os dois países (*BBC, Israel and Turkey end rift over Gaza flotilla killings*, <https://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-36639834> Acesso em: 18 abr. 2019).

²³⁵ A organização conta com ativistas de variados países, apoiados pelo grupo turco Foundation for Human Rights and Freedoms and Humanitarian Aid (IHH). Para Israel, este grupo teria relação próxima ao Hamas em Gaza. Entretanto, o governo turco afirma que o IHH é um grupo de caridade legítimo.

²³⁶ Foi Secretário Geral da ONU entre 2007 e 2016. Atualmente, o cargo é ocupado pelo diplomata António Guterres, desde 2017.

²³⁷ Em novembro de 2009, Israel havia concordado em uma moratória parcial para novas construções, sob pressões dos EUA. Após o congelamento das construções em 10 meses, aprovaram as novas medidas.

²³⁸ As administrações Obama aconteceram entre 20 de janeiro de 2009 e 20 de janeiro de 2017.

Acontecimento 5: Fatah e Hamas retomam conversas sobre reconciliação nacional em 3 de maio de 2011.

Como abordado no trabalho, o Hamas ganhou as eleições legislativas em Gaza em 25 de janeiro de 2006, enquanto Fatah manteve controle da Cisjordânia. Todavia, o Fatah não reconheceu a vitória do Hamas e, como resultado, tentou subverter os resultados. Durante esse período, o movimento nacional palestino tornou-se profundamente dividido entre os dois grupos palestinos.

De acordo com o pesquisador Björn Brenner, eventualmente tais tensões conduziram à Batalha de Gaza, em 7 de junho de 2007, na qual

explicações apoloéticas de ambos os lados sobre o que aconteceu foram endereçadas ao público. Hamas argumentou que foi forçado a usar violência para proteger o governo de uma tentativa de golpe de Estado (BRENNER, 2017, p. 39, tradução nossa)²³⁹.

Logo após a retomada, o Hamas fez uso de um discurso diferente, ao adotar uma narrativa mais conciliatória, visto que a ‘batalha’ teve “efeito de uma faca de dois-gumes no apoio popular ao Hamas”²⁴⁰ (BRENNER, 2017, p.40, nossa tradução). Portanto, as conversas foram mais uma tentativa de conciliação para formar acordo de unidade entre os dois grupos. Membros da Organização pela Libertação da Palestina (OLP), Jihad Islâmica, Comitê de Resistência Popular e Hamas, reuniram-se no Cairo para iniciar as discussões de reconciliação. Contudo, nenhum resultado prático foi implementado.

Acontecimento 06: Hamas liberta o soldado israelense Gilad Shalit em troca de 1.027 prisioneiros. O acordo foi mediado pela Alemanha e pelo Egito.

Shalit foi capturado em 25 de junho de 2006. Àquele tempo, ele foi “o primeiro soldado do Exército israelense capturado por palestinos em cerca de uma década”²⁴¹ (BLACK, 2017, p. 413, tradução livre). O contexto da sua captura é relacionado à Operação Chuvas de Verão (em inglês *Operation Summer Rains*), conduzida pelas forças de ocupação israelenses, na qual pelo menos 240 palestinos

²³⁹ No original: “[...] apologetic explanations from both sides about what happened were addressed to the public. Hamas argued it had been forced to use violence to protect the government from an attempted coup d’état”.

²⁴⁰ Original: “double-edged effect on Hama’s popular support”.

²⁴¹ No original: “the first IDF soldier captured by Palestinians in over a decade”

foram mortos, incluindo 48 crianças²⁴². Segundo o jornalista Ian Black, os objetivos da operação, “aprovadas pelo gabinete de Ehud Olmert eram libertar Shalit, frear o poder de fogo de foguetes Qassam e desarmar todas as organizações terroristas”²⁴³ (2017, p.414). Previamente, Fatah e Hamas haviam piorado a tensão entre si, enquanto Israel tinha declarado a Autoridade Palestina uma “entidade hostil”. Enquanto isso, 65% da população de Gaza vivia abaixo da linha de pobreza (BLACK, 2017, p. 413).

Acontecimento 7: A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) torna-se a primeira agência da ONU a aceitar a Palestina como membro permanente, em 31 de outubro de 2011. Antes, em 23 de setembro de 2011, a Autoridade Palestina havia lançado campanha para ser membro permanente da ONU, mas sem sucesso. Este acontecimento marca simbolicamente a força para palestinos como mais um passo em busca do reconhecimento da sua autodeterminação. Dos 173 países votantes, 107 foram favoráveis, 14 contrários e 52 se abstiveram. Israel e EUA criticaram a decisão, impondo pressões²⁴⁴.

Acontecimento 8: Em 14 de novembro de 2012, a força aérea israelense lançou ofensiva contra um veículo na Faixa de Gaza, matando o motorista, Ahmad al Jabari²⁴⁵, e o passageiro Muhammad al-Hams. Jabari era o chefe do braço militar²⁴⁶ do Hamas em Gaza. A partir das semanas seguintes, houve a escalada de incidentes violentos nas fronteiras entre Gaza e Israel, quando este lançou a Operação Pilar de Defesa ou a Guerra em Gaza de 2012. Segundo dados coletados pela ONG israelense *B'Tselem*, 167 palestinos foram mortos, “incluindo pelo menos 87 que não tiveram papel nas hostilidades, 32 deles sendo menores de idade”²⁴⁷. De acordo com Agência

²⁴² *Gaza: Israel previous attacks (The Guardian: <https://www.theguardian.com/world/2008/dec/30/israelandthepalestinians-middleeast> Acesso em: 18 abr. 2019).*

²⁴³ Original: “as approved by Ehud Olmert’s cabinet, were to free Shalit, halt Qassam fire and disarm all terrorist organisations”.

²⁴⁴ Israel chamou a decisão como ‘tragédia’, enquanto os EUA disseram que o voto foi prematuro, afirmando que a decisão poderia frear apoios financeiros para a Unesco. (*Palestine becomes Unesco member, The Independent*, URL: <https://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/palestine-becomes-unesco-member-6255245.html> Acesso em: 9 abr. 2019).

²⁴⁵ Jabari foi acusado por Israel como responsável pelo sequestro do soldado israelense Gilad Shalit.

²⁴⁶ Conhecido por Brigada Izz ad-Din al-Qassam. O nome é um tributo ao pregador sírio que iniciou lutas contra o Mandato Britânico na palestina histórica e contra o movimento sionista nos anos 1920 e 1930, interligando dogmas islâmicos e ideologia nacionalista (PAPPÉ, 2010).

²⁴⁷ Ver https://www.btselem.org/press_releases/20130509_pillar_of_defense_report Acesso em: 8 abr. 2019.

de Segurança de Israel (em inglês Israel Security Agency (ISA)²⁴⁸, militantes palestinos lançaram 1.667 foguetes da Faixa de Gaza durante a operação. Cerca de 436 foguetes foram interceptados pelo sistema de defesa aéreo israelense, Cúpula de Ferro. Sete foguetes foram capazes de atingir Tel Aviv e dois caíram em Jerusalém. Durante uma semana, portanto, a campanha militar israelense atacou Gaza — de 14 de novembro de 2012 a 21 de novembro de 2012.

Acontecimento 9: A Organização das Nações Unidas (ONU) concede à representação diplomática palestina o *status* de estado-observador não-membro²⁴⁹, o que permite fazer parte da Assembleia Geral da ONU. Este tipo de mudança permite aos palestinos a participação em debates, aumentando as chances de integrar outras agências da ONU — tal como a UNESCO, em 2011, como vimos anteriormente. Apesar disso, tal reconhecimento tem limitações de participação. A decisão foi consequência do pedido palestino anterior de membro pleno na ONU, em 2011. Além disso, o acontecimento traz importante contexto simbólico para os palestinos em termos de luta pela autodeterminação.

Acontecimento 10: Retomada das conversas entre Autoridade Palestina e Israel, sob os auspícios dos EUA, agora conduzidos pelo Secretário de Estado John Kerry²⁵⁰. O objetivo era alcançar algum acordo até abril de 2014, embora não tenha tido nenhuma conclusão. Netanyahu não cumpriu o pedido em libertar o quarto grupo de 104 prisioneiros palestinos, conforme estabelecido nas negociações. Se o tivesse feito, palestinos teriam que suspender seus pedidos para participarem das instituições da ONU. Finalmente, quando Mahmoud Abbas assinou uma tentativa de reconciliação com o Hamas, o esforço de paz mediado pelos EUA ruiu (BLACK, 2017). Somado a isso, Israel também teria que parar a construção de assentamentos²⁵¹ em Jerusalém, o que não aconteceu. Não havia conversas de paz desde 2010²⁵².

²⁴⁸ Também chamado por seu acrônimo hebraico, *Shabak* ou *Shin Bet*.

²⁴⁹ *General Assembly grants Palestine non-member observer State status at UN* (UN News, URL: <https://news.un.org/en/story/2012/11/427052-general-assembly-grants-palestine-non-member-observer-state-status-un> Acesso em: 15 abr. 2019).

²⁵⁰ John Kerry foi precedido por Hillary Clinton (21 de janeiro de 2009 a 1º de fevereiro de 2013) e permaneceu no cargo entre 1º de fevereiro de 2013 e 20 de janeiro de 2017. Portanto, esta foi sua primeira tentativa em reiniciar o processo de paz no conflito palestino-israelense.

²⁵¹ Em evento organizado pelo Middle East Monitor em Londres, no dia 27 de abril de 2019 (Present Absentees: Palestinian Citizens of Israel & the National-State Law), o professor Oren Yiftachel, da Universidade Ben-Gurion, e ativista do movimento pela paz *A Land for All*, apresentou dados acerca da

Acontecimento 11: A Guerra em Gaza de 2014 (nome dado por palestinos) ou Operação Margem Protetora (nome cunhado pelo exército israelense. Em inglês, *Operation Protective Edge*). Há uma nova escalada de crise depois da tentativa de acordo pela paz mediada pelos EUA em 2013. Hamas perdeu um pouco de força após aliado egípcio, ex-presidente Morsi, sofrer golpe militar em julho de 2013. O general Abdel-Fatah al-Sisi, então, cortou ajudas e a economia de Gaza foi pressionada, tornando pior a já vida precária na região. Netanyahu para a transferência de \$100 milhões em receitas alfandegárias na Cisjordânia.

Em junho de 2014, três adolescentes israelenses foram sequestrados em um assentamento na Cisjordânia. Cinquenta ex-prisioneiros libertos em troca da soltura do soldado israelense Gilad Shalit foram presos novamente, incluindo nomes importantes do Hamas. Investigações apontaram que o sequestro foi uma iniciativa local, enquanto o Hamas negou participação.

Logo depois, um adolescente palestino é morto na Jerusalém Oriental. Foguetes são disparados de Gaza, assim como o Exército israelense lança ofensiva em Gaza. De acordo com a ONU, 2.251 pessoas perderam suas vidas, incluindo 1.462 civis palestinos — 299 mulheres e 551 crianças. O número de mortos israelenses foi de 67 soldados, seis civis — um de quatro anos de idade. O conflito²⁵³ durou 51 dias (entre julho e agosto).

Acontecimento 12: Incidente com a morte de um casal israelense na Cisjordânia leva a uma onda — *habba*, em árabe — de tiros, esfaqueamentos e

evolução dos assentamentos israelenses em perspectiva histórica. Em 1917, existiam apenas cerca de 67 assentamentos judaicos na Palestina histórica, número que progressivamente cresceu ao longo dos anos na Palestina/Israel e territórios ocupados, como nota-se nos seguintes dados: 1947 (332); 1967 (764); 1993 (911); 2019 (1178). De acordo com o pesquisador, tais políticas podem ser chamadas de processo de judaização (em inglês Judaization) conduzido por Israel. Para mais informações, ver: *Yesh Din* – Volunteers for Human Rights <<https://www.yesh-din.org/en/about-us/>> Acesso em: 27 abr. 2019). Além disso, esse tipo de política também conduz ao aumento cada vez maior na demolição de casas palestinas (por exemplo, ver *Israel war in its Palestinians citizens*, Disponível em: <https://electronicintifada.net/blogs/tamara-nassar/israels-war-its-palestinian-citizens> Acesso em: 15 abr. 2019).

²⁵² *Israeli-Palestinian peace talks to resume after three years* (Reuters, URL: <https://uk.reuters.com/article/uk-palestinians-israel-usa/israeli-palestinian-peace-talks-to-resume-after-three-years-idUKBRE96R0C520130728> Acesso em: 13 abr. 2019); *Israel and Palestinians set to resume peace talks, U.S. announces* (*The New York Times*, URL: <https://www.nytimes.com/2013/07/29/world/middleeast/israel-agrees-to-prisoner-release-clearing-way-for-talks.html> Acesso em: 13 abr. 2019).

²⁵³ Em relação à cobertura midiática, o pesquisador Ian Black afirma: “[...] diferente da ‘Operação Chumbo Fundido’ em 2008-9, o acesso da mídia internacional foi irrestrito, então a cobertura foi intensa, vívida e chocante. A quantidade de casualidades palestinas levou a denúncias de que que Israel estava cometendo crimes de guerra” (BLACK, 2017, p. 453).

batidas de carros. A “*intifada* das facas” foi causada por ‘lobos solitários’, mas o governo israelense tentou colocar a culpa dos ataques como uma estratégia da Autoridade Palestina. Ainda assim, até mesmo relatório do *Shin Bet* apontou que “os indivíduos envolvidos não tinham nenhuma afiliação organizacional e que Abbas, na verdade, tinha de fato instruído suas forças de segurança a prevenirem a violência tanto quanto possível” (BLACK, 2017, p. 464).

Acontecimento 13: Israel suspende acordos comerciais com 12 países que votaram por resolução do Conselho de Segurança da ONU condenando a construção de assentamentos em 27 de dezembro de 2016. Pela primeira vez, os EUA se abstiveram do seu voto em vez de usar seu poder de veto. Anteriormente, Israel suspendeu contato com oficiais da União Europeia em conversas com palestinos acerca da decisão do bloco econômico em etiquetar mantimentos e produtos de assentamentos judeus na Cisjordânia²⁵⁴ em 29 de novembro de 2016.

Acontecimento 14: A área cultural da Unesco declara a cidade velha de Hebron, na Cisjordânia ocupada, como local de patrimônio cultural mundial palestino, em 7 de julho de 2017²⁵⁵. A Unesco obteve 12 votos positivos contra três — e seis abstenções — decisão que Israel disse ignorar o patrimônio cultural judeu da cidade. Anteriormente, em 20 de junho de 2017, o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, havia anunciado a construção de um novo assentamento judaico na Cisjordânia, após 25 anos. O anúncio ocorreu apenas um dia antes da chegada de Jared Kushner, enviado da administração de Donald Trump nos EUA, em uma tentativa de iniciar outra rodada de conversas pela paz.

Acontecimento 15: O então presidente norte-americano Donald Trump reconhece Jerusalém como a capital de Israel em 6 de dezembro de 2017, ao anunciar a transferência da embaixada dos EUA de Tel Aviv para Jerusalém.²⁵⁶ O mundo árabe

²⁵⁴ *Israel suspends contact with EU bodies over labelling of West Bank produce* (Reuters in *The Guardian*, <https://www.theguardian.com/world/2015/nov/29/israel-suspends-contact-eu-bodies-labelling-west-bank-produce> Acesso em: 20 abr. 2019).

²⁵⁵ *UNESCO declares Hebron Old City a world heritage site* (Al Jazeera, <https://www.aljazeera.com/news/2017/07/unesco-declares-hebron-city-world-heritage-site-170707100548525.html> Accessed 10 April 2019); *Unesco makes Hebron old city Palestinian world heritage site* (*The Guardian*, <https://www.theguardian.com/world/2017/jul/07/unesco-recognises-hebron-as-palestinian-world-heritage-site> Acesso em: 10 abr. 2019).

²⁵⁶ O destino de Jerusalém é uma das grandes questões para atingir algum tipo de acordo de paz entre palestinos e israelenses. Desde 1948 a Resolução nº 194 da ONU reconhece três grandes pontos para

e aliados do Ocidente criticam a decisão, afirmando que isso influenciaria futuras tentativas de acordos pela paz.

Acontecimento 16: Apesar da linha do tempo da BBC não indicar a Grande Marcha do Retorno, organizada pelos palestinos (entre 30 de março de 2018 e 15 de maio de 2019), esse é um acontecimento que engloba o aniversário de 70 anos da criação do Estado de Israel como país (14 de maio de 1948), tal como marca a inauguração da embaixada norte-americana em Jerusalém, em 14 de maio de 2018 e o simbolismo para os sionistas. Por outro lado, a Grande Marcha do Retorno é uma mostra da resistência palestina contra a ocupação israelense e a deterioração das condições de vida com bloqueios e embargos na região.

Acontecimento 17: Em 19 de julho de 2018, o parlamento israelense (Knesset) aprova lei controversa na qual Israel deve ser considerado um Estado-nação judaico. Esta legislação estipula que apenas judeus possuem direito de autodeterminação no país. O acontecimento não se encontra nas linhas do tempo da BBC. Para os críticos, tal lei é outro exemplo de um Estado racista de viés etnocrático, com políticas similares ao *apartheid* na África do Sul.

Acontecimento 18: O ex-presidente brasileiro, Jair Messias Bolsonaro²⁵⁷, visita Israel em 31 de março de 2019. Sua viagem aponta uma nova abordagem brasileira nas relações internacionais do país. Uma das promessas eleitorais do ex-presidente, inclusive, seria a transferência da embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, seguido seu então aliado Trump. Contudo, em um primeiro momento, Bolsonaro apenas abriu escritório diplomático na cidade, no intuito de evitar comprometimentos entre o comércio brasileiro e o mercado árabe. O período também engloba mais uma reeleição de Benjamin Netanyahu, em 9 de abril de 2019.

atingir a paz no conflito: 1) o direito de retorno dos refugiados palestinos à terra natal (*al-'Awda* – ‘O Retorno’, em árabe); 2) Jerusalém como área internacional, visto ser sagrada para muçulmanos, judeus e cristãos; 3) a divisão da região entre dois povos, dentro da ideia de solução de dois Estados, não apenas a possibilidade de um Estado. Hoje essa perspectiva vem perdendo força em prol de um Estado democrático que englobe todas as etnias e identidades com direitos iguais (KOVEL, 2007; PAPPE, 2017).

²⁵⁷ Eleito em outubro de 2018. Em 2023 o presidente Lula é reeleito.

Anexo 2 – Tabela de links para acesso das matérias

	Título	Jornal	Link para acesso
01	We are creating suicide bombers from the sons of the dead	<i>The Guardian</i> (17/01/2009)	https://drive.google.com/file/d/1Vat1G_V_LdRckixPNYxs3YIEBg8Wp_bG/view?usp=sharing
02	A batalha da informação (Capa do Caderno Especial +)	<i>Folha</i> (11/01/2009)	https://drive.google.com/file/d/1AqhTiCFQZPHjoq9quKoqg2zbJkELDARJ/view?usp=sharing
03	Palavras Cruzadas (matéria Caderno Especial +)	<i>Folha</i> (11/01/2009)	https://drive.google.com/file/d/1QsdO8SdckuDjmcUA3Xk8OnOtfCeJFLHU/view?usp=sharing
04	‘Israel tem mais portavozes do que os EUA (matéria Caderno Especial +)	<i>Folha</i> (11/01/2009)	https://drive.google.com/file/d/1hFj_gN0LkBe9racmGMxb6kXtgQfKzj05/view?usp=sharing
05	O guerra contra os judeus (matéria Caderno Especial +)	<i>Folha</i> (11/01/2009)	https://drive.google.com/file/d/1tQDDC1K0Q3iisamq0D1EK4qjmDGORe0W/view?usp=sharing
06	‘Somos campo de jogo de interesses externos’ ‘Israel sabe que derrubar o Hamas não é realista’	<i>Folha</i> (05/01/2009)	https://drive.google.com/file/d/1hVD0QOLwcos_RRg64h4BZfwJvQSPQHjn/view?usp=sharing
07	Com repórteres em território palestino, Al Jazeera se sobressai Israel rejeita trégua de 48h em Gaza Jornalistas obtém na Justiça direito de entrar em Gaza	<i>Folha</i> (01/01/2009)	https://drive.google.com/file/d/1gflQkWwQzJntv1UMmHhK2GEAxNU4rdpB/view?usp=sharing
08	Mortos civis no bombardeio de Gaza são 40% civis no total	<i>Folha</i> (01/01/2009)	https://drive.google.com/file/d/1n3a17wsRfXOel6v5u9FBZzVKmXKfolmw/view?usp=sharing

	Com aviões F-16 despejando bombas, Gaza não é um bom lugar para uma grávida		ing
09	Autodefesa é o nosso direito básico	<i>Folha</i> (30/12/2008)	https://drive.google.com/file/d/1EjVqVWp7b0t-yXIHD0zRFLF2jt8yDMGn/view?usp=sharing
10	Israel prepara ação terrestre contra Gaza	<i>Folha</i> (30/12/2008)	https://drive.google.com/file/d/1nRMtOthPREDza5pSgs1UBxfNFBjccpyU/view?usp=sharing
11	Israel mounts PR campaign to blame Hamas for Gaza destruction	<i>The Guardian</i> (28/12/2008)	https://drive.google.com/file/d/1KA9KVqquqBpErSPulDcFFwcSrT9srVUU/view?usp=sharing
12	Demands grow for Gaza war crimes investigation	<i>The Guardian</i> (13/01/2009)	https://drive.google.com/file/d/1XDIGxnyCYNscF5SsxhoqYyCKuzxZG2oP/view?usp=drive_link
13	Israel is committing the crime of apartheid, rights group says	<i>The Guardian</i> (27/04/2021)	https://drive.google.com/file/d/1sdkWcL2WHdOZnmpBtPZU6fjrc6zav2a/view?usp=sharing
14	More than 205 Palestinians wounded in Jerusalem al- Aqsa clashes	<i>The Guardian</i> (08/05/2021)	https://drive.google.com/file/d/10PVcB7DMtilNAKORI0Tc1JXK0HTlvSDm/view?usp=sharing
15	Israeli strike destroys Gaza tower housing media organisations	<i>The Guardian</i> (15/05/2021)	https://drive.google.com/file/d/100vateXiC2H0g7zPiKlz-WaHd-V860Wz/view?usp=sharing
16	Far-right Jewish groups and Arab youths claim streets of Lod as Israel loses control	<i>The Guardian</i> (15/05/2021)	https://drive.google.com/file/d/1BvtkbuoCNvX0mW2XgWzucjemqXkrH58e/view?usp=sharing
17	Ataque de Israel derruba prédio que abrigava veículos de mídia em Gaza	<i>Folha</i> (16/05/2021)	https://drive.google.com/file/d/1xeN8W9MnrVikOutRZn7s16X-jbZURZkc/view?usp=sharing

18	‘No safe place’: Associated Press reporter describes Gaza office attack	<i>The Guardian</i> (16/05/2021)	https://drive.google.com/file/d/1sIdXxc1YCv2ofMqm6mWjsnMJAd4yxEwL/view?usp=sharing
19	‘Quando estamos sob bombas, sentimos que é o pior dia de nossas vidas’ ‘Em Tel Aviv, esperava o horário dos bombardeios para poder dormir’	<i>Folha</i> (23/05/2021)	https://drive.google.com/file/d/1gmeWVHgt6QFpGJd9x75jLF12b_GF58Sy/view?usp=sharing
20	‘There is no safe place in Gaza’: Israeli strikes terrify inhabitants	<i>The Guardian</i> (12/05/2021)	https://drive.google.com/file/d/18Edt964sBh-o4LuUZZo5ugZjBpVy9zjw/view?usp=sharing
21	Israel bombardeia prédio em Gaza, e Hamas dispara contra Tel Aviv	<i>Folha</i> (12/05/2021)	https://drive.google.com/file/d/1yaBRGON77AChQkQxZslRj1_FhG3reJmq/view?usp=sharing
22	What has caused Jerusalem’s worst violence in years?	<i>The Guardian</i> (11/05/2021)	https://drive.google.com/file/d/1A_hJ8yvKUOoMbhPVnhKgTj1TJ3FX0hJc/view?usp=sharing
23	Israeli police storm al-Aqsa mosque ahead of Jerusalem Day march	<i>The Guardian</i> (10/05/2021)	https://drive.google.com/file/d/1RXJIoGwbuhF31e35utd-JL67NZIrEQtr/view?usp=sharing
24	Israel launches airstrikes on Gaza Strip after Hamas rocket attacks	<i>The Guardian</i> (10/05/2021)	https://drive.google.com/file/d/1itMKppoJhJ7SZ3SB9zN6ieEyzu8iKWpZ/view?usp=sharing
25	The conflict in the Middle East is sustained by the silencing of Palestinians	<i>The Guardian</i> (10/06/2021)	https://drive.google.com/file/d/1Y5udsZK4PYiNQ93yW4hXZhgIVWQCnF0/view?usp=sharing
26	Scores injured in fresh night of Jerusalem clashes	<i>The Guardian</i> (09/05/2021)	https://drive.google.com/file/d/1leS2G3w8wQjY01-GfCwsSLAWmbB-Ccd6/view?usp=drive_link
27	More than 205 Palestinians wounded in Jerusalem al- Aqsa	<i>The Guardian</i> (08/05/2021)	https://drive.google.com/file/d/1tPdTxmXNu2HyYnWwOAza8FWihKCW6Uv/view?usp=s

	clashes		haring
28	Países tentam conter escalada de mortes em Israel e Gaza	<i>Folha</i> (13/05/2021)	https://drive.google.com/file/d/1CizWYPBKjsboXZpluTImRpPMJFndNPO0/view?usp=sharing
29	Bairro de Jerusalém vivencia luta diária há anos Levante de árabes-israelenses expõe discriminação histórica	<i>Folha</i> (13/05/2021)	https://drive.google.com/file/d/1hiGo-hlpNETZ6BH3UsvQfjloN35T_V77/view?usp=sharing
30	Entenda porque os foguetes de Gaza preocupam Israel	<i>Folha</i> (15/05/2021)	https://drive.google.com/file/d/1DIKBnqJZAnQouT9_-4F9F5B8qUMRD0o6/view?usp=sharing
31	Israel-Gaza violence: death toll rises as UN envoy warns over escalation	<i>The Guardian</i> (12/05/2021)	https://drive.google.com/file/d/1sElna6-VYif6tI7U8ZldJPMhwHcGyFeD/view?usp=sharing
32	Confronto em Jerusalém deixa ao menos 180 feridos	<i>Folha</i> (08/05/2021)	https://drive.google.com/file/d/1H-sffRdt_Wfc0uHvCuJy1lQu6sjEBh5M/view?usp=sharing
33	Naftali Bennett: Israel's far-right prime minister in waiting	<i>The Guardian</i> (03/06/2021)	https://drive.google.com/file/d/1YTno0vBPfOTMegIvb0jyM4M58f8t3s2C/view?usp=sharing
34	Why Israeli progressives have started to talk about 'apartheid'	<i>The Guardian</i> (03/06/2021)	https://drive.google.com/file/d/13Mfzbvm8pUBw3s10C-52bu9kaHLUQqba/view?usp=sharing
Link para a pasta completa:			
https://drive.google.com/drive/folders/1rc9idG0jTMmP7hk_kMGCr_w30EYIwSB?usp=drive_link			

Referências

Al-ALI, N. **Uma criança na Palestina** — os cartuns de Naji al-Ali. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

ABU-LUGHOD, L. **Orientalism and Middle East Feminist Studies**. In: *Feminist Studies*, v. 27, n. 1, 2001, p. 101-113.

_____. **As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação?** Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 20 (2), 2012, p. 451-470.

_____. **Do Muslim Women Need Saving?** London: Harvard University Press, 2013 [Versão Kindle].

AGUIAR, P. **Teoría del Periodismo de Agencias**: hacia un marco conceptual. In: GI-1 Comunicação/Comunicación Internacional — XVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIIC), Argentina, 2022a.

_____. **Antes do cabo**: as agências de notícias na imprensa brasileira no período pré-telegráfico (1851-1874) *Revista Brasileira de História da Mídia*, São Paulo, v. 11, n. 1, jan./jun. 2022b, p. 9-27.

_____. **Notas para uma história do Jornalismo de Agências**. In: Encontro VII Encontro Nacional de História da Mídia — GT História do Jornalismo, 2009.

_____. **Jornalismo internacional em redes**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/Secretaria Especial de Comunicação Social, 2008.

AGNEZ, L. F. **Identidade profissional no jornalismo brasileiro**: a carreira dos correspondentes internacionais. (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, 2014.

_____. **O jornalismo internacional entre mudanças e permanências**. In: *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v.12, nº2, Jul/Dez 2015, p.314-328.

_____. **Correspondente Internacional**: Uma carreira em transição Curitiba: Appris, 2017.

AIDAR, J. L.; BAIRON, S. **A invenção do Outro na mídia semanal**. In: BENETTI, M.; LAGO, C. (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 251-279.

ALLAN, S. **O jornalismo e a cultura da alteridade**. In: *Brazilian Journalism Research*, 2010, p. 26-41.

ALLAN, S.; ZELIZER, B. (Eds.). **Reporting War: Journalism in Wartime**. London: Routledge, 2004.

_____. **Journalism after 11 September**. London: Routledge, 2002.

AL-KHANJI, R. Strategic media misrepresentation and the Arab-Israeli conflict. In: FAIQ, S. (Ed.). *Discourse in Translation*. London: Routledge, 2019.

ALSHAER, A. **Islam in the narrative of Fatah and Hamas**. In: HARB, Zahera; MATAR, Dina (Ed.). **Narrating conflict in the Middle East: discourse, image and communications practices in Lebanon and Palestine**. London: I.B. Tauris, 2013, p. 111-132. (kindle).

ALSINA, M. R. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

AYDIN, C. Pan-nationalism of Pan-Islamic, Pan-Asian, and Pan-African Thought. In: BREUILLY, J (Ed.). *The Oxford Handbook of the History of Nationalism*. UK: Oxford University Press, 2016, p.672-694.

BACONI, T. **Hamas Contained: The Rise and Pacification of Palestinian Resistance**. California: Stanford University Press, 2018. (Kindle version)

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARBOSA, F. **Jornalismo potencializador e as formas de narrar o Outro: a alteridade brasileira no New York Times**. Dissertação (Mestrado). PUC-Rio, 2008.

BARBOSA; M. GERK, C. **Jornalismo, memória e testemunho: uma análise do tempo presente**. In: **Contracampo**, v. 37, n. 01, 2018, p.150-167.

BARBOSA DA SILVA, V.; LADEIRA MOTA, C. (Orgs.) **Jornalismo em quadrinhos: contextos, pesquisas e práticas**. Florianópolis, SC: Insular, 2020.

BARBOSA DA SILVA, V. **Narrativas jornalísticas em quadrinhos: representações de identidade palestina em Joe Sacco**. Dissertação (Mestrado). UnB, 2017.

BACKMANN, R. **Um muro na Palestina**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.

BARKHO, Leon. **News from the BBC, CNN, and Al-Jazeera: how the three broadcasters cover the Middle East**. New Jersey: Hamptom Press, 2010.

BERRY, Mike. **Reporting the Israel-Palestine Conflict**. In: **Reporting the Middle East: the practice of news in the twenty-first century**. London: I. B. Taurus, 2017, p. 87-105.

BÉDARIDA, F. **Tempo presente e presença da história**. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 219-229.

BENETTI, M. **O jornalismo como acontecimento**. In: BENETTI, M.; FONSCECA, V. P. da S (Orgs.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.

BENETTI, M.; LAGO, C. (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BERGER, C.; TAVARES, F. **Tipologias do acontecimento jornalístico**. In: BENETTI, M.; FONSCCECA, V. P. S. (Orgs.). **Jornalismo e Acontecimento: Mapeamentos Críticos**. Florianópolis, SC: Insular, 2010, 121-142.

BLACK, I. **Enemies and neighbours: Arabs and Jews in Palestine and Israel, 1917-2017**. London: Penguin Books.

BOMFIM, I. **Construindo realidades: uma perspectiva de interação entre Jornalismo e Relações Internacionais**. In: *Comunicação & Inovação*, v.13, n. 25, 2012, p. 29-36.

_____. **Processos de contextualização no jornalismo internacional**. In: GI-1 Comunicação/Comunicación Internacional — XVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIC), Argentina, 2022.

_____. **O Global Player “Megalonânico”**: a visão do portal Veja sobre a política externa do governo Lula. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Porto Alegre: UFRGS, 2015.

_____. **O Interesse Nacional nas Revistas Carta Capital, Época, Isto É e Veja: eles y nosotros**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Porto Alegre: UFRGS, 2011.

BORA, B. **Representation of Turkey in the British print media: to be or not to be European**. Tese (Doutorado). City, University of London, 2015.

_____. **Reporting Turkey: Somewhere between the European Self and the Oriental Other**. In: HARB, Z. (Ed.). **Reporting the Middle East: the practices of news in the twenty-first century**. London: I.B. Taurus, 2017, p. 159-186

BOURDÉ, G; MARTIN, H. **As escolas históricas**. Tradução: Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

BRENNER, B. **Gaza under Hamas**. From Islamic Democracy to Islamist Governance. London: I. B. Tauris, 2017.

BUTLER, J. **Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. [Edição Kindle].

CABRAL, R.; SALHANI, J. **Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões**. In: *E-Compós*, v.20, n.3, 2017.

CAETANO, E. **The women of Islam**: The role of journalistic photography in the (re)production of character-type. In: *Brazilian Journalism Research: journalism theory, research and criticism*, v. 2, 2006, p. 157-175.

CARVALHO, C. A. de. **Entendendo as narrativas jornalísticas a partir da tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur**. In: *Matrizes*, Ano 6, nº 1, 2012.

CARRUTHERS, S. **The Media at War**. Basingstoke: Palgrave, 2011.

CAVALCANTI-CUNHA, M. J.; MOTTA, L. G. **Jornalismo e a construção narrativa da história do Presente**. In: LADEIRA MOTA, Célia, PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). **Hermenêutica e análise dos discursos em jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2017.

CAVALCANTI-CUNHA, M. J. **A narrativa jornalística em testemunho**. In: LADEIRA MOTA, C.; MOTTA, L. G.; CAVALCANTI-CUNHA, M. J. (Orgs.). **Narrativas midiáticas**. Florianópolis: Insular, 2012.

CHARTIER, R. **A visão do historiador modernista**. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 215-218.

CHARAUDEAU, P. **O discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2018.

CHARRON, J.; DE BONVILLE, J. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.

CHAUÍ, M. **Sobre a violência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CHAUVEAU, À.; TÉTART, P. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CHAVES, D.; OGASSAWARA, J. **Tempo presente**: encontros possíveis entre jornalistas e historiadores. In: **Revista Eletrônica Boletim do Tempo**. Rio de Janeiro, ano 04, nº 29, 2009.

CHOMSKY, N. **The Fateful Triangle**: The United States, Israel and the Palestinians. London: Pluto Press, 1999.

CLEMESHA, A. **Um arsenal de conhecimento**: breve nota à edição brasileira. In: PAPPÉ, I. **Dez mitos sobre Israel**. Rio de Janeiro: Editora Tabla, 2022, p. 5-10.

COOK, Jonathan. **Disappearing Palestine**: Israel's Experiments in Human Despair. London: Zed Books: 2008.

CONBOY, M. **Journalism history**. In: WAHL-JORGENSEN; HANITZSCH (Eds.). *The Handbook of Journalism Studies [2nd Edition]*. London: Routledge, 2020, p. 21-37.

COSTA, C. **A TV, o Outro e o Mesmo**: figuras de alteridade e traços identitários no

- Jornal Hoje da Rede Globo. Dissertação (Mestrado). UFBA, 2010.
- COTTLE, S. **Mediatized conflict**: Developments in Media and Conflict Studies. London: Open University Press, 2006.
- CRONIN, D. **Balfour Shadow**: A Century of British Support for Zionism and Israel. London: Pluto Press, 2017.
- CRONIN, D.; MARUSEK, S.; MILLER, D. **The Israel lobby and the European Union**. London: EuroPal Forum & Spinwatch, v. 2, 2017.
- DEMANT, P. **Identidades israelenses e palestinas**: questões ideológicas. In: DUPAS, G; VIGEVANI, T. **Israel-Palestina**: a construção da paz vista de uma perspectiva global. São Paulo: UNESP, 2002.
- DESLILE, G. **Crônicas de Jerusalém**. Campinas, SP: Zarabatana Books, 2012.
- DOSSE, F. **Renascimento do acontecimento**: um desafio para o historiador: entre a Esfinge e a Fênix. São Paulo: Unesp, 2013.
- _____. História do tempo presente e historiografia. In: Tempo e Argumento, v. 4, n.1, jan/jun 2012, p. 01-22.
- DIONÍZIO, P. **Entre mundos**: um encontro com o outro na tessitura da narrativa jornalística. Dissertação (Mestrado). UFMG, 2011.
- EL-NIMR, S. **Oral History and Palestinian Collective Memory**. In: Ethnicity and National Identity, v.21, n.1, 1993, p.20-40.
- ERAKAT, N. **Justice for some**: law and the question of Palestine. California: Stanford University Press, 2019.
- FERREIRA, F. C. B. **Diálogos sobre o uso do véu (hijab)**: empoderamento, identidade e religiosidade. In: Perspectivas, São Paulo, v. 43, , jan./jun. 2013, p. 183-198.
- _____. **Olhares Femininos sobre o Islã**: etnografias, metodologias e imagens, São Paulo, Aderaldo & Rothschild Editores Ltda., 2010.
- FINKELSTEIN, N. G. **Imagem e realidade do conflito Israel-Palestina**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- _____. **Method and madness**: the hidden story of Israels assaults on Gaza. London: OR Books, 2014.
- _____. **Gaza**: An Inquest Into Its Martyrdom. California: University of California, 2018.
- FRANÇA, V.V.; OLIVEIRA, L. de (Orgs.). **Acontecimento**: reverberações. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FRANK, R. **Questões para as fontes do presente**. In: CHAUVEAU, À.; TÉTART, P. (Orgs). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

FREITAS, C. **Alteridade e jornalismo**: a outridade da editoria Mundo da Folha de S. Paulo. 125p. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

_____. **Sujeitos desamparados ou à margem**: análise da identidade do “outro” na editoria Mundo da Folha de S. Paulo. In: **Parágrafo**, v. 6, n. 2, 2018, p. 51-63.

FREITAS, C, M; BENETTI, M. **Alteridade, outridade e jornalismo**: do fenômeno à narração do modo de existência. In: **Brazilian Journalism Research**, v.13, nº12, 2017b, p.10-29.

FTTOUNI, L. **Retinking Gender Studies**: Towards an Arab Feminist Epistemology. In: SABRY, T. **Arab Cultural Studies**: Mapping the Field. London: I. B. Tauris, 2012.

FÜRSICH, E. **O problema em representar o Outro**: mídia e diversidade cultural. In: **Parágrafo**, .4, nº1, 2016, p.51-61.

_____. **Media and the representation of Others**. London: UNESCO, 2010.

_____. **How can global journalists represent the 'Other'?** A critical assessment of the cultural studies concept for media practice. London: **Journalism**, v. 3(1): 57-84, 2002.

GADAMER, H. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Série Jornalismo e Rigor, v. 6. Florianópolis: Insular, 2012.

GLIDDEN, S. **How to understand Israel in 60 days or less**. New York: Drawn & Quaterly, 2016.

GOMES, I. **Olhares sobre o outro**: estudo das representações do Islã nos jornais Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. Tese (Doutorado). UMESP, 2012.

GOODY, J. **O roubo da história**: como europeus se apropriaram das idéias e invenções do Oriente . São Paulo: Contexto, 2008.

HALL, S. **The work of representation**. In: HALL, S.; EVANS, J.; NIXON, S. (Eds). **Representation**. California: SAGE, 2013, p. 1-60.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALLIDAY, F. **Nationalism in the Arab World since 1945**. In: BREUILLY, J (Ed.). **The Oxford Handbook of the History of Nationalism**. UK: Oxford University Press, 2016, p.435-453.

_____. **'Orientalism' and Its Critics.** In: *British Journal of Middle Eastern Studies*, v. 20, n.2, 1993, p. 145-163.

HANITZSCH, T.; HANUSCH, F.; RAMAPRASAD, J.; BEER, A. **Exploring the Worlds of Journalism:** An Introduction. In: HANITZSCH, T. *et al* (Ed.). **Worlds of Journalism:** Journalistic Cultures Around the Globe. New York: Columbia University Press, 2019, p. 1-23.

HARB, Z.; MATAR, D. (Ed.). **Narrating conflict in Middle East:** Discourse, Image and Communications Practices in Lebanon and Palestine. London: I.B. Taurus, 2013.

HARB, Z.; MATAR, D. **Approaches to narrating conflict in Palestine and Lebanon:** practices, discourses and memories. In: HARB, Zahera; MATAR, Dina (Eds.) . **Narrating conflict in the Middle East:** discourse, image and communications practices in Lebanon and Palestine. London: I.B. Tauris, 2013 (kindle).

HARB, Z. (Ed.). **Reporting the Middle East:** the practices of news in the twenty-first century. London: I.B. Taurus, 2017a.

_____. **Introduction:** Reporting the Middle East, the Arab World and Islam. In: HARB, Zahera (Ed.). **Reporting the Middle East:** the practices of News in the twenty-first century. London: I.B. Taurus, 2017b, p.01-12.

_____. **Reporting Lebanon:** Orientalism as News Practice. In: HARB, Zahera (Ed.). **Reporting the Middle East:** the practices of News in the twenty-first century. London: I.B. Taurus, 2017c, p. 69-87.

_____. HARB, Z. **Channels of resistance in Lebanon:** Liberation Propaganda, Hezbollah and the Media. London: I. B. Tauris, 2011. (kindle edition).

HAAS, A. **Drinking the sea at Gaza:** days and nights in a land under siege. New York: Owl Books, 2000.

HOBSBAWM, E. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. **O presente como história.** In: HOBSBAWM. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 315-332.

_____. **Introdução:** a invenção das Tradições. In: HOBSBAWN, E.; TERENCE, R. **A invenção das Tradições.** São Paulo: Paz e Terra, 1997, p.1-20.

HROUB, K. **Hamas:** a beginner's guide [2nd Edition]. London: Pluto, 2010.

KAPOSI, D. **Violence and understanding in Gaza** — the British Broadshets' coverage of the war. London: Palgrave Macmillan, 2014.

KAPUŚIŃSKI, R. **The Other.** London: Verso, 2018.

KHALIDI, R. **Palestinian Identity:** the construction of modern national

consciousness. New York: Columbia University Press, 1997.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.

KOVEL, J. **Overcoming Zionism**: toward a single democratic state in Israel/Palestine. London: Pluto Press, 2007.

KRAUSS, R. **Um certo Oriente**: a caracterização de palestinos e israelenses na cobertura fotográfica da Folha de S. Paulo. 110p. Dissertação (Mestrado) — Universidade Estadual de Londrina, 2011.

LACOUTURE, J. **A história imediata**. In: LE GOFF, J, CHARTIER, R.; REVEL, J. **A nova história**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 288-324.

LADEIRA MOTA, C.; MOTTA, L. G.; CAVALCANTI-CUNHA, M. J. **Narrativas midiáticas**. Florianópolis: Insular, 2012a.

_____. **Jornalismo: discurso, narrativa e cultura**. In: PEREIRA, F; MOURA, D; ADGHIRNI, Z (Org.). **Jornalismo e Sociedade** — teorias e metodologias. Florianópolis: Insular, 2012b.

LAGE, L. **Notas sobre narrativa e acontecimento**. LEAL, B. S.; CARVALHO, C. A de. (Orgs.). **Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas**. São Paulo: Intermeios, 2013, In: , p. 227-247.

LAGO, C; MARTINEZ, M. **Introdução**. O jornalismo como espaço de observação do mundo. In: Brazilian Journalism Research, v. 13, n. 2, 2017, p. 6-9.

LAGO, C. **Antropologia e Jornalismo**: uma questão de método. In: LAGO,

C.; BENETTI, M. (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010a.

_____. **Ensinos antropológicos**: a possibilidade de apreensão do Outro no jornalismo. In: Brazilian Journalism Research, v.6, nº1, 2010b, p.164-178.

LEAL, B. S. **Introdução às narrativas jornalísticas**. Porto Alegre: Sulina, 2022.

_____. **O jornalismo à luz das narrativas**: deslocamentos. In: LEAL, B. S.; CARVALHO, C. A de. (Orgs.). **Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas**. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 25-49.

LEJEUNE, P. **O pacto autobiográfico**: de Rosseau à Internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LERPARGNEUR, H.; MARTINS, R. J. **Introdução a Lévinas**: pensar a ética no século XXI. São Paulo: Paulus, 2014.

LÉVINAS, E. **Entre nós**: ensaios sobre alteridade. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **Ética e Infinito**. Lisboa: Edições 70, 1998.

_____. **Totalidade e Infinito**. Lisboa: Edições 70, 1980.

LÜCKMAN, A. P. **A noção de contexto no jornalismo**: uma proposição a partir da teoria da complexidade. Tese (Doutorado). UFSC, 2020.

LÜCKMAN, A. P.; FONSECA, V. P. **Contexto e contextualização no jornalismo**: uma proposta conceitual. In: Estudos em Jornalismo e Mídia, vol. 14, nº 2, 2017, p. 162-174.

MABÍLIA, A. **Viagem à palestina**: prisão a céu aberto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MAKDISI, S. **Palestine Inside Out**: an everyday Occupation. London: W. W. Norton & Company, 2010. (Kindle Edition).

MATAR, D. **The struggle over narratives**: Palestine as metaphor for imagined spacialities. In: RESENDE, Fernando; IQANI, Mahita (Orgs.). **Media and the Global South**: Narrative Territorialities, Cross-Cultural Currents. London: Routledge, 2019, p. 170-186.

MATAR, D.; TAWIL-SOURI, H. (Eds.). **Gaza as metaphor**. London: C. Hurst & Company, 2016.

MARCOS, M. L. **Comunicação, experiência e a questão do reconhecimento**: a alteridade radical no pensamento de Lévinas. Entrevista. In: Intercom — Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 33, n.2, 2010, p. 241-251.

MARCILIO, D. **O Historiador e o Jornalista**: a História imediata entre o ofício historiográfico e atividade jornalística. In: **AEDOS**, nº 12, v.5, Jan/Jul 2013, p. 42-63.

MARTINO, L. M. S. **De um eu ao outro**: narrativa, identidade e comunicação com a alteridade. In: **Parágrafo**, .4, nº1, 2016a, p. 41-49.

_____. **Epistemologia da alteridade**: entre explicar e compreender outrem. In: **Líbero**, v.19, n.37, 2016b, p. 101-108.

MASALHA, N. **The Palestine Nakba**: Decolonising History, Narrating the Subaltern, Reclaiming Memory. London: Zed Books, 2012.

MASSAD, J. **Orientalism as Occidentalism**. In: History of the Present , Vol. 5, No. 1 (Spring 2015), p. 83-94. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.5406/historypresent.5.1.0083> Acesso em 10 out. 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. In: Artes & Ensaios, n. 32, 2016, p. 123-151.

MEARSHEIMER, J.; WALT, S. **The Israel lobby and U.S foreign policy**. New York: FSGBooks, 2007.

MEDITSCH, E. **Jornalismo e construção social do acontecimento**. In: BENETTI, M.; FONSCCECA, V. P. da S (Orgs.). **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010, p. 19-43.

_____. **O Jornalismo é uma forma de conhecimento?** Conferência proferida nos cursos da Arrábida, Universidade de Verão, 1997. Disponível em: <<http://www.crisluc.arq.br/O%20jornalismo%20%E9%20uma%20forma%20de%20conhecimento.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

MISLEH, S. **Al Nakba**: um estudo sobre a catástrofe palestina. São Paulo: Editora Sundermann, 2017.

MOHAMMED, Y. **O movimento nacional palestino e a luta por um Estado soberano**. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/979> <Acesso 20 julho 2016>

MOTTA, L. G. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: UnB, 2013.

_____. **Jornalismo e configuração narrativa da história do presente**. In: E-Compós, ed.1, dez/2004.

_____. **Narrativas jornalísticas e conhecimento de mundo**: representação, apresentação ou experimentação da realidade? In: PEREIRA, F.; MOURA, D.; ADGHIRNI, Z. (Orgs.). **Jornalismo e Sociedade**: teorias e metodologias. Florianópolis: Insular, 2012, 219-243.

MOTTA, L. G.; CAVALCANTI-CUNHA, M. J. **Jornalismo e a construção narrativa da história do presente**. In: LADEIRA MOTA, Célia; PORTO, Sérgio D. (Orgs.). **Hermenêutica e análise dos discursos jornalísticos**. Florianópolis: Insular, 2017.

MORAES, F.; SOUZA, C. **As temporalidades na narrativa**: um encontro entre a História e o Jornalismo. In: **Revista Âncora**, v. 4, n. 2, jul./dez. 2017, p. 29-42.

MOULLIAUD, M. **A crítica do acontecimento ou o fato em questão**. In: MOULLIAUD, M.; PORTO, S. (Orgs.). **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

MUSLIH, M. Y. **The origins of Palestinian Nationalism**. New York: Columbia University Press, 1988.

NATALI, J. B. **Jornalismo internacional**. São Paulo: Contexto, 2004.

NEAL, L. **The roots of the Israeli-Palestinian conflict**: 1882-1914. In: Honors Papers, n.25, 1995.

NORA, P. **O retorno do fato**. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Orgs.). **História**: Novos problemas, 1979.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PAES, A. B. **O muro dos outros e os outros do muro**: alteridades e mundo árabe nas narrativas midiáticas, 140p. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, 2012.

PAIM, A. **Apontamentos sobre a área do jornalismo em quadrinhos e o gênero da reportagem**. In: BARBOSA DA SILVA, V.; LADEIRA MOTA, C. (Orgs.) **Jornalismo em quadrinhos**: contextos, pesquisas e práticas. Florianópolis, SC: Insular, 2020, p. 63-95.

PAIVA, R.; SODRÉ, M. **Sobre o facto e o acontecimento**. In: Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, n. 06, 2005, p. 95-101.

PAPPE, I. **A History of Modern Palestine**: One land, two peoples. New York: Cambridge University Press, 2004.

_____. **Can the pen be mightier than the sword? Permission to narrate Gaza**. In: MATAR, D.; TAWIL-SOURI, H. (Eds.). **Gaza as metaphor**. London: C. Hurst & Company, 2016, p. 157-173.

_____. **Ten myths about Israel**. London: Verso, 2017.

_____. **Dez mitos sobre Israel**. Rio de Janeiro: Editora Tabla, 2022.

_____. **The biggest prison on Earth**: a History of the Occupied Territories. London: Oneworld Book, 2017b.

_____. **The Ethnic Cleansing of Palestine**. London: Oneworld Book, 2007.

_____. **Israel**. London: Routledge, 2018.

_____. **The forgotten Palestinians**: A History of Palestinians in Israel. London: Yale University Press, 2011.

PAPPE, I.; HILAL, J. (Eds.). **Across the wall**: narratives of Israeli-Palestinian History. London: I. B. Taurus, 2010.

PARK, R. **A notícia como forma de conhecimento**: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. (Orgs.). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa — volume 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PASSERINI, L. **A "lacuna" do presente**. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 211-215.

PELED-ELHANAN, N. **Ideologia e propaganda na educação**: a Palestina nos livros didáticos israelenses. São Paulo: Boitempo, 2019.

PERES, A. C. **Narrar o outro**: notas sobre a centralidade do testemunho para as narrativas jornalísticas. In: *Galaxia*, n. 31, 2016, p. 92-104.

PEKAR, H; JT WALDMAN. **Not Israel my parents promised me**. New York:: Hill & Wang, 2012.

PHILO, G.; BERRY, M. (Eds). **Bad News from Israel**. London: Pluto Press, 2004.

_____. (Eds.). **More Bad News from Israel**. London: Pluto Press, 2011.

POOLE, E. **Reporting Islam**: Media Representations of British Muslims. London: I. B. Tauris, 2009.

PONTE, C. **Para entender as notícias**: linhas do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2006.

PONTES, F. S.; SILVA, G. **Acontecimento jornalístico e história**. In: BENETTI, Marcia; FONSCECA, V. P. da S (Orgs.). **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010.

QUÉRÉ, L. **Entre o facto e o sentido**: a dualidade do acontecimento. In: *Trajectos*, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, n. 06, 2005, p.59-75.

_____. **A dupla vida do acontecimento**: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, V.V.; OLIVEIRA, L. de (Orgs.). **Acontecimento**: reverberações. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 21-39.

RABBANI, M. **Israel Mows The Lawn**. In: MATAR, D.; TAWIL-SOURI, H. (Eds.). **Gaza as metaphor**. London: C. Hurst & Company, 2016, p. 61-67.

REGINATO, G. D. **As finalidades do jornalismo: percepções de veículos, jornalistas e leitores**. In: *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 25, n. 3, 2018, p.1-18.

REIS, C.; LOPES, A. C. M. **Dicionário de Teoria da Narrativa**. São Paulo: Ática, 1988.

RÉMOND, R. **Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução**. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RESENDE, F; ROSSIGNOLI; L. **O conflito Israel/Palestina como acontecimento jornalístico**: análises de narrativas do jornal *Folha da Manhã* (1936/1946). In: *Galáxia* (São Paulo, *Online*), n. 30, p. 86-98, dez. 2015.

RESENDE, F.; IQANI, M. (Orgs.). **Media and the Global South**: Narrative Territorialities, Cross-Cultural Currents. London: Routledge, 2019, p. 170-186.

RESENDE, F. **Falar para as massas, falar com o outro**: valores e desafios do jornalismo. In: FRANÇA, Vera Veiga.; CORRÊA, Laura G. **Mídia, instituições e**

valores. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

_____. **A guerra no coração da linguagem.** In: BAMBIRRA, A. *et al* (Org.). Catálogo da 2ª Mostra de cinema árabe feminino [livro eletrônico]. Belo Horizonte, MG: Partisane Filmes, 2021, p. 174-181.

_____. **Prefácio:** O jornalismo e o tempo *em* processo. In: BARBOSA DA SILVA, V.; LADEIRA MOTA, C. (Orgs.) **Jornalismo em quadrinhos:** contextos, pesquisas e práticas. Florianópolis, SC: Insular, 2020, p. 14-20.

_____. **(Des)caminhos:** o jornalismo e seus desafios metodológicos. In: Galáxia, nº.15, jun. 2008 p.179-184.

_____. **O jornalismo e suas narrativas:** as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. In: Galáxia, n.18, dez. 2009a , p.31-43.

_____. **A narratividade do discurso jornalístico:** a questão do outro. In: Revista Rumores, Ed.6, v.1, set/dez 2009b.

_____. Representação das diferenças no discurso jornalístico. In: Brazilian Journalism Research, v.02, nº01, 2009c, p.10-29.

_____. **Imprensa e conflito:** Narrativas de uma geografia violentada. In: PEIXINHO, Ana T.; ARAÚJO, Bruno (Org.). **Narrativa e media:** gêneros, figuras e contextos. Portugal: Coimbra, 2017a.

_____. **Reporting Pre-1948 Palestine in Brazil:** The Journalistic Narrative and the British Empire. In: HARB, Zahera (Ed.). **Reporting the Middle East:** the practices of news in the twenty-first century. London: I. B. Taurus, 2017b, p. 105-123.

_____. **Às desordens e aos sentidos:** a narrativa como problema de pesquisa. In: Silva, G. et al (Eds.). **Jornalismo contemporâneo:** figurações, impasses e perspectivas. Salvador, Brasil: EDUFBA; Brasília, Brasil: Compós. 2011, p. 119-138.

_____. **O jornalismo e as narrativas de conflito:** desafios, atravessamentos e processos (Entrevista). In: **Revista Âncora**, v. 05, n. 01, jan/jun 2018, p. 111-129.

_____. **Narrar no mundo:** um desafio desses nossos tempos. Prefácio. In: In: MAIA, Marta; MARTINEZ, Monica (Orgs.). **Narrativas midiáticas contemporâneas:** perspectivas metodológicas. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2018, p. 8-11.

_____. **Ricoeur e sua filosofia sem absoluto:** o que acontece apesar de tudo na interseção (2023, no prelo).

RIBEIRO, L. M. **A subjetividade e o outro:** ética da responsabilidade em Emmanuel Levinas. São Paulo: Ideias & Letras, 2015.

- RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa**: Tomo I. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- _____. **Tempo e Narrativa**: Tomo II. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- _____. **Tempo e Narrativa**: Tomo III. Campinas, SP: Papyrus, 1997.
- _____. **Outramente**: Leitura do livro *Autrement qu'être ou au-delà de l'essence de Emmanuel Lévinas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- _____. **O Si-mesmo Como Outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- RIOUX, J. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, À.; TÉTART, P. (Orgs). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- ROBINSON, P.; SEIB, P.; FRÖHLICH, R. (Eds.). **Routledge handbook of media, conflict and security**. London: Routledge, 2017.
- RODGERS, J. **Reporting conflict**. London: Palgrave Macmillan, 2012.
- _____. **Limited Perspectives**: Reporting Gaza. In: HARB, Zahera (Ed.). **Reporting the Middle East**: the practices of news in the twenty-first century. London: I. B. Taurus, 2017, p. 123-141.
- _____. **Headlines from the Holy Land**: reporting the Israeli-Palestinian Conflict. London: Palgrave Macmillan, 2015.
- RODRIGUES, A. D. **O acontecimento**. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo, questões e estórias**. Florianópolis: Insular, 2016.
- ROGOFF, I. **Terra Infirma**: geography's visual culture. New York: Routledge, 2000.
- ROSHWALD, A. **Nationalism in the Middle East, 1876-1945**. In: BREUILLY, J (Ed.). *The Oxford Handbook of the History of Nationalism*. UK: Oxford University Press, 2016, p.220-242.
- SALEM, H. **Palestinos**: os novos judeus. Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.
- _____. **Entre árabes e judeus**: uma reportagem de vida. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- SÁ MARTINO, L. M. **Epistemologia da alteridade**: entre o *erklären* (explicar) e o *verstehen* (compreender) de outrem. In: *Líbero*, v.19, nº 37-A, 2016, p. 101-108.
- SÁ MARTINO, Luís M; MARQUES, Ângela C. S. **A comunicação como ética da alteridade**: pensando o conceito com Lévinas. In: *Revista Intercom RBCC*, v. 42, nº 3, 2019, p. 21-40.
- SACCO, J. **Notas sobre Gaza**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- _____. **Palestina**: edição especial. São Paulo: Conrad, 2011.

SAID, E. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Orientalismo revisitado** — 8 de Outubro de 1991. In: _____, E. **A pena e a espada**: diálogos com Edward Said por David Barsamian. Tradução: Matheus Corrêa. São Paulo: Editora Unespe, 2013, p. 47-67.

_____. **A questão da Palestina**. São Paulo: UNESP, 2012.

_____. **Freud e os não europeus**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Covering Islam**: how the media and the experts determine how we see the resto f the world. New York: Vintage Books, 1997.

_____. **Permission to narrate**. In: **Journal of Palestine Studies**, vol.13, n.º 3, 1984, p.27-48.

SALGADO NETO, L. **Inventando nações**: notas sobre os nacionalismos judaico e palestino durante o Mandato Britânico (1917-1948). In: **Revista Espaço Acadêmico**, n.172, 2015, p.90-103.

SANTIAGO, S. **O narrador pós-moderno**. In: SANTIAGO, S. **Nas malhas da letra**: ensaios. Rio de Janeiro: Rocco, 2000

SARDAR, Z. **Orientalism**. London: Open University Press, 1999.

SAYIGH, R. **Fazendo palestinos desaparecer**: Um projeto colonialista. In: SCHIOCCHET, L. (Org.). **Entre o Velho e o Novo Mundo**: a Diáspora Palestina Desde o Oriente Médio. São Paulo: Chiado Editora, 2015.

SCHWAAB, R. **Reportagem e reconhecimento**: a alteridade como projeto. In: **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 18, n. 2, 2021, p. 09-21.

SCHIOCCHET, L. **Por uma Antropologia Assimétrica da Palestinidade**. In: SCHIOCCHET, L. (Org.). **Entre o Velho e o Novo Mundo**: a Diáspora Palestina Desde o Oriente Médio à América Latina. São Paulo: Chiado Editora, 2015, p. 7-53.

_____. **Palestinian Sumud**: Steadfastness, Ritual and Time Among Palestinian Refugees. Birzeit University, 2011.

SHLOMO, S. **A invenção do povo judeu**: da bíblia ao sionismo. São Paulo: Benvirá, 2011.

SHOHAT, E.; STAM, R. **Crítica da imagem eurocêntrica**: Multiculturalismo e representação. São Paulo: Cosacnaif, 2006.

_____. **Israeli cinema**: East/West and the politics of representation. London: I. B. Tauris, 2010.

_____. **The invention of the Mizrahim**. In: **Journal of Palestine Studies** XXIX,

n. 1, 1999, p. 5-20.

SILVA, G. **O imaginário, o sensível e o jornalismo**. In: **Mídia e Imaginário**. São Paulo: Annablume, 2012, p. 127-145.

SILVA, T. T. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, T. T da. (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SILVA, J. **Identidade vs alteridade: a identidade justificada pela ética da alteridade segundo o pensamento de Emmanuel Levinas**. Independently published, 2018.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SODRÉ, M. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SOUSA, J. P. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**, 2006. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedroelementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf> Acesso em 27 de jan de 2022.

TAWIL-SOURI, H. **The Necessary Politics of Palestinian Cultural Studies**. In: SABRY, T. (Ed.). **Arab Cultural Studies: Mapping the Field**. London: I. B. Tauris, 2012 [Edição Kindle].

TENÓRIO, M. S. **Palestina: O mito da terra prometida à terra da resistência**. São Paulo: Anita Garibaldi, IBRASPAL, 2019.

THUSSU, D. K.; FREEDMAN, D. (Eds.). **War and the Media**. London: Sage Publications, 2003.

TODOROVA, T. **Bearing witness to *al nakba* in a time of denial**. In: HARB, Zahera; MATAR, Dina (Ed.) . **Narrating conflict in the Middle East: discourse, image and communications practices in Lebanon and Palestine**. London: I.B. Tauris, 2013, p. 248-271. (Kindle).

TODOROV, T. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

TOURAINÉ, A. **Pensar outramente: o discurso interpretativo dominante**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo, questões e estórias**. Florianópolis: Insular, 2016.

TUMBER, H.; PALMER, J. (Eds.). **Media at war: the Iraq crisis**. London: Sage Publications, 2004.

TUMBER, H.; WEBSTER, F. (Eds.). **Journalists under fire: information war and journalistic practices**. London: Sage Publications, 2006.

VICENZI, R. A. N. **Nacionalismo árabe**: apogeu e declínio. 227p. (Tese de Doutorado), USP, 2006.

WARRAQ, I. **Defending the West**: a critique of Edward Said's Orientalism. New York: Prometheus Books, 2007.

WILLIAMS, R. **Keywords**: A Vocabulary of Culture and Society. New York: Oxford University Press, 2015.

WOLTON, D. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.

YIFTACHEL, O. **Ethnocracy**: The politics of Judaizing Israel-Palestine. In: PAPPÉ, I.; HILAL, J. (Eds.). **Across the wall**: narratives of Israeli-Palestinian History. London: I. B. Taurus, 2010, p. 269-307.

ZAMIN, A. **Jornalismo de referência**: o conceito por trás da expressão. In: **Revista Famecos**. PUC/RS, Porto Alegre, v.21, n.3, 2014, p. 918-942.

ŽIŽEK, S. **Acontecimento**: uma viagem filosófica através de um conceito. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.